

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINDSAY BORGES

**MEMÓRIA E SACRALIZAÇÃO DE DOM FERNANDO GOMES DOS
SANTOS:
O “ARCEBISPO DA PROVIDÊNCIA”**

Goiânia
2011

LINDSAY BORGES

**MEMÓRIA E SACRALIZAÇÃO DE DOM FERNANDO GOMES DOS
SANTOS:
O “ARCEBISPO DA PROVIDÊNCIA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Goiânia
2011

LINDSAY BORGES

**MEMÓRIA E SACRALIZAÇÃO DE DOM FERNANDO GOMES DOS
SANTOS:
O “ARCEBISPO DA PROVIDÊNCIA”**

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor. No dia _____ de _____ de 2011, às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata sido _____.

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (UFG)
Presidente da Banca

Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins (UnB)

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros (PUC/GO)

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)

Prof. Dr. Arthur Assis (UnB) (Suplente)

Profa. Dra. Teresinha Maria Duarte (UFG) (Suplente)

Ao meu filho Henrique

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, aos meus pais, que sempre incentivaram meus estudos.

Ao Professor Marlon, pela orientação da tese, e à Libertad pelas contribuições ao trabalho.

Ao Henrique, que soube esperar pela minha atenção, e ao Carlos, pelo apoio de sempre.

À equipe do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), que me incentivou, colocando à minha disposição amplo material de pesquisa, especialmente ao Antônio César, ao Euzébio e à Janira.

Ao professor Rui Gomes Dantas, sobrinho de Dom Fernando, a Arnaldo Barreto, secretário do Seminário Arquidiocesano da Paraíba, João Pessoa (PB), ao professor José Romildo de Souza, Presidente da Fundação Ernani Sátiro, Patos (PB), pelo acesso ao material de pesquisa nas instituições nordestinas.

À Lygia, ao Lisieux, à Liane, à Lília e à Cíntia pelo incentivo durante a pesquisa. Ao Sr. Oiti e Dona Mari pela atenção constante.

Ao Monsenhor Nelson Rafael Fleury, que acompanhou meu trabalho desde o mestrado, ministrando verdadeiras aulas sobre a história da Arquidiocese de Goiânia.

Ao Padre Alaor Rodrigues de Aguiar, pelo significativo convite para que eu participasse das comemorações do Centenário de Nascimento de Dom Fernando em Goiânia e em Patos (PB), em 2010.

RESUMO

O presente trabalho investiga o processo pelo qual Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia (1957-1985), foi representado - por meio dos veículos de comunicação da Arquidiocese, particularmente pela *Revista da Arquidiocese* - como o enviado por Deus para atuar na região no período em que a Igreja enfrentou, em Goiás e no Brasil complexos desafios. Os estudos indicam que o Arcebispo, imbuído de sua missão, buscou tornar-se modelo de religioso que dedicou a vida à causa da Igreja, além de se preocupar com a forma como seria lembrado, arquivando sua memória e também a da Arquidiocese. A partir dessa perspectiva, o grupo que se formou em torno do Arcebispo operou uma seleção de aspectos e momentos da vida do Prelado, considerados significativos, buscando representá-lo como modelo cristão capaz de enfrentar os desafios interpostos à Igreja naquele período, projetando sua memória para que continuasse orientando as ações da Arquidiocese no futuro. Esse esforço respaldou-se nas ações do arcebispo, uma vez que ele pareceu revestir-se da missão de tornar Goiás um modelo de Igreja para o Brasil, sinalizando por meio de obras e palavras esse objetivo. Ao construir essas representações e projetar a memória de Dom Fernando, o grupo visava defender o modelo de Igreja adotado pelo Prelado, frente a segmentos sociais e também a grupos que combatiam, no interior da instituição, sua linha pastoral, ou não aceitavam seus desdobramentos. Esse processo vigorou durante a gestão do arcebispo e por mais de uma década após a sua morte, tendo como momentos privilegiados para essa construção discursiva os eventos em homenagem a ele, registrados na *Revista da Arquidiocese*. No entanto, o trabalho de memória, continuado durante a gestão do seu sucessor, foi interrompido com a posse do atual arcebispo de Goiânia, dando margem a uma disputa de memória durante o centenário de nascimento de Dom Fernando, em 2010.

Palavras chave: memória, modelo, representação, *Revista da Arquidiocese*, Arquidiocese de Goiânia.

ABSTRACT

This study investigates the process by which Don Fernando Gomes dos Santos, the first Archbishop of Goiânia (1957-1985), was represented - by the means of communication of the archdiocese, particularly by the *Journal of the Archdiocese* - as sent by God to act in this Region in the period when the church faced, in Goiás and Brazil, complex challenges. Studies indicate that the Archbishop, imbued with his mission, sought to become a model of religious who devoted his life to the Church's cause, besides concerning about how he would be remembered by archiving his memory and also the archdiocese's one. From this perspective, the group formed around the Archbishop has operated a selection of aspects and stages of the life of the prelate, considered significant, seeking to represent him as a Christian model capable of facing the challenges brought to the Church in that period, projecting his memory to continue guiding the actions of the archdiocese in the future. This effort has basis on the archbishop's actions since he seemed to take up the task of making of Goiás a model of church in Brazil, signaling through words and deed that goal. By building these representations, and designing the memory of Don Fernando, the group aimed at defending the model of Church adopted by the prelate, against the social sectors and also to groups who fought, within the institution, his pastoral line or did not accept its consequences. This process has been in force during the management of the archbishop and more than a decade after his death, having as special moments for this discursive construction the events in honor of him, recorded in the *Journal of the Archdiocese*. However, the work of continued memory during the administration of his successor was stopped when the current Archbishop of Goiânia took up office, giving rise to a dispute of memory during the centenary of Don Fernando's birth in 2010.

Keywords: memory, model, representation, Journal of the Archdiocese, Archdiocese of Goiânia.

LISTA DE SIGLAS

AP –	Ação Popular
CEB –	Comunidade Eclesial de Base
CELAM –	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CESPE –	Centro Social Pai Eterno
CIMI –	Conselho Indigenista Missionário
CNBB –	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPO –	Comissão Pastoral Operária
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CTI –	Centro de Terapia Intensiva
ECOVAM –	Escola Centro de Orientação e Valorização do Adolescente e da Mulher
IPEHBC –	Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central
JAC –	Juventude Agrária Católica
JEC –	Juventude Estudantil Católica
JOC –	Juventude Operária Católica
JUC –	Juventude Universitária Católica
MEB -	Movimento de Educação de Base
MT –	Mato Grosso
OPENE –	Operação Nordeste
OVS –	Obra das Vocações Sacerdotais
PB –	Pernambuco
PDS –	Partido Democrático Social
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PMDB –	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT –	Partido dos Trabalhadores
PUC/GO –	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SEVOP –	Secretaria de Viação e Obras Públicas
SGC –	Sociedade Goiana de Cultura
SPAR –	Secretariado Pastoral Arquidiocesano
SUDENE –	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCG –	Universidade Católica de Goiás
UFG –	Universidade Federal de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O seminarista Fernando no Seminário da Paraíba	37
Figura 2 –	O estudante Fernando com seus colegas em Roma	40
Figura 3 –	Desenho arquitetônico da Catedral de Patos	49
Figura 4 –	Dom Fernando, ao lado de Dom Moisés Coelho (centro), no dia da sua sagração episcopal	51
Figura 5 –	Dom Fernando, o Prefeito João de Paula, o Governador José Ludovico e o Núncio Dom Armando Lombardi, no aeroporto de Goiânia	89
Figura 6 –	O Cortejo percorre a Avenida Araguaia	90
Figura 7 –	Dom Fernando faz seu primeiro pronunciamento em Goiânia	94
Figura 8 –	Dom Armando e Dom Fernando recebem homenagem dos estudantes no dia seguinte à posse	98
Figura 9 –	Deputado Nelson Siqueira discursa tendo à sua direita o Cônego Trindade e à sua esquerda o locutor Jorge Abrão. Sentados estão o Senador Pedro Ludovico, o Governador José Feliciano, o Arcebispo Dom Fernando, o Monsenhor Lincon Monteiro Barbosa e o Vice- Prefeito Licardino de Oliveira Ney	125
Figura 10 –	Discurso do Deputado Waldir Castro Quinta discursa tendo à sua direita o Cônego Trindade e à sua esquerda o locutor Jorge Abrão. Sentados estão o Governador José Feliciano, o Arcebispo Dom Fernando, o Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa e o Vice-Prefeito Licardino de Oliveira Ney	125
Figura 11 –	Estudante Wagner Pimenta discursando	125
Figura 12 –	Discurso do Universitário Bianor Ferreira	125
Figura 13 –	O Arcebispo se manifesta no encerramento do ato de desagravo	126
Figura 14 –	Introdução do Opúsculo	138
Figura 15 –	O folheto anuncia a ordenação do Padre Fernando e sua volta ao Brasil ..	138
Figura 16 –	Dom Fernando com suas irmãs. Lourdes e Amália, na inauguração da Galeria para a Galeria	144
Figura 17 –	Fotos de João Paulo II e de Dom Fernando	144
Figura 18 –	Na mesa estão Emília Gomes, sobrinha do Arcebispo, Dom Celso Pereira, Lourdes Gomes, irmã do Arcebispo, Padre Pereira, Dom Fernando, Mons. Abdon Pereira, Mons. Rodolfo Tellmann e Frei Marcos Sassateli	145
Figura 19 –	Lançamento do Livro <i>Sem violência e sem medo</i> , em 1982	145
Figura 20 –	Dom Paulo Evaristo Arns	150
Figura 21 –	Dom Luciano Mendes	150
Figura 22 –	Dom José Newton	151
Figura 23 –	Homilia de Dom Fernando	152
Figura 24 –	Dom Fernando com as vestes prelatícias	159

Figura 25 – Dom Fernando em posição informal	163
Figura 26 – Dom Fernando aos 65 anos	166
Figura 27 – Dom Fernando durante entrevista	170
Figura 28 – Dom Fernando reunido com líderes comunitários	171
Figura 29 – Dom Fernando em entrevista ao <i>Diário da Manhã</i>	179
Figura 30 – Foto de Dom Fernando na capa da <i>Revista da Arquidiocese</i>	181
Figura 31 – Capa da <i>Revista da Arquidiocese</i> sobre a morte de Dom Fernando	185
Figura 32 – O corpo de Dom Fernando velado pela comunidade	192
Figura 33 – Caixão de Dom Fernando é trasladado pelo Conselho de Consultores para a Praça da Catedral	198
Figura 34 – Caixão de Dom Fernando é trasladado pelo Conselho de Consultores para a Praça da Catedral	198
Figura 35 – Cartão-Lembrança	200
Figura 36 – Familiares conduzem o caixão para o interior da Catedral	201
Figura 37 – Foto de Dom Fernando que abre a edição da <i>Revista da Arquidiocese</i> na celebração do 10º aniversário de sua morte	212
Figura 38 – Cartaz oficial do Centenário	226
Figura 39 – Cartaz não oficial do Centenário	227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – “TEMPO DA ESPERA” E A TRAJETÓRIA EM GOIÁS	32
1.1 DA HIERARQUIA À COMUNIDADE: FORMAÇÃO, ECLESIOLOGIA E AÇÃO PASTORAL	35
1.1.1 A trajetória eclesial em Goiás	59
1.2 RITUAL DE ENTRONIZAÇÃO: CHEGADA A GOIÂNIA	81
CAPÍTULO 2 – “TEMPO DA PRESENÇA”	101
2.1 GOIÁS E A MODERNIDADE	101
2.2 A CONSTRUÇÃO DO MODELO	112
2.2.1 O primeiro de novembro	113
2.2.2 Jubileu de Ouro e política	131
2.2.3 Aniversário: comemoração e polêmica com a imprensa	156
CAPÍTULO 3 – “TEMPO DA LEMBRANÇA” E DO ESQUECIMENTO	184
3.1 MORTE E MEMÓRIA: RITO FUNERÁRIO	184
3.2 “MEMÓRIA PRESENÇA”: MEMÓRIA COMO SUPORTE DE PODER	203
3.3 CENTENÁRIO DE NASCIMENTO: UMA DISPUTA DE MEMÓRIA	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
GLOSSÁRIO	249
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

Dom Fernando chegou e partiu na festa da Santíssima Trindade (OLIVEIRA, 1985, p. 386-390). Esse título de uma matéria publicada pela *Revista da Arquidiocese* na cobertura dos rituais funerários de Dom Fernando Gomes dos Santos aponta para a construção de um sentido para a atuação do Prelado em sua trajetória como primeiro Arcebispo de Goiânia (1957-1985)¹. A chegada do clérigo à cidade, na festa da Santíssima Trindade, foi aclamada pelo jornal *Brasil Central* – veículo de comunicação da Arquidiocese de Goiânia – como uma dádiva sagrada: “desde o dia 16 de junho de 1957 que o sopro divino das inspirações sobrenaturais acaricia o “coração do Brasil” com a posse do primeiro Arcebispo de Goiânia” (MAIA, 1961a, p. 3). Sua morte, quase vinte e oito anos depois, na véspera da mesma celebração religiosa, parecia confirmar o que foi percebido como desígnio divino de sua obra. Durante os funerais do Arcebispo, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (1985, p. 387), que viria a ser seu substituto, discorreu sobre o fato, que ele considerou “coincidências de Deus”².

O objetivo deste estudo é identificar como se efetivou o processo de construção das representações e das memórias sobre o Prelado nos veículos de comunicação da Arquidiocese, particularmente na *Revista da Arquidiocese*, bem como no jornal *Brasil Central*, verificando como e porque Dom Fernando foi apresentado como modelo de religioso, corroborando a percepção de que ele era o homem certo no lugar e no momento certo.

Na consolidação deste propósito, torna-se fundamental verificar a política de comunicação ativada pelo Prelado desde o início de seu arcebispado. A criação da *Revista da Arquidiocese*, em julho de 1957, um mês após sua posse, revela que o Arcebispo, além de buscar intervir no espaço social, atribuía importância ao arquivamento da sua própria memória e também da memória da Arquidiocese. A Revista registrou os acontecimentos protagonizados, sobretudo, pela Igreja em Goiás naquele período, e continua em circulação ainda hoje, constituindo-se em importante acervo para examinar as ações do Arcebispo, bem

¹ Esse trabalho não se restringirá apenas ao período em que Dom Fernando atuou como Arcebispo de Goiânia, mas também abrangerá as representações construídas sobre ele após a sua morte, incluindo as comemorações de seu centenário de nascimento em 2010.

² “[...] A Festa da Santíssima Trindade marcou a vida de Dom Fernando em Goiânia. Naquela primeira festa de 1957, ele veio penetrar aqui na nossa história de Goiás, como esse pastor para quem o mais importante era Deus, mas que esse Deus não é um Deus distante, é um Deus da vida dos irmãos. Então ele lutou durante esses 28 anos, para que a sociedade fosse mais humana, para que a sociedade se tornasse mais uma comunidade de irmãos, para que a gente aprendesse realmente a amar uns aos outros. E na última festa da Trindade, quando ele nos deixa o convívio visível, nós, de novo damos posse a Dom Fernando, não mais na cadeira presidencial do bispo. Nós damos posse a Dom Fernando, na cadeira do Reino de Deus” (OLIVEIRA, 1985, p. 388-389).

como para averiguar a iniciativa de seus seguidores em construir representações sobre o Prelado e consolidar uma leitura particular sobre sua memória, funcionando como um arquivo de suas ações e palavras.

Os depoimentos sobre Dom Fernando – divulgados nos veículos de comunicação da Arquidiocese – serão tomados neste estudo como forma de compreender como o imaginário do grupo organizado em torno do Arcebispo atuou no período em que o Prelado esteve à frente da Arquidiocese de Goiânia e também após a sua morte. O propósito não é corroborar determinadas concepções sobre Dom Fernando, mas compreender o que esses depoimentos podem revelar, sob os pressupostos que ordenam o funcionamento da construção da imagem e da memória.

Dom Fernando viveu o limiar de um tempo em que a Igreja Católica passou de centro da vida social a uma instituição que teve sua influência crescentemente diminuída na sociedade. Eram os ares da modernidade³ que sacudiam o mundo e abalavam também os pilares da Igreja sustentados na tradição. Reconhecido como fiel discípulo da Igreja, o Arcebispo dedicou sua vida para devolver à instituição seu papel de destaque.

Hervieu-Léger (2008) reflete sobre como a religião perde, na modernidade, sua característica fortemente institucionalizada diante da disseminação de novas formas de religiosidade em meio às quais o indivíduo transita. A autora chama a atenção para a desregulamentação e individualização das práticas religiosas, tendo como consequência a diminuição do poder das instituições religiosas sobre a vida e as decisões dos indivíduos, mudança que paulatinamente afeta todo o ocidente cristão.

Diante desse quadro, Dom Fernando procurava contribuir para que a Igreja acompanhasse as mudanças do mundo moderno, prolongando a hegemonia dessa instituição milenar na sociedade. Certo de que não era possível conter as avassaladoras transformações que ocorriam em todas as esferas da vida, decidiu, ao lado de outros clérigos, preparar a Igreja para enfrentá-las, em um período de muitos desafios para a instituição. O propósito desses bispos e de Dom Fernando era despertar na sociedade a importância da manutenção dos valores cristãos, impedindo a ruptura com a tradição religiosa.

Quando assumiu a Arquidiocese de Goiânia, Dom Fernando fazia parte de um grupo de bispos que estava à frente do projeto de recristianização da sociedade, iniciado na década de 1920, que visava tornar a Igreja mais presente em todos os setores da vida social, do rural

³ Modernidade é um termo complexo e de múltiplos significados. Neste trabalho será adotado o sentido atribuído por Hervieu-Léger (2008), que reflete sobre religiosidade na modernidade.

ao urbano. O objetivo era combater as ideologias adversárias apresentando alternativas cristãs nos setores em que a instituição se via ameaçada, particularmente pelo comunismo. As principais estratégias adotadas por Dom Fernando nesse período foram a Ação Católica, que preparava o leigo para atuar em seu local de trabalho ou estudo, o Movimento de Educação de Base e um projeto de Reforma Agrária. Para ajudá-lo nesse processo convidou um grupo de pessoas que também tinham a incumbência de tornar a autoridade do arcebispo reconhecida tanto pela comunidade católica como pela sociedade civil e pelo governo⁴.

Essas estratégias obtiveram resultados até meados da década de 1960, quando parcela da Igreja, na qual estava Dom Fernando, passou por mudanças profundas, decorrentes da Doutrina Social da Igreja, incorporando os problemas sociais em suas preocupações e colocando-se ao lado do povo e de suas lutas ao assumir a “opção preferencial pelos pobres”. A consequência mais visível dessas mudanças no posicionamento de Dom Fernando foi seu apoio às Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos sociais, aos religiosos e aos leigos perseguidos pelo regime militar, aos posseiros envolvidos na luta pela terra e também aos moradores de ocupações urbanas. Nesse período, um novo grupo de apoio foi se formando em torno de Dom Fernando, tornando-se mais complexa sua denominação porque a ele se incorporaram religiosos diretamente envolvidos no trabalho da Arquidiocese⁵, bispos do

⁴ Nessa fase destacam-se dois religiosos que tiveram importante papel na estratégia de combate aos adversários da Igreja. Dom Fernando convidou o Padre Adolfo Serra (1918-2000) para diretor de Imprensa e Rádio da Arquidiocese – pois este já atuava como diretor do jornal *Brasil Central* –, função que o Padre exerceu defendendo a autoridade do arcebispo e atraindo, especialmente para a *Revista da Arquidiocese*, a colaboração de juristas e intelectuais que respaldavam, por meio de seus textos, as ações do Prelado. Outro religioso importante nesse período foi o Padre João do Carmelo Xavier (1927), natural de Patos (PB), terra natal de Dom Fernando, que veio com ele do Nordeste. Padre Carmelo desempenhou importante papel na apresentação de Dom Fernando à Arquidiocese de Goiânia, reforçando a ideia do bispo como pai.

⁵ Logo em seguida àquele primeiro momento, emergiram algumas figuras que se tornariam fundamentais na consolidação do trabalho de Dom Fernando em Goiânia e que acompanhariam o arcebispo na mudança de sua visão de Igreja após o Concílio Vaticano II. Citaremos três delas: Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, padre José Pereira de Maria e Frei Marcos Sassatelli. Dom Antônio (1926) exerceu as funções de Vigário Geral (1958-1975) e de Bispo Auxiliar de Goiânia (1961-1975) – cuja atuação se dava especialmente no meio do clero e das ordens religiosas –, deixando suas funções em 1975 ao ser indicado como Bispo de Ipameri (1976-1985). Padre Pereira (1926) chegou a Goiânia em 1959 e assumiu a função de Assistente Eclesiástico da Ação Católica (1960-1970) – movimento privilegiado por Dom Fernando, que projetou a figura do padre no meio universitário e intelectual – e Coordenador do Secretariado Pastoral Arquidiocesano (SPAR) (1963-1979). No entanto, sua atuação voltou-se particularmente para o setor administrativo, exercendo a função de Vigário Geral da Arquidiocese (1974-1985) e de Reitor da Universidade Católica de Goiás (UCG), hoje PUC/GO (1979-1984). O italiano Frei Marcos Sassatelli (1939) chegou a Goiânia em 1969 e teve sua atuação voltada para o trabalho pastoral, tornando-se responsável pelo SPAR (1973-1979), e, em seguida, Coordenador de Pastoral da Arquidiocese (1981-1985), Vice-Presidente da Sociedade Goiana de Cultura (SGC) (1981-1985) e Vigário-Geral (1984-1985). Frei Marcos foi um dos organizadores do primeiro encontro de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Goiânia, realizado em 1982 no Parque Amazônia, no qual atuava como vigário da paróquia Cristo Ressuscitado (LEAL, 2009).

Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁶, padres que se alinhavam com o projeto pastoral em andamento, além de leigos que atuavam nas diversas pastorais e movimentos religiosos. O objetivo do grupo nesse período era defender o projeto pastoral implantado pelo Arcebispo que sofria retaliações por parte de segmentos políticos conservadores.

No período em que a Igreja se via ameaçada pelo crescimento de ideologias liberais e comunistas, além de outras denominações religiosas, as ações de Dom Fernando fizeram com que as pessoas mais próximas a ele o vissem como preparado para combater a esses adversários, reintroduzindo a Igreja como uma instituição importante para a sociedade. Mais tarde, quando o Arcebispo assumiu as causas populares, esse grupo sentiu necessidade de ampliar a projeção da imagem do Prelado, tendo em vista consolidar o alcance de suas ações na sociedade, impedindo o afloramento de modelos de Igreja diversos do implantado pelo Prelado no interior da Arquidiocese. Nesse sentido, os discursos também reforçavam a necessidade de unidade interna.

A capacidade de Dom Fernando em dar respostas aos desafios interpostos à Igreja, revigorando a presença da instituição na sociedade, fez com que o grupo de auxiliares que endossava o modelo de Igreja assumido pelo Arcebispo o representasse como pastor que dedicou a vida pela causa da Igreja, erigindo-o como modelo de conduta e de religioso capaz de estabelecer um profícuo diálogo da Igreja com o mundo moderno.

A ideia de modelo na Igreja surgiu na Idade Média, quando a literatura e a arte cristãs desenvolveram novas formas de experiência estética, adequadas à doutrina do evangelho e à piedade dos leigos. Segundo Jauss (1986), essas formas de expressão se basearam em parâmetros estéticos opostos aos da antiguidade clássica: ao invés da distância estético-

⁶ Nessa fase destacam-se bispos que, por terem suas dioceses localizadas em regiões de conflito e assumirem posições embasadas na Doutrina Social da Igreja, enfrentaram problemas com proprietários rurais e com o governo ao defenderem posseiros dessas regiões, no que foram apoiados por Dom Fernando. Duarte (2003, p. 76) avalia que desde os primeiros anos da década de 1970, “houve uma maior aproximação entre as linhas pastorais da Arquidiocese de Goiânia com duas de suas dioceses sufragâneas, Prelazia de São Félix do Araguaia e a Diocese de Goiás, as quais tinham como titulares, respectivamente, D. Pedro Casadáliga e D. Thomás Balduino”. Segundo a autora, a Diocese de Goiás, liderada por Dom Thomás Balduino, esboçou o documento “Marginalização de um povo, grito das Igrejas”, que depois foi assinado por seis bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, entre eles Dom Fernando, considerado um dos documentos mais progressistas da Igreja no Brasil. O bispo espanhol Dom Pedro Casadáliga, assumiu a Prelazia de São Félix do Araguaia, em 1971, área que abrangia o nordeste do Mato Grosso e a Ilha do Bananal, em Goiás, mas que pertencia ao Regional Extremo Oeste da CNBB. Devido ao agravamento dos conflitos enfrentados pelo bispo na região e à falta de apoio do regional da CNBB ao qual pertencia, Dom Fernando e Dom Thomás Balduino articularam a vinda do bispo para o Regional Centro-Oeste. Segundo Duarte (2003, p. 56), essa iniciativa contrariou “a maioria dos bispos deste Regional que não concordavam com a linha pastoral de D. Pedro”, revelando que havia projetos pastorais diferentes no Regional Centro-Oeste.

contemplativa, propôs a emoção obtida pela devoção e pela edificação interior. Dessa forma, substituiu a identificação estética com o herói ou com o modelo por uma “identificação moral”, ou seja, o desejo de imitar Jesus Cristo provocado pela compaixão. O autor compara a compaixão com o espelho, em que o observador reconhece a si mesmo no sofrimento do outro e assume o exemplo de seu imitado.

No entanto, imbuído de sua missão sacerdotal, Dom Fernando mostrava-se desejoso não apenas de imitar, mas de seguir Jesus Cristo. Segundo o Padre Mateus Rocha (1982) existe o seguimento *formal* e o *real*: no primeiro o seguidor se limita a obedecer aos ensinamentos do mestre, assemelhando-se mais a uma imitação; no segundo, o seguidor se propõe a “tomar o caminho histórico de Jesus” (idem, p. 329), tratando-se de uma fidelidade criadora e não de uma imitação servil. Nesse segundo sentido, o seguimento de Jesus exige fé-confiança, além de abraçar o estilo de vida de Jesus e sua prática, rompendo com o estilo de vida anterior. Equilibra-se nesse propósito a prática histórica de Jesus – no plano econômico, social, político e religioso – e sua referência ao Pai no cumprimento da missão que Lhe foi confiada: “se o estilo de vida de Jesus se ordenava a uma prática, esta visava o Reino de Deus” (idem, p. 336). Padre Mateus cita a vida religiosa como uma das formas de seguimento de Jesus.

Além de desejar seguir Jesus Cristo, Dom Fernando acreditava ser importante para um sacerdote tornar-se um modelo de vida cristã e, para isso, mostrava cumprir sua vocação com obstinada dedicação. Ao falar sobre vocações, já em idade avançada, o arcebispo ressaltou a importância do exemplo e do testemunho para arrebanhar os cristãos: “só o nosso testemunho comprometido em ação concreta, jamais compactuando com as injustiças, poderá transformar a sociedade e atrair vocações. Um jovem cristão comprometido com a comunidade é um exemplo e um questionamento para os outros” (SANTOS, 1984a, p. 627-628). Segundo o Arcebispo, abraçar o estilo de vida de Jesus, cuja imagem é, sobretudo, de despojamento, significava também essa opção, conforme ensinou: “a opção pelos pobres é marca da opção por Jesus Cristo, fundamento de toda vocação cristã” (idem, p. 627).

Essas advertências, que não se limitavam ao aspecto doutrinário, coadunavam-se com o fato de que a Igreja precisa de modelos para seu trabalho de evangelização diante do mundo laicizado, cujo ideal são os santos. Ao estudar a vida de São Francisco, Le Goff (2001) fez um inventário de modelos comuns no século XIII, tendo em vista identificar as atitudes dos franciscanos em relação a eles. A Igreja, como instituição tradicional, preserva muitos desses modelos, e as referências a Dom Fernando o relacionam aos *modelos ético-religiosos*

propriamente ditos – fundamentados na penitência, na pobreza, na humildade, na pureza, na oração e na santidade – mas, sobretudo, aos *modelos ligados à estrutura da sociedade religiosa*, com destaque para o respeito ao sacerdócio e à hierarquia eclesiástica. Os depoimentos sobre Dom Fernando destacam a absoluta fidelidade do Arcebispo à Igreja e seu enquadramento em todas essas concepções.

Uma representação sobre Dom Fernando não significa a prevalência do que ele é como indivíduo, mas sim como se deseja que ele seja percebido e lembrado. O modelo é uma imagem idealizada, construída por meio de uma seleção em que o grupo ou indivíduo, conscientemente ou não, destaca aquilo que tem significado para ele e exclui o que não interessa. Nesse sentido, difere da realidade histórica que está em permanente construção, sujeita a mudanças e confrontos. A construção de um modelo atinge os imaginários sociais que, segundo Baczo (1996), fazem parte de um vasto sistema simbólico que as coletividades produzem e que orienta suas ações, tornando-se uma das forças reguladoras da vida social. O imaginário social apresenta um potencial unificador, que possibilita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, “modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (idem, p. 311).

Dom Fernando buscou ser modelo de vida sacerdotal porque sabia que as imagens são capazes de orientar as ações dos homens e, por isso, buscou espelhar-se em Jesus Cristo e criar um aparato para ancorar essa imagem, fixando-a na memória dos católicos. Nesse sentido, procurou viver de maneira coerente com o evangelho e com sua Igreja, registrando seus passos, arquivando a própria vida, sinalizando a forma como gostaria de ser lembrado, registrando suas ações por meio de fotografias e textos, com o intuito de serem conhecidas pelas gerações futuras. Nesse sentido, propôs ser um modelo de disciplina rigorosa no seguimento de Jesus, mostrando-se desde o início um homem austero – conforme sempre foi retratado – e destemido na luta por justiça social, conforme o *slogan* que cunhou em seus últimos anos de vida: “unidos a Jesus Cristo e aos irmãos sem violência e sem medo”. Nesse passo, Artières (1998, p. 11) enfatiza a “intenção autobiográfica”, por meio da qual “não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas”. Dom Fernando pretendeu ser modelo na luta em defesa da Igreja diante das ameaças impostas pelo mundo moderno, mas também modelo de conduta religiosa para manter a unidade no interior da instituição.

Ao mesmo tempo em que o Arcebispo apontava a forma como gostaria de ser lembrado, as pessoas que com ele conviviam também reconheciam que a imagem do Prelado seria capaz de transmitir valores, apontando aspectos e momentos da vida do Prelado que tinham significado para o grupo. Se nos primeiros anos de seu arcebispado em Goiânia tornava-se importante destacar a luta do arcebispo contra os denominados adversários da Igreja – comunismo, maçonaria, protestantismo e espiritismo –, após o Vaticano II e o advento do ecumenismo aquele período precisava ser esquecido. Tornava-se importante lembrar o papel do Prelado ao lado dos pobres, assim como seus embates com o governo militar, apresentando-o como defensor dos perseguidos políticos e dos excluídos da sociedade, valores que se coadunavam com o modelo de Igreja que defendiam.

O grupo organizado em torno do Arcebispo apropriou-se da imagem do Prelado, respaldados pelos veículos de comunicação da Arquidiocese, para afirmar o cristianismo em uma circunstância histórica concreta e defender um determinado modelo de Igreja, construindo a imagem e a memória de Dom Fernando como o modelo cristão mais próximo dos fiéis, definindo o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido.

Aquele período histórico apresentava enormes desafios para a Igreja, aos quais Dom Fernando buscou dar respostas efetivas. Tanto o arcebispo quanto seu grupo de auxiliares buscaram dar sentido a esse tempo e o faziam por meio de uma narrativa que apresentava Dom Fernando como o homem certo para estar à frente da Igreja em Goiás naquele período. Conforme Rüsen (2007, p. 103-104), a *consciência histórica* se expressa por meio da competência narrativa, que “é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas”. Essa concepção pautou a trajetória desse Prelado à frente da Arquidiocese e do grupo que o acompanhou, perenizando sua atuação na memória social, política e religiosa, tornando-o, ainda, uma referência de ação abrangente e marcante.

O que observamos aqui é a convergência entre o desejo de um homem sobre quais elementos de sua ação deveriam ser destacados e registrados para a posteridade e o desejo do grupo que – por meio dos veículos de comunicação da Arquidiocese – selecionou elementos que, segundo eles, preservariam não apenas a imagem de Dom Fernando, mas os valores católicos adequados a uma situação histórica específica.

Para pensar a ação concreta de Dom Fernando e desse grupo, tomaremos como referência a reflexão de Chartier (1990, p. 16) sobre uma história cultural que busca diferenciações próprias de cada situação particular e historicamente determinada, visando

identificar como “uma determinada realidade social é construída”. O autor propõe verificar aspectos fundamentais nesse processo: as práticas e as representações.

Para Chartier (1990), as *práticas* – que podem ser políticas, sociais ou discursivas – consistem nas classificações e exclusões, que funcionam como esquemas intelectuais incorporados pelos grupos que organizam sua apreensão do mundo social, possibilitando a percepção do real. Para o autor, a realidade é construída de maneira contraditória pelos grupos sociais, fazendo com que essas práticas não sejam neutras, mas estratégias que visam um determinado fim, que pode ser “legitimar um projeto” ou “impor uma autoridade”.

Quanto às *representações* do mundo social, Chartier (1990, p. 19) as considera o próprio objeto da História Cultural, porque “à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse”. Nessa perspectiva, o conceito de *representação* é basilar e, neste trabalho, será pensado conforme propõe o autor, como a forma com a qual os grupos classificam a si e aos demais, estabelecendo essas diferenças de maneira a dar sentido ao mundo. Por se estruturarem em um campo de disputas, não são neutras, mas guiadas pelos interesses de grupos, tornando-se necessário identificar a posição dos que as elaboram.

Grupo, neste trabalho, refere-se aos religiosos e leigos que se uniram em torno de Dom Fernando por concordarem com o modelo de Igreja assumido pelo Prelado e cuja identidade se estabelecia por defender uma determinada ação pastoral diante da sociedade e no interior da própria Arquidiocese. Como todo grupo, esse também possuía divergências internas, mas se unia na defesa do projeto pastoral e do arcebispo. Esse grupo agia de maneira estratégica, erigindo Dom Fernando como modelo de pastor, tendo em vista ampliar a adesão à sua linha pastoral no interior da instituição e também mostrar a importância de suas conquistas para a sociedade.

Ao longo de sua trajetória em Goiás, o Prelado aglutinou em torno de si um grupo de pessoas, agregando-os a partir das suas ideias e projetos de ação. Este grupo manteve sua identidade em torno das propostas do arcebispo, convencido de que Dom Fernando era imprescindível para a Igreja em Goiás. O grupo parecia desejar manter a identidade da Igreja local centrada na figura do arcebispo, percebido como aquele que instituiu e consolidou suas bases e apontou os caminhos para o futuro. Dom Fernando, por sua vez, parecia pretender fazer dessa instituição em Goiás um modelo de Igreja para o Brasil.

Desde sua chegada à cidade, o arcebispo foi aclamado como líder capaz de ampliar e garantir o espaço da Igreja na região. A década de 1950 foi cenário de muitas mudanças, período em que a sociedade brasileira experimentava uma modernização crescente, tanto em termos tecnológicos como nos costumes, com reflexos no campo da religião e da cultura. Goiás viveu essa experiência de maneira particular, impulsionado pela construção de Brasília que, entre outras mudanças, implantou novas estradas ligando a região ao resto do país, implicando mais circulação de ideias e de novos hábitos de vida.

A Igreja em Goiânia se ressentia da falta de um líder para conduzi-la nesse processo. Dom Fernando ocupou esse espaço e, ao mesmo tempo em que buscava consolidar a Arquidiocese criada no ano anterior, também voltou sua atenção para implantar os alicerces da Igreja na capital federal em construção, então sob sua jurisdição. O grupo de auxiliares e de intelectuais em torno do Arcebispo passou a exaltar as iniciativas do Prelado, admirados com sua capacidade de trabalho e espírito de liderança. O editorial na *Revista da Arquidiocese* sobre a inauguração de Brasília defende que só um homem com as características de Dom Fernando seria capaz de enfrentar os desafios para conquistar espaço para a Igreja na nova capital federal⁷.

Na medida em que o Arcebispo se empenhava em tornar Goiás exemplo de inspiração cristã para o Brasil e que suas ações projetavam a Igreja da região, crescia a admiração dos arquidiocesanos, que se uniam ao seu redor, reverberando essa imagem e preservando a memória do seu carisma. Nesse sentido, não obstante as ações e as palavras do Arcebispo terem marcado época, houve também, por parte dele e de seus auxiliares, um trabalho de sinalização dos feitos que deveriam ser destacados como representativos de sua atuação para, além de respaldar sua imagem, permanecer na memória dos goianos.

A memória também é construída por um processo de seleção que inclui as lembranças que reforçam valores, promovendo o esquecimento de outras. Esquecimento e memória são partes constituintes de um mesmo processo. Se, por um lado, a memória é uma forma de lutar contra o esquecimento, por outro não é possível tudo lembrar (RICOEUR, 2007). Assim, eram selecionados acontecimentos considerados significativos, que se relacionavam a valores

⁷ “Quem tem a honra de conviver com D. Fernando sabe de suas noites de insônia, de suas angústias em busca de apóstolos para edificar a Igreja de Deus no Planalto, de suas lutas, de suas esperas intermináveis pelos homens, dos seus encontros nem sempre serenos com certos senhores, cuja prepotência precisava ser brecada por força de sua dialética, de seus suores, que como gotas de sangue fertilizaram a terra que deveria nascer de novo para o Cristo e sua Igreja. Qualquer outro homem que não D. Fernando, sem a sua têmpera, sem a sua fibra, sem a marca de sua personalidade forte, talvez tivesse desanimado e frustrado, de certo modo, a obra de Deus na edificação da cidade dos homens” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1960a, p. 4).

e que possibilitavam a abordagem de problemas históricos, deixando esquecido o que não se coadunava com essa perspectiva.

Os depoimentos das pessoas que atuaram diretamente com Dom Fernando são perpassados pela anuência em torno de um verdadeiro projeto de construção da memória sobre o arcebispo, que se consolidou particularmente após sua morte. Ao elegermos os depoimentos de um grupo como objeto de estudo, nos deparamos com a necessidade de pensar sobre o conceito de *memória coletiva*, cunhado pelo sociólogo Halbwachs (2004), e que tem passado por revisões constantes. Para o autor, toda memória é coletiva porque se apoia não só nas lembranças pessoais, mas também nas dos demais membros do grupo.

Nessa perspectiva, Seixas (2001a) reconhece a noção de memória coletiva do autor como um divisor de águas nos estudos sobre memória, pensada até então apenas como memória individual. Destaca também a atualidade do pensamento de Halbwachs, quando fala sobre a diversidade das memórias sociais, chamando a atenção ainda para “a legitimidade de sua tese central, a de que a memória significa fundamentalmente reconstruir um passado a partir dos quadros sociais do presente” (SEIXAS, 2001a, p. 97). No entanto, embora Seixas aponte para o potencial do conceito de memória coletiva, coloca-se em uma posição diferente de Halbwachs, ressaltando a necessidade da ruptura com a dualidade estabelecida pelo autor, que estrutura seu pensamento no tripé objetividade, exterioridade e racionalidade, negando a imaginação e a afetividade⁸.

Seixas critica Halbwachs e Nora por estabelecerem uma dicotomia entre história e memória, alegando que os dois autores se colocam na perspectiva aristotélica, que entende memória em sua função essencialmente cognitiva, como conhecimento do passado, sendo apropriada pela história. Segundo a autora, Nora organiza uma classificação dicotômica entre memória – apresentada como “espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável” – e história, mostrada como “representação sistemática e rígida do passado” (SEIXAS, 2001b, p. 41), desconhecendo a relação tensa entre os dois conceitos.

Seixas critica ainda a visão de Nora sobre *lugares de memória* cristalizados, apontando que o autor ignora a “especialização do tempo” e sua capacidade de atualização

⁸ A autora ressalta que, para Halbwachs, memória não significa reviver o passado com a subjetividade própria da emoção desse reencontro, mas reconstruí-lo do exterior, com a objetividade proporcionada pelos quadros sociais. Halbwachs (2004, p. 90) explicita esse pensamento ao falar dos acontecimentos passados: “não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros”.

através dos lugares⁹. Ao tecer sua crítica, Seixas aponta para a necessidade de que a memória seja apreendida ao mesmo tempo como reconstrução e erupção. O grupo revive de certa forma, ao reunir-se, a emoção do passado; porém, o passado é revivido a partir do presente e as lembranças são reatualizadas. O grupo que atuou com Dom Fernando se reunia durante as celebrações, particularmente após a morte do Prelado, não para voltar ao passado, mas para possibilitar que o passado iluminasse o presente. Os momentos privilegiados para construir e celebrar a memória do Arcebispo eram, sobretudo, as celebrações em sua homenagem, como a cerimônia de sua entronização em Goiânia, as comemorações de seu aniversário de ordenação sacerdotal, seus ritos funerários e os aniversários de sua morte¹⁰.

Para Seixas (2001a, p. 103), os mesmos quadros sociais que, na concepção de Halbwachs, induzem a memória, agiriam também sobre o esquecimento, “considerado como um efeito da transformação ou do desaparecimento dos quadros sociais formadores da memória”. Sob essa perspectiva, a autora propõe a superação da dicotomia estabelecida nos estudos sobre memória¹¹.

O grupo que apoiava Dom Fernando via no Prelado alguém capaz de conduzir a Igreja local diante dos desafios colocados pelas mudanças do mundo moderno, por adotar uma linha pastoral capaz de se impor tanto no interior da Igreja como em relação à sociedade. Tendo em vista essa perspectiva, o presente trabalho tem como hipótese central que esse grupo promoveu, voluntariamente ou não, um processo de heroificação e mesmo sacralização da figura do arcebispo, por meio de textos publicados pelos veículos de comunicação da Arquidiocese, processo que teve continuidade após sua morte.

⁹ Para Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto de memória precisamente porque ela não existe mais”, restando os *lugares de memória*, definindo esses espaços como congelados no tempo: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (idem, p. 13).

¹⁰ Le Goff (1994) ressalta como a revolução francesa tornou-se um marco da mudança nos estudos da memória ao integrar a comemoração no programa revolucionário, colocando a festa a serviço da memória. Em busca de um conceito abrangente de festa, Guarinello (2001, p. 972) a define como “uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade”. O autor complementa que a festa nem sempre produz o consenso ou uma identidade homogênea.

¹¹ “Ora, o que me parece relevante, e os acontecimentos mais ou menos espetaculares do nosso presente colocam reiteradamente, é a necessidade de se apreender a memória ao mesmo tempo como reconstrução, evocação e erupção, ao mesmo tempo consciência e emoção; como existência “fora” e “dentro” (inclusive de forma inconsciente, recalçada) dos indivíduos e grupos sociais e constituindo-se como fator essencial na constituição das subjetividades. Necessidade de se desconstruir a dicotomia real/irreal sobre a qual em grande medida se constrói a sociologia da memória halbwachiana e, a partir daí, incorporar a dimensão dos sentimentos e afetos contida nos atos da memória, individuais ou coletivos, e em sua manifestação na história” (Seixas, 2001a, p. 105-106).

Girardet (1987) estuda os acontecimentos políticos na França nos séculos XIX e XX, fora do campo tradicional, enfocando o imaginário político no sentido de compreender como as “constelações mitológicas” agem na construção dos heróis nacionais. Dentre os mitos analisados pelo autor nos interessa o do *Salvador* e, entre seus exemplos, o do *Homem Providencial*, que por ser visto como o fundador de uma “ordem nova” inspira soluções para os desafios do presente¹².

O autor enfatiza que a figura do herói não se trata do personagem em si, mas de uma representação que se faz dele e se impõe à opinião. Por tratar-se de um “personagem símbolo”, por meio dele “exprime-se uma visão coerente e completa do destino coletivo. Em torno deles, cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão” (GIRARDET, 1987, p. 70). Nesse sentido, Dom Fernando parecia, para seu grupo, a figura capaz de apresentar um projeto significativo para a Arquidiocese e agregar em torno de si um amplo leque de colaboradores e de fiéis.

Segundo Girardet (idem, p. 80), o homem providencial atua “sobre uma linha de ruptura dos tempos”, implicando certa adequação entre sua personalidade e as necessidades da sociedade em dado momento histórico. Nessa perspectiva, as circunstâncias históricas de atuação de Dom Fernando em Goiás exigiram do Arcebispo atitudes enfáticas que, ao corresponderem a certas expectativas sociais, propiciaram sua “heroificação” e sacralização. A própria implantação da Arquidiocese sob o comando do arcebispo o perpetuou na memória dos goianos como “pai fundador” (idem, p. 78), acentuando o espírito de desbravamento, de novidade e de pioneirismo em suas ações. Na década de 1950, o Arcebispo reestruturou a Igreja local com iniciativas que possibilitaram à instituição inserir-se com vigor na sociedade e impor-se até mesmo frente ao poder político. Foram tempos de enfrentamento com aqueles que se consideravam os adversários da Igreja, os que buscariam solapar o poder da instituição, o que exigia do Prelado ações contundentes para afirmar esse poder, atitudes que levaram à sua heroificação. A partir de meados da década de 1960 ele participou e colaborou nas mais significativas transformações da Igreja, assumindo a defesa das causas populares, chegando a protagonizar episódios de confronto com o governo militar. Esses enfrentamentos, em um

¹² Como o estudo de Girardet enfoca líderes políticos nacionais, não pretendemos fazer uma simples transposição do método para o caso em estudo, mas algumas considerações são pertinentes por apresentarem características comuns: existe um grupo vinculado a Dom Fernando que representa uma parcela maior da população; o Arcebispo teve peso nacional por fazer parte de um grupo de bispos preocupados com o desenvolvimento do país, além do uso dos meios de comunicação da Arquidiocese, agregando elementos para compor a imagem do Prelado.

período em que a Igreja abraçava a causa dos pobres e dos perseguidos, consolidaram essa perspectiva sobre o Prelado.

Para Girardet (idem, p. 71) é difícil, e às vezes impossível, estabelecer uma demarcação precisa entre o relato mítico e o histórico, tornando-se um desafio “saber como se opera a passagem do histórico ao mítico”. De acordo com o autor, o processo de “heroificação” abarca o tempo da espera, o tempo da presença e o tempo da lembrança. Nas narrativas sobre Dom Fernando, desvela-se como o tempo de espera pela sua chegada criou um ambiente propício à aceitação de sua autoridade. Durante sua permanência em Goiás, as narrativas ressaltam que ele agia de maneira coerente em resposta às demandas do momento. Após sua morte, as lembranças buscavam inspiração na vida do Arcebispo para enfrentar os desafios do presente.

Conforme Girardet (1987), o mito político combina características das várias linhas de pensamento sobre o tema. Ao mesmo tempo em que é *fabulação*, ou deformação do real, é perpassada também por uma função *explicativa*, como narrativa que se refere ao passado para explicar o presente, além do caráter *mobilizador* que incita à ação. Assim, essas duas últimas características também se referem à função política da memória. Nos depoimentos sobre Dom Fernando, particularmente após a morte do Prelado, torna-se perceptível que, ao mesmo tempo em que o grupo desejava construir sua própria identidade ancorada na memória do Arcebispo, também disputava espaços de poder na condução da Arquidiocese, fundamentando-se na estreita convivência com o Prelado, o que certamente conferiria legitimidade aos seus projetos.

Seixas (2001a, p. 53) introduz a discussão sobre a função política da memória – vista geralmente como “controle do passado” – apontando que a memória tem também uma função ética de “atualizar as lembranças agindo”. Por isso critica em Halbwachs a ideia de que a memória coletiva busca o equilíbrio e a unidade. Pollak (1989) também ressalta que Halbwachs reforça a coesão social pela adesão afetiva do grupo, ignorando o caráter de disputa que perpassa toda construção de memória. Para Le Goff (1994), a memória é um elemento essencial para a constituição da identidade individual ou coletiva, sendo a memória coletiva perpassada por questões de luta em todas as sociedades, tornando-se instrumento e objeto de poder.

Esse debate foi reverberado por Santos (2007), que trata da gestão política da memória e do passado, preocupada em pensar as implicações do passado no presente e no futuro. Segundo a autora (idem, p. 84), mais que “mantenedores da memória”, os grupos “têm na

memória um ponto de apoio e justificativa de suas ações”; o passado ganha um novo sentido ao responder a questões colocadas no presente, possibilitando a transformação deste.

A partir da cerimônia de sua entrada em Goiânia e de seu discurso de saudação aos fiéis na nova Arquidiocese, em que apresentou seu projeto pastoral, Dom Fernando conquistou a admiração dos católicos goianos, iniciando um período em que foi representado pela *Revista da Arquidiocese* como modelo de virtude, tendo em vista ampliar essa adesão. Os depoimentos ressaltam particularmente os valores ligados às virtudes cardeais: a virtude da prudência, mostrando como o Arcebispo agia com sabedoria na condução da Arquidiocese; a virtude da temperança, apontando seu equilíbrio; a virtude da fortaleza, pela sua firmeza e espírito de sacrifício; e, sobretudo, a virtude da justiça, com a qual atestam que o Arcebispo manifestava sua vontade de conceder a todos o que lhes era devido.

Os discursos consolidavam a figura de Dom Fernando como “Arcebispo da Providência”¹³ por referir-se ao Prelado como enviado de Deus, dotado das virtudes necessárias para atuar em Goiás naquele momento da história em que a região passava por aceleradas transformações, como desvela um depoimento emblemático: “[...] pela providência de Deus, foi oportuníssima a presença e a atuação deste homem. Precisávamos de Dom Fernando para ser força para nossa fraqueza, para ser vigor para nossa pequenez, nesses anos difíceis pelos quais passamos juntos” (FLORES, 1985, p. 416).

Ao examinar os textos que se referem ao Prelado, evidencia-se que eles se sobressaem nas ocasiões em que o Arcebispo foi homenageado ou quando foi alvo de críticas na imprensa, momento em que os veículos de comunicação da Arquidiocese se posicionam em sua defesa, tornando-se necessário compreender o sentido desses textos.

De acordo com Mouillaud (2002a), forma e sentido não podem ser separados na análise de um texto jornalístico, pois ambos se influenciam. O jornal ou revista – que o autor chama de “dispositivo” – influencia o conteúdo, assim como é influenciado por ele, ou seja, o dispositivo impõe suas formas ao texto por ter certas regras institucionalizadas, influenciando no impacto do conteúdo. A extensão da matéria, sua localização na página, o tamanho da letra e do título, a presença da fotografia, revelam a importância atribuída ao conteúdo pelo “dispositivo”. Mais que isso, podemos afirmar que o sentido do texto deve ser percebido em todo o seu processo de produção, da pauta à recepção pelo leitor. As fotografias do Arcebispo

¹³ Segundo Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (1995, p. 2), essa expressão foi cunhada pelo Cônego Trindade logo que Dom Fernando chegou a Goiânia: “um escritor goiano que classifica Dom Emanuel como “Arcebispo da Instrução”, chamou Dom Fernando, o “Arcebispo da Providência””.

publicadas pela Revista merecem uma observação à parte, seja quando são produzidas pelos fotógrafos do próprio periódico, seja quando reproduzidas de jornais locais. Em ambos os casos elas obedecem a regras do fotojornalismo, que tem como objetivo informar, buscando condensar em um instante a essência do acontecimento e seu significado (SOUSA, 2002).

Conforme Kossoy (2007), essa imagem, pensada como “testemunho documental jornalístico”, inclui também um aspecto de criação da realidade porque envolve as intenções de seus autores em um processo de elaboração técnica, estética e cultural, refletindo os interesses do veículo naquele momento. Para o autor (2001, p. 50), a fotografia representa, ao mesmo tempo, o “testemunho de uma criação” – pelo que informa sobre sua autoria – e a “criação de um testemunho” – pelo que mostra de uma cena passada. Assim, informa sobre o passado enquanto se presta a interesses diversos. O autor ressalta, ainda, que a fotografia constitui um fragmento para desvendar o passado e, por isso, não se esgota em si mesma, mas deve ser contextualizada na trama histórica para revelar seu potencial informativo. Esse fragmento cristalizado na cena fotográfica sofreu um processo de seleção que deve ser problematizado pelo historiador.

As fotografias têm um destaque especial na trajetória de Dom Fernando, extrapolando sua publicação pelos veículos de comunicação da Arquidiocese, tendo sido objeto de criterioso arquivamento por parte do próprio Prelado desde a sua infância até a idade avançada, demonstrando como o Arcebispo teve a preocupação de registrar muitos de seus passos, por meio dos quais pretendia narrar a própria vida¹⁴. Lançaremos mão de fotos desse arquivo no capítulo um para colaborar na compreensão da trajetória do Prelado e também de seu ritual de entronização em Goiânia.

Quanto às fotografias publicadas pelos veículos de comunicação da Arquidiocese, podemos separá-las em dois blocos: as divulgadas em vida e as divulgadas após a morte do Prelado. Em vida, as fotos mostram Dom Fernando como um homem compenetrado e cioso de seu trabalho como pastor da Igreja. Após sua morte, as fotografias parecem indicar um segundo corpo do Arcebispo, um corpo figurado e revestido de poder, legitimando o grupo que deu continuidade ao seu trabalho; nesse sentido, um corpo também político (KANTOROWICZ, 1998). Também por meio das fotos, seus seguidores desvelam o desejo de perpetuar o instante passado, mantendo viva a memória do Arcebispo, como se ele continuasse presente e atuante na vida cotidiana.

¹⁴ Essas fotografias compõem o *Arquivo Dom Fernando*, disponível para consulta no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) da PUC-GO.

Ao refletir sobre a análise do texto jornalístico em seu conjunto, Mouillaud (2002b, p. 39 e 43) afirma que não existe um “todo informativo” porque toda informação, ao produzir uma superfície visível, traz em seu avesso o invisível, ou seja, “toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa”. Produzir uma informação é dar um enquadramento a uma realidade em constante movimento, sendo o quadro determinante do “o que deve ser visto”, deixando algo “de fora do quadro”, unificando o que permanece em seu interior, enfatizando a impossibilidade de se abarcar a realidade como um todo, à qual só podemos ter acesso por meio de representações. Nesse sentido, além de observar o texto jornalístico em seu processo de produção, é necessário percebê-lo em sua historicidade, tomando as referências não como dados objetivos, mas sim como historicamente produzidos.

A importância da *Revista da Arquidiocese* é comprovada pelo fato de Dom Fernando escolher pessoas com sólida formação intelectual para dirigi-la, além de experiências anteriores em edição jornalística. O primeiro diretor foi o padre Adolfo Serra (1918-2000), que já exercia a função de diretor do jornal *Brasil Central* e esteve à frente da Revista de julho de 1957 a abril de 1961. Padre Serra acumulava também a função de assistente da Juventude Operária Católica, desdobramento da Ação Católica, movimento priorizado por Dom Fernando. Os dois outros diretores da Revista foram escolhidos para ocupar também o cargo de Chanceler da Cúria Metropolitana, reforçando a relevância da função. Américo Sérgio Maia (1916-1999), que atuou como chanceler da cúria e diretor da Revista entre maio de 1961 e setembro de 1962, foi redator-chefe do *Correio do Sertão*, jornal mensal da Diocese de Cajazeiras (PB), que circulou de 1949 a 1957. O terceiro diretor, padre Nelson Rafael Fleury (1928), que também assumiu as funções de chanceler e diretor da Revista de outubro de 1962 até julho de 1973, atuava anteriormente como redator-chefe do jornal *Brasil Central*. A Revista teve sua publicação suspensa em julho de 1973, por decreto da Censura Federal e, quando voltou a circular, em outubro de 1974, não destacava mais a figura do diretor, mas se apresentava como veículo de responsabilidade da Arquidiocese.

O jornal *Brasil Central* – fundado pelo antecessor de Dom Fernando, Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955), na Cidade de Goiás, em 1937, e transferido para Goiânia em 1942 – também registrou acontecimentos importantes da Arquidiocese de Goiânia, mas deixou de circular em 1964¹⁵. Os dois veículos de comunicação tinham papel diferenciado e,

¹⁵ O jornal *Brasil Central* voltou a circular em 2008, após 44 anos de interrupção.

durante a gestão de Dom Fernando, o jornal *Brasil Central* recebeu incremento para competir com os jornais locais, chegando a circular diariamente durante o ano de 1960, nos moldes do jornalismo da época. O próprio Arcebispo definiu que o jornal tinha a incumbência de levar ao público “notícia rápida, minuciosa e exata” (SANTOS, 1960, p. 1). Além dessa orientação de um jornalismo dinâmico, Dom Fernando afirmou que o jornal *Brasil Central* não era um órgão oficial da Arquidiocese e que deveria continuar exercendo sua tradicional independência seguindo, no entanto, a linha “rígida e segura” da doutrina católica.

O diretor do jornal à época confirma essa característica de um jornal de orientação religiosa, que visava não só a informação, mas também a formação católica para atuar, segundo ele, em um espaço onde predominava o "neutralismo" e o "laicismo". Atento às preocupações do homem moderno, apontava a necessidade de a Igreja levar suas informações a uma sociedade cada vez mais “vasta”, “agitada” e “variada”. Para tanto, afirmou que a Arquidiocese se mobilizou para criar um jornal que visava veicular uma categoria de notícias e uma visão de mundo voltada para a doutrina católica: “o jornal católico se faz tanto mais necessário quanto mais vai se tornando descristianizada a opinião” (SERRA, 1960, p. 4).

Embora reconhecendo a capacidade de o jornal fornecer uma perspectiva cristã em meio aos acontecimentos cotidianos, esse tipo de veículo era visto como efêmero pela Arquidiocese, que apontava a necessidade de um registro mais duradouro de sua memória, papel destinado à *Revista da Arquidiocese*. Exemplo dessa percepção por parte da editoria dos dois veículos arquidiocesanos foi a cobertura da chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima em Brasília, em maio de 1959. O jornal *Brasil Central* acompanhou o acontecimento, divulgando cada etapa da programação; em seguida, a *Revista da Arquidiocese* reproduziu em suas páginas todas as matérias que circularam no jornal¹⁶, mostrando que esse evento foi selecionado para ser conhecido pelas gerações futuras¹⁷.

¹⁶ A 13 de maio: apoteótica recepção de Brasília a Nossa Senhora de Fátima. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 41-47, abr./mai. 1959; SILVA, Ernesto. Saudação oficial de Brasília a N. Senhora. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 49-50, abr./mai. 1959; e SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Dom Fernando saúda N. Sra. de Fátima em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 53-59, abr./mai. 1959.

¹⁷ Essas observações mostram que a Arquidiocese percebia o papel diferenciado de cada um desses veículos, atribuindo, no entanto, peso maior à Revista. O próprio nome do periódico – *Revista da Arquidiocese* – torna-se uma afirmação do gênero. Segundo Ana Luiza Martins (2001), essa visão idealizada, conferindo superioridade à Revista frente ao jornal, fez parte da fase de ambiguidade de nomenclatura entre os dois veículos até o início do século XX. Conforme explica a autora, Lima Barreto reconheceu a configuração definitiva do gênero Revista por volta de 1920, quando a *Revista do Brasil* (1916-1944) esteve sob o comando de Monteiro Lobato. Até então, explica Martins, a Revista era sempre situada entre o livro e o jornal: em relação ao primeiro, visava ampliar o público leitor face às exigências do mundo moderno, oferecendo também diversidade temática. Em relação ao segundo, tinha elaboração mais cuidada e periodicidade mais espaçada. Devido à falta de uma indústria livreira, nessa época “a Revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais” (MARTINS, 2001, p. 27).

A Arquidiocese percebia na Revista um veículo mais permanente que o jornal, pois, pelo seu formato, poderia ser colecionada e guardada nos arquivos paroquiais e também pessoais. Nessa concepção, torna-se importante refletir sobre os mecanismos de funcionamento da *Revista da Arquidiocese*, uma vez que se constitui, para os nossos propósitos, em objeto e fonte de estudo. Desde o início de seu arcebispado o Prelado influenciou a linha editorial, que foi se adequando à conjuntura local e mundial, tanto no campo religioso como no social, com o objetivo de tornar a Revista uma referência para a veiculação das iniciativas da Arquidiocese e da Igreja em geral¹⁸. Esse enfoque permaneceu, de certa forma, nos textos dos articulistas e colaboradores, permeando o processo de seleção do que seria veiculado como significativo para a Igreja naquele período e, ainda, transmitido para a posteridade, reforçando a construção das representações sobre o arcebispo.

A *Revista da Arquidiocese* foi transformada em um verdadeiro “documento-monumento” na concepção de Le Goff (1994) porque, mais que um testemunho histórico, tinha a intenção de perpetuar determinada memória sobre a Arquidiocese e seu Arcebispo; mais que a necessidade de intercomunicação, tinha a intenção de edificação da figura de Dom Fernando, de suas palavras e ações. Um *documento-monumento* é entendido por Le Goff como um *corpus* que possui uma “intencionalidade” consciente ou inconsciente, visando perpetuar determinada memória. Nessa perspectiva, o autor reporta-se a Paul Zumthor, para quem o documento-monumento atende a uma intenção de edificação “no duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício” (Le GOFF, 1994, p. 544).

Se existe uma intencionalidade, ela está ligada à ideia de perpetuar as conquistas, as vitórias e, nesse sentido, Le Goff (1994, p. 426) chama a atenção para a relação entre a memória coletiva e as lutas pelo poder, na qual determinados grupos visam tornar-se

Ao estudar a variação do emprego da palavra Revista, Martins (2001) se refere a um tipo de definição que se tornou tradicional a partir da conjugação do verbo “Revistar”, citando como exemplo o entendimento de Clara Rocha (apud MARTINS, 2001, p. 45): “uma Revista é uma publicação que, como o nome sugere, passa em Revista diversos assuntos o que [...] permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva”.

Para Martins, a definição de seus objetivos deve ser buscada no interior de cada Revista, verificando-se às condições históricas de seu tempo e lugar de gestação e circulação. A autora (idem, p. 46) identifica, no entanto, algumas características do gênero, reforçando seu conteúdo documental: “insista-se que o caráter fragmentado e periódico da Revista é seu traço recorrente, imutável nas variações geográficas e temporais onde o gênero floresceu, resultando sempre em publicação datada, por isso mesmo de forte conteúdo documental”.

¹⁸ Dom Luciano Mendes de Almeida (1985, p. 457) se refere ao papel da Revista no arcebispado de Dom Fernando: “[...] quando ele percorria este Brasil, quando ia à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quando ele participava das assembléias, levava para lá uma notícia da Goiânia. Fez a Igreja de Goiânia conhecida como uma Igreja que caminha. Ele enviava a seus irmãos a *Revista da Arquidiocese*, feita com apresentação realmente condigna, sempre portadora não só de notícias, mas também como é que deve ser feita, com cuidado, com atenção, com perícia técnica, uma Revista de Arquidiocese! Ali, ele ia, através de seus escritos, através da sua presença, levando Goiânia pelo Brasil inteiro. Uma Goiânia que ele tinha sabido abrir para fazer desta cidade um pouco o estuário de tantas e tantas descobertas de vida, Brasil afora”.

“senhores da memória e do esquecimento” no domínio da sociedade. O autor propõe que o documento-monumento seja estudado como instrumento de poder, verificando-se suas condições de produção. Segundo Le Goff (1994, p. 548), o documento-monumento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada idéia de si próprias”, cabendo ao historiador analisar criticamente suas condições de produção e desmontar essa construção.

Em distintos depoimentos publicados pela Revista¹⁹, torna-se perceptível que esta foi reconhecida por seus mentores como depositária da memória da Arquidiocese, guardando para as futuras gerações uma seleção de documentos²⁰, definindo o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. Ao assumir a direção do órgão, em 1962, Padre Nelson Rafael Fleury (1962, p. 436) lançou uma circular na qual definia o papel do periódico, mostrando preocupação com a guarda das informações para o futuro, mais do que com sua repercussão no presente: “A Revista será um documentário de assuntos que interessam ao Arquivo Paroquial”. Posteriormente, o atualmente Monsenhor Fleury (2006) revelou a orientação transmitida por Dom Fernando para garantir que o periódico arrolasse todas as informações julgadas importantes para serem preservadas: “ele queria que a Revista fosse uma espécie de “livro do tombo”, que garantisse para o futuro a história que estávamos construindo”.

A Revista passou por uma série de mudanças em 1967, orientadas pelo I Plano Regional Pastoral (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967a, p. 226-248), que teve como desdobramentos a criação do Departamento Regional de Opinião Pública e a promoção do I Seminário sobre Meios de Comunicação Social (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1968, p. 40-47). O principal objetivo do encontro foi preparar um grupo de comunicadores católicos para se relacionar com os demais veículos de comunicação locais e estudar os problemas do setor sob os auspícios do “espírito evangélico”. Mesmo com novas preocupações em relação à orientação aos veículos de comunicação da Arquidiocese, no final daquele mesmo ano Dom Fernando voltaria a reafirmar o caráter de memória da Revista.

Nas comemorações pelos dez anos de circulação do periódico, o Arcebispo reuniu seus executores e ressaltou o caráter perene da Revista, assinalando que esta teria a capacidade de ultrapassar os limites do tempo, afirmando que seus responsáveis construíssem algo “eterno”, cujo valor seria determinado pela “intenção” de beneficiar a comunidade.

¹⁹ Depoimentos apresentados no desenvolvimento deste texto.

²⁰ Em estudo realizado anteriormente verificamos que, além do aspecto de memória, denominado naquele trabalho como “documental”, a Revista também apresentava caráter informativo, doutrinal ou educativo e persuasivo, destacando-se naquele estudo essa última característica (BORGES, 2007).

Ademais, o Arcebispo ressaltou o significado do periódico como memória, ao destacar que os representantes “gravaram nas páginas da Revista a história da Igreja; sem dúvida alguma, um dos mais valiosos patrimônios que se pode construir para ser deixado à posteridade” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967b, p. 559).

Na edição especial, publicada em 1971, na qual se divulgava a estrutura da Arquidiocese, o tópico sobre a Revista mostrava que o periódico parecia corresponder às expectativas de seus idealizadores ao destacar que constituía “um precioso documentário, sempre buscado quando se quer alguma pesquisa sobre a Arquidiocese de Goiânia ou a vida da Igreja no Centro-Oeste brasileiro, bem como os fatos de maior repercussão ocorridos nos últimos treze anos” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1971, p. 94). Esse texto enfatiza a preocupação da Revista com a seleção dos “fatos de maior repercussão”, confirmando as orientações que o Monsenhor Rafael Fleury (2006) recebeu de Dom Fernando: “a Revista publicaria todos os documentos da Santa Sé, da CNBB, da Arquidiocese, além de consignar tudo de importante que acontece no Estado de Goiás e no Brasil”.

Com o objetivo de problematizar essas questões, a estrutura dos capítulos foi inspirada em Girardet (1987, p. 72), para quem o processo de heroificação pode apresentar-se em vários períodos sucessivos como o *tempo da espera*, o *tempo da presença* e o *tempo da lembrança*. No capítulo 1 – “‘Tempo da espera’ e trajetória em Goiás” – elaboramos uma síntese sobre a vida de Dom Fernando antes e depois de chegar a Goiás. Esse levantamento mostra como a formação rigorosa do Prelado – no Seminário da Paraíba e depois em Roma –, pautada nos preceitos de uma Igreja fortemente hierarquizada, marcou suas ações até a década de 1960, quando acompanhou a abertura e a flexibilização da Igreja após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em 1968, em Medellín, Colômbia, modificando suas atitudes a partir desse período. Nessa parte do capítulo, apontamos como Dom Fernando buscou construir sua trajetória como modelo de pastor no trabalho pastoral e social, sendo sua ação pastoral pautada na busca da coerência com sua visão de Igreja. A segunda parte do capítulo centrou-se na chegada do Arcebispo em Goiânia, mostrando como o ritual católico marcou a introdução do poder eclesiástico na jovem capital e como o Prelado despertou a atenção dos católicos goianos.

No capítulo 2 – “Tempo da presença” – verificamos, em primeiro lugar, como a *Revista da Arquidiocese* destacava a preocupação de Dom Fernando com os rumos de Goiás, apontando a forma com a qual o Arcebispo visava projetar o estado como modelo de desenvolvimento para o Brasil. Esse objetivo seria conquistado com o apoio da Igreja, cujas

ideias se traduziriam em ações concretas, tendo em vista a modernização da região. A segunda parte do capítulo – “A construção do modelo” – mostra como os líderes religiosos e leigos que atuavam junto à Arquidiocese, por meio dos veículos de comunicação da instituição, buscaram erigir Dom Fernando como modelo de virtude, apontado-o como o homem certo para atuar em Goiás naquele momento e projetando o modelo de Igreja adotado pelo Arcebispo. Essa representação foi elaborada pela escolha daquilo que era mais significativo na política que orientava as ações intersubjetivas e que também deveria ser perpetuado na memória dos goianos. Esse estudo foi realizado precipuamente pelo exame dos textos publicados pela *Revista da Arquidiocese* sobre os eventos nos quais o Arcebispo ocupava lugar central. Foi investigado como as comemorações do aniversário de ordenação sacerdotal do arcebispo, realizadas no dia 1º de novembro de cada ano, tornaram-se momentos privilegiados para ressaltar as virtudes do Prelado e como seu aniversário natalício serviu de espaço para a defesa da sua imagem. Foram objeto de estudo, ainda, as fotografias selecionadas para serem perpetuadas como as imagens fotográficas do Arcebispo, publicadas na *Revista da Arquidiocese*, particularmente aquelas selecionadas para os eventos referidos neste trabalho.

No capítulo 3 – “Tempo da lembrança e do esquecimento” – destacaremos como o grupo que se formou em torno de Dom Fernando buscou perenizar a memória do Prelado após sua morte, como forma de legitimar a continuidade de seu projeto e do próprio grupo à frente da Arquidiocese. Foram estudados os testemunhos registrados pelos veículos de comunicação da Arquidiocese durante os rituais funerários do Arcebispo, assim como depoimentos do grupo mais próximo a ele nas celebrações de aniversário de sua morte. O capítulo é encerrado com um estudo sobre o centenário de nascimento do Arcebispo, celebrado em um novo contexto para a Arquidiocese de Goiânia, em 2010.

CAPÍTULO 1

“TEMPO DA ESPERA” E A TRAJETÓRIA EM GOIÁS

Dom Fernando Gomes dos Santos viveu de maneira paradigmática a transformação estrutural sofrida pela Igreja na segunda metade do século XX. Com a rígida formação que recebeu na Paraíba e depois em Roma, tornou-se um defensor do papel central da hierarquia eclesial no comando da Igreja. Contudo, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência do Episcopado Latino-Americano (1968), também fez reverberar os novos posicionamentos da instituição, aceitando o papel ativo do leigo nas pastorais. O Prelado viveu de maneira singular uma época de mudanças na Igreja Católica no Brasil, particularmente no período em que atuou como Bispo e Arcebispo (1943-1985), mantendo sua fidelidade aos preceitos do Vaticano, ao mesmo tempo em que contribuía para que a instituição acompanhasse as mudanças do mundo moderno.

Ao buscarmos compreender as motivações de Dom Fernando na sua atividade concreta²¹, percebemos a relação coerente entre essas ações e a visão de Igreja manifestada pelo Arcebispo. Em sua ação pastoral, particularmente como Bispo e Arcebispo, a preocupação maior foi tornar a Igreja mais presente na vida da sociedade, apresentando alternativas cristãs para os problemas enfrentados. Uma das marcas da eclesiologia de Dom Fernando, definida no período de sua formação e que o acompanhou até os anos 1960, foi a crença de que nada poderia ser realizado sem a hierarquia. Essa é uma das características da Igreja como *Civitas Dei*, totalidade *ad intra*, definida por Boff (1982) como um dos três modelos de Igreja herdados do passado e que influenciam a instituição até a atualidade²².

²¹ Pretendemos compreender o que movia as ações de Dom Fernando, pautando-nos na noção de Weber (1992) de que compreensão é apreensão interpretativa do sentido de uma ação. Para o autor (idem, p. 400), ação social “é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento do outro e se orienta nela, no que diz respeito ao seu desenvolvimento”. Trata-se, portanto, de um comportamento dirigido à conduta dos outros e carregado de um sentido atribuído pelo sujeito. Cabe ao estudioso compreender, por meio das motivações do sujeito, o sentido dessa ação. Weber (idem, p. 322) se interessa em compreender como o homem se comporta em sociedade, tomando o indivíduo como “unidade última”: “O indivíduo constitui o limite e o único portador de um comportamento provido de sentido”.

²² Leonardo Boff (1982, p. 16) avalia que a Igreja não pode ser entendida em si mesma, mas sim em sua relação com o reino e o mundo, para os quais está a serviço: o *Reino* “constitui a utopia realizada no mundo” que se conclui com a salvação. O *mundo* “é o lugar da realização histórica do reino” e a *Igreja* “é aquela parte do mundo que, na força do espírito, acolheu o reino de forma explícita na pessoa de Jesus Cristo”.

Trata-se de uma Igreja cuja prática é voltada quase exclusivamente para dentro, em que a hierarquia clerical é a base de sua compreensão.

Segundo Hackmann (2003, p. 39), a defesa do poder da hierarquia é uma característica dos primeiros tratados de eclesiologia, durante o segundo milênio, marcados pela defesa da autoridade papal diante dos conflitos entre a Igreja e os impérios nacionais: “com isso, o conceito teológico-ético de Igreja é absorvido por um conceito de reino deste mundo, com supervalorização de seu poder”. Essa perspectiva foi reforçada durante a Reforma Protestante no século XVI, na qual a Igreja perdeu sua unidade monolítica que marcou a Idade Média, tendo o Concílio de Trento (1545-1563) refletido essa realidade ao afirmar o primado do Papa.

Os outros dois modelos de Igreja apontados por Boff também influenciaram Dom Fernando. O primeiro deles – Igreja como *Mater et Magistra*, antigo pacto colonial – conhecido como padroado, pressupõe um pacto com o Estado que garante o funcionamento da Igreja, provendo suas necessidades. A relação da Igreja com o mundo se dá, nesse modelo, por meio dos poderes estabelecidos, sendo essa também uma das principais características da chamada neocristandade proposta mais tarde pela Igreja e abraçada por Dom Fernando.

O último modelo citado por Boff (1982, p. 21) – *Igreja como Sacramento Salutis*, modernização da Igreja – é o resultado de muitas mudanças na instituição que acompanhou as transformações do mundo, colaborando na luta por justiça e desenvolvimento integral, eclesiologia consolidada durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual “a Igreja é apresentada como sacramento de salvação universal”.

De acordo com Hackmann (2003), desde o início do século XIX a eclesiologia católica passou por uma renovação que reagia à ideia de Igreja centrada na autoridade eclesiástica e elegia como conceitos centrais a unidade orgânica e o Corpo de Cristo. O teólogo João Adão Möhler (1796-1838), a quem se atribui o despertar da eclesiologia moderna, “vê no mistério da Igreja o prolongamento do mistério da encarnação redentora” (idem, p. 46). Assim, o teólogo ressalta o princípio divino da Igreja como essência, que se manifesta exteriormente por meio da unidade entre o ser humano e Deus, o visível e o invisível. Essas ideias influenciaram o Concílio Vaticano I (1869-1870); no entanto, foi Pio XII, com a Encíclica *Mystici Cosporis* (1943), que marcou a eclesiologia, colocando a ideia do Corpo Místico de Cristo no centro da Igreja. Esse sopro renovador chegou ao Vaticano II (1962-1965) promovendo mudanças profundas na eclesiologia:

[...] A renovação da Eclesiologia, iniciada no princípio do século passado, propicia uma nova visão de Igreja, agora unitária: o visível e o invisível numa simultaneidade, conforme expressa claramente o número 8 da *Lumen Gentium*, demonstrando a importância da redescoberta do mistério da Igreja para a sua autocompreensão. (HACKMANN, 2003, p. 53)

Contudo, ao mesmo tempo em que destaca a unidade da eclesiologia do Vaticano II em torno ao Corpo Místico de Cristo, Hackmann (2003, p. 54) aponta uma divisão binária na encíclica *Lumen Gentium* afirmando que, enquanto o primeiro capítulo reforça o *mistério da Igreja*, o segundo destaca a ideia de *Povo de Deus*: “a partir da dupla estrutura da Igreja, a divina e a humana, simultaneamente, a Eclesiologia pode partir ou do divino ou do humano, adquirindo, assim, diferente enfoque”. Segundo o autor, essa divisão gera uma má compreensão da natureza da Igreja, surgindo a necessidade de unidade entre ambas.

A recepção do Vaticano II na América Latina teve como marco a Conferência Episcopal de Medellín (1968), cujos documentos refletiram a realidade do continente marcado pela pobreza. Conforme os analistas do encontro, seus estudos inverteram as orientações do Vaticano, pensando a Igreja a partir de sua inserção no mundo e não a partir da espiritualidade.

Ao elaborar um estudo sobre a eclesiologia de Dom Fernando, Amado (1995, p. 60-61) afirma que Medellín foi um “ponto teológico referencial” para o Prelado, não como um acontecimento estanque, mas como resultado de um processo de mudanças na Igreja. Para o estudioso, Dom Fernando pensava a Igreja na sua relação com o *reino* – “uma Igreja baseada no relacionamento da Santíssima Trindade” – e o *mundo* – “uma Igreja pobre com os pobres” –, mas, a partir de Medellín, destaca-se sua preocupação com o mundo. Amado cita o testemunho do Arcebispo, por meio do qual professa sua “fé no mistério de Deus uno e trino, crendo firmemente na Igreja de Jesus Cristo”, ou seja, sua crença no mistério trinário da Igreja²³. Cita também outro documento, no qual Dom Fernando (apud AMADO, 1995, p. 62) assume que “a missão da Igreja é ficar ao lado do pobre, do oprimido”, e conclui que nesse contexto de mudanças da Igreja o Arcebispo forja sua prática eclesial coerente com a opção preferencial pelos pobres.

Converte-se, assimilando e viabilizando criativamente essa nova realidade, através de uma diaconia apostólica (como serviço à libertação). Já não assume a categoria teológica do “secular” (Vaticano II), mas do “pobre”, como sacramento de uma

²³ Para Hackmann (2003, p. 69), essa dimensão trinária significa que “o projeto salvífico da Igreja implica a participação das três Pessoas divinas. A sabedoria do Pai, do Filho e do Espírito Santo a concebeu; a bondade do Pai, do Filho e do Espírito Santo a quis; a força do Pai, do Filho e do Espírito Santo a criou”.

presença privilegiada de Cristo (Mt 25, 31-46). Engajado nesta teoria e prática eclesiológica, situa-se ao lado dos pobres, como defensor e procurador, conforme a praxe antiga da Igreja Primitiva (AMADO, 1995, p. 60).

A inserção de Dom Fernando na história da Igreja no Brasil mostra que suas ações influenciaram e também foram influenciadas por uma série de acontecimentos históricos e que dessa relação emergiu sua figura como referência nacional. A conjuntura em que viveu o levou a agir sob princípios rígidos que pareciam atender à expectativa de seus pares, conforme se verifica nas palavras do Frei Leonardo Boff:

Dom Fernando nos faz recordar, seja pela sua figura imponente, seja pelo seu denodo, seja por sua impressionante força de persuasão, os grandes bispos do passado, como Santo Ambrósio, São João Crisóstomo e São Gregório Magno. Há poucos fatos eclesiais dos últimos 30 anos que não venham marcados pela presença de Dom Fernando Gomes. (BOFF, 1985)

O Arcebispo tinha consciência de viver em um mundo em transformação e pretendia preparar a Igreja para acompanhar essas mudanças. A própria vida do Prelado ilustra a mudança experimentada pela Igreja ao longo de quase todo o século XX. As ações de Dom Fernando, além de serem coerentes com sua visão de Igreja, revelam ainda como o Arcebispo definiu o sentido de sua ação no esforço de seguir a Jesus Cristo, tornando-se também um modelo cristão.

1.1 DA HIERARQUIA À COMUNIDADE: FORMAÇÃO, ECLESIOLOGIA E AÇÃO PASTORAL

Apresentar um personagem singular como Dom Fernando torna-se um desafio para qualquer historiador, fazendo-se necessário escolher um recorte para tal empreitada. Nessa breve reflexão sobre a trajetória de Dom Fernando, pretende-se compreender como seu pensamento sobre a Igreja se refletiu em suas ações como Padre e, principalmente, como Bispo²⁴. Verificamos que, a partir da rigorosa formação religiosa que recebeu, Dom Fernando

²⁴ Ao escrever sobre a trajetória de Dom Fernando deparei-me com o fato de que a documentação particular do Prelado – diários, cartas e outros documentos – não está disponível para consulta. Diante disso, recorri a documentos e estudos diversos e, também, aos veículos de comunicação da Igreja de Goiânia, entre eles a

tornou-se primeiramente um defensor da hierarquia eclesiástica e, mais tarde, acompanhando as mudanças da instituição, transformou sua perspectiva eclesiológica e abriu-se a uma Igreja mais participativa e comunitária.

Fernando Gomes dos Santos, filho de Francisco Gomes dos Santos²⁵ e Veneranda Gomes Lustosa, nasceu em Patos, Paraíba, dia 4 de abril de 1910, e teve sete irmãos. Desde criança participava das cerimônias religiosas juntamente com os familiares, tendo sido batizado seis dias após o nascimento pelo Cônego Joaquim Alves Machado, mesmo religioso que lhe ministraria a primeira comunhão, aos 7 anos, cerimônias ocorridas na Igreja Nossa Senhora da Guia²⁶. Dia 14 de janeiro de 1918, aos 8 anos, ajudou pela primeira vez em uma missa celebrada pelo Cônego José Naves de Sá, desvelando uma religiosidade que seria reforçada ainda mais no período que antecedeu sua formação no seminário.

Iniciou seus estudos em Patos, ministrados por seu pai, passando depois para o Colégio Pio X, onde concluiu o primário. Em janeiro de 1921, perto de completar 11 anos, foi para João Pessoa, ingressando no Seminário da Paraíba, onde fez o Curso Preparatório (1921-1925), os dois primeiros anos de Filosofia (1926-1927) e iniciou o curso de Teologia (1928-1929)²⁷.

O Seminário foi fundado em 1894, por Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques – primeiro Bispo (1894-1914) e primeiro Arcebispo (1914-1935) da Arquidiocese da Paraíba – que em suas cartas pastorais pregava o respeito à autoridade, à soberania eclesiástica e combatia as atitudes imputadas à modernidade, vendo nelas a causa da desordem social, que só seria debelada com base nos valores cristãos (DIAS, 1996). A fundação do seminário fez parte da política expansionista que a Igreja assumiu no Brasil após a separação entre Igreja e Estado, em 1890, e, segundo Miceli (1988), essa postura ditada pela Santa Sé tinha cunho patrimonialista, visando a criação de dioceses e seminários por todo o território brasileiro, e também romanizadora, particularmente no que se referia à formação do clero.

Revista da Arquidiocese que, embora promova uma seleção dos feitos do Prelado, possibilita a percepção de parte dessa trajetória.

²⁵ O pai de Dom Fernando era um bem-sucedido comerciante de artigos diversos, entre eles roupas e calçados, cujo abastecimento era feito em Recife, Pernambuco. Com o tempo, adquiriu também terras como fazendas e sítios, situação que permitia pagar a pensão escolar do filho quando transferido para o Seminário da Paraíba e, depois, para Roma.

²⁶ Igreja na qual mais tarde seria sagrado Bispo.

²⁷ O *Curso Preparatório*, de quatro anos, contava com as seguintes disciplinas: Catecismo, Português, Latim, Francês, Aritmética, Geografia, Música, Corografia do Brasil, História sagrada, História do Brasil, Álgebra, História universal, História natural e Geometria. O *Curso de Filosofia*, de dois anos, com as disciplinas: Filosofia, História eclesiástica, Religião, Física, Química, Canto gregoriano, Eloquência sagrada. O *Curso de Teologia*, de quatro anos, com as disciplinas: Teologia dogmática, Teologia moral, Escritura sagrada, Liturgia, Eloquência sagrada, Canto gregoriano, Direito Canônico, Teologia pastoral (ESTATUTOS, 1927, p. 26).

Ao estudar os fundamentos da formação sacerdotal nesse Seminário, Barreto (2002, s/p) concluiu que a instituição atendia aos ideais romanizados, inspirados no Concílio de Trento (1545-1563), ratificados pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) e pelo Código de Direito Canônico (1867). Esses documentos estabeleciam que os Seminários deveriam ser centros de formação sacerdotal, nos quais “deveriam ser ensinados os conceitos filosóficos e teológicos, tendo por base a disciplina, a ordem, a doutrina cristã e a liturgia”. Sob esse enfoque, a formação do padre idôneo baseava-se em uma disciplina rígida, tendo em vista adequar o comportamento dos futuros sacerdotes aos posicionamentos da Igreja no Brasil.

Como uma pessoa determinada, a disciplina não incomodava o seminarista Fernando, mas sim o afastamento do seu mundo familiar: “Havia sim, a disciplina, mas muito diálogo e nós respeitávamos muito o reitor. Disso não me queixo não. Agora, era o próprio clima de isolamento do mundo. Isso aí era, a gente só ia em casa no fim do ano, sobretudo no sertão”²⁸. Na foto que tirou com seus colegas (Figura 1) – arquivada por ele em um de seus muitos álbuns – o seminarista mostra sua capacidade de disciplina, destacando-se dos demais, parecendo atender ao chamado do fotógrafo, olhando para a câmara e permanecendo em posição mais formal. Chama a atenção também o fato de se posicionar no centro da foto.



Figura 1: O seminarista Fernando no Seminário da Paraíba.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC-GO.

²⁸ Evangelizar e denunciar. EntRevista. *Folha de Goiaz*, 14/01/1979, p. 6.

Em outro texto, em que aborda os estatutos do Seminário da Paraíba do período, Barreto (2008, p. 2) conclui que o estabelecimento seguia o modelo escolar proposto pela Igreja Católica, que “visava a constituição de um sacerdote “piedoso” e “instruído”, que servisse de exemplo de integridade de costumes, de urbanidade verdadeiramente eclesiástica, de modéstia, de recato, de bom senso, de caridade, de operosidade e de compostura em tudo”.

No entanto, a autora defende o princípio de que, embora a educação religiosa na época fosse centralizadora e romanizada, havia certa adaptação à realidade nacional. Exemplo disso é a literatura a que os estudantes tinham acesso, que incluía obras de Visconde de Taunay, Euclides da Cunha, José Américo de Almeida (ex-aluno do Seminário), Epiácio Pessoa, Maximo Maciel, José de Oiticica, Mário Barreto e Guerra Junqueira. Barreto (2008) cita, ainda, o acesso às obras de Júlio Verne, autor francês que foi um dos precursores da moderna ficção científica²⁹. Essa variada instrução recebida pelo estudante Fernando pode ser uma das explicações para seu posicionamento de diálogo com o mundo moderno, embora formado em uma Igreja temerosa das mudanças apresentadas pela sociedade moderna.

Quando Dom Fernando ingressou no Seminário da Paraíba, a instituição já estava no quarto reitorado, tendo à frente o padre Manoel Morais³⁰ (1915-1925), que foi sucedido pelo Cônego Francisco Coelho³¹ (1925-1929). Ao participar das comemorações dos sessenta anos do Seminário Dom Fernando deu o seguinte testemunho:

Trazido, na infância ainda, para o velho Seminário da Paraíba e nele educado até quase às culminâncias do sacerdócio, sinto que as mais decisivas batalhas de minha vida foram travadas à sombra desta casa de tão felizes páginas escritas na existência de todos os que por aí passamos. Guardando sempre carinhosamente a marca das poderosas influências deste Seminário, invoco saudosamente os exemplos de seus

²⁹ Barreto (2008, p. 6) apontou outros livros adotados no Seminário da Paraíba entre 1928 e 1930: “*Os Estudos de Gramática* de Carlos Pereira, o *Dicionário Latino* de Saraiva, a *Antologia Nacional* de Carlos de Laet para o estudo do Português, o *Compêndio de F.T.D.* usado na disciplina de História Natural, *O Coração* de Edmundo d’Amires, as obras de Cícero e Virgílio para serem traduzidas do Latim, o *Compêndio* de Horácio Scrosóppi, a *Gramática* de exercícios de Halbout, *Cornélio* e as *Fábulas de Fedro*. Além da *Antologia Nacional* de Pereira da Silva, adotada no curso de História e de autores como Joaquim Macedo, Rocha Pombo, João Ribeiro, Varnhagem, Padre Rafael Galanti e o Visconde de Ouro Preto com o seu *Marinha de Outrora* [...]. Para a disciplina de História Universal, foram adotadas as obras de Raposo Botelho e Jonathas Serrano. O *Exame de Português* de Júlio Nogueira e *Catilinárias* também foram utilizadas para os conhecimentos lingüísticos”.

³⁰ Tratava-se de um sacerdote jovem, ordenado havia apenas cinco anos, e que impressionava os alunos por sua capacidade de educar sem artificialismos: “educador fascinante que com um olhar nos arrastava humildes aos seus pés, que com um sorriso mantinha as nossas almas genuflexas diante de sua alma” (LIMA apud FERNANDES, 1954, p. 51).

³¹ A escolha desse padre idoso, tido como “homem do passado”, surpreendeu os seminaristas, temerosos de “recuos obscurantistas sob o signo do carrancismo medieval” (LIMA apud FERNANDES, 1954, p. 53), embora mais tarde tenham percebido que Dom Adalto o teria escolhido por ser um modelo de padre que serviria de exemplo de ortodoxia a seus futuros vigários. Durante sua gestão, em 1926, foram aprovados os novos estatutos do Seminário.

mestres e imploro para o seu futuro as melhores bênçãos divinas. (SANTOS apud FERNANDES, 1954, p. 81)

Conforme Dom Fernando admite, o período em que estudou no Seminário da Paraíba foi decisivo em sua trajetória, permitindo que ele seguisse a tradição dos padres paraibanos:

Os padres paraibanos, dispersos por este país imenso, assinalam sempre com um roteiro de luz o posto de vigilância que o Senhor dos Exércitos lhes determinou na cidade do Reino de Deus, marcam sempre com um traço argênteo de luar o campo que o Agricultor Divino lhes confiou na grande seara das almas. (LIMA apud FERNANDES, 1954, p. 39)

Após esse período de formação Dom Fernando foi estudar em Roma. Segundo Padre Vicente (2010), o seminarista partiu de Recife em 14 de maio de 1930, no navio *Mendoza*, viajando de segunda classe; desembarcou no porto de Gênova dia 28, seguindo para Roma e apresentando-se no Colégio no dia seguinte. Em Roma, cursou Teologia na Universidade Gregoriana, além de estudar e residir no Colégio Pio Latino-Americano. Padre Fernando ordenou-se sacerdote dia 1º de novembro de 1932, em cerimônia presidida pelo Cardeal Marchetti Selvaggiani, celebrando, no dia seguinte, sua primeira missa, no túmulo de São Pedro.

O Colégio Pio Latino-Americano, criado em 1858 por Pio IX (1846-1878), representava um passo no processo de institucionalização da Igreja na América Latina, iniciado após as guerras de independência no século XIX (EDWARDS, 2002). Durante o período colonial vigorou o chamado padroado, quando a Igreja tinha, na América Latina, um relacionamento distante com Roma; padres e bispos agiam como funcionários do Estado, período em que os monarcas eram “investidos de “poderes pontifícios” para administrar, nos seus respectivos territórios, a instituição eclesiástica, promovendo e sustentando as “obras religiosas””³² (MATOS, 2001, p. 101). Após a independência das colônias surgiu outro desafio para a Igreja: as ideias liberais defendidas pelos republicanos. A estratégia de Pio IX foi fortalecer a institucionalização da Igreja local promovendo, além da unidade interna, a unidade em relação a Roma. Desse projeto de institucionalização fazia parte a reforma na formação do clérigo católico. A primeira alteração foi a profissionalização e a centralização da educação clerical, padronizando suas normas. Outra etapa importante foi a criação do

³² Esse modelo teve origem na Ordem de Cristo, poderosa organização da Igreja à qual o Papa Calisto III (1455-1458) concedeu a jurisdição espiritual das colônias. Com o tempo, a Coroa Portuguesa assumiu a chefia da Ordem de Cristo até que o rei foi reconhecido oficialmente seu grão-mestre pelo Papa Julio III (1550-1555) (MATOS, 2001).

Colégio Pio Latino-Americano em Roma, que tornou-se o centro propulsor do processo de modernização e profissionalização do clero, contribuindo também para a unidade da Igreja (EDWARDS, 2002). A proposta de fundação do Colégio partiu do padre chileno José Inácio Eyzaguirre que, a partir de sua própria experiência, julgava como insuficiente e inadequada a formação dos padres nos seminários latino-americanos³³.

Segundo Edwards (2002), os requisitos fundamentais para os interessados em ingressar no Seminário eram: serem selecionados pelos bispos por seu talento, demonstrarem virtude e aplicação, prestarem um juramento de que, ao concluírem os estudos em Roma, voltariam para suas regiões, servindo os bispos de sua diocese de origem. A partir de 1887, novas qualificações foram exigidas do seminarista, tais como ter boa saúde, talento acima da média, mostrar efetivos sinais de vocação eclesiástica e comprovar conhecimento razoável de Latim. Na foto que guardou como lembrança de seus colegas de seminário (Figura 2), o estudante Fernando novamente se destaca por se posicionar no centro e mostrar-se com o mesmo semblante circunspecto que o acompanharia por toda a vida.



Figura 2: O estudante Fernando com seus colegas em Roma.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC-GO.

O pontificado de Pio IX foi longo, sendo o período mais intenso de romanização por via da qual a centralização do poder em Roma se afirmou na Igreja: “a unidade da Igreja se

³³ Segundo Edwards (2002), Eyzaguirre propôs a criação do Colégio em uma perspectiva Pan-Americanista, acreditando que os padres formados em Roma se tornariam professores nos seminários latino-americanos, contribuindo para preservar a unidade religiosa da região e sua ligação com Roma, “centro da unidade católica”. Eyzaguirre enumerou as diversas vantagens da educação em Roma: o alto nível do ensino, a abordagem unificada na defesa da Igreja contra o espírito anticatólico e o estabelecimento de relações mais próximas entre o Vaticano e a Igreja local.

vinculava inextricavelmente à uniformidade. Uma fé significava uma só disciplina, uma só liturgia, um só código de lei canônica, uma só pirâmide de autoridade encabeçada por um papado empreendedor e intervencionista” (DUFFY, 1998, p. 235). Pio IX mostrou também interesse em que os futuros sacerdotes conhecessem os “inimigos” da Igreja e adquirissem embasamento para combatê-los.

A Pontifícia Universidade Gregoriana, na qual Dom Fernando cursou Teologia, era um centro de altos estudos, voltados para a formação do clero católico, criada no século XVI por Santo Inácio de Loyola, com o nome de Colégio Romano, tornando-se Universidade Gregoriana no final do século XIX, sob a direção dos jesuítas. Ao longo de sua história, a Universidade se manteve coerente com os projetos dos vários papados³⁴. Dom Fernando ingressou na Universidade durante o papado de Pio XI (1922-1939), que se preocupava com a qualidade da educação nos seminários, reafirmando a importância do estudo do método escolástico³⁵, do Latim e da Teologia Pastoral. Incentivou ainda o estudo sobre Missões, Catequese, História da Igreja, Missiologia e Ação Católica, movimento priorizado pela Igreja no período.

Dom Fernando frequentou o curso de Teologia durante o período em que estudou na Universidade, cujo programa de disciplinas seguia uma estrutura formada no final do século XIX e que continuou até a metade do século XX³⁶. O curso de Teologia constava das cadeiras de Escritura Sagrada, Teologia dogmática e moral, História Eclesiástica e Línguas (Hebraico e Árabe); a partir de 1909 foi incluído o curso de Sociologia e, entre 1918 e 1922, as disciplinas de Teologia ascética e mística, Paleografia, Filosofia Moderna e História da Religião.

O fato de as aulas serem ministradas em Latim contribuiu para a unificação da Igreja, facilitando a comunicação entre os membros de diferentes nações. Ao longo do tempo as regras para admissão de novos alunos foram se tornando mais rigorosas, o que Edwards

³⁴ Pio IX (1846-1878) preocupou-se com a disciplina visando preparar o jovem para a carreira sacerdotal; Leão XIII (1878-1903) reativou os estudos tomistas na instituição; Pio X (1903-1914) instituiu um novo plano geral de estudos em 1907, uniformizando a educação nos seminários e criando novas normas para regular a educação e a disciplina, reforçando a ortodoxia; Bento XV (1914-1922) incentivou o ascetismo e o misticismo na Igreja (EDWARDS, 2002).

³⁵ “[...] sistema bem estruturado, rigoroso e extremamente formal, ensinado em latim, que apresentava um conjunto completo de perguntas e respostas fechadas, gerando uma sensação de totalidade, de segurança, clareza e rigor [substituída depois do Concílio Vaticano II] por uma teologia plural, diversificada, menos estruturada e pouco sistematizada” (LIBÂNIO, 2005, p.73).

³⁶ A formação completa na Universidade Gregoriana constava de nove anos e compreendia os cursos de Filosofia, Teologia e Direito Canônico. As disciplinas do curso de Filosofia eram Lógica, Metafísica, Ética, Matemática Elementar, Física matemática e experimental, Química, Matemática avançada e Astronomia (EDWARDS, 2002).

exemplifica com o regulamento que vigorou a partir de 1906: estudantes iniciantes no curso de Filosofia tinham que ter completado os estudos avançados em Latim e os estudantes de Teologia passavam por exames práticos mais rigorosos. Por ter estudado em Roma durante o pontificado de Pio XI, Dom Fernando recebeu grande influência deste Papa, como ele mesmo registra:

Roma, no pontificado de Pio XI, marcou de maneira indelével a minha juventude. Era a época do fascismo de Mussolini e da Ação Católica de Pio XI, cognominado “*fides intrepida*” ou “fé corajosa”. Com incrível disposição, condenou os totalitarismos que chegaram a empolgar o mundo, endeusando os seus chefes. Criou a célebre festa de Cristo Rei, como a mostrar que só Jesus Cristo é o Senhor. Condenou, igualmente, o Capitalismo materialista que faz do lucro a razão de ser de tudo, aviltando o trabalho e oprimindo o trabalhador. Com o testemunho, tão próximo, de Pio XI, posso dizer que minha juventude se forjou na luta em defesa da justiça e contra os regimes totalitários. (SANTOS, 1985a, p. 209)

Segundo Duffy (1998), Pio XI assumiu uma postura centralizadora, exigindo a obediência dos que o cercavam e marcando seu papado pela reverberação de seus posicionamentos em relação aos governos autoritários. Depois de uma convivência harmoniosa com Mussolini cresceram as hostilidades do regime contra a Igreja e, em junho de 1931, Pio XI publicou a encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, criticando o fascismo. Da mesma forma, mesmo tendo assinado uma concordata com Hitler, em 1933, enviou a Berlim notas de protesto contra violações da concordata pelo regime nazista e, em 4 de março de 1937, publicou a encíclica *Mit Brennender Sorge*, contra o nacional-socialismo³⁷. Durante seu papado, o *Acordo de Latrão (1929)* definiu a forma pela qual o Vaticano assumiria a partir de então a condição de estado autônomo.

Preocupado com a crescente laicização da sociedade, influenciada por ideologias socioculturais e políticas como o liberalismo e o comunismo, Pio XI articulou o projeto de neocristandade ou restauração da ordem cristã, que visava a recristianização do mundo moderno, tornando a Igreja mais presente na sociedade. Esse projeto teve influência significativa na ação pastoral de Dom Fernando, particularmente após sua sagração como Bispo, levando-o a uma posição de liderança no episcopado brasileiro, tendo em vista efetivar ações concretas no sentido de reintroduzir o papel de destaque da Igreja na sociedade, combatendo o laicismo e as ideologias que o alimentavam.

³⁷ Cinco dias depois, em 19 de março de 1937, publicou a encíclica *Divini Redemptoris*, condenando o comunismo.

O projeto articulado por Pio XI foi denominado por vários autores como restauração da ordem cristã e, por outros, como neocristandade, referindo-se à cristandade inaugurada por Constantino, com a união entre o poder civil e o eclesiástico. A neocristandade se distinguia da cristandade por realizar-se em um sistema profano e não sacralizado, diferenciando o espiritual e o temporal (FIERRO, 1982). Segundo Azzi (1994), Pio XI tentou trazer de volta essa concepção de cristandade, baseada em dois princípios fundamentais: a sacralidade da pátria e a valorização do conceito de autoridade, retomando as alianças entre os dois poderes.

A principal estratégia adotada por Pio XI foi mobilizar os leigos por meio da Ação Católica, instituindo-a em 1922, tendo como objetivo preparar o laicato para ocupar postos-chaves na sociedade, tornando-se “fermento na massa” ao levar os valores cristãos ao seu meio: escola, trabalho, entre outros. A Ação Católica foi iniciada pelos jesuítas, mas Pio XI subordinou o movimento à autoridade da hierarquia eclesiástica. A Ação Católica foi definida como “a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Jesus Cristo” (DIAS, 1996, p. 88). De acordo com Dias (1996), Pio XI afirmava que somente trazendo Cristo para o centro da vida social a sociedade poderia ser restaurada do desequilíbrio. Nesse sentido, propôs a festa de Cristo-Rei, na qual os povos deveriam consagrar-se ao Sagrado Coração de Jesus, preconizando o governo de Cristo na sociedade³⁸.

No Brasil, o ideal de neocristandade encontrou terreno propício com dois acontecimentos marcantes que o antecederam, conforme afirma Azzi (1994): a transferência de Dom Sebastião Leme para o Rio de Janeiro, primeiro como Arcebispo coadjutor (1921-1930) e posteriormente Arcebispo (1930-1942), e também o lançamento da revista *A Ordem*, em 1921, publicada pelo Centro Dom Vital, que foi inaugurado logo depois, congregando a intelectualidade católica às causas da Igreja.

A liderança de Dom Leme concretizava um projeto de restauração da influência do catolicismo na sociedade, com o apoio do poder civil. Ainda como Arcebispo de Olinda (1916-1921), Dom Leme havia manifestado seu descontentamento de que um país de maioria católica como o Brasil não tivesse a influência da Igreja reconhecida pelo poder político. A ideia de “restauração” era inspirada em Pio XI, que convocava a Igreja a “restaurar todas as coisas em Cristo” (AZZI, 1994, p. 21). Sob essa concepção, Dom Leme defendia a ideia de

³⁸ Em 1975, no auge do enfrentamento com o governo militar, Dom Fernando rememorou o contexto de criação dessa festa, alertando para os excessos do autoritarismo: “A festa de Cristo-Rei continua sendo uma advertência e um convite aos governos para superarem as novas e aprimoradas formas de totalitarismo que estão novamente a ameaçar o mundo” (SANTOS, 1975a, p. 819).

que “a Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos” (MAINWARING, 2004, p. 41). Daí seu incentivo à Ação Católica e ao Centro Dom Vital, que publicava a revista *A Ordem*.

Desde a década de 1920, a Igreja no Brasil buscava restabelecer suas relações com o Estado, na tentativa de retomar sua posição privilegiada, perdida com a separação oficial ocorrida em 1890. Dessa vez não buscava a união, mas a colaboração mútua entre os dois poderes. O projeto de neocristandade visava restaurar a ordem cristã, afirmando a hegemonia do catolicismo na sociedade e, segundo Azzi (1994), pressupunha a aproximação com o Estado, porque a Igreja acreditava que a influência política ajudaria na transmissão da fé.

Segundo Mainwaring (2004), a Igreja via a separação entre Igreja e Estado como uma heresia da modernidade e buscava uma aliança para defender seus interesses, principalmente sobre o sistema educacional e a moralidade. Por isso, buscou reforçar a doutrinação por meio do ensino religioso nas escolas e da reforma do catecismo, promovendo um aprendizado hierarquizado aliado a práticas paternalistas.

No aspecto pastoral, a Ação Católica tornou-se o principal instrumento dessa cristianização. O movimento foi implantado oficialmente no Brasil em junho de 1935 e teve, a princípio, uma atuação limitada, devido ao momento político que o país atravessava. Em março daquele ano, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Segurança Nacional, que dava ao governo Getúlio Vargas o poder de reprimir as organizações populares, entre elas a Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luiz Carlos Prestes. Nesse contexto, o movimento deu “maior importância à formação religiosa de seus membros, a problemas internos da Igreja, do que à militância na sociedade” (BEOZZO, 1984, p. 323).

A partir da década de 1950, a Ação Católica passou a ter outro direcionamento, seguindo não mais o modelo italiano com seus quatro ramos, segundo idade e gênero, mas adotando o ramo francês, organizando-se por categorias sociais: operária, estudantil, universitária e agrária (DALE, 1985), com destaque para a atuação da juventude por meio da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Nesse período, a Igreja viu-se impelida a mudar suas práticas pastorais diante de uma sociedade que se urbanizava e se tornava mais participativa.

Bruneau (1974) avalia que o projeto de neocristandade interrompeu o processo de mudança na instituição, iniciado com a separação entre Igreja e Estado, retomado nos anos

1950. As estratégias da Igreja – que se configuravam na luta contra o comunismo, o protestantismo e o espiritismo e eram baseadas na antimodernização – não tinham mais sustentação e exigiam práticas mais progressistas. Nesse cenário, a Ação Católica também foi influenciada pelas mudanças no pensamento de setores da intelectualidade católica, conforme avaliação de alguns de seus militantes (LIMA e ARANTES, 1984). Dom Fernando se tornaria um protagonista desse movimento em todas as suas fases, incentivando sua organização, particularmente no meio juvenil, mais propenso aos apelos do mundo moderno, reintroduzindo entre os jovens os valores cristãos.

Ao concluir seus estudos, Dom Fernando efetivou o que se esperava de um clérigo formado em Roma. Durante os três anos no Colégio Pio Latino-Americano e na Universidade Gregoriana adquiriu vasta experiência, pois, além de frequentar cursos de alto nível, conheceu pessoas de várias nacionalidades, participou de eventos especiais, conheceu a cidade e redondezas, com seus monumentos religiosos, mergulhando no chamado “espírito romano”³⁹.

A rigorosa formação de Dom Fernando marcaria sua forma de atuação até o final da década de 1960, quando a própria Igreja passou por um processo de abertura, após o Concílio Vaticano II. O período vivido nesses dois seminários – Seminário da Paraíba e Colégio Pio Latino-Americano – nos remete à concepção de Goffman (2007, p. 11) de *instituições totais*⁴⁰:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Segundo o autor, essas instituições são “estufas para modificar as pessoas”, cujo processo de atuação é favorecido pelo fato de que todas as esferas da vida – dormir, trabalhar, se divertir – acontecem em um mesmo lugar, na companhia de um grupo relativamente grande de pessoas e com horários rigorosamente estabelecidos. O Seminário, além de local de instrução para os religiosos, seria também um “refúgio do mundo”, promovendo um ambiente propício para a formação do iniciante. No entanto, por tratar-se de uma entrada voluntária, nesse tipo de instituição ocorreria a complementação de um processo de afastamento do

³⁹ Segundo Edwards (2002), a experiência de viver em Roma, além de acentuar a unificação do catolicismo no mundo, contribuiu para criar um sentimento mútuo de unidade latino-americana, que teria redundado, posteriormente, em várias iniciativas, como a criação da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam), na década de 1950, e a preocupação com os problemas sociais da região, levando à elaboração da Teologia da Libertação, nos anos 1960.

⁴⁰ Goffman (2007) construiu sua teoria baseado em estudos etnográficos em manicômios americanos, entre 1954 e 1957, respaldado por dados e estudos de outros autores.

mundo, já iniciado antes pelo novato. Para Goffman (2007), o ingresso em uma instituição total promove a “mortificação do eu”, pois o iniciante é despojado dos papéis que desempenha no mundo externo. Enquanto lá fora o indivíduo participa de uma sequência de papéis, seja em sua rotina ou no próprio ciclo vital, na instituição total passa a participar automaticamente de uma rotina, o que leva à padronização de muitos aspectos de sua vida. Desse processo faz parte a perda de seu “equipamento de identidade”, incluindo objetos pessoais. Na medida em que o indivíduo perde seu “estojo de identidade”, a instituição trata de promover uma substituição padronizada desses equipamentos.

No entanto, Goffman avalia que o processo de despojamento e de reorganização não tem um efeito duradouro e que, ao sair da instituição, o ex-interno tende a esquecer parte de sua experiência lá dentro. O ex-interno sabe que sua posição social no mundo externo não será a mesma de antes, mas diante das novas possibilidades o seu posicionamento pode ser favorável ou desfavorável à sua experiência enquanto interno. No caso dos Seminários, pode haver uma reação favorável, em que o ex-interno sente orgulho de sua experiência distintiva.

Sob esse influxo, a rígida formação recebida por Dom Fernando o tornou um fiel seguidor das normas da Igreja e um defensor da hierarquia eclesiástica, mesmo acompanhando, a partir da década de 1970, as mudanças na instituição para uma posição mais aberta à participação comunitária. A expectativa de Roma era de que os ex-alunos, ao voltarem aos seus países de origem, se destacassem em suas carreiras eclesiásticas, e Dom Fernando coadunou-se ao que se esperava de um ex-aluno das instituições romanas.

Assim que retornou ao Brasil, o jovem padre apresentou-se ao Bispo de Cajazeiras (PB), Dom João da Mata Andrade e Amaral (1934-1941), que o nomeou diretor do tradicional Colégio Padre Rolim⁴¹, permanecendo nessa função por três anos (1933-1936). Dom Fernando ficou surpreso porque esperava ser indicado para vigário em alguma paróquia, conforme sempre desejou: “o meu único Bispo que tive como Padre, Dom João da Mata, sabia disto e brincava comigo. Durante 3 anos prendeu-me como diretor de colégio” (SANTOS, 1982a, p. 644). No entanto, reconheceu mais tarde a importância dessa experiência para seu trabalho pastoral. Em Cajazeiras, Padre Fernando foi diretor do jornal *Rio do Peixe* “onde fazia de tudo, desde diretor até contínuo” (idem *ibidem*), experiência que pode ter

⁴¹ Colégio fundado em 1827 pelo missionário Padre José Antônio Maria Ibiapina.

contribuído para despertar no jovem Padre a percepção da importância da imprensa para o trabalho da Igreja.

Depois desse período, finalmente foi indicado para vigário na própria Cajazeiras, onde permaneceu durante alguns meses, até que o Bispo o encaminhou para vigário em Patos, Paraíba, sua terra natal, onde permaneceu por seis anos (1937-1943). O próprio Dom Fernando (1985a, p. 209) revela que em Patos dedicou-se integralmente à nova função: “durante seis anos dediquei-me à paróquia, com o vigor da juventude e o ardor de quem se sente plenamente realizado”.

Desde esse primeiro trabalho, ainda como padre, sua atuação sinalizou uma obra que se tornaria sua marca em três frentes: educação, movimentos religiosos e preocupação com os problemas sociais. Segundo Fernandes (2008), a cidade de Patos, então com dez mil habitantes, se ressentia da falta de um estabelecimento ginásial e o padre Fernando, desempenhando seu papel de educador, fundou o Ginásio Diocesano de Patos para meninos (1937), em um prédio já edificado na cidade⁴², e o Educandário Cristo Rei para meninas (1938), cuja construção se atribui ao jovem padre⁴³. O autor (idem, p. 23) afirma que o Padre Fernando foi “o maior entusiasta da causa dos ginásios da cidade”, o que foi confirmado por outro depoente: “[...] Tudo quanto o Educandário experimentou de confiança e simpatia deve ao seu esforço pessoal. Desde o lançamento da pedra fundamental [...] que o Pe Fernando tomou a si a responsabilidade dos trabalhos de construção do prédio, aos quais assistiu em todas as suas fases [...]” (SÁ, 1943, p. 16).

Enquanto coordenava as edificações necessárias ao trabalho da Igreja, Padre Fernando se dedicava também à estruturação dos movimentos religiosos, particularmente da Ação Católica (1939), implantado na cidade por ele e que passou a coordenar as demais iniciativas católicas em Patos⁴⁴. Esse movimento sempre teve a predileção do futuro Bispo por representar a expressão concreta de sua visão de Igreja: “O Pe. Fernando, guiado por sua inteligência de brilho invulgar, envidava todos os meios por iluminar as elites, mostrando-lhes

⁴² O Ginásio Diocesano de Patos foi instalado em 1937, em um prédio construído para abrigar o extinto 2º Batalhão de Polícia, doado pelo Governo da Paraíba por solicitação do bispo Dom João da Mata Amaral. O Pe. Fernando foi seu primeiro diretor (FERNANDES, 2008).

⁴³ Antes mesmo de ir para Patos como vigário da paróquia de Nossa Senhora da Guia, Padre Fernando participou do lançamento da pedra fundamental do Colégio Cristo-Rei, “cuja criação se deve à Diocese [de Cajazeiras], tendo à frente o Bispo D. João da Mata Amaral e o vigário de Patos Pe Fernando Gomes dos Santos” (FERNANDES, 2003, p. 237).

⁴⁴ A preparação para a criação da Ação Católica em Patos durou dois anos de intenso trabalho, sendo efetivada em dezembro de 1939, com sede própria, ao lado da Matriz, com 44 membros distinguidos por Dom João da Mata Amaral (FERNANDES, 1943, p. 20).

claramente o papel preponderante que poderiam desempenhar na salvação das almas, cooperando para “restaurar tudo em Cristo” [...]” (FERNANDES, 1943, p. 20). Sua perspectiva era de que, sob o comando da hierarquia clerical, a classe média e os setores intelectuais poderiam contribuir para restaurar o poder da Igreja na sociedade.

Padre Fernando também fundou naquela cidade o Círculo Operário, em 1940, movimento que, segundo Gomes (1994, p. 162), era marcado pela ação assistencial e anticomunista: “Profundamente assistencialista, a proposta circulista vinculou-se a um clima político de intenso combate ao comunismo e de grande simpatia por um Estado autoritário”. O Círculo Operário Católico foi criado pela Igreja no Brasil em 1930, e coadunou-se à proposta do governo Vargas em 1937, esgotando-se a partir de 1945. Ao ser implantado em Patos pelo Padre Fernando, era dotado de sede própria e de uma escola para os filhos dos membros do movimento, além de oferecer assistência aos sócios necessitados, como serviço médico, odontológico, farmacêutico e jurídico (OLIVEIRA, 1943, p. 22).

Esses homens modestos hoje tomam parte, como elemento de destaque, nos festejos cívicos e religiosos e por si mesmos promovem e enfrentam grandes movimentos sociais nas mais importantes datas históricas em confraternização com os seus camaradas dos círculos operários nacionais. Entretanto, graças à orientação católica que lhes presta o círculo, os nossos operários já possuem elevado alcance do valor e da dignidade do trabalho cristão, honesto e bem orientado e defendem com interesse e galhardia o seu valor e a sua personalidade. (idem, p. 23)

Segundo Mainwaring (2004, p. 45), nesse período a Igreja não percebia como sua missão a transformação da sociedade: “até aqueles que sentiam que a Igreja deveria buscar uma missão social, geralmente limitavam a natureza dessa missão à caridade e a medidas paliativas”. Além de sua atuação no campo do movimento trabalhista, a preocupação do padre Fernando com a mendicância na cidade levou-o a buscar uma solução para o problema, criando a Casa dos Pobres, em 1942⁴⁵.

Entre as obras do jovem Padre em Patos destaca-se a reconstrução⁴⁶ da Igreja Matriz Nossa Senhora da Guia, “nos moldes da rigorosa arquitetura sacra”, de acordo com Nóbrega (1943, p. 17), que a descreve como grandiosa: “O Templo é, realmente, majestoso. Empolga contemplar-se a sua imponência. Tudo nele é grandioso” (idem, *ibidem*). O desenho que

⁴⁵ Depois de várias tentativas, em 1942, durante uma grave seca, o Padre Fernando adquiriu uma casa para servir de abrigo aos pobres, dotando-a de aposentos, enfermaria, e cozinha (FERNANDES, 1943, p. 14).

⁴⁶ Fala-se em reconstrução porque a antiga Matriz de Nossa Senhora da Guia foi derrubada para dar lugar ao novo templo. A decisão foi tomada em uma reunião do Padre Fernando com setenta paroquianos que compareceram ao encontro para discutir o problema (Fernandes, 2010, p. 6-7).

divulga o formato que a catedral teria projetada essa perspectiva (Figura 3). Além disso, o então Padre Fernando escreveu a letra do *Hino a Nossa Senhora da Guia*, padroeira de Patos.

Volve um olhar risonho sobre Patos
Que é tua, desde o seu primeiro dia,
E para Deus dirige os nossos atos,
Ó Virgem Santa, Senhora da Guia!

As tuas bênçãos para nós tão caras,
Manda, durante toda a nossa vida,
Sobre o vale formoso do Pinharas,
Onde quiseste erguer a tua ermida.

Nas horas intranquílias da tormenta
O teu riso, de amor e de alegria,
Seja vigor, que a nossa força aumenta,
Seja farol, que para o céu nos guia!

E, se amar não soubermos ao Senhor,
Ama-o, por nós, e diz ao bom Jesus
Que faça nosso o teu imenso amor,
Como Ele filhos teus, nos fez na Cruz!



Figura 3: Desenho arquitetônico da Catedral de Patos.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC-GO.

A cidade de Patos está situada em uma posição geograficamente privilegiada no sertão paraibano e durante os anos em que teve o Padre Fernando como vigário de sua matriz experimentou, paralelamente, um grande desenvolvimento econômico e cultural. Segundo Oliveira (1943, p. 15), o dinamismo do então vigário contribuiu para o progresso da cidade, principalmente com seu trabalho no campo da educação católica, fazendo com que esta emergisse do esquecimento e se tornasse a “sala de visita do sertão paraibano”. Outro depoente afirma: “Quem escrever a história de Patos, terá que fazer justiça, destacando o eminente D. Fernando Gomes, como o maior filho e bem-feitor do seu torrão natal” (NÓBREGA, 1943, p. 19). Padre Fernando foi distinguido como monsenhor em 1942.

No entanto, foi como Bispo que Dom Fernando atuou de forma mais incisiva na construção de uma sociedade mais cristianizada, porque enquanto padre tinha o compromisso de seguir a orientação do Bispo. Entretanto, após a sagração episcopal, o jovem Bispo pode tomar as iniciativas que julgava necessárias para ampliar a influência da Igreja na sociedade, tanto no plano pastoral como no combate às ideologias adversárias, com medidas que contavam com a colaboração do Estado. Dom Fernando tornou-se uma referência na Ação Católica Brasileira⁴⁷, dando vazão ao aprendizado que recebeu em Roma.

Segundo afirma o próprio Prelado, quando sentia que estava realizado na carreira foi indicado para Bispo, sendo sagrado em 4 de abril de 1943, dia em que completou 33 anos, tornando-se então o Bispo mais jovem do país. A sagração foi oficiada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho, tendo como consagrantes Dom João da Mata e Dom José de Medeiros Delgado⁴⁸. Na foto tirada após o evento (Figura 4), Dom Fernando aparece ao lado de Dom Moisés no alto de uma escada, ladeado por representantes do poder civil e clerical, como símbolo da hierarquia religiosa, cujo papel o Arcebispo sempre defendeu.

⁴⁷ Foi a partir desse movimento que o Prelado ajudou a criar a CNBB, em 1959.

⁴⁸ Dom Fernando escolheu como lema episcopal a expressão *Predica Verbum*, “proclama a palavra” (2 Timóteo 4,2). Na ocasião de sua sagração, Dom Fernando recebeu de seus conterrâneos sua Cruz Pastoral, feita com o ouro extraído das minas de Patos (SANTOS, 1943).



Figura 4: Dom Fernando, ao lado de Dom Moisés Coelho (centro), no dia da sua sagração episcopal.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC-GO.

No mês seguinte à sua sagração, Dom Fernando assumiu a diocese da histórica cidade de Penedo (AL). Em sua Pastoral de Saudação à cidade, afirmou que “a Igreja é Jesus Cristo vivo” e que Cristo não pode ser imaginado sem sua Igreja, confirmando sua perspectiva de Igreja sustentada na hierarquia, em cuja unidade se encontra o segredo das vitórias da instituição: “tudo o que se fizer fora do sentir da Hierarquia, por mais legítimo ou santo que pareça, é, pelo menos, inútil à salvação” (SANTOS, 1943, s/p). Nesse mesmo documento, o novo bispo revela sua preocupação com o mundo moderno, no qual, segundo ele, os cristãos se distanciam da Igreja, mostrando ao mesmo tempo sua esperança em um retorno às tradições religiosas.

Em seis anos como bispo de Penedo (1943-1949), Dom Fernando criou o Colégio Diocesano para meninos e instalou o Dispensário São Francisco de Assis, para prestar assistência aos pobres e indigentes⁴⁹. Fundou, ademais, o Círculo Operário, ressaltando que “sob a orientação da Igreja e acatando as diretrizes do Ministério do Trabalho, estão os Círculos Operários formando na alma do proletariado nacional uma mentalidade nova de ordem e disciplina, de civismo e honestidade, de amor ao Brasil e aos seus chefes” (SANTOS, 1943, s/p).

O Prelado organizou, sobretudo, a Ação Católica, segundo ele um “remédio suscitado por Deus para a salvação do mundo moderno” (idem, *ibidem*), que passaria a coordenar os

⁴⁹ Na cidade já havia o Colégio Imaculada Conceição, voltado para a educação feminina. Dom Fernando concedeu, ainda, atenção especial à formação de novos padres – incentivando a Ordem das Vocações Sacerdotais – e à educação católica ministrada nas escolas e no catecismo.

demais movimentos católicos da diocese, com o objetivo de ir “pouco a pouco, afervorando as almas, santificando os lares, sobrenaturalizando a vida para a recristinização da sociedade” (idem, *ibidem*). Dom Fernando dedicava atenção especial ao movimento porque, embora envolvesse vários segmentos sociais, despertava na juventude ideais para a construção de um mundo mais cristão. Como demonstração dessa prioridade, o Prelado promoveu, durante os anos em que esteve à frente da diocese, a Semana Diocesana de Ação Católica, que mobilizava os católicos.

Além disso, preparou a criação da Diocese de Palmeiras dos Índios, fundando na cidade o Educandário Cristo Redentor para meninas e o Ginásio Pio XII para meninos⁵⁰. Dom Fernando compôs também a letra do *Hino a Nossa Senhora do Rosário*, Padroeira da Cidade e da Diocese de Penedo:

Nossos lares, protege, abençoa
Com o teu riso perene de amor.
Nossas culpas, ó Mãe nos perdoa
Dá-nos força, coragem, vigor.

E Penedo leal, valorosa
Sempre afeita à vitória da cruz,
Como outrora valente, garbosa,
Sempre, sempre será de Jesus.

O trabalho tão nobre e sublime
Não permitas que seja aviltado
Santifica, encoraja, redime
O operário de Deus tão amado.

E da escola que é templo que é lar
Faze, ó Mãe, que teu Filho Divino,
Seja o mestre e o modelo, sem par
Dos zelosos ministros do ensino.

Este povo por Ti conquistado
Quer de novo de Deus toda glória.
Lutaremos, Rainha, a teu lado,
No Rosário buscando a vitória.

Nesse período, o Prelado conquistou posição de liderança na Ação Católica Brasileira, participando ativamente do movimento desde que assumiu a função de Bispo, inclusive

⁵⁰ Dom Fernando criou também a Paróquia de Arapiraca, município que o homenageou, dando seu nome a uma praça, “principal concentração do comércio arapiraquense” (AZEVEDO, 1982, p. 664).

proferindo conferências que se tornaram referência para o episcopado brasileiro. Nesses documentos, Dom Fernando (1947, p. 32) avaliou que o mundo moderno ignorava a dimensão espiritual do homem, seu destino eterno e que a missão da Igreja é salvar o homem, “é despertar-lhe a consciência de sua vocação sobrenatural”. No entanto, alertava que é preciso que o homem queira salvar-se, aceitando a mediação da Igreja, afirmando que “é o homem que se salva a si mesmo, pela Igreja” (idem, p. 3) e esta, por meio de sua doutrina social, busca o aperfeiçoamento da pessoa humana.

Nesse sentido, defendeu a Ação Católica como “uma “revolução”, uma renovação de mentalidade, uma recristianização do mundo paganizado pelo laicismo” (SANTOS, 1947, p. 590), integrada ao Corpo Místico da Igreja: “trata-se da participação dos leigos no Apostolado Hierárquico, posto que Jesus Cristo, Cabeça invisível da Igreja, governa o seu Corpo Místico de modo visível e ordinário pelo seu Vigário na terra, e as igrejas particulares pelos Bispos, subordinados ao Romano Pontífice” (idem, p. 586). Esse pronunciamento evidencia que o jovem Bispo defendia o papel da hierarquia eclesiástica no comando do movimento que para ele tinha prioridade sobre os demais.

Dom Fernando argumentou ainda que a ordem social, que possibilita ao Estado proporcionar o bem comum, é conquistada pela relação equilibrada entre a ordem jurídica e a ordem moral, sendo o poder temporal de origem divina, confirmando o ideal de neocristandade baseado na “sacralidade da pátria”:

O Estado é, na concepção cristã, o instrumento visível do Criador para prover às necessidades temporais dos cidadãos, facilitando-lhes a consecução do fim último de cada um. O povo considerado como soma de pessoas inteligentes e livres, conscientes e responsáveis por seus atos, pode e deve escolher o regime político que mais de perto satisfaça as suas justas aspirações; pode e deve escolher os seus chefes entre os que mais esperança oferecem de realizar os seus legítimos anseios. Estes chefes, porém, não são meros instrumentos de um Povo mais ou menos abstrato e irreal. Possuem verdadeira autoridade que emana de Deus, por meio do povo, e, só por isso, deve ser obedecida em tudo o que atende aos reclamos de Direito e da Justiça. (SANTOS, 1947, p. 40)

Em 1949, Dom Fernando assumiu a Diocese de Aracaju e em sua Pastoral de Saudação aos diocesanos reafirmou que a missão da Igreja era recristianizar o mundo em uma ação que exigia a unidade de seu Corpo Místico, ou seja, o Papa como “Vigário de Jesus Cristo na terra”, os Bispos como seus “auxiliares imediatos e insubstituíveis”, o Pároco “em união com o bispo”: “o Papa, o Bispo e o Pároco formam, por assim dizer, a linha reta da hierarquia de jurisdição, a quem compete o governo da Igreja” (SANTOS, 1949, s/p). E como

complemento posicionava-se a Ação Católica, da qual se exigia submissão à hierarquia, organização, coordenação e união dos demais movimentos católicos. O Prelado confirma, dessa forma, a defesa da hierarquia católica e do projeto de reconquista da posição perdida pela Igreja no mundo laicizado.

Durante oito anos como Bispo de Aracaju (1949-1957), Dom Fernando estruturou a Ação Católica, a Ordem das Vocações Sacerdotais e deu continuidade ao jornal *A Cruzada*, fundado por seu antecessor, Dom José Tomás Gomes da Silva (1911-1948), experiência que teria levado Dom Fernando a amadurecer a percepção sobre o papel da imprensa na ação pastoral. Propôs também a criação das dioceses de Estância e de Propriá e, no campo da educação, fundou a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social; no setor de assistência criou o Serviço de Assistência à Mendicância (SAME): “Dom Fernando inaugurou, solenemente, o SAME, com a finalidade de retirar os mendigos das ruas, dando-lhes assistência médica, moral e espiritual, trabalho, educação, etc.” (ANDRADE, 1982, p. 670). Sua preocupação com o problema social no Nordeste o acompanhou desde as primeiras ações como Padre, consolidando-se com a criação desse organismo, que marcou a atuação de Dom Fernando na cidade durante seu governo diocesano e mesmo depois⁵¹.

O mesmo propósito de amenizar as mazelas sociais havia levado o então Padre Eugênio Sales⁵² a iniciar, naquele período, o Movimento de Natal, que teve grande repercussão na região e no resto do país⁵³. Camargo (1971, p. 69) avalia que no início os clérigos não relacionavam o problema da pobreza à seca do Nordeste – fato só percebido posteriormente – mas o viam como uma situação de desorganização das cidades. Segundo Pierucci et al. (1984, p. 358), o despertar do episcopado para os problemas sociais teve como marco precursor dois encontros regionais realizados em 1952, antecedendo a criação da

⁵¹ O SAME existe até hoje, em Aracaju, com o nome de Serviço de Assistência e Movimento de Educação.

⁵² Sagrado Bispo em 1954, Dom Eugênio Sales foi nomeado cardeal em 1969, tendo sido também Arcebispo do Rio de Janeiro (1971-2001).

⁵³ A partir de 1948, Padre Eugênio Sales iniciou em Natal, Rio Grande do Norte, reuniões mensais com um grupo de padres que deram origem ao denominado Movimento de Natal. O Movimento teve atuação mais intensa no meio rural, com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), que arregimentava leigos e padres para ensinarem ao homem do campo novos métodos de trabalho, além da promoção humana. Com a intensificação da seca, o trabalho foi ampliado, mas pouco pode ser feito para amenizar seus efeitos. Em 1958 Dom Eugênio – desde 1954 Bispo Auxiliar de Natal – denunciou a indústria da seca e promoveu uma intervenção mais direta, criando postos de abastecimentos nas áreas atingidas pela seca. Nesse mesmo ano, o Movimento iniciou as Escolas Radiofônicas, que depois se transformaram em movimento nacional, o Movimento de Educação de Base (MEB) (CAMARGO, 1971).

CNBB; o primeiro, em Manaus, Amazonas, e o outro em Aracaju, Sergipe; este último tendo como Bispo anfitrião Dom Fernando⁵⁴.

O próprio Arcebispo falou sobre a importância desses encontros para um novo posicionamento da Igreja: “tiveram, entre outros, o mérito de despertar a consciência nacional para a solução de problemas fundamentais, o que haveria de estimular a ação pastoral da Igreja e projetá-la no campo sócio-econômico e educacional” (SANTOS, 1985, p. 7-8). Para Pierucci et al. (1984), esses encontros reafirmaram a disposição da Igreja em colaborar com o Estado.

Exemplo desse encaminhamento foi a presença do Presidente Juscelino Kubitschek em dois encontros de bispos no Nordeste; o primeiro em Campina Grande (1956) e o segundo em Natal (1959), nos quais se discutiu a situação da região e que inspiraram a criação da Operação Nordeste (Opene), precursora da Sudene. A participação de Dom Fernando no encontro de Campina Grande foi lembrada mais tarde pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior (1959, p. 1), salientando “a coragem, a decisão, a firmeza e a bravura com que Dom Fernando Gomes soube discutir os problemas dessa região e para os mesmos apontar as devidas soluções”.

Durante o período em que foi bispo de Aracaju, Dom Fernando participou, ao lado de Dom Helder Câmara, do processo de articulação de um organismo para congregar nacionalmente os bispos, culminando com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, cujos primeiros passos se deram no seio da Ação Católica Brasileira. Na II Semana Nacional de Ação Católica, realizada em Belo Horizonte, em 1947, Dom Fernando, entre outros bispos, desafiou Dom Hélder a criar o Secretariado Nacional de Ação Católica para articular nacionalmente os órgãos diocesanos do movimento, coordenados pelos bispos⁵⁵. O Secretariado foi estruturado e Dom Hélder foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica Brasileira, criando as condições para o surgimento de um organismo que congregasse os bispos do Brasil. Segundo padre Queiroga (1977, p. 173): “este Secretariado

⁵⁴ O *Encontro dos Bispos da Amazônia* foi realizado em Manaus, de 2 a 6 de julho de 1952 e o *Encontro dos Bispos do Vale do São Francisco*, teve Aracaju, Sergipe, como capital escolhida para sediá-lo, de 25 a 28 de agosto daquele mesmo ano. Esses encontros tinham o objetivo de discutir os planos econômicos que o governo federal encaminhara para as duas regiões e também analisar os desafios que estas apresentavam à Igreja. As conclusões desses eventos foram retomadas posteriormente e acabaram servindo de contribuição para a criação da Sudene (QUEIROGA, 1977).

⁵⁵ Dom Hélder Câmara (2003, p. 10) assim se refere ao episódio: “Em uma célebre Assembléia Geral de Ação Católica, os bispos presentes (recordo-me, entre outros, de d. Antônio Cabral, d. Fernando Gomes e de d. José Delgado) exigiram a criação de um Secretariado Nacional de Ação Católica. Lançaram até um desafio fraterno: se o secretariado fosse fundado, depois de seis meses de funcionamento, os bispos do Brasil se encarregariam de mantê-lo”.

Nacional foi um passo decisivo para a futura organização do episcopado. Aí se forjou um estilo de atuação e uma equipe que preparou concretamente a CNBB e simplesmente se transferiu para esta, quando de sua instalação”. Beozzo (2005a) se refere ao grupo de bispos que foram o sustentáculo da CNBB até a realização do Concílio Vaticano II e sua relação com a Ação Católica:

O núcleo episcopal provinha de grupo de ex-assistentes da Ação Católica, levados ao episcopado pela ação de Dom Helder e do Núncio Dom Armando Lombardi. Eram pessoas que, pela prática da Ação Católica, trabalhavam com método, estavam próximos dos leigos e dos seus problemas e anseios e haviam ganhado uma visão nacional e não apenas paroquial dos problemas, graças às semanas nacionais da Ação Católica. Alguns dentre eles haviam alcançado mesmo uma visão mais latino-americana e internacional, pela própria estrutura de determinados movimentos, como a JOC. Entre esses bispos, encontrava-se um punhado de amigos fiéis, de origem nordestina, como Dom Helder: Dom José Vicente Távora, Dom Eugênio de Araújo Sales, **Dom Fernando Gomes dos Santos** [grifo nosso], Dom José de Medeiros Delgado, Dom Antônio Fragoso, Dom Austregésilo de Mesquita Filho. (BEOZZO, 2005a, p. 359-360)

Bruneau (1974, p.198) atesta a presença de Dom Fernando entre os bispos que compunham o primeiro grupo da CNBB⁵⁶, avaliando que esses bispos, em sua maioria vindos do Nordeste, estavam preocupados com o problema social em suas dioceses, estendendo esse comprometimento a toda a instituição⁵⁷. O próprio Dom Hélder reconhece a importância do Prelado nesse processo, conforme afirmam seus biógrafos:

A importância do apoio ativo de vários bispos e sacerdotes à criação da Conferência também não pode se menosprezada. Seria, sem dúvida, mais difícil o êxito de dom Hélder caso ele não contasse com a ajuda de dom Fernando Gomes, dom José Delgado, dom Antônio Cabral e do combativo e fiel amigo monsenhor José Vicente Távora. (PILETTI e PRAXEDES, 1997, p. 197)⁵⁸

Participando ativamente de sua criação, Dom Fernando teve também presença marcante na consolidação da CNBB e, durante a reunião de instalação da entidade, no Palácio

⁵⁶ Segundo levantamento do autor, os demais bispos eram: Dom Hélder Câmara, Dom Carlos Carmelo Mota, Dom Carlos Coelho, Dom Luiz Mousinho, Dom José Delgado, Dom José Távora, Dom Eugênio Sales e Dom Manuel Pereira.

⁵⁷ Dom Fernando também se refere a esses bispos: “Para referir-me especialmente ao Nordeste, havia naquele tempo, bispos jovens, dinâmicos e corajosos, amigos e unidos, da têmpera de João Portocarrero Costa (pioneiro da Ação Católica), Luiz Mousinho, Carlos Coelho, José Delgado, João da Mata, Mário Villa Boas, Severino Mariano, Antônio Fragoso, José Fernandes, Eugênio Sales (então bispo de Natal e que ainda não se tinha ofuscado com sua maneira de entender o cardinalato) e Helder Câmara, especialista em semear as grandes idéias e promover iniciativas arrojadas que modificaram a fisionomia sócio-religiosa do Brasil” (SANTOS, 1985b, p. 7).

⁵⁸ Monsenhor José Vicente Távora tornou-se Bispo em 1954, permanecendo como Bispo auxiliar do Rio de Janeiro até 1957, quando assumiu a Diocese de Aracaju em substituição a Dom Fernando Gomes dos Santos.

São Joaquim, Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1952, o Prelado foi eleito membro da Comissão de Ação Católica, núcleo mais organizado da CNBB⁵⁹, para um mandato de seis anos. Em 1958, já como Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando recebeu os bispos para a 4ª Assembleia Ordinária da CNBB, ocasião em que foi eleito membro da Comissão Central, cúpula dirigente da entidade⁶⁰.

No entanto, na eleição seguinte, ocorrida em 1964, em Roma, durante a 3ª Sessão do Concílio Vaticano II, na 6ª Assembleia Ordinária da entidade, Dom Fernando e o grupo liderado por Dom Hélder Câmara perderam o comando da CNBB⁶¹. Dom Hélder foi eleito Secretário Nacional de Ação Social, Dom Eugênio Sales, Secretário Nacional de Opinião Pública e Dom Fernando, Secretário Nacional de Pastoral Extraordinária. Na reunião da Comissão Central de 11 de novembro daquele ano, ainda em Roma, o Arcebispo conseguiu modificar o nome para Comissão Nacional de Pastoral Especial, ampliando sua atuação, que passou a abranger, além das missões, visitas pastorais e retiros espirituais, também as romarias, os *apostolatus maris*, os aeroportos e as migrações internas (ATA da Reunião da Comissão Central..., 1964, p. 2).

Bruneau (1974, p. 218-219) avalia que essa eleição representou uma mudança emblemática na condução da instituição, provavelmente inspirada na preocupação com a repercussão do golpe militar sobre a Igreja: “fizeram isso a despeito do que estava acontecendo em Roma, e em oposição ao tão aclamado espírito de renovação e de reforma”.

[...] a oposição a Dom Helder e à sua linha foi organizada pelo bispo ultra-conservador de Pouso Alegre, MG, Dom José D’Ângelo Neto, que reuniu os Prelados das zonas mais remotas (isto é, bispos de prelazias que são, geralmente, estrangeiros), os conservadores, os moderados que estavam preocupados com o radicalismo, e os que não podiam participar por causa da má saúde. Não somente foi Dom Helder derrotado, como também o foram dois outros membros do grupo da CNBB, Dom Fernando Gomes e Dom Eugênio Sales, que tentaram salvar as eleições.

⁵⁹ A comissão que, por sugestão de Dom Fernando, passou a ser composta por três membros natos – os ocupantes da sedes do Rio de Janeiro (presidente, Cardeal Dom Jaime Câmara), São Paulo (Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos) e Salvador (Dom Augusto Álvaro da Silva) – teve como membros eleitos: Dom Fernando Gomes dos Santos (Aracaju, SE), Dom Antônio dos Santos Cabral (Belo Horizonte, MG), Dom João Portocarrero Costa (Mossoró, RN) e Dom Claudio Colling (Passo Fundo, RS). (ATA da Reunião Extraordinária de Instalação..., 1952, p. 2).

⁶⁰ Os demais membros eleitos para a referida comissão foram: Dom Vicente Scherer, Dom Mário de Miranda Vilas Boas e Dom José Delgado. Suplentes: Dom João Rezende Costa, Dom Manuel D’Elboux, Dom Antônio Lustosa e Dom Luis Mousinho (ATA da 4ª Assembléia Ordinária..., 1958, p. 5).

⁶¹ Dom Fernando perdeu simultaneamente a eleição para Presidente da Comissão Central da CNBB para Dom Agnelo Rossi; para Vice-Presidente da entidade para Dom Avelar Brandão e para 2º. Vice-Presidente para Dom Geraldo Maria Mores Penido. (ATA da 6ª Assembléia Ordinária..., 1964, p.7)

Durante o período em que atuou na liderança da CNBB, Dom Fernando contribuiu para a consolidação da entidade com intervenções importantes, participando em diversas comissões, apresentando temas para discussão e elaborando documentos. Destaca-se sua participação na elaboração do Plano de Emergência, de 1962, que orientou os trabalhos da Igreja nos três anos seguintes⁶². O Plano de Emergência foi elaborado atendendo a um apelo do Papa João XXIII que, preocupado com os desdobramentos da revolução cubana de 1959 sobre a América Latina, solicitou a elaboração de um Plano Pastoral que mobilizasse a Igreja da região. A participação de Dom Fernando na comissão foi articulada por Dom Hélder Câmara, que também participou, incluindo na equipe ainda Dom Eugênio Sales, Dom José Távora e Dom Agnelo Rossi (ATA da 5ª Assembleia Ordinária da..., 1962, p. 4).

Mesmo lamentando a falta de dados objetivos sobre a realidade da Igreja no Brasil, o plano propunha ampla reforma interna e se desdobrava em duas partes: a primeira, pastoral, tratava da renovação paroquial, renovação do ministério sacerdotal, renovação dos educandários e introdução de uma Pastoral de Conjunto. A segunda parte, econômico-social, apresentava uma declaração e uma mensagem da Comissão Central da CNBB. O documento condenava tanto o comunismo como o capitalismo liberal e convocava sacerdotes, religiosos e leigos a uma nova ação pastoral, baseada na doutrina social da Igreja (PLANO de Emergência, 1963).

A experiência de criação da CNBB foi significativa na trajetória de Dom Fernando, que passou a vislumbrar a possibilidade de ações mais organizadas dos bispos em todo o país, ampliando a influência da Igreja na sociedade. Quando completou 50 anos de sacerdócio, o Prelado revelou o quanto o período em que foi Bispo de Aracaju foi importante na preparação para o desafio que significou a Arquidiocese de Goiânia: “Aqui parece que houve uma estação, um capítulo mais aprofundado de minha vida, sempre como quem está nas mãos de Deus, a ser preparado, sem saber para o que. Ainda hoje sou agradecido a Deus pelas bênçãos que ele me deu na diocese de Aracaju” (SANTOS, 1982a, p. 645).

⁶² Durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em 1965, os bispos do Brasil elaboraram um novo *Plano de Pastoral de Conjunto*, que substituiu o *Plano de Emergência*, concluído às vésperas da primeira sessão, em 1962, e ajudou a colocar em prática as decisões do Concílio (BEOZZO, 2005, p. 354).

1.1.1 A trajetória eclesial em Goiás

Dom Fernando assumiu a Arquidiocese de Goiânia em 1957, quando se iniciava a construção de Brasília, e teve como incumbência também abrir espaço para a Igreja na nova capital federal, sob sua jurisdição. O Arcebispo lançou mão de grandes mobilizações para referendar o poder da Igreja. No período em que Juscelino Kubitschek enfrentava resistências em relação à transferência da capital, o Prelado aproveitou a presença de todo o episcopado brasileiro em Goiânia para participar da 4ª Reunião Ordinária da CNBB, em 1958, e levou os bispos a uma visita a Brasília, sendo recebido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, pelo Presidente da Novacap, Israel Pinheiro, pelo arquiteto Oscar Niemayer e pelo urbanista Lúcio Costa.

Em seu discurso, Dom Fernando (1958a, p. 26) manifestou o apoio da Igreja ao presidente e a sua iniciativa, lembrando da salutar colaboração entre Igreja e Estado: “Hoje, com a presença de Vossa Excelência, renova-se e revive-se uma de nossas tradições mais belas e mais ricas: a harmonia, a mútua colaboração, consagrada aliás pela própria Constituição do País, entre o Poder Temporal e o Poder Espiritual”. JK, por sua vez, reconheceu o apoio e pediu as bênçãos da Igreja:

No instante em que visitam Brasília os senhores Cardeais, Arcebispos e Bispos, que participam da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, em Goiânia, quero saudá-los em nome do povo brasileiro, pedindo-lhes que abençoem este empreendimento, cujo alto objetivo é o esplendor e a glória deste país cristão e católico. (ACIOLI, 1985, p. 6)

No ano seguinte, o Arcebispo voltou a mobilizar a capital em construção ao promover, segundo matéria da *Revista da Arquidiocese* (1959a, p. 41), uma “apoteótica recepção de Brasília a Nossa Senhora de Fátima”. Tratava-se da recepção à imagem que chegava de Portugal, doada pela revista *Portugal-Brasil*. Esculpida em madeira do Planalto Central do Brasil, com dois metros de altura e 200 quilos, foi apresentada como a “maior estátua de Nossa Senhora de Fátima existente no mundo inteiro” (idem, p. 43). Chegavam a Brasília, especialmente para o evento, Juscelino Kubitschek, Presidente da República, Manuel Rocheta, Embaixador de Portugal, o Cônsul do Canadá e o Cônsul da Venezuela. Recepcionando os visitantes estavam Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, Monsenhor Domingos Figueiredo, Vigário Geral de Brasília, Israel Pinheiro, Presidente da Novacap, autoridades civis e militares e grande número de sacerdotes e

religiosas. O cortejo do aeroporto de Brasília ao Palácio da Alvorada durou três horas, dirigindo-se em seguida para a Capela Nossa Senhora de Fátima, local em que ocorreu a entrega da imagem ao presidente da República. Dom Fernando (SANTOS, 1959a, p. 55) chamava novamente a atenção para a importância do apoio da Igreja ao governo: “Nas horas difíceis e talvez decisivas, não faltou a V. Excia. como não faltou a Brasília, a benção e a colaboração da Igreja”.

A promoção de grandes eventos culminou com a programação oficial de inauguração de Brasília, em que a presença da Igreja foi marcante. JK convidou para celebrar a missa inaugural da cidade o Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (RAMPINELLI, 2004), que, na posição de legado pontifício, leu a saudação do Papa João XXIII ao povo brasileiro e concedeu a benção de inauguração da cidade que, segundo avaliação da Igreja, nascia cristã: “À zero hora, como estava programado, Brasília recebia o seu batismo de capital cristã de um país cristão” (NA ALVORADA..., 1960, p. 6).

O trabalho de Dom Fernando em Brasília apresentava resultados não só no campo político, como também na implantação da estrutura para o funcionamento da Igreja com a conquista de 72 áreas de 15.000.000 m² cada, além de espaço para a construção da catedral e da sede da CNBB⁶³. Mesmo antes da inauguração da cidade, já haviam sido implantadas nove paróquias, sete congregações sacerdotais e quatro congregações religiosas (SANTOS, 1959a, p. 55).

A atuação de Dom Fernando em Brasília demonstrava que o Prelado chegava à sua nova Arquidiocese disposto a buscar a colaboração do Estado para a efetivação dos vários projetos que pretendia implantar, tendo em vista impedir o avanço de visões de mundo que ameaçavam a hegemonia da Igreja na região.

Em sua pastoral de saudação a Goiânia, Dom Fernando mostrava o amadurecimento de sua trajetória até aquele momento, apresentando uma visão mais otimista sobre a relação do homem com o mundo moderno. Se antes alertava que o homem precisava abrir-se à Igreja,

⁶³ A CNBB divulgou a assinatura das escrituras para essas instalações: “No dia 17 de dezembro p.p., em Brasília, o Exmo. Arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes, e o Presidente da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) assinaram escrituras: 1) de doação de 22 áreas (cada uma de 15.000 m²) para a construção de 22 Conjuntos Paroquiais (Igreja, Casa Paroquial, Escola Paroquial, São Paroquial), correspondentes às 22 unidades de convivência (15.000 habitantes cada uma); 2) de doação de 6 áreas (cada uma de 15.000 m²) para Conjuntos Paroquiais complementares; 3) de opção de venda de 44 áreas (de 15.000 m² cada), localizadas, de duas a duas, à direita e à esquerda de cada um dos 22 Conjuntos Paroquiais (uma área para Colégio Masculino, outra para Colégio Feminino). Além dessas áreas, já duas outras estão asseguradas: para a Catedral (inclusive Residência Episcopal) e para a sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (*Comunicado Mensal da CNBB*, 1959, p. 27).

agora ressaltava o desejo do homem de “retorno a Deus”. No entanto, enfatizou o aspecto sobrenatural da Igreja, reafirmando que a missão da instituição é essencialmente sacerdotal e que compete aos bispos continuar a obra dos apóstolos, sucessores de Cristo: “Há, pois uma Hierarquia na Igreja, da qual tudo depende, tanto na ordem da graça, como na ordem de governo e de ação. Desprender-se ou afastar-se dela é desprender-se ou afastar-se da Igreja” (SANTOS, 1957, p. 18). Dom Fernando continuava defendendo uma concepção de Igreja fortemente centrada na hierarquia, postura que o acompanhou até meados da década de 1960.

Pierucci et al. (1984), avalia que a partir de 1945 a Igreja no Brasil passou por muitas mudanças internas e também em relação à sociedade, que implicavam avanços e recuos. Ao mesmo tempo em que a instituição precisava manter a unidade, conservando suas tradições, buscava uma atualização política aproximando-se da sociedade. A preocupação com o comunismo no pós-guerra fez com que buscasse atender as demandas da sociedade e para a instituição, a solução passava pela restauração da ordem cristã. Ao identificar o comunismo como seu principal adversário, a Igreja apresentou projetos de “inspiração cristã” para se contrapor à expansão dessa ideologia, convocando os leigos para ajudá-la na tarefa de reconquistar as massas católicas. Nesse sentido, a instituição promoveu a disseminação da Ação Católica e seus desdobramentos no meio juvenil, com destaque para a JUC e a JOC. A partir da década de 1950, setores da Igreja se modernizaram atuando como promotores do desenvolvimento, indo ao encontro das massas populares com projetos em colaboração com o Estado.

Foi nesse contexto de contraponto com o comunismo que Dom Fernando chegou a Goiás, em 1957, e continuou sua contribuição com o projeto católico de apresentar alternativas cristãs para os problemas sociais, tendo em vista barrar o avanço dessa ideologia e reconquistar o espaço perdido pela Igreja. Os primeiros anos de atuação do Prelado na nova Arquidiocese demarcaram uma continuidade de seu projeto anterior, no sentido de ampliar a presença da Igreja na sociedade, buscando a colaboração do Estado, conforme revelaram seus discursos em Brasília.

De imediato, o Arcebispo voltou-se para a reestruturação da Ação Católica, que já estava em funcionamento em Goiânia. A primeira Carta Pastoral da Província Eclesiástica de Goiânia revela o tratamento privilegiado que ele daria ao movimento, expressando as “mais vivas esperanças” (SANTOS, 1958b, p. 36) no seu desenvolvimento, sugerindo que os demais movimentos procurassem “atualizar seus métodos de apostolado às exigências dos tempos” (idem, *ibidem*). O mesmo documento esclarece que os membros da Ação Católica recebiam

um mandato conferido pela hierarquia da Igreja, à qual devia obediência, e eram escolhidos por suas “aptidões especiais e formação adequada à tarefa que lhes [seria] confiada” (idem, *ibidem*).

Dentre os movimentos da Ação Católica implantados em Goiás, destaca-se a JUC, que ampliou sua atuação na Arquidiocese, com ênfase na formação do militante, tendo em vista prepará-lo para atuar como liderança em seu meio. Conforme atestam membros destacados do movimento no plano nacional, esses cursos apresentavam aos militantes os “pensadores católicos mais avançados” (LIMA e ARANTES, 1984, p. 27). Como os debates durante os cursos abordavam também os problemas sociais e as alternativas propostas pelas correntes políticas, acabaram levando à politização do movimento. Nesse processo, a partir de 1960, a JUC ingressou no movimento estudantil, assumindo posições contrárias aos interesses da hierarquia católica⁶⁴, que condenou a insubordinação de seus membros e, diante dos constantes desentendimentos, parte dos militantes se afastou da JUC e fundou a Ação Popular (AP) em 1962. Com o golpe militar, membros da JUC sofreram perseguição política e a hierarquia católica saiu em defesa de seus militantes, gerando conflito entre a Igreja e o Estado. Dom Fernando (1965, p. 31-33) foi um dos que se manifestou internamente, reconhecendo situações delicadas e tensões entre militantes e hierarquia, mas defendendo a importância do movimento, desde que subordinado aos bispos. No entanto, esses conflitos enfraqueceram a JUC, o que implicou em seu desaparecimento.

Outro movimento implantado por Dom Fernando em seus primeiros anos à frente da Arquidiocese – o Movimento de Educação de Base (MEB) – também teve que se reconfigurar após confrontos com o governo. O MEB se desenvolvia por meio das Escolas Radiofônicas e sua instauração em Goiás foi possível porque Dom Fernando havia adquirido, em 1958, a Rádio Difusora. Iniciado no Brasil em 1958, por Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal, o MEB chegou a Goiás em 1961 e tratava-se de um programa de alfabetização, promoção social e iniciação profissional voltado para a zona rural (CONFERÊNCIA..., 1961).

A Igreja estava preocupada com a perda de sua hegemonia no campo, ameaçada pela penetração do comunismo e respaldava projetos que barrassem esse avanço. Criado a partir de um convênio com o governo federal⁶⁵, o MEB contou com o apoio do governo estadual para

⁶⁴ Exemplo disso foi o combate ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases, apoiado pela hierarquia católica, durante o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em 1961.

⁶⁵ Em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek assegurou apoio ao MEB e, em 1961, o apoio do governo Jânio Quadros se consolidou por meio de um decreto incumbindo a CNBB de levar o MEB e suas Escolas Radiofônicas às áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para tanto, foram celebrados

seu funcionamento na Arquidiocese de Goiânia. No entanto, a partir de 1963, o movimento também se politizou devido ao contato dos seus membros com a realidade social, gerando uma crise interna. Essa crise se ampliou com o golpe militar e a perseguição política a vários membros do movimento e, então, o MEB mudou suas diretrizes, afirmando-se como entidade católica com finalidade social e educadora.

A ameaça do comunismo no campo também inspirou outro projeto realizado com o apoio do governo federal, que foi a experiência piloto de reforma agrária na fazenda Nossa Senhora da Conceição, de propriedade da Arquidiocese de Goiânia, situada no município de Corumbá. Dom Fernando se entusiasmou com o plano elaborado por Dom Hélder Câmara para que se aproveitassem terras pertencentes às dioceses com a finalidade de reforma agrária de inspiração cristã, que servissem de modelo nas várias regiões do país. Nesse sentido, ofereceu a fazenda e o governo colocou à disposição as verbas destinadas a esse fim, assim como os ministérios competentes, entre eles o da Fazenda e o da Agricultura. Segundo Amado (1996), a experiência iniciada em 1959 teve seu auge entre 1961 e 1965 e se esgotou em 1966. O autor aponta várias causas para o declínio da experiência, dentre as quais disputas entre membros das famílias assentadas e membros da equipe executiva, falta de pagamento de prestações ao Banco do Brasil, além da transferência do projeto para a responsabilidade da recém-criada Diocese de Anápolis, em 1966. Contudo, a falta de compromisso do governo militar com o empreendimento parece ter sido o principal desencadeador dessa situação e o efetivo declínio do projeto teria se dado a partir de março de 1964, quando o governo demitiu o administrador do empreendimento, Datis Lima Oliva, funcionário do Ministério da Agricultura, medida que abalou a coordenação do trabalho⁶⁶.

convênios do movimento com diversos órgãos federais dos quais se poderiam solicitar recursos humanos e financeiros necessários para a execução dos programas de ação.

⁶⁶ Mesmo tendo sido frustrado em muitos de seus projetos, Dom Fernando recebeu o reconhecimento da Igreja e da sociedade na década de 1960. O primeiro tributo partiu do Papa João XXIII, que premiou os esforços do Arcebispo com a comenda de *Assistente ao Solio Pontifício*, em abril de 1960. Ao comentar sobre o prêmio, Costa (1960, p. 24) afirmou que o Arcebispo merecia a admiração de seus contemporâneos e dos seus sucessores porque é um “arquiteto de idéias”, daqueles que “trabalham com a cabeça e pensam com as mãos”: “com a cabeça, que é inteligência e vontade, descubrem as necessidades dos tempos em que vivem e se devotam a minorá-las; e com as mãos, que significam ação e tenacidade, abrem nas terras [...] as leivas fundas, nas quais fazem germinar [...] a sementeira mirífica do bem”. *Assistente ao Sólido Pontifício* trata-se de um título destinado a arcebispos e bispos que no passado referia-se ao séquito papal na Casa Pontifícia; “seus membros eram Prelados que tinham precedência nas funções papais, originada no costume que, desde o século XI, tinha o papa de honrar a algum bispo o fazendo acercar a seu trono durante os ofícios” (Casa Pontifícia, disponível no *site* http://pt.encydia.com/es/casa_pontificia, acesso em: 5/1/2011).

Em agosto de 1963 foi a vez de a Assembleia Legislativa do Estado conceder ao Arcebispo o título de Cidadão Goiano, juntamente com outros bispos da região. Os demais bispos que receberam o título foram: Dom Alano Maria Du Noday, de Porto Nacional, Dom Benedito Coscia, de Jataí, e Dom Cornélio Chizzini, de Tocantinópolis. O Deputado Eliezer Penna situou os bispos na linhagem dos grandes homens da Igreja, alegando

O trabalho de Dom Fernando no campo social teve grande visibilidade no período; no entanto, o Arcebispo sempre manifestou que sua maior preocupação estava voltada para o setor pastoral, principalmente para a formação do clero e do laicato. Preocupado com o clero diminuído, assim que chegou instituiu a Obra das Vocações Sacerdotais (OVS), trabalho que se disseminou por todas as paróquias e comunidades. Contudo, sua atenção voltou-se especialmente para a organização do clero, religiosas e leigos, necessária para dinamizar a atuação no extenso território da Arquidiocese. No mês de sua chegada, instituiu a reunião mensal dos presbíteros e no mês seguinte a reunião mensal das religiosas, ao mesmo tempo em que impulsionou a atuação do laicato por meio do incentivo à Ação Católica, em seus diversos desdobramentos.

Dom Fernando encontrou em Goiás ampla rede de escolas católicas, implantadas por seu antecessor, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, e empenhou-se em completar a obra da educação no estado, com a criação da Universidade Católica de Goiás⁶⁷; como mantenedora da universidade criou a Sociedade Goiana de Cultura (SGC). A efetivação desse projeto, em 1959, se deu em meio a uma verdadeira disputa por espaço social, na qual a Arquidiocese enfrentou seus tradicionais adversários, particularmente a maçonaria. Essa disputa teve como alvo a imagem de Dom Fernando, atacada por seus adversários e defendida pelos católicos da Arquidiocese⁶⁸.

Torna-se importante ressaltar o trabalho do Arcebispo no setor de comunicação, tendo em vista ampliar a atuação da Igreja na sociedade. No ano em que tomou posse, criou a *Revista da Arquidiocese*, que circula até hoje, iniciativa que revelaria a importância que atribuía à imprensa católica, experiência amadurecida desde seus primeiros dias como padre. Além disso, deu continuidade ao jornal *Brasil Central*, criado por seu antecessor, que circulou até 1964, e adquiriu a Rádio Difusora, em 1958, possibilitando a implantação do MEB pouco

que o título era o reconhecimento oficial do povo goiano pela obra que realizavam em favor de Goiás. Sobre Dom Fernando, disse tratar-se de “autêntico líder, dono de uma personalidade firme, e um estudioso dos problemas econômicos e sociais da atualidade”. Em seu discurso, Dom Fernando falou sobre a colaboração da Igreja com o poder temporal, afirmando que os bispos estavam a serviço da causa pública. No entanto, segundo o Arcebispo, isso não significava que eram reacionários, mas, ao contrário, que atuavam como “vanguarda corajosa e renovadora”, de acordo com a doutrina social da Igreja (SANTOS, 1963a, p. 457). No final da década, Dom Fernando recebeu título de cidadania em várias cidades do Nordeste: Cidadão de Sergipe pela Assembleia Legislativa do Estado, em 20 de abril de 1967, Cidadão de Aracaju (SE), pela Câmara Municipal da cidade, em 8 de maio de 1968, Cidadão de Penedo (AL), pela Câmara Municipal da cidade, em 9 de maio de 1968, Cidadão de Palmeira dos Índios (AL), pela Câmara Municipal da cidade, em 12 de maio de 1968.

⁶⁷ Em 2009 a UCG tornou-se Pontifícia Universidade Católica (PUC/GO)

⁶⁸ Trataremos desse assunto no Capítulo 2 desta tese.

depois⁶⁹. Empreendeu ainda grandes obras, como a conclusão da catedral, a construção do Seminário Santa Cruz, dos prédios da Cúria Metropolitana e do Secretariado de Pastoral Arquidiocesano (SPAR). Outra atitude destacada por seus sucessores foi a criação das dioceses de Anápolis, Itumbiara, Ipameri e as prelazias de Rubiataba e Miracema.

É possível apontar duas fases na atuação de Dom Fernando em Goiás, cujo divisor de águas foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) e também a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968). Na primeira fase, o Arcebispo desenvolveu um trabalho pastoral mantido sob o controle da Arquidiocese e um trabalho social com empreendimentos em cooperação com o Estado, cujas iniciativas estavam vinculadas ao combate a visões de mundo adversárias, particularmente o comunismo. Em um segundo momento, abriu-se a uma Igreja mais participativa e comunitária, criando toda uma estrutura na Arquidiocese para consolidar sua linha pastoral, além de apoiar diversos segmentos sociais em suas reivindicações.

O governo militar, que se instalou no país em 1964, inviabilizou diversas iniciativas da Igreja, particularmente aqueles movimentos que se politizaram, como a Ação Católica e o MEB, que foram perseguidos pelo regime. A partir de então, a Igreja no Brasil teve que procurar outros caminhos pastorais. Esse período foi também de significativas mudanças no interior da Igreja, decorrentes das resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965), do qual Dom Fernando participou e cuja experiência transformou profundamente suas posições, conforme relata Dom Antônio:

Dom Fernando foi Arcebispo de Goiânia antes do Concílio Vaticano II. Era uma igreja ainda bastante hierárquica e muito dentro da sua atividade pastoral. Depois, dom Fernando, participando deste Concílio, participou desta grande transformação da própria Igreja. Isto foi um problema gravíssimo porque a pessoa formada nas décadas de 20 e 30, quando ele foi formado, tinha sua visão de Igreja e de mundo muito naquela circunstância da história. Acontecendo as mudanças sociais muito profundas e as mudanças na Igreja muito grandes, dom Fernando teve que se adaptar a estas mudanças. Ele mesmo dizia que se converteu com o Vaticano II. Porque a Igreja no Concílio Vaticano II assumiu uma posição muito pastoral e muito comunitária e dom Fernando não digo que renunciou, mas teve que mudar seu jeito de pastorear, que era bastante monolítico e pessoal, e assumir a participação dentro da Igreja. Dentro da Igreja eu veria esta conversão de dom Fernando para um pastoreio muito colegiado. (OLIVEIRA, 1995a, p. 102)

João XXIII convocou o Concílio Vaticano II no interior de uma perspectiva pastoral, visando, sobretudo, a atualização da Igreja frente às mudanças do mundo moderno: “buscar, pelo diálogo, remédios pastorais para as aflições e indagações dos fiéis e da humanidade”

⁶⁹ Em 1971, a Rádio foi entregue aos Padres Redentoristas.

(BEOZZO, 2005b, p. 12). Antes de partir para a primeira sessão desse conclave, Dom Fernando escreveu uma carta pastoral aos diocesanos, em que esclarecia o que seria, o que se poderia esperar e o que se deveria fazer pelo Concílio. No documento, o Arcebispo traduziu as palavras do Papa sinalizando que eram três os objetivos do Vaticano II: o primeiro, “incrementar a fé católica”, porque os problemas vividos pela humanidade não eram de ordem econômica, mas moral, na qual se situa a justiça. Era necessário, portanto, “restaurar o prestígio da religião, recolocar a sociedade em bases cristãs” (SANTOS, 1962, p. 6). O segundo objetivo tratava da “renovação dos costumes” para que a Igreja, como depositária da substância do pensamento e da vida humana e cristã, despertasse na humanidade a caridade e o espírito comunitário. O terceiro objetivo, “adaptar a disciplina eclesiástica às necessidades do mundo contemporâneo”, visava “fazer com que o clero se revist[isse] de novo fulgor de santidade [e] o povo [fosse] eficazmente instruído nas verdades da fé e da moral cristã” (idem, p. 8). Entre as orientações sobre o que deveria ser feito pelo Concílio, Dom Fernando pedia revigoramento dos laços de união com o Bispo, incremento da ação religiosa por meio dos vários movimentos, além de orações e acompanhamento dos trabalhos e observância das resoluções.

Conforme levantamento realizado por Beozzo (2005a), Dom Fernando participou das quatro sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965) e marcou presença com seis intervenções, quatro escritas e duas orais, sendo as orais de maior repercussão⁷⁰. Durante a segunda sessão conciliar, em 1963, o Arcebispo fez uma intervenção oral durante a discussão sobre o esquema dos bispos – *De episcopis ac de Diocesium Regimini* – propondo, em nome de 59 Prelados brasileiros, a ampliação do poder de ação dos bispos no interior da Igreja. Segundo o jornal *Brasil Central*, “a intervenção do ilustre arcebispo de Goiânia mereceu mais de uma página de resumo no *Boletim Diário do Concílio*, o que normalmente não acontece com os demais pronunciamentos” (BRASIL CENTRAL, 1963a, p. 1)⁷¹. Dom Fernando falou, anos depois, sobre essa experiência:

Usei a palavra em nome de 60 bispos brasileiros, fazendo coro a outros irmãos no episcopado, que queriam ver mais explicitado o princípio da colegialidade episcopal. Critiquei o esquema proposto, sob cuja perspectiva os bispos seriam meros vigários, não só do Papa, mas das próprias Congregações Romanas, das quais dependeriam nas mínimas coisas. Defendi o reconhecimento explícito de que, longe de só

⁷⁰ As intervenções orais do Arcebispo foram sobre os esquemas dos bispos e dos sacerdotes. Entre as intervenções escritas, além daquela sobre os sacerdotes, que também foi apresentada nesse formato, encaminhou uma sobre “matrimônio e anticoncepcionais” (BEOZZO, 2005a, p. 243).

⁷¹ O texto da intervenção foi publicado também na *Revista da Arquidiocese*, n. 12, p. 644-646, dez. 1963.

poderem os bispos o que lhes fosse expressamente facultado, só não poderiam eles o que houvesse por bem o Sumo Pontífice reservar a si pessoalmente. (SANTOS, 1985b, p. 8)⁷²

De volta ao Brasil, Dom Fernando revelou que “essa intervenção foi resultado de alguns dias de estudo, com a colaboração preciosa dos [...] teólogos” (BRASIL CENTRAL, 1963b, p. 4). Segundo o Arcebispo, dentre os dezessete esquemas⁷³ propostos para serem discutidos durante o Concílio, dois foram considerados, pela maioria dos bispos, como temas basilares, dos quais os demais dependiam: os esquemas sobre a Igreja e sobre os bispos.

Na terceira sessão conciliar, Dom Fernando fez nova intervenção oral, durante a discussão do esquema sobre o sacerdócio – *Presbyterorum Ordinis* – tecendo contundentes críticas ao documento apresentado. Ao falar em nome de 112 bispos do Brasil e de outras nações, o Prelado revelou que a leitura do esquema proposto causou “grande decepção” e tornara-se uma “quase injúria” aos sacerdotes que, segundo o Arcebispo, esperavam uma discussão mais profunda sobre o tema, que havia sido tratado sem o cuidado necessário.

Ao final de sua intervenção, Dom Fernando propôs que o texto não fosse submetido à votação e que se redigisse outro, “mais condigno”, para ser votado em uma quarta sessão conciliar. Ao terminar, Dom Fernando foi calorosamente aplaudido pela maioria dos padres conciliares em uma demonstração de apoio ao seu ponto de vista (O GLOBO, 1960, p. 1; BRASIL CENTRAL, 1964, p. 1)⁷⁴. O próprio Arcebispo narrou o contexto de sua intervenção e dos desdobramentos da mesma em meio aos seus pares.

Discutia-se um esquema de decreto sobre os Presbíteros. Notava-se, da parte de alguns poucos padres conciliares, a pressa em votar um esquema visivelmente precário. Falando em nome de 112 bispos – brasileiros e de outros países – propus que o esquema não fosse votado naquela sessão, mas redigido outra vez e levado para a quarta sessão, para novas discussões. Afirmei, de modo incisivo, que “o texto das proposições constituiu uma injúria aos nossos diletíssimos sacerdotes” [...] os quais “esperam de nós algo muito diferente; esperam um texto que exponha com mais penetração a teologia do sacerdócio [...]”. Dois dias depois, efetivamente, a congregação geral dos padres conciliares, consultada, rejeitou que se votasse o esquema, o qual foi devolvido para nova redação e voltaria à discussão no ano seguinte. (SANTOS, 1985b, p. 8-9)

Dom Fernando tornou-se, dessa forma, o primeiro padre conciliar a solicitar explicitamente a realização de uma quarta sessão conciliar, embora um grupo de cardeais progressistas estivesse trabalhando nos bastidores com esse objetivo. A repercussão na

⁷² O arcebispo se refere a 60 bispos, mas os registros apontam 59.

⁷³ Os dezessete esquemas foram reagrupados nos dezesseis finais do Concílio (BEOZZO, 2005b, p. 23).

⁷⁴ O texto da intervenção foi publicado na *Revista da Arquidiocese*, n. 10/11/12, p. 41-464, out./nov. 1964.

imprensa internacional sobre a intervenção de Dom Fernando foi intensa. Jornais de diversos países repetiram os argumentos do Arcebispo de Goiânia, revelando que seu posicionamento possibilitou a quarta sessão conciliar, que seria realizada no ano seguinte⁷⁵.

Dentre os resultados do Concílio, alguns analistas, entre os quais Libânio (2005, p. 212) ressaltam um “crescimento no espírito de participação e comunitário no interior da Igreja”, com destaque para a decisão de que os bispos se tornariam colegialmente responsáveis pela instituição e também a “participação dos leigos na vida da Igreja” em vários níveis, desde a liturgia até conselhos pastorais. Camacho (1995) reflete sobre o Concílio a partir da Doutrina Social da Igreja, avaliando que a constituição *Gaudium et Spes* (1965), fruto do encontro, teve como uma de suas principais contribuições a mudança da relação da Igreja com o mundo. O autor avalia que o evento buscou uma reconciliação da Igreja com a sociedade, rompida pela secularização, ou seja, pela separação entre o religioso e o profano. Essa reconciliação se daria pela colocação do homem como “o centro e o sujeito privilegiado” e da compreensão da eclesiologia que passa “de uma Igreja para si a uma Igreja para os homens” (idem, p. 247-248). Constata-se, nessas conclusões, uma percepção mais voltada para uma perspectiva de Igreja como povo de Deus.

No entanto, a recepção do Concílio não ocorreu de forma unânime e nem imediata, conforme observa Padin (1998, p. 238): “a recepção dos concílios da Igreja é um processo que se desenrola com certa lentidão e ao longo de extensos períodos”. O mesmo ocorreu com Dom Fernando, que aos poucos foi traduzindo as decisões conciliares para suas ações e discursos. Após o Concílio, Dom Fernando elaborou vários documentos, visando orientar o clero e leigos da Arquidiocese, nos quais manifestava a visão de uma Igreja mais aberta, afirmando que o Concílio mudou muita coisa na Igreja para atender às novas exigências pastorais (SANTOS, 1966a), para apresentar à sociedade contemporânea a Igreja de Cristo como mãe amorosa, abrindo-se aos anseios da humanidade (SANTOS, 1966b), como uma comunidade aberta a todos na qual bispos e sacerdotes visam servir, integrados na vida do povo (SANTOS, 1966c).

⁷⁵ Entre as matérias dos jornais estrangeiros que deram repercussão à intervenção de Dom Fernando estão: “Si prolunga la discussione sui sacerdoti mentre sembra probabile un'altra sessione. *L'avenire D'Italia*, 15/10/64, p. 1-2; Dopo l'intervento dei Cardinali presso il papa la dichiarazione sugli ebrei verrà perfezionata dal Concilio. *Il Messaggero*, 15/10/1964; FESQUET, Henri. Au nom de cent douze évêques, Mgr Gomez affirme que “le sacerdoce est le problème numéro un du concile”. *Le Monde*, 16/10/1964; DOTY, Robert C. Concil fathers see 4th session. *New York Times*, 15/10/1964, p. 3; Pressure mounts for 4th session of Vatican Concil. *Daily American*, 15/10/1964.

O processo de mudanças no que referia ao posicionamento social pelo qual passou Dom Fernando se ampliou com sua participação na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), em Medellín, Colômbia, conforme depoimento de Dom Antônio:

Assumi com os bispos em Medellín, a presença da Igreja na luta pela transformação social na América Latina em defesa do pobre. Daí surgiu todo esse vigor, que em Puebla e Santo Domingo, foi reafirmando a “opção evangélica e preferencial pelos pobres”. Realmente, neste ponto, Dom Fernando sempre dizia: “Eu sou um convertido do Concílio, de Medellín, a favor do povo”. Realmente, se ele tinha uma visão anterior de Povo de Deus, agora se torna, sobretudo, o homem do pobre. Era impressionante como Dom Fernando nas suas homilias com muita frequência, de repente deixava o texto e vinha para Lucas 4: “Eu vim para evangelizar os pobres, libertar os aflitos, consolar os corações aquebrantados”. (OLIVEIRA, 1995b, p. 22)

Nesse cenário de significativas transformações, entre o Vaticano II e a Conferência de Medellín, Paulo VI lançou a encíclica *Populorum Progressio* (1967), que teve ampla repercussão na Celam. A encíclica dava continuidade à constituição *Gaudium et Spes* (1965), aprofundando os temas ali iniciados e propondo uma ação efetiva para o desenvolvimento integral do homem e o desenvolvimento solidário da humanidade (CAMACHO, 1995). Além dos documentos conciliares e da encíclica *Populorum Progressio*, a realidade da pobreza na América Latina repercutiu nos documentos finais, percebida como o maior desafio para a Igreja na América Latina, cabendo a Medellín “assumir a missão de começar a traçar a tarefa da Igreja diante [desses] desafios” (GUTIÉRREZ, 1998, p. 248).

A conferência de Medellín marcou a recepção do concílio na América Latina e durante o encontro Dom Fernando foi o coordenador da comissão encarregada de estudar os meios de comunicação social e elaborar o documento sobre o tema. Ao analisar a introdução das conclusões do encontro, Catão (1998, p. 267) chama a atenção para o “espírito de Medellín”, que pensa a Igreja “a partir de seu agir no mundo; de sua missão”, diferentemente da orientação recebida de Paulo VI na abertura do encontro, “que começava com a espiritualidade, passava pela pastoral e terminava com a atuação da Igreja na sociedade”.

A reflexão dos bispos, conclui a *Introdução às Conclusões*, “orientou-se para a busca de forma nova e presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do concílio Vaticano II”, e se desdobrou em três grandes áreas: da promoção humana, abrangendo a justiça, a paz, a família, a educação e a juventude; da evangelização e crescimento da fé, que compreende a pastoral popular, a pastoral das elites, a ação catequética e a liturgia; finalmente, da Igreja visível e de suas estruturas, compreendendo os leigos, os sacerdotes, os religiosos e religiosas, a formação do clero, a prática da pobreza pela Igreja, a pastoral de conjunto e os meio de comunicação. (CATÃO, 1998, p. 267)

Além do compromisso com os pobres, Medellín destacou a necessidade de novos movimentos leigos para atender a uma nova realidade. Segundo o documento final, o que caracteriza o leigo não é o batismo, mas seu compromisso no mundo, agindo com autonomia e responsabilidade própria: “é a participação da consciência do leigo no desempenho de seu compromisso social, que lhe confere sentido cristão” (CATÃO, 1998, p. 276). Nesse passo, desde o encerramento do Vaticano II e com mais ênfase a partir da publicação da encíclica *Populorum Progressio*, Dom Fernando reforça a compreensão de uma Igreja plenamente vinculada à vida do homem no mundo, ou seja, Igreja como povo de Deus:

Não se trata de uma Igreja constituída de Bispos e Padres em que os outros membros são menos povo do que “massa”. Trata-se de um povo organizado que tem os seus líderes, os seus responsáveis, mas todos formam um verdadeiro “povo”, constituído de pessoas inteligentes e livres. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967c, p. 641)

Após a Conferência de Medellín, as declarações do Arcebispo se tornaram ainda mais incisivas. Ao retornar desse evento, o Arcebispo encabeçou uma declaração reforçando a concepção da Igreja, que além de comunidade espiritual é também sociedade visível, inserida na história da humanidade:

Como seu Divino Fundador, a Igreja, também, se encarna: mergulha fundamentalmente no temporal. Caminha juntamente com a humanidade inteira e sabe que participa com o mundo da mesma sorte terrena, sem perder sua dimensão divina, imutável. Compreende assim, que só assumindo a História Humana para elevar e dignificar o homem e a sociedade, cumprirá o mandato que recebeu do seu Senhor. (SANTOS, 1968a, s/p)

Ressaltou ainda que a missão da Igreja é dar sentido cristão aos valores do mundo moderno, fazendo com que as mudanças ocorressem dentro dos princípios da religião, na defesa dos menos favorecidos.

Ela [a Igreja] se determina, por imperativo de sua missão, a colaborar para modificar e atualizar esses sistemas e estruturas [eclesiais ou civis], com o mesmo e único objetivo de elevar, dignificar e defender a todos os injustiçados e oprimidos, seja qual for a forma de opressão ou de injustiça. (idem, ibidem)

Esse documento circulou no contexto do lançamento do movimento Ação, Justiça e Paz, em Goiânia⁷⁶, e, em sua homilia, durante o lançamento do movimento (SANTOS, 1968b), Dom Fernando fez uma análise conjuntural da sociedade brasileira, avaliando que ao mesmo tempo em que sofria com a desigualdade entre ricos e pobres fazendo com que determinados segmentos se revoltassem, também trazia em seu interior elementos para superar esses entraves. Nesse sentido, defendeu que o momento exigia ação, justiça e paz, conclamando as pessoas à ação organizada para promover a justiça, no sentido de conscientizar a todos sobre seus direitos e deveres, sendo esta uma condição para a paz.

Essa postura de Dom Fernando – concretizando uma posição mais enfática na luta por justiça – revela que sua eclesiologia acompanhava a Doutrina Social da Igreja, tendo incorporado seus avanços a partir do Concílio, particularmente após a publicação da encíclica *Populorum Progressio* e sua concepção de desenvolvimento integral do homem.

Além das transformações na orientação da Igreja, o período também marcou mudanças no campo político, com o acirramento do regime militar. Desde o golpe não houve “soluções de compromisso” do novo regime com a Igreja (PIERUCCI et al., 1984, p. 372), situação que se agravou após 1968. No entanto, os representantes da hierarquia eclesiástica jamais deixaram de acreditar na possibilidade de diálogo com o regime (SERBIN, 2001). Mesmo falando de uma forma generalizada, Dom Fernando admitiu a existência de uma aliança que, no entanto, avaliou como “equivoco”:

É verdade que, no correr da História, a Igreja se aliou, até certo ponto, às forças dominantes e opressoras, isso não se pode negar. Entretanto, salvo raras exceções, essa aliança não se devia ao amor da Igreja pelo dinheiro ou pelos poderosos, mas a um equivoco. Entendia ela que, sendo aliada ou pelo menos amiga dos poderosos, poderia interceder junto a eles para minorar o sofrimento dos pobres. Foi assim que os grandes passaram a manipular a Igreja segundo seus interesses e, de tal forma que, quando ela se deu conta, estava cerceada na sua liberdade e até nas suas intenções. E a instituição reagiu, mas só a partir do Concílio Vaticano II. Atitude que foi reafirmada durante os encontros episcopais latino-americanos de Medellín e Puebla, onde foi recomendada a Opção Preferencial pela família, pelos pobres e pelos jovens. (SANTOS apud LIMA, 2010, p. 21)

Dom Fernando nunca rompeu relações com o governo militar, embora tenha vivido diversas situações de confronto, seja na defesa de membros da Igreja perseguidos pelo regime,

⁷⁶ “O movimento Ação Justiça e Paz foi idealizado por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, inicialmente com o nome Movimento de Ação Moral, quando foi lançado, na IX Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em julho de 1968, no Rio de Janeiro. [...] A Arquidiocese de Goiânia e a Diocese de Goiás foram duas das quarenta e cinco dioceses brasileiras e lançarem o Movimento” (DUARTE, 2003, p. 70-71).

seja apoiando manifestações de segmentos sociais que clamavam por justiça. No dia 2 de abril de 1968 ocorreu um dos episódios mais marcantes no confronto da Arquidiocese de Goiânia com o regime militar, quando policiais à paisana atiraram em dois estudantes que se refugiavam na catedral: Telmo de Faria e Maria Lúcia Jaime⁷⁷. Dom Fernando avaliou esse caso como “o mais grave acontecimento” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977a, p. 453) durante seu arcebispado e, anos mais tarde, quando perguntado por um jornalista se no confronto com os militares havia acontecido de fato um “batismo de fogo” o Arcebispo respondeu, mostrando a complexidade do ocorrido:

Sim houve. E não só o batismo de fogo, como o de sangue também. Em 68 a polícia metralhou um grupo de jovens que buscava refúgio na Catedral e o sangue deles ficou na nave da Igreja, como um testemunho desse tempo. Foi uma coisa terrível que eu prefiro não relembrar, embora nem sempre seja possível. (SANTOS apud LIMA, 2010, p. 21)

Duarte (2003) fez um estudo sobre a Arquidiocese de Goiânia de 1968 a 1985, mostrando o engajamento da instituição no projeto de desenvolvimento do país, sua luta por justiça e pela defesa dos direitos humanos, em um período marcado por conflitos com os governos militares. Para a autora (idem, p. 74), os documentos de Medellín e a ameaça da violência armada, após a vitória da revolução cubana em 1959, influenciaram Dom Fernando em seus posicionamentos no período: “a proposta de D. Fernando, assim como a proposta dos bispos, em Medellín, foi um processo reformista, para que se evitasse uma revolução, com a total transformação das estruturas sociais”. Contudo, aponta uma mudança no posicionamento do Arcebispo em relação à compreensão sobre o processo político brasileiro, a partir do início da década de 1970. Ela cita como marco a aproximação entre a Arquidiocese de Goiânia e suas sufragâneas, a Prelazia de São Félix do Araguaia, com Dom Pedro Casaldáliga, e a Diocese de Goiás, com Dom Tomás Balduino, ambas comprometidas com causas populares como a luta pela terra.

A publicação do documento *Marginalização de um povo – grito das Igrejas*, em 1973, assinado por seis bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB⁷⁸, marcaria o período por

⁷⁷ No dia anterior, os estudantes haviam saído em passeata – para protestar contra o assassinato de um estudante no Rio de Janeiro – quando houve confronto com a polícia que atirou e matou um lavador de carros, pensando tratar-se do líder estudantil Euler Ivo. No dia 2, quando os estudantes protestavam contra a morte do lavador de carros, foram perseguidos pela polícia e se refugiaram na catedral, onde ocorreu o incidente (DUARTE, 2003).

⁷⁸ Dom Fernando, Arcebispo de Goiânia, Dom Epaminondas, Bispo de Anápolis, Dom Tomás, Bispo de Goiás, Dom Pedro, Bispo de São Félix, Dom Estevão, Bispo de Marabá, e Dom Celso, Bispo Auxiliar de Porto Nacional.

denunciar os graves problemas enfrentados pelo homem do campo em relação aos proprietários de terra que os exploravam, à posição do governo que protegia esses proprietários e também em relação à estrutura econômica do país, considerada injusta⁷⁹. Essa publicação trouxe consequências, como a prisão, pela polícia federal, do proprietário e dos funcionários da gráfica que imprimiu o documento, além da suspensão da publicação da *Revista da Arquidiocese*, que se preparava para divulgá-lo⁸⁰.

Ainda em 1973, Dom Fernando publicou a carta pastoral *Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime*, que teve também graves consequências. O Arcebispo esclareceu que na carta expunha o que pensava sobre a conjuntura sócio-religiosa e firmava sua posição frente a essa situação, além de indicar pistas para uma ação conjunta. Logo no início, afirmava que era preciso esclarecer os católicos de que a Igreja vinha se posicionando sobre a situação sócio-político-religiosa do país devido a problemas provocados pelo próprio regime: “[...] seria ilusão prender-nos a estes ou àqueles fatos, mesmo frequentes, quando a causa, a nosso ver, está no próprio sistema político que procura firmar sua filosofia e seus métodos de ação” (SANTOS, 1982b, p. 230).

Segundo o Arcebispo, os militares alegavam, de início, ter três metas que foram distorcidas: do *combate ao comunismo*, o governo passou a imputar essa denominação àqueles que não se submetiam ao sistema; o *combate à subversão* transformou-se em perseguição aos cidadãos, e o *combate à corrupção* em corrupção no campo político – ao “cassar o mandato de representantes do povo” e “suspender ou amordaçar o parlamento” – e, no campo econômico, como um modelo que favorecia o rico e prejudicava o pobre. O Arcebispo criticava, sobretudo, os métodos utilizados:

A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para fazer o povo suportá-lo. São os serviços de informações, a absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas-corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemático dos crimes oficiais ou cometidos à revelia das autoridades, mas por elas acobertados pela impunidade, para salvaguardar o bom nome do regime que se considera onisciente, onipresente, onipotente, infalível e irreversível. (SANTOS, 1982b, p. 231)

⁷⁹ O documento está dividido em seis capítulos: introdução; como vive o nosso povo; como está organizada a “estrutura da produção” no meio rural; como está o meio rural no Brasil; como se vê o sistema sócio-econômico brasileiro, e nossa Igreja e o trabalhador.

⁸⁰ A Revista só voltou a funcionar em outubro de 1974.

Diante dessa situação, Dom Fernando afirmou que os bispos agiam em defesa dos pobres, dos injustiçados, dos oprimidos, expondo os excessos do regime e denunciando quando contrariavam os princípios fundamentais da pessoa humana. Ademais, propôs a preparação de agentes pastorais para atuar em pequenas comunidades, a formação de pessoal para agir no exercício de sua profissão e a promoção de estudos e pesquisas de ordem sociológica como subsídios de ação planejada, além da proclamação da justiça e denuncia contra a iniquidade.

O Arcebispo submetera o conteúdo da carta como base de discussão a um grupo de bispos com o qual havia se reunido no Rio de Janeiro, momento em que foram sugeridas algumas alterações. O texto, com as modificações, mas ainda não definitivo, foi enviado aos bispos de todo o Brasil no início de junho e chegou ao conhecimento do governo militar, que enviou um representante para falar com Dom Fernando, durante uma visita a Brasília, solicitando que o documento não fosse divulgado. O pedido não foi atendido pelo Arcebispo, embora a divulgação tenha sido restrita devido à censura da imprensa.

A divulgação da carta pastoral levou Dom Fernando a ser intimado a participar de um encontro com a *Comissão Bipartite*, criada no governo Médici (1969-1974), composta por representantes da Igreja e do governo militar⁸¹, visando superar o crescente antagonismo entre as duas instituições. As reuniões dessa comissão eram sigilosas “sob as sombras de um governo que mantinha uma fachada democrática ao mesmo tempo que esmagava seus opositores com o auxílio de tropas, espões e torturadores. Foram os anos de chumbo, os momentos da repressão mais pesada” (SERBIN, 2001, p. 9).

O encontro ocorreu em 3 de agosto, no Rio de Janeiro, para o qual Dom Fernando levou um texto escrito, que leu no início da reunião⁸². Em seu texto, o Arcebispo citava documentos episcopais, sinalizando como a Igreja sempre esteve disposta ao diálogo com os governos, alegando que as tensões entre os homens da Igreja e os homens do Estado levam a

⁸¹ Segundo Serbin (2001, p. 32-33), a comissão era composta pelos militares: General Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do Estado Maior do Exército (EME), auxiliado pelo intelectual Tarcísio Meireles Padilha, o General Adolpho João de Paula Couto, Chefe da sessão de guerra psicológica do EME (ao qual estavam submetidos órgãos com a Academia Militar de Agulhas Negras e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), e Dantas Barreto, representante do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Os representantes da Igreja eram Dom Vicente Scherer, Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, Dom Avelar Brandão Vilela, Bispo de Teresina, Dom Aloísio Lorscheider, Presidente da CNBB, Dom Eugênio Sales, Arcebispo de Salvador e o intelectual Cândido Mendes.

⁸² Segundo Dom Fernando, estavam presentes à reunião: Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo Lorscheider, respectivamente Presidente e Secretário Geral da CNBB, o intelectual Cândido Mendes e os militares General Muricy, Almirante Ribeiro Marques, Comandante do fuzileiros navais, Coronel Pacífico, Sub-chefe do SNI, Coronel Sampaio (que substituiria o Coronel Pacífico no SNI) e o intelectual Tarcísio Padilha.

“um trauma que abala as fibras mais sensíveis de nossa história e de nossas tradições” (SANTOS, 1982c, p. 241), mostrando que ainda acreditava na possibilidade de diálogo com o regime. Ressaltou, ainda, que “a revolução de 1964 abriu novos horizontes, acendeu de um extremo a outro do País, a chama da esperança, para livrar-nos do comunismo, da submissão, da corrupção, pelas reformas de base” (idem, p. 242). No entanto, segundo o Arcebispo, essa mesma “revolução” não apreendeu o espírito do Vaticano II que levou a Igreja a acompanhar um mundo em que tudo se renova, mas que leva o homem a desejar a paz e a solidariedade.

Alertou que sozinhos, nem Igreja, nem governo encontrariam respostas para os problemas e, invocando a lição de Cristo, “Dai a Cesar o que é de César e a Deus o que é de Deus”, assegurou que cada instituição tinha o seu papel: “exigem-se de todos clarividência, capacidade de discernimento, abertura de espírito, fé e civismo para congregar aos autênticos valores da Pátria. Requer-se ainda a interdependência dos valores, cada qual com a autonomia que lhe é devida, sem prejuízo da mútua e respeitosa colaboração” (idem, p. 241).

Ao regressar, Dom Fernando fez um relatório desse primeiro encontro, que foi distribuído entre membros da Arquidiocese. No relatório, o arcebispo acrescentou que no início a revolução despertou as esperanças do episcopado por sua postura contra o comunismo, a subversão e a corrupção, mas que, no entanto, esta deixou-se influenciar pela maçonaria e por sua preferência política pela UDN.

Em resposta à ponderação do Coronel Muricy de que “a Carta Pastoral não devia ser divulgada para evitar possíveis consequências desagradáveis, em virtude dos comentários ou interpretações que dela surgissem” (SANTOS, 1982d, p. 245), Dom Fernando respondeu que a mesma já fora divulgada na Arquidiocese, embora não fosse permitida sua impressão, devido à censura, acrescentando que “no que se refere às consequências desagradáveis que poderiam surgir, declarei tranquilamente que estava preparado e disposto a suportá-las, quaisquer que fossem” (idem, p. 246). Segundo o Arcebispo, esse foi o momento mais delicado do encontro, porém o general “contornou o problema com outras considerações” (idem, *ibidem*). Ao final desse primeiro encontro, outro foi marcado para 26 de setembro, quando Dom Fernando voltou ao Rio de Janeiro⁸³. A reunião tinha outros temas em pauta e, quando chegou o momento de discutir o item *comentário de Dom Fernando*, o General

⁸³ Segundo o Arcebispo, dessa vez estavam presentes, pela Igreja, Dom Aloísio, Dom Ivo, Dom Lucas, e, pelos militares, o General Muricy, o Almirante Ribeiro Marques, o Major Lee, o Coronel Sampaio e outros dois que não soube citar o nome.

Muricy manifestou seu desagrado pelo fato de o Arcebispo ter divulgado o encontro anterior em um relato que teria distribuído aos membros da Arquidiocese.

Dom Fernando, por sua vez, explicou que divulgou a reunião porque teve que adiar diversos compromissos para estar no Rio de Janeiro naquela data e que isso causou apreensão na Arquidiocese. Sugeriu ainda que se acabasse como esse “segredo”, porque muitas pessoas sabiam que esses encontros aconteciam e também porque o grande público gostaria de saber que o governo civil e o governo eclesiástico se reuniam periodicamente, “visando o bem de todos os que realmente desejam o bem da Pátria comum” (SANTOS, 1982e, p. 250).

O Arcebispo aproveitou para cobrar solução para a *Revista da Arquidiocese*, que estava proibida de circular nos últimos três meses por não ter recebido resposta ao pedido de registro encaminhado ao Departamento de Censura, tendo o Coronel Muricy ficado com as cópias dos documentos entregues por Dom Fernando. Contudo, conforme concluiu o Arcebispo, o problema da censura à imprensa não foi aprofundado: “tive a impressão de que não há maior interesse dos membros que representam a parte governamental, de enfrentar os problemas mais graves e urgentes” (idem, *ibidem*).

Serbin (2001) estuda os encontros dos quais Dom Fernando participou e avalia que o Arcebispo estava mais moderado e chegava a recuar em algumas questões de sua carta pastoral diante da comissão. O autor ressalta os pontos em que Dom Fernando afirmava que o problema não era o governo, mas a filosofia do regime e que, assim como os militares, também combatia o comunismo. Chama a atenção, ainda, para o fato de o arcebispo reforçar a necessidade de diálogo e mútua colaboração entre Igreja e Estado, devido à sua posição em favor do desenvolvimento do país. Segundo Serbin (2001, p. 300), para Dom Fernando “o Brasil precisava de um governo forte para se tornar uma nação mais estável e justa”.

Esse período de confrontos parece ter sido difícil para Dom Fernando, que em setembro de 1972 escreveu o *Poema da Morte* e, na mesma época, enviou a Roma sua primeira carta, formalizando pedido de renúncia, alegando que estava “brigando muito” e solicitava a indicação de um bispo coadjutor com direito à sucessão⁸⁴. A intenção do

⁸⁴ Ático Vilas Boas fala sobre as mudanças expressas na fisionomia de Dom Fernando: “Conheci Dom Fernando na época mais bonita da minha vida: eu era estudante em Salvador, hospedado no pensionato dirigido pelo Pe. Camilo Torres, SJ, que foi a primeira pessoa que me falou da grande personalidade que foi Dom Fernando. Disse: em Aracaju existe um grande bispo, um bispo muito atualizado, um bispo para enfrentar os dias de hoje. Eu, baiano, que sempre soube guardar a política da boa vizinhança, sempre vi em Sergipe um estado de contos de fada. Fui lá conhecer as obras implantadas por Dom Fernando. Era, naquela ocasião, um bispo de irradiante personalidade pelas suas atitudes, pela sua coragem. [...] Passados tantos anos, vim encontrar Dom Fernando em Goiânia. Endosso tudo o que foi dito aqui, mas achei Dom Fernando, aqui em Goiânia, uma pessoa melancólica. Acho que sua experiência em Goiânia foi de altos e baixos. Encontrei um homem que quase não ria; Dom

Arcebispo era preparar um substituto para dar continuidade ao seu trabalho. Entretanto, o Vaticano, afirmando que seus embates eram produtivos e deveriam continuar, respondeu sua carta em 1974, determinando sua permanência.

Os enfrentamentos continuaram e, segundo Duarte (2003, p. 81), “foi em 1976, sob o governo do Presidente Geisel, que os conflitos evoluíram de confrontos verbais ou manifestos escritos, e até prisões, para verdadeiras tragédias”. Como exemplo cita a morte, em outubro daquele ano, do padre João Bosco Penido Burnier, missionário jesuíta da Prelazia de Diamantino (MT). Padre Burnier, coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário, foi baleado por um soldado quando acompanhava Dom Pedro Casaldáliga em uma visita ao povoado de Ribeirão Bonito (MT) e se dirigiram à delegacia da cidade para defender duas mulheres que estavam sendo torturadas. A *Revista da Arquidiocese* publicou um dossiê sobre a morte do Padre e Dom Fernando fez o texto de abertura, enfatizando que o objetivo da publicação era deixar subsídios para a história. O Arcebispo, que, na maioria dos confrontos, julgava que esses atos arbitrários fugiam ao controle do governo, mostrava agora acreditar na condescendência das autoridades:

As autoridades procuram minimizar a gravidade da situação, considerando cada caso isoladamente e fechando os olhos ao clima do terror organizado, premeditado, com lances dramáticos de crueldade e sadismo. [...] Os assassinatos dos Padres Rodolfo e Burnier, mais recentes, as calúnias assacadas contra o bispo de São Felix e as represálias contra Bispos, Padres e missionários leigos, em diversos pontos do País, com a complacência das autoridades responsáveis, não podem ser considerados casos “isolados”. São, ao contrário, atestados convincentes de que está faltando vigilância e disposição de defender os direitos humanos. Tudo indica que há estímulo ou conivência de pessoas ou organizações oficiais. (SANTOS, 1976, p. 743-744)

Segundo Duarte (2003, p. 85), o assassinato do Padre Burnier foi um dos fatos que “contribuíram para que a Igreja se colocasse, gradativamente, como entidade autônoma diante do Estado, com a capacidade de oposição e resistência ao seu “magistério paralelo””. A autora avalia que, a partir de meados da década de 1970, a Igreja partiu para a criação de organismos voltados para a defesa dos direitos humanos, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Fernando sorria. Mantinha aquele sorriso que só os pintores renascentistas souberam colocar nas suas telas. Não era um homem que gargalhava, que ria, mas um homem que tinha aquele sorriso esboçado sempre no rosto, não era o homem que conheci em Aracaju. As causas não me compete analisá-las, mas sempre o considere, aqui, um homem melancólico; com isso não quer dizer que eu o visse como um homem pessimista, mas como um melancólico que semeava esperança, semeava idéias novas, semeava palavras confortadoras. Compete aos futuros historiadores investigarem as causas que o levaram a essa melancolia intermitente" (VILAS BOAS, 1986, p. 396-397).

As CEBs tiveram expressivo crescimento na Arquidiocese, tendo sido incorporadas ao Plano Pastoral para os anos de 1973 e 1974, conquistando ainda mais espaço a partir do Plano Pastoral de 1978 (DUARTE, 2003). Esse crescimento ficou evidente quando a Arquidiocese de Goiânia foi escolhida para sediar o 6º Encontro Intereclesial de CEBs. Em 1984, Dom Fernando formou a Comissão Executiva do encontro, que foi realizado em Trindade, de 21 a 25 de junho de 1986, durante a gestão de Dom Antônio. Segundo avaliação de Dom Fernando (SANTOS, 1985b, p. 12), em 1985, as CEBs constituíam “a tônica mais forte do *Plano Pastoral da Arquidiocese*, vivificados com as luzes do Concílio e a experiência de muitas dioceses”.

O CIMI e a CPT tiveram Goiânia como palco para sua criação, em 1975, sob os auspícios de Dom Fernando. O CIMI foi criado durante a I Assembleia Indigenista e a CPT teve sua criação definida no relatório final do Encontro de Pastoral da Amazônia Legal, atuando intensamente nos conflitos de terra na região desde então. Dom Fernando, além de acompanhar o trabalho da comissão, se posicionava em defesa das vítimas dos conflitos que ocorriam não só em Goiás, mas em todo o país. Ivo Poletto (1985, p. 397), quando assessor da CPT Nacional, ao falar da dedicação de Dom Fernando à entidade, confidenciou: “se não fosse a posição firme e corajosa dele, provavelmente, não teria havido condição de existir essa Comissão”. A criação desses organismos ocorreu no contexto de abertura lenta e gradual durante o governo Geisel (1974-1979), período de ressurgimento dos movimentos populares no país.

Devido ao seu posicionamento no campo político, Dom Fernando tornou-se referência para diversos movimentos em Goiânia, que procuraram o apoio do Arcebispo. O Prelado, por sua vez, fazia sempre uma avaliação ampla dos movimentos, mostrando percebê-los como a contraposição de uma mesma política equivocada do governo militar. O Movimento Custo de Vida⁸⁵, os operários da construção civil⁸⁶ e o movimento estudantil⁸⁷ obtiveram manifestações

⁸⁵ Após ser procurado pelo Movimento Custo de Vida, que se organizava em todo o país e estava presente também em Goiânia, o Arcebispo manifestou seu apoio, avaliando que a pobreza não decorria apenas do aumento do custo de vida, mas tinha causas estruturais como “a prepotência dos grupos econômicos e políticos” e “o egoísmo dos que se consideram donos das coisas e até das pessoas” (SANTOS, 1978, p. 492).

⁸⁶ Demonstrando uma visão integral da situação nacional, ao prestar apoio aos operários da construção civil, o Arcebispo argumentou tratar-se de um problema que atingia toda a sociedade diante do qual “todos são chamados a atuar, com firmeza, seriedade e justiça” (SANTOS, 1979a, p. 562).

⁸⁷ No período em que o movimento estudantil voltava a se organizar, seus líderes procuraram o apoio do arcebispo em algumas ocasiões. Em uma delas, Dom Fernando celebrou missa em solidariedade a um estudante goiano preso em Brasília, celebração solicitada por representantes estudantis e que teve grande número de participantes, inclusive estudantes vindos de Brasília (SANTOS, 1977a, p. 618-620). Por ocasião da reestruturação da UNE, o Arcebispo manifestou novamente sua admiração pelo fato de os estudantes buscarem

do Arcebispo em defesa de suas causas, no entanto, dois outros exigiram do Arcebispo um apoio mais constante e efetivo: o movimento dos professores e o movimento de ocupações urbanas.

No início de 1979, o Movimento de Valorização dos Professores, que representava os docentes da rede estadual, desencadeou uma série de manifestações e Dom Fernando denunciou, na ocasião, o “pauperismo crônico” e a “quase miséria” das escolas públicas, além de lembrar que alguns professores recebiam salário abaixo do mínimo, não dispondo do necessário para viver e manter a família. Para o Prelado, os professores estavam sendo espoliados em seus direitos, o que exigia a colaboração de todos: “trata-se, portanto, de problema coletivo que prejudica a criança, o jovem e degrada a sociedade no presente e ainda mais no futuro” (SANTOS, 1979c, p. 338).

Devido ao não cumprimento das reivindicações por parte do governo estadual, os professores voltaram a fazer greve no ano seguinte, a qual Dom Fernando considerou “justa, digna e bem orientada” (SANTOS, 1980a, p. 166). Ao denunciar que o governo defendia os interesses dos poderosos, Dom Fernando mostrava-se indignado com o que alegava ser “falta de sensibilidade moral” dos governantes, posição que aprofundava o fosso social porque, ao mesmo tempo em que afirmava não ter recursos para pagar os professores, “o dinheiro público é esbanjado em obras monumentais ou serve para aliciar novos membros para o partido oficial” (SANTOS, 1980b, p. 168).

As manifestações dos professores em greve, que no início eram marcadas para a Praça Universitária, mas que, devido à repressão policial, passaram a acontecer na praça da catedral, contando com o apoio de Dom Fernando⁸⁸, tornaram aquela pequena praça um símbolo de resistência aos arbítrios dos governos militares. Segundo Duarte (2003, p. 102) “desde 1979 [Dom Fernando] cedeu a Catedral, dependências da Universidade Católica e outras igrejas de Goiânia e do interior para a realização das assembleias”. Ao fazer uma avaliação sobre seu trabalho à frente da Arquidiocese, Dom Fernando incluiu o “[...] apoio às greves consideradas justas e pacíficas de professores, estudantes e operários, e à luta permanente contra as

soluções para os problemas nacionais, e não só os estudantis, lembrando que a Igreja percebia a juventude como uma “enorme força renovadora” (SANTOS, 1979b, p. 344).

⁸⁸ Duarte (2003, p. 103) narra como um Ato Público, em 1980, programado para a Praça Universitária foi invadido pela tropa de choque da polícia militar, que perseguiu os professores e estudantes; estes saíram em passeata até a Praça Botafogo, local em que prenderam estudantes em meio a ações violentas, sendo que “a pancadaria só parou com a intervenção do Arcebispo”. Dom Fernando avaliou o ato como “arbitrário, injusto e sobretudo violento, pois tratava-se de uma manifestação pacífica de um dos setores fundamentais da sociedade” (SANTOS, 1980c, p. 675).

irregularidades dos que se julgam donos do povo e são responsáveis pelos desmandos da arbitrariedade de um regime político injusto” (SANTOS, 1985b, p. 15).

Outro movimento que contou com o apoio da Arquidiocese e, particularmente, de Dom Fernando, foi o de ocupações urbanas, que se intensificou em Goiânia a partir de 1979. A primeira dessas invasões ocorreu em meados daquele ano, denominando a localização como Jardim Nova Esperança. Segundo Duarte (2003, p. 109), “entre 1979 e 1981, aumentaram as ocupações em Goiânia e também os conflitos policiais, quer nas propriedades particulares, em nome da defesa da propriedade privada, quer em áreas públicas, sob o pretexto de urbanização da cidade”. Dom Fernando voltou a denunciar o tratamento diferenciado do governo, “insensível aos clamores do povo sofredor” e voltado aos “projetos de grande porte econômico” (SANTOS, 1980d, p. 295). As ocupações urbanas continuaram acontecendo em Goiânia e o Arcebispo, em reunião com agentes pastorais para discutir o assunto, assinou a seguinte declaração⁸⁹:

Achamos vergonhoso, numa cidade onde existem milhares de imóveis vazios e terrenos inaproveitados, que haja mais de duzentas mil pessoas sem direito à terra onde moram. Estamos preocupados com soluções tomadas sem a participação do povo e contra interesses dele. Ainda mais nos preocupa a atitude de vários grupos e pessoas, oficialmente ou não ligados ao governo, que desrespeitam decisões tomadas junto à comunidade chegando ao ponto de usar a violência, agredindo e prendendo arbitrariamente, como ocorreu no Jardim Botânico, no Bairro Anhanguera e, mais recentemente, no Parque Santa Cruz. (SANTOS, 1984b, p. 629)

O processo de abertura política iniciado por Geisel teve continuidade no governo Figueiredo (1979-1985), com eleições diretas em todos os níveis, exceto para presidente da república, em 1982, ano em que foram comemorados os 50 anos de ordenação sacerdotal de Dom Fernando⁹⁰. Em 1984, foi deflagrado o movimento *Diretas Já*, exigindo o retorno das eleições diretas no país, recusado com a derrota da emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional, em 25 de abril de 1984. Nesse cenário, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos, pelo colégio eleitoral, respectivamente Presidente e Vice-presidente da república, em

⁸⁹ Nesse conturbado período de mobilização social, a Arquidiocese de Goiânia recebeu a visita do ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1980, o arquiteto argentino Adolfo Pérez Esquivel, que se dedicou à causa da *não violência* na América Latina. Esquivel estava visitando várias cidades brasileiras, como Recife, Belo Horizonte e São Paulo, além de Goiânia e São Félix do Araguaia, para conhecer de perto o trabalho da Igreja no país. Em Goiânia, o Nobel da Paz fez questão de conhecer as áreas de ocupação urbana, como o Jardim Nova Esperança e o Capuava. A *Revista da Arquidiocese* destacou a entrevista coletiva na qual Esquivel fez a entrega simbólica da medalha de ouro do Nobel da Paz a Dom Fernando, proferindo as seguintes palavras: “faço questão de compartilhar este prêmio com a Igreja de Goiás, na pessoa do arcebispo de Goiânia como reconhecimento de seu trabalho em defesa dos pobres e perseguidos” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1981a, p. 152).

⁹⁰ Trataremos desse assunto no Capítulo 4 desta tese.

15 de janeiro de 1985. Tancredo morreu antes de tomar posse e Dom Fernando celebrou missa em sufrágio de sua alma, revelando que mantinha a esperança de uma sociedade melhor, incentivando os católicos a lutar por ela:

Nesta missa, vamos nos unir em sufrágio de sua alma, mas, sobretudo, rezar pelo Brasil. Foi com essa intenção que convidei toda a Arquidiocese: para rezarmos juntos, nesta noite, porque há poucos dias mudou o governo. Mas não foi só o governo que mudou, mudou o sistema político que perdurou durante 21 anos. Está mudando a sociedade. Compete a nós seguir esse exemplo e aproveitar desta oportunidade, esta comoção que abraçou o País inteiro e não perdermos a oportunidade. (SANTOS, 1985c, p. 272)

Um mês e dez dias depois, Dom Fernando morreu, em 1º de junho de 1985, tendo participado ativamente da história da Igreja em grande parte do século XX e deixando como memória de sua ação pastoral a preocupação social, passando de uma posição assistencialista para o reconhecimento da capacidade de luta do povo. Com um grupo de bispos, a maioria também oriunda do Nordeste, acompanhou as mudanças na eclesiologia católica e liderou as principais mudanças na condução da Igreja em todo esse período. Sua formação rigorosa forjou sua eclesiologia, inspirando uma trajetória de dedicação à causa católica que levou o grupo que o acompanhou a representá-lo como um homem fiel a Deus e à Igreja e, ao mesmo tempo, atento às mudanças do mundo moderno. Sua memória continuou inspirando a condução da Arquidiocese durante os anos seguintes.

1.2 RITUAL DE ENTRONIZAÇÃO: CHEGADA A GOIÂNIA

A cerimônia de entronização de Dom Fernando como primeiro Arcebispo de Goiânia, em junho de 1957, foi pensada no sentido de mobilizar a comunidade católica e projetou a figura do Arcebispo como o “enviado de Deus para conduzir a Igreja de Goiás” em um período de desafios para a instituição. O ritual foi a expressão de uma tradição da Igreja, modificada ao longo do tempo e que se desdobrou em vários atos carregados de simbolismo, tornando-se importante compreender alguns desses significados, em uma cerimônia que incorporou também atos cívicos e religiosos.

O Jornal *Brasil Central*, único órgão noticioso da Arquidiocese naquele período, fez a cobertura do evento, tornando-se, por isso, nosso objeto de análise e uma das fontes de

pesquisa. Além da cobertura jornalística, de discursos e de documentos da época, serão destacadas fotos do evento que ajudam a compreender o sentido da cerimônia. As fotos não foram divulgadas, mas fazem parte dos arquivos sobre o evento e serão examinadas juntamente com outros estudos sobre o tema, além de documentos elaborados pela Igreja.

A cerimônia centrou-se na afirmação do poder clerical a ser então assumido por Dom Fernando no espaço da nova Arquidiocese, na também jovem capital, já consagrada como sede do poder político estadual. Por meio da cobertura do jornal da Arquidiocese, percebe-se a preocupação em mostrar a Igreja como instituição central na sociedade, sob o comando do Arcebispo, em um período em que o país, incluindo Goiás, passava por intenso processo de modernização. Percebe-se, ainda, que a cerimônia visava afirmar o propósito da Igreja de mútua colaboração com o Estado, tendo em vista enfrentar os desafios de manter a hegemonia da instituição no extenso território da Arquidiocese.

As cerimônias de entronização pública dos bispos em suas dioceses tiveram seu prestígio ampliado ao longo do século XVII, processo que teve desdobramentos no século seguinte, inspirado nas entradas régias, cuja trajetória atravessou vários séculos. Por sua vez, as cerimônias de entradas régias surgiram no final da Idade Média e até o início dos tempos modernos serviram, também, como veículo para a comunidade mostrar sua criatividade, expressando-se de maneiras diferenciadas a cada novo ritual. A partir de meados do século XV, com a consolidação do Estado monárquico, essas entradas tornaram-se espetáculos grandiosos, cercados de formalidades, por meio das quais os reis procuravam projetar uma imagem de magnificência, para marcar a memória de seus súditos, distinguindo-os de seus antecessores (MEGIANI, 2001). O seu declínio teve início em meados do século XVII, quando a imagem do rei passou a ser divulgada a partir de outros suportes, como celebrações artísticas, que se manifestavam, particularmente, no interior da sociedade de corte.

Para os bispos, essa cerimônia também se tornou “um momento-chave de afirmação do poder episcopal, em face de todo o clero local e ainda em relação aos vários corpos de poderes que com ele conviviam nas cidades sedes de bispado” (PAIVA, 2001, p. 79). Para compreender como esse processo foi assumido como estratégia de reforço e legitimação de autoridade e de poder, torna-se fundamental observar as mudanças e permanências dessa cerimônia, na forma como passou a ocorrer na segunda metade do século XX.

Ao buscarmos compreender os significados do rito, encontramos em Edmund Leach (1977) duas perspectivas. Por um lado, o autor (idem, p. 386) enfatiza que o ritual tem *algo a dizer*, identificando-o como uma forma de comunicação social: nas relações diárias, os

indivíduos ocupam diferentes posições a cada momento e o ritual serve para afirmar essas diferenças, “o ritual serve, pois, para lembrar aos presentes qual posição ocupa exatamente cada um deles em relação aos demais e em relação ao sistema mais amplo”. Por outro, o autor (idem, p. 387) afirma que, para os que o elaboram, o ritual tem *algo a fazer*, demarcando-o como elemento de poder: “do ponto de vista de quem os executa, os ritos podem alterar o estado do mundo porque neles se invoca o poder”. Nesse sentido, o ritual pode afirmar a posição do ator em relação ao seu meio, como pode também alterar essa posição. No caso em estudo, o ritual cumpria os dois papéis: ao mesmo tempo em que comunicava que a autoridade eclesiástica emanaria de Goiânia, sua estrutura hierarquizada transparecia o desejo de obter a anuência e a submissão dos diversos segmentos participantes, tanto no âmbito civil quanto no religioso, a essa autoridade.

O sentido político da cerimônia de entronização de Dom Fernando estava implícito no seu propósito de marcar a presença da autoridade eclesiástica em Goiânia, uma vez que a Arquidiocese estava vacante desde sua criação, em março de 1956, com a Bula pontifícia *Sanctíssima Christi Voluntas*, que também reintroduzia a Igreja da Cidade de Goiás, antiga capital do estado, à condição de Diocese. Essa mudança ocorreu após a morte do Arcebispo anterior, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, em maio de 1955.

Durante seu governo diocesano, Dom Emanuel (1923-1955) tornou-se uma liderança no Estado, conquistando para as causas da Igreja grande parte da elite econômica e intelectual, reforçando o catolicismo como a religião majoritária. Com a revolução de 1930 e a reaproximação entre Igreja e Estado, o Arcebispo chegou a aspirar o governo de Goiás, mas encontrou no interventor, Pedro Ludovico, um obstáculo para suas pretensões: “o secular e o espiritual, Pedro Ludovico e Dom Emanuel, travaram um combate silencioso. Sem enfrentamento direto, disputavam quem iria moldar e controlar o destino do Estado” (VAZ, 1997, p. 240).

O projeto de mudança da capital goiana aproximou os dois líderes, quando Pedro Ludovico convidou Dom Emanuel para presidir a comissão encarregada de escolher o local da nova capital. Das quatro cidades candidatas à transferência – Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio, Ubatã, distrito de Campo Formoso (atual Orizânia) e Campinas – duas atendiam aos requisitos esperados: Campinas e Bonfim. A escolha de Campinas não agradou a Dom Emanuel, que havia se antecipado a Pedro Ludovico e construído uma segunda residência episcopal em Bonfim. Segundo Vaz (1997, p. 260), Pedro Ludovico “não intencionava viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel, numa cidade onde o prestígio do bispo era enorme”.

Dom Emanuel, por sua vez, “talvez, por isso, entre outras razões [...] tenha morrido em 1955 como arcebispo de Goiás, não transferindo a sede da Arquidiocese para Goiânia. Não quis ele, também, viver à sombra do Estado” (idem, p. 261). Depois desse episódio, o autor afirma que Dom Emanuel “exilou-se” de Goiânia, embora tenha garantido os terrenos necessários para os prédios religiosos na nova capital.

Nesse contexto, a transferência da sede do poder da Igreja para Goiânia ocorria mais de vinte anos após a mudança da capital e só então recebia seu Arcebispo. Esse longo interregno ampliou a expectativa pela chegada do novo antístite para assumir sua posição de autoridade da Igreja na nova capital, que se ressentia da ausência de comando religioso. Esse cenário foi descrito com tintas dramáticas no jornal da Arquidiocese, que se regozijava com a dádiva de um Arcebispo com a relevância de Dom Fernando.

[...] Temos o nosso Pontífice. Temos o nosso pastor. A novel Província Eclesiástica de Goiânia tem o seu primeiro Arcebispo. O nosso desespero estava chegando ao paroxismo. Já nem pedíamos mais a Deus um Bispo santo, sábio, nem sadiamente moderno, para enfrentar, com realidade e discernimento, os complexos problemas que o aguardam na nossa complicada Província Eclesiástica. Pedíamos, implorávamos, gritávamos, chorávamos ao Senhor Nosso Deus, que mandasse qualquer um, contando que viesse, que chegasse logo. Precisávamos de uma cabeça, de um guia, de um Pai, de um Pedro. E Deus se doeu de nós. [...] e não nos enviou um qualquer: mandou-nos um homem da cabeça do Brasil [...]. (BRASIL CENTRAL, 1957a, p. 1)

A Igreja em Goiânia sentia o peso de se afirmar como centro do poder sacralizado, espaço já consolidado como sede do poder político regional. A cidade, que havia sido projetada a partir de uma concepção moderna, em cujo planejamento arquitetônico não foram previstos monumentos religiosos, na perspectiva da Igreja, precisava acatar a representação do poder eclesial, aglutinando-se também em torno dele. A hierarquia da Igreja buscava seu reconhecimento por meio do potencial legitimador dos signos cristãos.

O novo Arcebispo visava conquistar o consenso social e, conseqüentemente, um papel de destaque para a instituição, e o rito de sua entronização teria que espelhar essa perspectiva. A cerimônia tornava-se um momento eloquente para demonstrar, a partir da magnitude do evento, que a autoridade eclesiástica se instalava em Goiânia, de onde emanaria não mais apenas o poder secular, mas de maneira marcante o poder religioso, que deveria ser respaldado por um amplo espectro de apoio, nos mais diferentes setores da sociedade.

Com esse propósito, no início de abril Dom Abel Ribeiro Camelo, que após a morte de Dom Emanuel assumira o cargo de Vigário Capitular⁹¹, juntamente com o padre Adolfo Serra, diretor do jornal *Brasil Central*, viajaram ao Rio de Janeiro para um encontro com o Arcebispo escolhido para Goiânia, tendo em vista tratar de assuntos relativos à cerimônia de posse, marcada para 16 de junho. Segundo o *Cerimonial dos Bispos*, a posse deveria ocorrer o mais rápido possível após a escolha; no entanto, a data foi definida para dois meses após a indicação, fazendo coincidir com a festa da Santíssima Trindade, que antecedia a tradicional festa regional da romaria de Trindade.

Ao ser marcada para essa data, a cerimônia aconteceu em meio ao clima de contrição que envolvia os católicos goianos, afirmando o sentido sagrado-religioso do ato. Desde 1840, a romaria à cidade de Trindade, a 18 km de Goiânia, já se constituía em um fenômeno de religiosidade popular que atraía devotos de toda a região. Durante os dias da festa, os fiéis se voltam para sua devoção ao Divino Pai Eterno, pedindo e agradecendo as graças recebidas, criando um ambiente em que o sagrado se sobrepõe ao profano.

Esse cunho de sacralidade foi adotado na preparação para a chegada de Dom Fernando, anunciando-o como presente divino à Igreja da região, visando incrementar o consenso em torno dele, momento em que se iniciava o processo de sacralização da figura do Arcebispo. Essa perspectiva pode ser percebida em uma matéria do jornal da Arquidiocese, que reafirmava estar o poder espiritual acima do temporal, referindo-se ao novo Arcebispo como o “Grande Sacerdote que vem em nome da Divina Trindade, não em nome dos poderes políticos da terra” (BRASIL CENTRAL, 1957b, p. 4). A data, criteriosamente escolhida, foi anunciada como um desígnio divino:

A vinda no dia de hoje de nosso 1º Arcebispo é uma mensagem da Trindade Santíssima. A Unidade, a Eternidade, a Onipotência que defluem do Pai, a Verdade, a Beleza a Onisciência que emanam do Filho e a Bondade, a Felicidade, a Concórdia que procedem do Espírito Santo, manifestaram-se no meio de nós dando-nos o seu dom na Pessoa do Nosso Pastor. O nosso Metropolitana é um dom da Trindade Divina. (idem, p. 1)

Além da conotação sagrada, a escolha da proximidade da festa de Trindade para a entronização do Arcebispo em Goiás tinha também um sentido político. Justamente por sua grandiosidade, a romaria havia sido alvo de disputas entre bispos que o antecederam e outras instituições religiosas que controlavam a festa: inicialmente, houve dissensos entre Dom

⁹¹ Após a criação da Arquidiocese de Goiânia, em 1956, Dom Abel havia sido nomeado Bispo de Jataí.

Eduardo Duarte Silva (1891-1908) e as Irmandades Religiosas e, posteriormente, entre Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955) e os padres Redentoristas⁹². Dom Fernando consagraria a romaria como o grande momento de encontro com sua extensa Arquidiocese – autoridades civis e militares e o povo em geral – momento em que aproveitou para transmitir seus ensinamentos e seu pensamento sobre questões de fé e sobre o período histórico em que se vivia. No primeiro contato com os romeiros de Trindade, durante as comemorações pela sua chegada, o Arcebispo pôde dimensionar a importância da festa e, após sua primeira homilia, “tomou sobre si o encargo das pregações nos restantes dias da novena” (SOUSA, 1957, p. 3).

A historiografia considera que a utilização do cerimonial como instrumento para demarcar espaço de poder foi consagrada por Luiz XIV, em uma composição em que “ele só podia manter o espaço de atuação de seu poder com o auxílio de uma estratégia muito bem articulada prescrita pela figuração particular da sociedade de corte, em sentido estrito, e da sociedade francesa como um todo, em sentido amplo” (ELIAS, 2001, p. 29). Segundo Norbert Elias, na sociedade de corte o rei e os cortesões se submetiam à coerção da etiqueta como forma de afirmar sua própria condição de aristocratas, distinguindo-se dos demais. O rei existia enquanto tal na medida em que figurava no centro do cerimonial e a nobreza assim se sentia por ser alvo do prestígio do rei.

A fim de organizar a recepção ao Arcebispo, a primeira providência de Dom Abel foi convocar uma reunião de sacerdotes com base na qual foram nomeadas várias comissões. Em seguida, a Cúria Metropolitana divulgou o Programa de Recepção a Dom Fernando (O POPULAR, 1957a) e emitiu duas notas oficiais. A primeira, no final de maio, comunicava a nomeação do arcebispo e a data da sua posse, solicitando que sacerdotes e fiéis se dispusessem a receber “com a maior efusão de espírito e entusiasmo “aquele que vem em nome do Senhor”, e “pastor de todas as almas”” (BRASIL CENTRAL, 1957c, p. 2). A segunda nota (idem, 1957d, p. 3), no início de junho, constava de quatro documentos dirigidos a públicos diferentes: o primeiro convidava as autoridades civis, militares e religiosas para recepcionarem Dom Fernando e o Núncio Apostólico, no aeroporto de Goiânia; o segundo convocava os colégios católicos de Goiânia e também do interior, que

⁹² Esses dissensos estavam relacionados ao controle da renda que a romaria proporcionava. Ao concluir que a irmandade religiosa que controlava o Santuário, responsável pela festa, estava se apropriando das rendas do evento, Dom Eduardo convidou os Padres Redentoristas para cuidar do Santuário. Mais tarde, foi a vez de Dom Emanuel renovar o contrato da Diocese de Goiás com os Redentoristas, exigindo uma porcentagem sobre a renda da festa (VAZ, 1997).

tivessem condições, para se apresentarem nas solenidades; o terceiro solicitava o apoio dos vigários para orientarem os paroquianos e as associações religiosas; o quarto convidava os demais estabelecimentos de ensino secundário e superior de Goiânia a também se mobilizarem para o evento.

A partir desses documentos oficiais, o jornal *Brasil Central* passou a divulgar notas e matérias incentivando os católicos a manifestarem sua unidade e receberem o Arcebispo com regozijo. As conclamações aos fiéis eram permeadas por um forte cunho persuasivo, visando ampliar a presença popular no evento religioso, a fim de demonstrar a capacidade de mobilização da instituição. A perspectiva endossada pela hierarquia da Igreja local era de que a magnitude da cerimônia faria parte da memória popular e quanto maior a adesão, mais possibilidades a Igreja local teria para enfrentar os novos desafios que se apresentavam em um estado em franco processo de urbanização e desenvolvimento:

Nenhum católico deve ficar em casa. Nesses momentos é que os católicos devem demonstrar a força de nossa unidade em torno da pessoa do nosso chefe prestigiando com a nossa presença o imediato representante de Jesus Cristo na terra. Goiânia, que passou muito tempo como sede vacante, deverá engalanar-se e a alegria deve aflorar em todas as nossas fisionomias para receber o Pastor de nossas almas. (BRASIL CENTRAL, 1957e, p. 4)

Os rituais de posse de Dom Fernando seguiram o que recomendava o *Cerimonial dos Bispos*, de inspiração tridentina, editado por Clemente VIII (1592-1605), em 1600⁹³, com sua primeira versão em português datada de 1671 (ANDRADE, 1671). Ao compararmos o ritual de entronização do Arcebispo em Goiânia com as entradas episcopais do século XVIII estudadas por Paiva (2001), que também seguiam o *Cerimonial dos Bispos* do período de Clemente VIII, evidenciam-se muitas mudanças e adaptações, mas também semelhanças e continuidades. O autor identifica seis fases, ou estruturas fundamentais, na morfologia do rito. O primeiro estágio se refere aos relatos das longas viagens que o bispo empreendia, na maioria das vezes, de Portugal até o interior do Brasil.

O primeiro bispo a chegar a Goiás, após a Proclamação da República – Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1908) – narrou em sua autobiografia (SILVA, 2007) a viagem que empreendeu por mais de um mês de Uberaba – ponto final da então via férrea Mogiana – até a

⁹³ O *Cerimonial dos Bispos* foi modificado ao longo da história por vários Papas - Inocêncio X (1644-1655), edição de 1650; Bento XIII (1724-1730), edição de 1727, e Bento XIV (1740-1758), edição de 1742, até a última versão em vigor, de 1886, autorizada por Leão XIII (1878-1903). Após o período em estudo neste trabalho, o Concílio Vaticano II (1962-1965) reformulou todos os ritos, editando um novo *Cerimonial dos Bispos*.

cidade de Goiás. Os pousos improvisados e a simplicidade do povo sertanejo foram descritos muitas vezes de forma cômica pelo Bispo ultramontano, que empreenderia profundas reformas nas manifestações da religiosidade popular local. A viagem de Dom Fernando, no entanto, foi rápida, compatível com o tempo moderno, realizada em um avião cedido pela Vasp, cujo voo foi autorizado pelo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss. Juntamente com a comitiva estavam alguns goianos residentes no Rio de Janeiro e outros enviados de Goiás para acompanhar o grupo.

O segundo momento da entronização dos bispos se refere aos grupos que recepcionavam o Prelado em sua nova diocese, nos quais Paiva (2001) identificou “jogos de representação” que deixavam transparecer a hierarquia desses grupos. No caso da recepção ao Frei Miguel de Bulhões, no Pará, em 1749, este, assim que adentrou nos seus territórios, passou a ser recepcionado por grupos de pessoas em vários pontos do percurso: “quanto mais ilustre era um indivíduo mais perto da cidade recebia o bispo e quanto menor era o seu estatuto individual ou da instituição que representava, maior era a distância a que devia ir receber a comitiva” (PAIVA, 2001, p. 81-82).

Dom Fernando chegou ao Aeroporto Santa Genoveva – que havia sido inaugurado um ano antes – por volta das 15h, acompanhado de Dom Cândido Penso, Bispo de Goiás, do Deputado Federal Anísio Rocha, do Major Mauro Borges Teixeira e de Dona Gercina Borges Teixeira. Faziam parte da comitiva do Arcebispo o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Armando Lombardi, o auditor da Nunciatura, Monsenhor Mario Pius Gaspari, o Bispo de Pesqueira (PE), Dom Severino Mariano, os Deputados Federais Drault Ernani, da Paraíba, Manoel Barbosa, do Amazonas, além do assessor do Arcebispo, Padre Marcelo, jornalistas e outros convidados.

A recepção a Dom Fernando no aeroporto de Goiânia contou com a participação das mais altas autoridades do estado, nas instâncias civis, militares e religiosas, tendo à frente o Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida e o Prefeito de Goiânia, João de Paula Teixeira Filho⁹⁴. Esse ritual repetia a tradição e, segundo Paiva (1993, p. 125), “em sinal de respeito e submissão, os representantes dos vários corpos da cidade deviam ir esperar o bispo

⁹⁴ Da comitiva de recepção faziam parte também os Senadores Pedro Ludovico Teixeira e Jerônimo Coimbra Bueno, o Deputado Pinheiro de Abreu, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, os Desembargadores Alceu Galvão Velasco, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Moacir de Moraes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, os Deputados Taciano de Melo, Cônego Trindade e Nicanor Silva, os Bispos Dom Alano du Noday, de Porto Nacional, Dom Francisco Prada, de Uruaçu, e Dom Abel Ribeiro Camelo, de Jataí, o Tenente Coronel João Neto e o Capitão Haroldo, além de secretários estaduais e municipais, dezenas de parlamentares, padres, jornalistas, representantes de classe e outras pessoas da sociedade.

fora de portas”. A disputa para figurar ao lado do Arcebispo e do Núncio privilegiou o governador e o prefeito (Figura 5), seguidos de representantes do clero local. Depois dessa recepção, que incluiu efusivos aplausos dos fiéis e o cumprimento das autoridades, os militares escoltaram os dois representantes da Igreja, que passaram em revista as tropas e em seguida tomaram assento no carro do governador, ladeado por batedores e “seguidos em um cortejo por centenas de automóveis” (O POPULAR, 1957b, p. 1).



Figura 5: Dom Fernando, o Prefeito João de Paula, o Governador José Ludovico e o Núncio Dom Armando Lombardi, no aeroporto de Goiânia.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC/GO.

A terceira etapa identificada por Paiva (2001) dava-se no momento do encontro da comitiva que havia recebido o Bispo fora do espaço urbano e a que aguardava na entrada da cidade. Ali, em uma construção improvisada, o Bispo fazia uma pequena parada e mudava de trajes. A comitiva de Dom Fernando dirigiu-se à Casa Paroquial da Igreja Imaculado Coração de Maria, na Avenida Paranaíba, centro de Goiânia, onde, segundo o jornal *O Popular*, “milhares de pessoas saudaram as autoridades eclesiásticas” (idem, *ibidem*). No local foi disponibilizada uma mesa de comes e bebes e o Arcebispo trocou as roupas de viagem com as quais chegou – batina, capote e chapéu – pelas vestes apropriadas para a ocasião: batina, sobrepeliz, mozeta, barrete, cruz peitoral e anel⁹⁵. Esses paramentos especiais faziam com que o clero se sobressaísse, impondo as distinções sociais que o separam dos demais indivíduos, revestindo-o de uma autoridade respaldada na esfera da sacralidade.

⁹⁵ Ver glossário anexo ao final deste trabalho.

A quarta etapa arrolada por Paiva (2001), considerada um dos momentos mais importantes da entronização do Bispo, consistia no cortejo que percorria o trajeto dessa primeira parada, que no século XVIII era iniciada na entrada da cidade, até a catedral. O Bispo ia “a cavalo, sob pália, cujas varas eram transportadas pelos membros mais insignes da vereação” (idem, p. 82). O desfile respeitava uma ordem de precedência e percorria pontos estratégicos da cidade, percurso devidamente engalanado: o chão por onde passava o séquito, as janelas das edificações e, em alguns casos, havia arcos de material efêmero construídos especialmente para a ocasião.

Dom Fernando e Dom Armando Lombardi foram posicionados no centro da procissão que tinha à frente, respectivamente, as irmandades religiosas, os padres e os bispos e, logo atrás, as autoridades civis e militares. A organização do cortejo expressava uma hierarquia que se iniciava com as representações mais simples do clero até as mais importantes (Figura 6). Enquanto o *Cerimonial dos Bispos*, compilado por Andrade (1671), definia que os cidadãos e as autoridades civis vinham em primeiro lugar⁹⁶ – como forma de expressar sua submissão ao clero –, na entronização de Dom Fernando as autoridades vinham atrás dos clérigos, parecendo tratar-se de um privilégio concedido pela Igreja.



Figura 6: O Cortejo percorre a Avenida Araguaia.
Fonte: Arquivo Dom Fernando, IPEHBC, PUC/GO.

Assim como Elias (2001) verificou na sociedade de corte em relação ao rei, a Igreja usava o cerimonial como um instrumento para reforçar o poder, com o propósito de demarcar e ampliar espaços no âmbito religioso e laico. O “valor de prestígio” distribuído pela

⁹⁶ Em primeiro lugar iam a cavalo todos os cidadãos da cidade, a quem seguia a família e criados do Bispo, o magistrado e oficiais da cidade e câmara, os fidalgos e príncipes (ANDRADE, 1671).

instituição reforçava a importância social daqueles que participavam da cerimônia e os líderes locais participaram daquele ato de consagração afirmando o poder do clero. Naquele momento, o poder temporal se submetia ao poder espiritual, dada a ressonância popular obtida pela solenidade e os desdobramentos previstos no âmbito político.

Dom Fernando, com sua entrada, se apresentava de forma grandiloquente e majestosa; paradoxalmente, ao caminhar entre o povo, procurava se posicionar como o Arcebispo do despojamento e de todas as camadas sociais. Nesse sentido, o poder simbólico presente no rito buscava contribuir para a construção do consenso comunitário em torno da figura do Arcebispo. A procissão, assim como as vestes especiais, signos da liturgia religiosa, evocavam a memória dos ritos católicos.

O cortejo de Dom Fernando também seguiu um trajeto bastante significativo; subindo a Avenida Araguaia – eixo que compõe a tríade das principais avenidas da cidade que levam à Praça Cívica – passou pela Praça Cívica e desceu a Avenida Universitária até a Praça Dom Emanuel. As autoridades eclesásticas percorreram um trajeto entre dois domínios da Igreja – da Paróquia Imaculado Coração de Maria até a Catedral – simbolizando a extensão do poder da Igreja a toda a cidade, legitimadas pelas autoridades locais que as acompanhavam.

Além de o percurso representar a prevalência da Igreja sobre o poder civil, a procissão incluiu também a Praça Cívica, sede do poder político. Ao contrário das entronizações dos bispos estudadas por Paiva, que evitavam em seu trajeto os locais de poder régio, judicial ou militar para não demonstrar reverência ou homenagem a esses poderes, a comitiva de Dom Fernando passou em frente ao Palácio do Governo. Com esse gesto, o Arcebispo mostrava seu propósito de aproximação entre Igreja e Estado, no que era correspondido, como se pode deduzir, entre outros gestos, por uma faixa colocada na referida praça: “Boas vindas do povo e do governo goianos ao Arcebispo de Goiânia”.

Essa postura mostrava a disposição de Dom Fernando em superar os dissensos entre o âmbito civil e religioso em Goiás, que marcou um período do episcopado de seu antecessor. O Arcebispo defendia a cooperação entre Igreja e Estado e trazia na bagagem uma série de projetos que dependiam desse apoio. Entretanto, como é perceptível em sua *Pastoral de Saudação*, o Arcebispo mostrava também preocupação com a questão social e seus projetos, articulados junto à CNBB, expressavam mudanças nas ações da Igreja, visando acompanhar as transformações ocorridas na sociedade, que se modernizava a passos largos.

No longo trajeto percorrido pela procissão, faixas saudavam o Arcebispo, substituindo os arcos do passado. O cortejo foi saudado pela multidão, incluindo alunos dos colégios

católicos da capital e do interior e demais estabelecimentos de ensino de Goiânia⁹⁷. A população da jovem capital goiana, que se aproximava dos 150 mil habitantes⁹⁸, com grande júbilo via desfilar diante de si figuras representativas da mais alta hierarquia da Igreja no Brasil, além das autoridades políticas locais. A cena que se apresentava tinha todos os ingredientes para permanecer na memória popular e marcar a instalação do poder eclesial em Goiânia, obtendo ampla adesão da população:

Tiveram caráter popular as demonstrações de júbilo com que a população goianiense recebeu Dom Fernando Gomes dos Santos. Pessoas de todas as camadas sociais, num estupendo cortejo, aplaudiram o ilustre Prelado traduzindo a alegria com que recebia o primeiro Arcebispo dessa capital. (O POPULAR, 1957c, p. 1)

Após esse percurso, o cortejo finalmente adentrou a Praça Dom Emanuel, onde se localiza a Catedral de Goiânia, dando início à quinta fase do rito de entronização. No entanto, o cenário da cerimônia era então uma construção inacabada. A catedral, cuja edificação havia sido iniciada em 1947, teve seu acabamento interno concluído para a chegada do novo Arcebispo, tendo na parte externa muita coisa ainda por fazer: os tijolos estavam à vista e não havia a torre, que só seria concluída em 1966⁹⁹. A cerimônia foi realizada ao ar livre e o altar foi montado na plataforma existente à frente da Igreja. A fachada inacabada foi coberta com cortinas brancas, tendo ao fundo, na parede sem cobertura, um estandarte estampado com a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira de Goiânia. Ladeando o altar ficavam as tribunas dos bispos e das autoridades civis e militares.

Uma multidão de fiéis, arregimentada pelos párocos e pelos meios de comunicação, atendendo solicitação da cúria arquidiocesana, se concentrava na praça, aguardando o início da cerimônia de instalação da Arquidiocese e de posse do primeiro Arcebispo de Goiânia. O primeiro a falar foi o Governador do Estado que, após saudar o Núncio apostólico e o novo Arcebispo, ressaltou a religiosidade do povo goiano e a harmonia entre o poder temporal e o poder espiritual, afirmando “jamais se terem separado, entre nós, Igreja e Estado”. Para o governador, a influência do cristianismo sobre a sociedade fez nascer no mundo o respeito pela pessoa humana e esse ensinamento provocou uma revolução não só moral e social, mas

⁹⁷ O programa da cerimônia definiu que os colégios se posicionassem ao longo da Avenida Araguaia, até a Praça Dom Emanuel, na seguinte sequência: Colégio Estadual de Goiânia, Colégio Ateneu Dom Bosco, Instituto de Educação, Colégio Santa Clara, Colégio Santo Agostinho, Ginásio Estadual de Campinas, Escola Técnica de Goiânia, Ginásio Professor Ferreira, Escola Técnica de Comércio de Campinas, Ginásio São Vicente, Externato São José, Instituto Assunção e Instituto Nossa Senhora Auxiliadora.

⁹⁸ Segundo o censo do IBGE, a população de Goiânia em 1960 era de 151 mil habitantes.

⁹⁹ Para mais, ler Fleury (2007).

também política: “por isso o poder político do homem não pode separar-se do Poder Divino de que está investida a Santa Madre Igreja” (O POPULAR, 1957c, p. 3).

O Cônego Antônio Ribeiro de Oliveira, representando o clero arquidiocesano, fez uma oração de boas-vindas ao novo metropolitano. O Núncio apostólico, por sua vez, agradeceu as palavras do governador e ordenou que o auditor da nunciatura lesse a bula de criação da Arquidiocese (PIAZZA e CONSTANTINI, 1957, p. 4-6) e o Decreto n. 8262, da Nunciatura (LOMBARDI, 1957, p. 9-12), executando as ordens do papa. As Atas de Ereção e de Posse foram assinadas pelas autoridades eclesiásticas e civis presentes¹⁰⁰ e, na sequência da cerimônia, Dom Fernando dirigiu-se à cátedra, sentou-se, fez suas orações e foi cumprimentado pelo vigário mais idoso da Arquidiocese, Padre Florentino, pároco de Itumbiara. Em seguida, recebeu o barrete e a murça episcopal, insígnia de jurisdição. Após esses ritos, Dom Fernando foi saudado como Arcebispo de Goiânia por Dom Abel Ribeiro de Camelo, que vinha exercendo o cargo de Vigário Capitular da Arquidiocese.

Dom Fernando foi o último a falar durante a cerimônia e seu pronunciamento foi registrado por uma foto que mostra o acompanhamento atento e interessado dos presentes. O Arcebispo aparece gesticulando e observando seus ouvintes (Figura 7). Em sua *Pastoral de Saudação* mostrou compreender que aquele era um momento especial para se apresentar à sua nova comunidade, que demonstrava grande expectativa depois de longo tempo de espera pela sua chegada, destacando que assim que soube de sua transferência para Goiânia buscou conhecer o novo campo de apostolado, assumindo o preceito de que é “missão do Pastor conhecer e ser conhecido” (SANTOS, 1957a, p. 28). Fez questão de explicitar que sua *Pastoral de Saudação* tinha a intenção de estabelecer relações e promover o conhecimento mútuo entre o Arcebispo e todos os habitantes da Arquidiocese.

¹⁰⁰ A Ata de Ereção foi assinada pelo Núncio apostólico, pelos bispos de Pesqueira, Jataí, Uruaçu, Porto Nacional e da Cidade de Goiás, além do Governador do Estado (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1957b, p. 12-13). Além dessas autoridades, assinaram a Ata de Posse Dom Fernando e outras autoridades civis presentes ao ato (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1957b, p. 13).



Figura 7: Dom Fernando faz seu primeiro pronunciamento em Goiânia.
Fonte: *Arquivo Dom Fernando*, IPEHBC, PUC/GO.

Além de mostrar interesse em conhecer a Arquidiocese e ser conhecido por ela, a *Pastoral* de Dom Fernando teve como ponto alto uma longa reflexão sobre o papel da Igreja no mundo moderno, ressaltando a autoridade da hierarquia eclesiástica na condução da instituição. Para o Arcebispo, se por um lado o mundo moderno afasta o homem do sobrenatural, atraindo-o para os interesses imediatos, por outro há o desejo desse homem de retorno a Deus. A missão da Igreja seria dar aos homens a resposta que eles procuram no campo espiritual e, segundo Dom Fernando, a instituição religiosa convocava o leigo para ajudá-la nessa tarefa, chamando a atenção para a dependência do laicato em relação à hierarquia. Mesmo defendendo a imutabilidade de princípios da Igreja, Dom Fernando destacava a necessidade de os bispos atualizarem os métodos de apostolado e, inspirando-se no pensamento de Pio XII, reforçava que o apostolado deveria adaptar-se à realidade da vida moderna, promovendo iniciativas adequadas às necessidades do momento.

Nesse trecho do pronunciamento o Arcebispo deixou clara sua principal linha de atuação, que seria a implantação de estratégias para trazer de volta os católicos que se afastaram da religião atraídos por outras denominações religiosas ou por ideologias modernas. Além de insistir no papel do leigo nesse processo, Dom Fernando chamou a atenção dos bispos sob sua jurisdição para que se atualizassem, o que significava privilegiar a Ação Católica como movimento que viria a contribuir com os demais¹⁰¹. Esse alerta visava eliminar possíveis resistências à Ação Católica no âmbito da Arquidiocese de Goiânia, o que ocorria em outras dioceses, principalmente por parte das irmandades religiosas e algumas confrarias

¹⁰¹ Em outro documento o Arcebispo explicitou o papel privilegiado da Ação Católica sobre os demais movimentos religiosos ao falar que poderiam receber dela “novas e preciosas contribuições para se transformarem em autênticos movimentos de apostolado oficial dos leigos” (SANTOS et al., 1958b, p. 36).

(BEOZZO, 1984, p. 323). Sobretudo, o Arcebispo afirmava que todas as iniciativas estariam sob seu comando como autoridade hierárquica.

Na segunda parte do pronunciamento, apresentou, em linhas gerais, seu plano de atividades. Além de mostrar conhecer a realidade local, Dom Fernando reafirmou sua preocupação em preparar a Igreja para acompanhar as mudanças do mundo moderno e do seu *Programa de Apostolado* constava os seguintes tópicos: Formação do Clero, Ensino Religioso, Ação Social, Ação Católica, Futura Capital Federal e A batalha do Desenvolvimento. Observaremos a abordagem do Arcebispo sobre os três últimos temas.

A *Ação Católica* foi uma iniciativa privilegiada por Dom Fernando. Coerente com seu pensamento sobre o papel da Igreja, o Prelado defendeu o movimento sob a direção da hierarquia e como uma das iniciativas mais eficientes de recristianização da sociedade. O Arcebispo parecia empenhado em ampliar o espaço do movimento em Goiás e arrebanhar novos adeptos ao falar sobre o papel do militante da Ação Católica: “possuídos da Doutrina, vivificados pela Graça, animados do espírito missionário, são autênticos mensageiros de Deus entre seus companheiros de classe, de profissão ou condição de vida” (1957a, p. 30). Para o Arcebispo, o movimento atuava não apenas visando o bem-estar social, mas sua finalidade última era o aspecto sobrenatural do homem.

No tópico sobre *A futura capital federal*, Dom Fernando não só ofereceu a colaboração da Igreja, como argumentou que esse apoio era fundamental para o empreendimento. Segundo suas palavras, a instituição sempre desempenhou um importante papel na história do Brasil que, além de ser o maior país católico do mundo, constituía-se em uma nação que prezava suas tradições cristãs; por isso, “não poderia ter uma Capital divorciada do sentimento religioso de seu povo” (idem, ibidem). Mostrando que a Igreja mantinha o propósito de colaboração com o Estado, argumentou que o “país católico” jamais deixaria prevalecer o rompimento do poder, da lei e das instituições.

Além de assumir a cadeira de primeiro Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando chegava ao Centro-Oeste com a incumbência de assegurar também os interesses da Igreja Católica na capital federal, ainda em construção. Por isso, Brasília era foco de interesse de todo o episcopado, ao qual Dom Fernando pedia ajuda para que a cidade não fosse apenas assinalada com as marcas da fé católica, mas se tornasse “centro de irradiação dos princípios cristãos, da cultura e do progresso de um povo católico” (idem, ibidem). Assumindo a liderança nesse processo, concluiu:

De nossa parte, confiado no auxílio divino e na proteção especial de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Padroeira do Brasil e da nova Capital, afirmamos nossos propósitos de tudo fazer para que a Cruz de Jesus Cristo, a cuja sombra nasceu e cresceu a Pátria brasileira, encontre seu Altar no centro da Cidade. (idem, ibidem)

Outro tópico importante da *Pastoral* do Arcebispo foi denominado *A batalha do desenvolvimento*. Na década de 1950, o Brasil passava por intensas mudanças em todas as esferas, com o crescimento da industrialização e o processo de urbanização. A ideia de que o desenvolvimento econômico proporcionaria as mudanças de que o país precisava para acompanhar o mundo moderno tomava conta de todos os segmentos sociais. A Igreja entrou nesse processo ciente de que precisava acompanhar as mudanças, tendo em vista manter presentes seus valores tradicionais, controlando parte do processo com vistas a não perder fiéis ou, ao menos, minimizar essas perdas, em um período em que ampliavam-se perspectivas de mundo cada vez mais laicizantes e dessacralizadas. As iniciativas de Dom Fernando à frente da Arquidiocese de Goiânia, visando recristianizar o mundo laicizado, se dariam também no sentido de contribuir com o desenvolvimento social, com ações voltadas particularmente para o setor rural, em que a instituição se via ameaçada pelo avanço do comunismo com sua proposta de reforma agrária.

Em sua *Pastoral*, Dom Fernando defendeu o desenvolvimento, mas chamou a atenção para não sobrepor o âmbito econômico aos valores humanos: “desenvolvimento econômico sim, mas com o desenvolvimento simultâneo e harmonioso de tudo o mais que afirma e realiza o homem” (idem, ibidem). No entanto, o Prelado, assim como parcela do episcopado, estava convencido de que iniciativas desenvolvimentistas podiam tirar o país do atraso: “a ninguém é lícito, nessa hora, retardar, pela inação ou pelo indiferentismo, a grandeza, o desenvolvimento e o progresso do país” (idem ibidem). Após as palavras do Arcebispo, as solenidades, que duraram cerca de três horas, foram encerradas com o *Te Deum* solene de ação de graças, entoado pelo Coro da Catedral, e a benção do Santíssimo Sacramento, por Dom Fernando.

As cerimônias de recepção ao primeiro Arcebispo de Goiânia tiveram grande repercussão junto à população. A imprensa local destacou especialmente as palavras de Dom Fernando, pronunciadas no dia de sua posse, ressaltando sua sintonia com os problemas contemporâneos: “causou a melhor impressão em todos os círculos desta capital a alocução proferida pelo Arcebispo de Goiânia” (O POPULAR, 1957d, p. 1). Segundo o texto do jornal *O Popular*, a receptividade obtida pelo discurso deveu-se “não apenas em virtude das

qualidades oratórias” do Arcebispo, mas também “pelo conteúdo, muito claro e objetivo, focalizando problemas e questões da atualidade estadual e nacional”. O jornal *Brasil Central* destacou o pronunciamento do Arcebispo em Trindade, revelando um conteúdo persuasivo: “Do altar monumento S. Excia. fala pela primeira vez ao povo. Uma onda de entusiasmo sacode a multidão. Grandes e pequenos, ricos e pobres saúdam-no espontaneamente com salvas de palmas” (SOUSA, 1957, p. 3).

A repercussão dos eventos mostra que Dom Fernando acertou ao se preocupar com o primeiro contato com a Arquidiocese porque desde o anúncio de seu nome era grande a expectativa e havia poucas informações sobre sua trajetória anterior. O jornal *Brasil Central* informava que se tratava de um “homem da cabeça do Brasil”, vindo do Nordeste, “celeiro de grandes bispos” e que a Santa Sé “escolheu a dedo” para atuar no Centro-Oeste, mas parecia não haver um conhecimento maior sobre a sua pessoa, conforme depoimento do Monsenhor Fleury: “nós não o conhecíamos, mas fizemos um ato de fé na inspiração do Santo Espírito” (FLEURY, 2002, p. 9).

Em sua *Pastoral*, o Arcebispo se despediu da diocese de Aracaju, destacando – além dos amigos, colaboradores, clero, religiosas, seminaristas e leigos – os militantes dos movimentos que conduziu e privilegiou, apontando, de certa forma, as bases do que seria desenvolvido também em Goiânia: Ação Católica, Obra das Vocações Sacerdotais, Ação Social¹⁰², a equipe do jornal *A Cruzada* e das Escolas Superiores de Filosofia e Serviço Social. Agradeceu, ainda, a colaboração que sempre recebeu das autoridades estaduais e municipais, além dos órgãos de classe e dos operários, o que denota a ampla gama de relacionamentos que havia desenvolvido.

O programa de recepção ao Prelado contou com outros eventos que constituíram a sexta etapa de sua entronização, formada pelos festejos que marcaram o acontecimento. Ainda no dia 16, às 20h, o governador ofereceu um banquete no Palácio das Esmeraldas, em homenagem ao novo Arcebispo e ao Núncio apostólico, para o qual foi convidado todo o clero presente às cerimônias, além das autoridades civis e militares. À entrada do Palácio, o governador recepcionou os convidados, que se aglomeraram para cumprimentar os representantes do clero, em sinal de respeito e reverência. No salão em que foi servido o jantar, Dom Fernando e Dom Armando ocuparam os lugares centrais da mesa principal, ficando à esquerda o Governador e o Bispo de Uruaçu, e à direita os bispos de Porto Nacional

¹⁰² Em relação à Ação Social, Dom Fernando citou especialmente os colaboradores do Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), que marcou seu governo diocesano.

e de Jataí. À frente dessa mesa foram dispostas as demais, de forma perpendicular, para que ninguém ficasse de costas para as principais autoridades. Esse jantar simbolizava o clima de conagração entre Igreja e Estado.



Figura 8: Dom Armando e Dom Fernando recebem homenagem dos estudantes no dia seguinte à posse. Fonte: Arquivo Dom Fernando, IPEHBC, PUC/GO.

No dia seguinte, às 10h, as duas autoridades eclesiásticas foram recepcionadas na Praça Cívica pelos colégios e faculdades de Goiânia. O Colégio Santa Clara se apresentou com sua fanfarra; os demais marcaram presença acenando com bandeirolas e o coro da Faculdade de Filosofia cantou o hino pontifício, *Ó Roma eterna, dos mártires, dos santos*. O Arcebispo e o Núncio ouviram atentos as manifestações dos estudantes e ao final Dom Armando fez um pronunciamento e abençoou os presentes. Na foto que registra o momento (Figura 8) Dom Fernando é mostrado ao lado do Núncio como sinal do apoio de Roma ao Arcebispo. As duas autoridades eclesiásticas estão em um plano mais alto em relação à plateia, revelando apreço à hierarquia.

Após as homenagens em Goiânia, os dois representantes do clero realizaram visitas pastorais às cidades de Jataí e Goiás, acompanhados dos seus respectivos bispos, Dom Abel Ribeiro Camelo e Dom Cândido Penso. Essa visita conjunta assinalava que o Arcebispo teria o apoio de Roma na administração da Arquidiocese, respaldando a autoridade do Prelado.

Em toda a preparação para a recepção a Dom Fernando percebe-se uma articulação que vai desde a escolha da data até a convocação dos colégios católicos, como forma de marcar a entronização do Arcebispo no imaginário e na memória do povo goiano. No entanto,

Dom Fernando ressaltou a pretensa espontaneidade presente nos eventos: “as solenidades se revestiram de um caráter acolhedor e espontâneo que muito nos confortou” (SANTOS, 1957b, p. 14). O jornal *Brasil Central* (1957f, p. 2) também reforçou essa avaliação:

[...] A recepção que Goiânia fez a Dom Fernando e ao Sr. Núncio Apostólico foi o tipo da coisa realizada sem encomenda, sem programa prévio, sem organização enquadrada em moldes demagógicos. [...] A nota marcante de tudo foi sem dúvida a atmosfera de espontaneidade que envolveu o ambiente de festa que todos gostam, dando a todas as fisionomias um ar de euforia como se todos dissessem depois de grande espera: “Finalmente chegou o enviado do Senhor”.

A perspectiva dos membros do clero sobre os rituais que se sucederam sugere uma comparação com a pompa que costumava revestir esse tipo de acontecimento. A começar pelos trajes, o *Cerimonial dos Bispos*, que vigorava na época, previa o uso de amito, alva, cingulo, estola, cruz peitoral, capa de asperges, anel e mitra preciosa para a entrada do Bispo na cidade. Além de entrar sob o pátio, o Prelado era recebido pelo povo de joelhos e a catedral deveria comportar as cerimônias internas.

No entanto, mesmo com as adaptações para a realidade local, tanto no espaço, que não oferecia a estrutura necessária, quanto no tempo, frente a uma sociedade em processo de modernização, o rito parece ter atendido seus propósitos. A cerimônia de entronização de Dom Fernando em Goiânia, respaldada pelo poder temporal, na figura das mais representativas autoridades locais, e também pelo poder eclesiástico, na figura do Núncio Apostólico – representando o papa – mostrava o Arcebispo como um líder que chegava para ampliar o poder da Igreja na região. O povo e as autoridades presentes pareciam respaldar essa perspectiva. Os cuidados na preparação da cerimônia, a data escolhida, os locais percorridos, os paramentos, os cânticos, enfim, cada detalhe foi pensado para posicionar o Arcebispo no centro do poder religioso, desdobrando-se também para a esfera temporal. Os leigos foram conclamados a participar efetivamente da vida da Igreja, obedecendo, contudo, à hierarquia. O discurso inaugural apontava os limites; aos leigos cabia participar da ação evangélica, mas, sobretudo, a obediência à hierarquia.

A magnificência da solenidade, o ritual de entronização e os rumos apontados pelo Arcebispo em sua alocução desvelam o caminho a ser percorrido. A catedral inacabada parecia sinalizar a missão para a qual Dom Fernando fora escolhido: a continuidade de uma trajetória de doutrinação; e, também, a construção de novas possibilidades, com o objetivo de manter em seu aprisco as ovelhas atraídas pelo apelo secular. Afinado com a tradição, mas

abrindo distintos caminhos para adequar-se aos novos tempos, ao ser apresentado em Goiânia, Dom Fernando e a hierarquia que coadjuvou sua entronização alcançaram os objetivos, inaugurando um período marcante para a Igreja Católica local.

Dom Fernando tinha consciência das significativas mudanças pelas quais passava o Brasil e, particularmente, Goiás, *locus* do seu apostolado e – após um período relativamente longo de ausência de um bispo para centralizar, arregimentar e organizar as atividades religiosas localmente – a cerimônia de sua entronização, com todos os ritos solenes, o apresentou aos fiéis e às autoridades políticas e militares como uma figura capaz de colaborar com a construção da história do Estado. O Arcebispo soube se apresentar à sua nova Arquidiocese, convocando todos os segmentos católicos à unidade em torno de uma linha pastoral bastante definida e que seria implantada com prioridade visando intensificar a presença da Igreja na sociedade. O poder simbólico da cerimônia possibilitou um consenso inicial em torno do Arcebispo, corroborado por seus organizadores e pelo jornal católico, que iniciaram um processo de construção de representações e mesmo de sacralização do Prelado. O compromisso demonstrado por Dom Fernando em contribuir com o desenvolvimento de Goiás acentuou esse processo.

CAPÍTULO 2

“TEMPO DA PRESENÇA”

2.1 GOIÁS E A MODERNIDADE

Dom Fernando chegou a Goiânia no contexto da construção de Brasília e seus discursos, publicados pela *Revista da Arquidiocese*, mostram como sua visão sobre a região se aproximava muito do que os intelectuais pensavam sobre a inserção de Goiás na construção da nação brasileira. Na década de 1950, a construção da nação passou a incluir as ideias de modernidade e desenvolvimento e Goiás deixaria, aos poucos, de ser visto como região isolada, tornando-se símbolo de integração nacional. A Igreja integrou-se nessa discussão e Dom Fernando manifestou seu posicionamento tanto em ações concretas como em discursos por meio dos quais revelava o desejo de tornar Goiás um exemplo para o país de região que se desenvolve com o apoio da Igreja.

A partir dos anos 1950, a Igreja Católica no Brasil se inseriu de maneira mais direta no debate sobre a construção da nação, destacando a importância da sua contribuição para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, a instituição adotou um conceito de desenvolvimento próprio da época, que apostava no crescimento econômico. Segundo Duarte (2003), a concepção de desenvolvimento da maioria do episcopado brasileiro, também adotada por Dom Fernando, se coadunava com o projeto denominado desenvolvimentismo, dominante entre os intelectuais latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960, que apostava no investimento em infraestrutura para promover o desenvolvimento. Para a autora a concepção de desenvolvimento dessa parcela do episcopado pressupunha a participação subsidiária da Igreja e objetivava

a superação da miséria e do atraso, situações sub-humanas e intoleráveis, mediante o aperfeiçoamento intelectual e tecnológico; a conscientização das massas para torná-las “povo”; a integração entre as diferentes regiões do país através da complementação e da solidariedade em vista da formação de um mercado interno. (DUARTE, 2003, p. 23)

Para efetivar essas três estratégias – apoio ao progresso tecnológico, conscientização das massas e integração nacional –, a Igreja agiu em duas frentes: ao mesmo tempo em que apresentou uma série de ações práticas visando o desenvolvimento do país em bases cristãs, colocou-se como instituição civilizadora, que tinha como função educar, ou melhor, conscientizar a massa, visando a superação da miséria e do atraso.

Dom Fernando, plenamente integrado às ideias da CNBB, entidade que ajudou a fundar, comungava com o episcopado o pensamento de que o desenvolvimento econômico impulsionaria o progresso do país e da sua população. Nesse sentido, os escritos do Arcebispo demonstram sua crença em que a construção de Brasília no sertão goiano faria com que a região fosse alcançada pelo processo de desenvolvimento. Para o Arcebispo, Goiás, com seu enorme potencial devido à sua localização e riquezas naturais, precisava aproveitar a oportunidade que a transferência da capital federal oferecia e assumir seu papel como centro de equilíbrio do país:

Iniciamos nosso episcopado em Goiânia sob o signo do chamado “desenvolvimento econômico”. O Brasil está sendo sacudido pelo frêmito, já hoje irreprimível, do progresso, da expansão e da riqueza. Procura, por isso, seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. Goiás, com sua privilegiada situação geográfica e suas imensas reservas naturais, sente que chegou a hora de realizar sua vocação. Tudo é novo e tudo toma proporções imensas nesse velho celeiro do ouro e das esmeraldas. (SANTOS, 1958c, p. 11)

O arcebispo percebia em Goiás uma reserva de esperança para a reconstrução da nação, pois, para ele, era o *locus* onde havia sido preservada a pureza e a autenticidade do ser brasileiro. Para Dom Fernando, Goiás guardava as matrizes intocadas da brasilidade, onde podia ser forjado o novo ser nacional:

Aqui está o povo de Goiás, falange eleita do povo brasileiro, na floração mimosa de sua juventude, cujas graças enfloram num sorriso de primavera todo este ambiente, em cujos corações pequeninos como que sentimos o sangue virginal da raça, qual se fora uma cascata cristalina, a cantar as canções do Porvir, da Esperança e Grandeza da Pátria [...]. (SANTOS, 1961a, p. 36)

Dom Fernando, que já havia chamado a atenção para a situação privilegiada de Goiás, tanto em termos de localização como de recursos naturais, enfatizava a fonte da autenticidade do seu povo como componente fundamental para a composição da nação. Em outra ocasião,

em uma perspectiva utópica, o Prelado defendeu a ideia de que Goiás seria responsável pela síntese dos valores nacionais, dando origem a uma nova civilização¹⁰³:

[...] eu sinto que uma civilização nova surge, civilização mediterrânea – juntando, agora, todos os valores da Pátria, desde aqueles que estão situados à beira do Atlântico, até os que avançam para o Pacífico. [...] Goiás está sendo o centro de irradiação de toda essa cultura, de toda esta nova civilização. (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4)

Esse discurso nacionalista encontra ancoragem no movimento modernista, iniciado nos anos 1920, que buscava traços originais da cultura brasileira para representar a nação, tendo em vista inseri-la na modernidade. O propósito era integrar o local, o nacional e o universal como propulsores da modernidade, conforme a síntese: “seremos uma nação, na medida em que formos capazes de reconhecer os traços universais contidos em nossas tradições” (VELOSO e MADEIRA, 1999, p. 99).

Dom Fernando considerava que a construção de Brasília, cujo início coincidia com sua posse como Arcebispo de Goiânia, reservava para Goiás um destino especial. Duarte (2003) avalia que aquele momento nacional foi percebido como uma reminiscência do bandeirantismo e uma continuidade da Marcha para o Oeste, política do Estado Novo para garantir a integração nacional. Esse deslocamento da fronteira visava a ocupação da Amazônia a partir do interior do país, colocando o Centro-Oeste como centro geográfico e irradiador da expansão futura. O Arcebispo adotava essa mesma perspectiva, chamando atenção para a “vocação histórica” de Goiás:

¹⁰³ Desde o início de seu episcopado em Goiânia o Arcebispo convocava os cristãos para romper com o materialismo aético e construir uma “civilização nova”, um “mundo melhor”, que significa o retorno para Cristo, que para ele significava o retorno à religião: “o mundo novo e melhor será exatamente aquele em que o homem se decide aos ensinamentos e à prática das verdades e da vida cristã” (SANTOS, 1958c, p. 10). Até os últimos anos de sua vida continuou confirmando que “não há outra solução, não há outro caminho, não há outra maneira de superar o clima de insegurança e injustiça sem Jesus Cristo” (SANTOS, 1980d, p. 429). Dom Fernando acompanhava com admiração o trabalho do Padre Ricardo Lombardi que, acreditando no diálogo do pensamento tradicional com o moderno, iniciou, em 1938, um movimento que, a partir de um pronunciamento de Pio XII, em 1952, passou a se chamar *Movimento por um Mundo Melhor*. Padre Lombardi tornou-se, segundo Dom Fernando, um arauto desse movimento, que visava a renovação espiritual das pessoas que buscavam “viver de acordo com o ideal cristão, no mundo de hoje” (SANTOS, 1960, p. 3). Na verdade, o Arcebispo nunca se conformou com o fato de a religião não ser considerada uma instituição acima das demais, conforme atesta o texto abaixo: “Pena é que os detentores do poder político, econômico, militar, institucional ou empresarial preferiram, na ordem prática, desconhecer Jesus Cristo e substituí-lo pelos mitos do nosso tempo: o dinheiro, a força, o prestígio, o sucesso, a arreligiosidade. O Estado, as instituições, o comércio, a indústria, a agricultura, o progresso, o desenvolvimento, a integração, a cultura, a escola, o quartel, a ciência, a técnica, fazem de conta que Deus não existe e agem como se, de fato, Ele não existisse. E seria tão bom e tão fácil aliar esses valores ao divino – Autor (sic) de todos eles” (SANTOS, 1972, p. 199). Dom Fernando desejava que Goiânia e Goiás fossem berços de uma “civilização nova”: “Jesus diria a Goiânia [...] é um pólo irradiante da civilização nova pela qual aspira esta pátria que eu a fiz grande e desejo transformá-la em modelo das nações para o mundo melhor que há de vir” (SANTOS, 1975b, p. 787).

Costumo defender essa tese – junto aos meus colegas no episcopado e em diversas outras ocasiões, dentro e fora do país, todas as vezes que me é dado falar sobre a importância do Centro-Oeste de nossa Pátria. Sou um convencido de que nem mesmo o Estado de Goiás tomou plena consciência de seu valor e de sua vocação histórica. O fato é que eu costumo comparar não sei se com certo exagero, que o Centro-Oeste, constituído de Goiás e do Mato Grosso (mas que Goiás inegavelmente, tem a liderança e terá sempre) está para o Brasil, assim como o Brasil está para a América Latina. (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4)

Para Martins (1997), a Marcha para o Oeste, a partir de 1943, significou uma mudança na forma de ocupação da fronteira. Até então havia o deslocamento da frente de expansão, alargando a fronteira demográfica e, a partir daquele momento, a chamada frente pioneira alargava a fronteira econômica, acelerada pela intervenção do Estado. O autor define fronteira como lugar de conflito e de desencontro, colocando no mesmo espaço grupos com diferentes concepções de vida e, sobretudo, situados em temporalidades distintas. A Marcha para o Oeste provocou esse desencontro ao tentar incorporar o sertão ao ritmo de desenvolvimento nacional.

A intervenção do Estado Nacional visava integrar ao mercado nacional esse amplo espaço territorial isolado geográfica e economicamente, transformando o sertão para arrancá-lo da situação de “atraso” e levá-lo a intercambiar com as demais regiões. Nesse sentido, os hábitos e a mentalidade do sertanejo também precisavam ser modificados, para torná-lo produtivo, assim como era necessário conhecer o sertão, tendo em vista encontrar os melhores recursos para domesticar a natureza bruta. Para Souza (1997), essa forma de intervenção sobre o sertão tinha o objetivo de disciplinar a terra e o povo do lugar, por meio de ações econômicas e governamentais. Segundo a autora, a campanha civilizadora conduzida pelo Estado-Mercado, buscava romper os obstáculos que impediam a homogeneização espacial e social, visando construir a unidade nacional. O sertão precisava ser civilizado pela agricultura, indústria e comércio, acompanhados pelas redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente.

Assim como a Marcha para o Oeste tinha como objetivo a civilização do sertão para incorporá-lo ao mercado nacional, Brasília significou, para Dom Fernando, uma nova ancoragem da civilização do litoral, chegando ao sertão goiano. Em visita a Brasília, o Prelado afirmou que, naquele momento, o Brasil tomava consciência de si mesmo e começava a sentir sua grandeza como nação, procurando o seu centro de equilíbrio, que se encontrava em Goiás:

Por isso vimos a Brasília. Não com objetivos de passeio ou de turismo, mas com a intenção nobre de entrar em contato com uma realidade que surge. É a civilização que se desloca da praia para o interior e, por assim dizer, procura seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. [...] Vimos aqui dar testemunho de nossa presença ao mundo novo que se abre para os nossos sertões com estradas rasgando as nossas matas, com asfalto passeando pelos nossos desertos, com máquinas pesadas roncando nas quebradas das serras. Como é consolador, Senhor Presidente, nessa arrancada para o oeste, verificar que a civilização que vem chegando agora, o que encontrou de verdadeiramente humano, nessas paragens, foi o sinal da Cruz no topo das rústicas capelinhas rurais, apontando, de longe em longe, ao caboclo desconhecido e desajustado, o caminho que leva a Deus. (SANTOS, 1958a, p. 25-26)

Esse discurso apresenta dois temas importantes no pensamento de Dom Fernando: a dicotomia litoral-sertão e o conceito de civilização. A dicotomia reformulada pelo Arcebispo entre o desenvolvimento que chegava do litoral – aqui representado pelas estradas, pelo asfalto, pelas máquinas – e o atraso do sertão – representado pela natureza indomada das matas, dos desertos, das serras – também marcou a visão dos intelectuais sobre a região.

Ao refletir sobre como Goiás foi pensado desde o Império, Garcia (1999, p. 8) revela a ambiguidade de uma região ora vista como parte integrada ora isolada do resto da nação:

A província aparecia nos discursos dos administradores e dos funcionários do governo como uma parte pertencente à nação que se formava dentro do Império, sob a proteção da “figura magnânima do Imperador”, com “enormes potencialidades territoriais” e com as mais variadas “excelências da natureza”. Em contraposição a essas representações a Província aparecia numa outra imagem – uma região ilhada do processo de desenvolvimento e vivendo a dinâmica própria do isolamento.

A dicotomia entre um Brasil urbano e um Brasil sertanejo foi consolidada por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*, de 1902, elaborado a partir da sua cobertura sobre a guerra de Canudos, no interior da Bahia. No livro, o escritor desvela seu estranhamento diante do contraste que percebia entre o ambiente e a sociedade de onde vinha, o litoral, e o sertão com o qual se deparava. Em seu estudo sobre o pensamento de Euclides da Cunha, Souza (1997) pontua que o sertão se apresentava, para o escritor, com traços de negatividade, mas também de positividade. Se, por um lado, se mostrava com “três séculos” de atraso, por outro, continha o cerne da nacionalidade.

Essa positividade aparecia no contraste com o litoral, que para Cunha havia se tornado o reflexo da decadência de uma nacionalidade em decomposição, por receber tudo o que chegava de fora, enquanto o sertão resistia aos reveses e permanecia como uma reserva de nacionalidade. No entanto, segundo Souza (1997), para o escritor a nacionalidade não se

constituiria com essas partes separadas, mas sim com a reformulação das negatividades de ambas. Havia um descompasso social e temporal que precisava ser eliminado, ajustando o ritmo evolutivo do sertão ao do litoral. Nesse sentido, a sentença dada ao sertão foi a de incorporar-se ao ritmo que o tempo moderno exigia e, ao mesmo tempo, resguardar a nacionalidade considerada autêntica.

Dom Fernando manifestou seu estranhamento sobre a situação em que encontrou a população do interior do Goiás no final dos anos 1950 porque chegava do nordeste, onde fizera parte de um grupo de bispos que se destacava no cenário nacional e que havia conquistado avanços para a região. Ao comparar as duas regiões, o Prelado atribuía ao nordeste uma população mais densa, politizada e consciente de sua situação infra-humana, enquanto Goiás contava com uma população escassa e com dificuldades de comunicação que, segundo ele, impediam a conscientização sobre sua condição social de miséria (SANTOS, 1963b).

Contudo, ao lado da negatividade do subdesenvolvimento da região, que ressaltava de forma recorrente em suas falas, o Arcebispo colocava Goiás como centro de equilíbrio para que o Brasil pudesse expandir-se harmoniosamente. Para ele, o sertão poderia acompanhar as mudanças que chegavam do litoral e precisava do incremento da civilização para arrancá-lo da rusticidade e do isolamento. Na perspectiva do Prelado, para cumprir o seu papel Goiás precisava da colaboração da Igreja, apontando que o único sinal de civilização nessas longas distâncias era o sinal da cruz nas capelas.

O conceito de civilização aparece de forma recorrente nos discursos de Dom Fernando, tornando-se um elemento importante para a compreensão de seu pensamento. O Prelado usa o conceito de civilização como sinônimo de cultura, conforme a seguinte passagem: “Goiás está sendo o centro de irradiação de toda essa cultura, de toda essa civilização” (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4). Isso mostra que ele partilhava do pensamento dos modernistas que, a partir da década de 1920, substituíram o conceito de raça pelo de cultura na formação do pensamento sobre a nação brasileira, ao valorizar as práticas estéticas provenientes de todas as culturas.

Segundo Veloso e Madeira (1999, p. 140), naquele período falar alternadamente de civilização brasileira ou de cultura brasileira era típico dos intelectuais. Para as autoras, trata-se de uma síntese elaborada pelo pensamento social brasileiro, “que absorve a idéia de *civilização* da tradição francesa e a idéia de *cultura* da tradição alemã”. Ao estudar a gênese do processo de mudança dos costumes na sociedade européia, Elias (1994) conclui que para

os alemães o termo *civilização* estava associado à ideia de aparência externa e superficial, enquanto a expressão *cultura* assinalava as qualidades de que uma nação se orgulha, como suas realizações. Os ingleses e franceses, por sua vez, tornaram o termo *civilização* motivo de orgulho nacional, porque expressa o progresso do ocidente e da própria humanidade.

Para Norbert Elias (1994), a ideia de *civilização*, além de ser vista como um processo em constante movimento “para a frente”, tende a minimizar as diferenças entre os povos, enquanto o termo *cultura*, percebido como algo mais estável, tende a acentuar as diferenças nacionais. Segundo o autor (idem, p. 25), “enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de [cultura] reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessantemente e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual”.

Nesse contexto, a ideia de civilização, para Dom Fernando, tinha também uma conotação unificadora, pois, ao impor ao sertão um modo de vida aceito pelo litoral, apagar-se-iam as diferenças entre as duas sociedades. Entretanto, o projeto civilizador para o Prelado precisava, acima de tudo, ser conduzido segundo os princípios da Igreja Católica, chegando a aplicar como sinônimas as palavras “civilizado” e “cristão”. Essa perspectiva foi expressa pelo Arcebispo durante uma concentração dos católicos da Arquidiocese de Goiânia em defesa do Prelado, que havia sido contestado por estudantes goianos contrários à criação de uma universidade confessional no Estado:

Essa concentração veio dizer, não apenas que somos um povo civilizado e cristão, mas também o quanto valem os – quando alguns pretendem subestimar o valor de nossas convicções e desconhecer a força de nossa coesão. [...] Esta concentração, além do mais, é uma afirmação de que Goiás despertou. Não apenas sob o aspecto material da riqueza; não apenas sob o aspecto econômico e social. Não apenas no valor de seus homens públicos, no vigor da inteligência e do coração daqueles que fizeram prodígios como o da construção de Goiânia; mas que este glorioso Estado despertou, está cada dia mais vivo e vigilante, para as realidades de sua fé católica e apostólica romana. (SANTOS, 1959b, p. 65)

O Arcebispo foi buscar na história da Igreja os argumentos para justificar o papel da instituição como “mestra e condutora” do povo brasileiro que, segundo ele, desde o descobrimento empreendeu uma obra civilizadora sobre os sertões do Brasil, o que continuaria em relação a Goiás:

A Igreja também agora e aqui, deve cumprir sua missão de Mestra e Condutora do povo brasileiro, como soube cumpri-la em todos os momentos decisivos de nossa história. Quem não se lembra do fervor dos Padres Franciscanos celebrando a primeira Missa nas terras de Vera Cruz? Ou do zelo dos Padres da Companhia de Jesus, ensinando o Brasil a ler, a rezar e a cultivar os campos? Ou da ação desassombrada dos nossos Bispos e Sacerdotes na luta contra o hereje invasor, contra a ganância da Corte, contra os inimigos do Altar e do Trono, bem como em favor da independência da Pátria e da libertação dos escravos? Como ontem, deve-se ao apostolado humilde e heróico do Sacerdote católico, a obra civilizadora dos nossos sertões. Hoje, quando Goiás faz brotar do seu seio a futura Capital do Brasil, é necessário que seus padres e seus filhos fiéis à Santa Igreja Católica continuem a obra do passado e se antecipe às exigências do futuro. (SANTOS, 1958c, p. 11-12)

Além de buscar projetar Goiás no cenário nacional, o Arcebispo empreendeu uma luta que somava ações práticas e educativas, tendo em vista concretizar sua proposta de arrancar Goiás da situação de subdesenvolvimento. O Arcebispo pretendia implantar um projeto de desenvolvimento e inserir a região no mundo moderno ao qual se mostrava aberto, com as ressalvas atinentes à doutrina da Igreja:

Houve em todos os tempos e cresce nos nossos dias um grande equívoco contra a Igreja e a vida cristã: o de que a Doutrina Cristã, como a Igreja a ensina, é contrária à natureza e aos anseios de nossos corações, contrário à ciência e ao progresso, contrário ao conforto e bem estar da vida terrena. Diante desse preconceito, é fácil julgar que a Igreja considera “pecado” o uso das coisas da terra, dos frutos da ciência e do progresso, do conforto que a técnica e as artes proporcionam à humanidade. Mas este julgamento não corresponde nem aos ensinamentos da Igreja, nem à realidade. Bem ao contrário. O pecado não está no uso das coisas feitas por Deus para o homem, nem tão pouco no uso daquilo que o homem faz como colaborador de Deus para, por assim dizer, completar a obra da criação. O pecado começa a existir no momento em que o homem abusa das coisas criadas. Abusar significa desviar do fim, empregar mal, desvirtuar, exceder-se. (idem, p. 9)

Dom Fernando propunha implantar um projeto de desenvolvimento econômico e social em Goiás, em colaboração com o Estado, tornando a região um modelo para o Brasil. Na década de 1950, a sociedade brasileira passava por um processo de modernização que exigia da Igreja uma forma de agir mais atenta à realidade social. A intensificação da industrialização e a consequente urbanização permitiam a circulação de novas correntes de pensamento, ampliando a margem para o crescimento de outras denominações religiosas. Essas mudanças chegavam ao campo, provocando o êxodo rural e levando à organização do camponês na luta por seus direitos, fazendo com que a preocupação da Igreja se voltasse, de maneira especial, para o setor rural, terreno em que a instituição pretendia manter sua hegemonia. Nesse sentido, passou a desenvolver projetos que fossem ao encontro das

necessidades das populações mais carentes, visando proporcionar-lhes acesso aos benefícios do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Dom Fernando procurou conquistar um espaço privilegiado para a região nos projetos da Igreja no Brasil, sempre atento ao papel de Goiás como centro de equilíbrio para o desenvolvimento nacional. Duas iniciativas denotam o empenho do Prelado em ressaltar o papel civilizador da Igreja na sua atuação junto à sociedade, além da escolha de Goiás para a aplicação desses projetos, por determinação do Arcebispo. A primeira dessas iniciativas foi a elaboração, pelos bispos do Brasil, de um plano de reforma agrária que seria desenvolvido primeiramente em terras da Igreja e, caso bem-sucedido, seria expandido pelo país. Dom Fernando ofereceu a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Arquidiocese de Goiânia, onde o projeto piloto foi implantado. O propósito do Arcebispo era que essa experiência de reforma agrária da Igreja, em colaboração com o Estado, projetasse Goiás como o responsável pela emancipação econômica do país:

[...] No momento histórico que vivemos, o significado desse acontecimento, realizado em nosso Estado, reveste-se de aspecto especial, precisamente, por ser Goiás, a unidade da Federação que deu Brasília ao Brasil e dará a Reforma Agrária como segundo fator, depois da mudança da capital, de emancipação econômica e política do país. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959b, p. 117)

Além disso, o Arcebispo acreditava que uma experiência de ordem prática convenceria os segmentos envolvidos sobre sua viabilidade. Assim, o projeto de reforma agrária trazia em si um componente persuasivo bastante destacado, revelando o interesse da Igreja em convencer a sociedade sobre sua importância e possibilidade de sucesso. O próprio Dom Fernando ressaltou que a finalidade prática do plano era “dinamizar as vontades e dar ao movimento um âmbito nacional” (idem, *ibidem*), pois mais de trinta dioceses aguardavam seus resultados para também implantar o projeto. Para o Arcebispo, a atuação da Igreja se daria por meio de uma ação que ele denominava de educativa, visando uma solução cristã para o problema do campo.

Dom Fernando ressaltou a vantagem de a Igreja iniciar o movimento de reforma agrária, insistindo em uma campanha de educação e formação para que cada segmento – governo, proprietários de terras e famílias beneficiadas – entendesse o seu papel no processo. O Arcebispo deixou transparecer que, ao trabalhar em parceria com o Estado, a Igreja se colocava acima da sociedade, atribuindo a si a função de harmonizar os diversos interesses em jogo, por meio de um trabalho educativo:

É claro que esses interesses podem e devem ser harmonizados mediante um trabalho sério de formação da opinião pública, de educação cívica, de esclarecimento da situação delicada em que se encontra o país, de defesa das instituições, da cultura, das nossas tradições cristãs e democráticas. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959c, p. 103)

O projeto civilizador da Igreja em Goiás fica mais evidente quando se trata das iniciativas no setor do ensino propriamente dito, como segunda iniciativa a ser destacada. Dom Fernando investiu nos dois extremos do processo: na educação de base, que visava a “conscientização” do homem do campo e na criação da Universidade Católica de Goiás, em 1959, que complementaria a função central de Goiás para a integração nacional. Segundo o Prelado (1959b, p. 65), “a Providência Divina escolheu Goiás para centro geográfico”, com a construção de Brasília o elevara a “centro político do país” e com a criação da Universidade Católica de Goiás, o firmara como centro de “irradiação da cultura”:

Goiás está passando por uma grande transformação, sobretudo depois do advento de Brasília. A Igreja tem procurado, na medida de suas possibilidades, colaborar no sentido de juntar seus recursos no objetivo comum do progresso do Estado. Tem procurado atuar simultaneamente sob dois aspectos: na elevação no nível cultural do povo, particularmente do homem do campo; e no setor da ação social. A Igreja está convencida de que a melhor solução para minorar o sofrimento das populações pobres é dar ao homem subdesenvolvido a consciência do seu valor como pessoa e, ao mesmo tempo proporcionar-lhe os meios de superar a crise que o envolve. Para isso, se torna necessária uma ação conjunta do próprio homem, da comunidade em que ele vive e dos Poderes Públicos. A ação isolada de cada um desses elementos será insuficiente ou francamente incapaz de dar a solução que se deseja. É por isso que a Igreja, em Goiás se esforça pela educação de base e pela cultura mais intensa, desde as escolas Radiofônicas até a Universidade. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1962a, p. 44-45)

O Movimento de Educação de Base (MEB), implantado em Goiás em 1961 e ministrado por meio das escolas radiofônicas, complementava uma série de projetos da Igreja, sob a perspectiva de que as propostas de transformação da realidade brasileira precisavam ser acompanhadas por um trabalho educativo. O MEB foi concebido como forma de a Igreja contribuir com o desenvolvimento do país, incorporando o homem do campo a esse processo por meio da educação.

O regulamento do MEB apresentava como objetivos ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de um programa de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, especialmente agrícola e promoção social (REVISTA DA ARQUIDIOCESE,

1961a, p. 579). O movimento foi destinado, sobretudo, à formação integral do homem do campo, incluindo uma formação humana e cristã, visando integrá-lo à comunidade nacional: “através dos conhecimentos adquiridos, os alunos [poderiam] compreender o seu valor de pessoas humanas, elevar o seu nível de vida, e unirem-se em verdadeiras comunidades para trabalharem juntos pelo bem comum e pelo bem da pátria” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1963, p. 51).

Para a Igreja, o desenvolvimento econômico, sozinho, não seria suficiente para promover a valorização da população excluída. De acordo com Dom Fernando, era necessário um conjunto de ensinamentos que, além de alfabetizar, proporcionasse a essas pessoas uma vida mais humana e cristã (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1961b, p. 625) e o MEB vinha atender a essa necessidade, pois objetivava ir além da alfabetização e promover, junto a essa população, a conscientização sobre suas condições precárias de vida e suas possibilidades de mudança, orientada pelos valores cristãos.

Devido à repercussão dessas iniciativas, o Arcebispo não escondeu que reconhecia ter feito um grande trabalho em Goiás, conforme discurso durante as comemorações pelo aniversário de fundação da Rádio Difusora, em 1967, período em que completava dez anos de episcopado em Goiânia:

[...] realmente seria uma falsa modéstia, seria uma espécie de hipocrisia, pretender ocultar ou negar o que se fez durante dez anos: obras de vulto, obras realmente que transformaram a mentalidade e a fisionomia da Capital do Estado de Goiás. Isto eu digo porque reconheço que fui instrumento de Deus, para alguma coisa, mas sobretudo, porque não faltaram nem os auxílios e as bênçãos do alto, nem a colaboração dos senhores. E aqui está realmente aquilo que me comove, aquilo que me enaltece, aquilo que se transforma como que uma coroa para mim: são os meus caríssimos auxiliares, sacerdotes e leigos. (SANTOS, 1967, p. 476)

O Arcebispo se colocava como instrumento da providência divina com a incumbência de desempenhar um trabalho de transformação em Goiás. Ao falar na presença de autoridades locais, o Arcebispo dividia os méritos de seu trabalho com os auxiliares que, por sua vez, o exaltavam nas páginas da *Revista da Arquidiocese*. Na mesma cerimônia, o diretor da Rádio Difusora revelou que a comemoração era uma homenagem a Dom Fernando, idealizador e entusiasta da emissora, enfatizando o trabalho do Arcebispo em Goiás: “é incalculável a contribuição da Arquidiocese de Goiânia ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, à formação da nossa juventude, à cultura da nossa gente” (PIMENTEL, 1967, p. 474).

Numa estrutura social em transformação e numa conjuntura histórica crítica, a Igreja em Goiás se posicionou visando se manter como interlocutora privilegiada da sociedade também no plano temporal. As perspectivas sobre as mazelas sociais se coadunavam com as leituras há muito cristalizadas sobre civilização e barbárie e a Igreja arrolou elementos que deveriam ser extirpados, mas foi além dos projetos utópicos na medida em que envidou esforços para consolidar o que considerava projetos civilizatórios. Nesse cenário, Dom Fernando encaminhou ações concretas da Igreja buscando viabilizar novas possibilidades para a inserção dos goianos nesse processo.

O discurso de Dom Fernando permite uma leitura de afinidade da Igreja com os debates que se travavam no Brasil e na América Latina sobre as alternativas colocadas para alcançar o desenvolvimento. O caminho apontado indicava os moldes preconizados pelos desenvolvimentistas e Dom Fernando reverberava particularmente o conceito de civilização como sinônimo de progresso e o endossava. Mais que isso, apontava caminhos e indicava a instituição religiosa para alavancar essa possibilidade através da ação social mediada pela doutrina cristã. Brasília, emblema da modernidade, alimentava a utopia religiosa e social de Dom Fernando e as ações e discursos do clérigo sobre a região reforçavam nos líderes católicos locais a perspectiva de que ele era o homem certo, enviado no momento certo para contribuir com o desenvolvimento de Goiás nos moldes cristãos.

A concepção de desenvolvimento de Dom Fernando – que em diversos momentos já mostrava não se limitar ao aspecto econômico – apresentaria mudanças mais profundas a partir da encíclica *Gaudium et Spes*, de 1965, e, mais particularmente, a partir da Constituição Pastoral *Populorum Progressio*, de 1967, que tratavam do desenvolvimento integral do homem: “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo [...]” (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1990, p. 14).

2.2 A CONSTRUÇÃO DO MODELO

Ao mostrar-se afinado com o projeto desenvolvimentista em curso no país e pronto para contribuir com a inserção de Goiás nesse processo, por meio de iniciativas cristãs, Dom Fernando juntou à sua volta expressiva liderança no meio do clero e entre intelectuais que

admiravam sua capacidade de luta, erigindo-o como homem providencial e modelo de pastor, tendo em vista defender o projeto pastoral do Arcebispo. O grupo procurava construir um sentido para a trajetória do Prelado em Goiás, por meio dos veículos de comunicação da Arquidiocese, elegendo dois momentos como prioritários para essa elaboração discursiva: o aniversário de ordenação sacerdotal do Prelado e seu aniversário natalício, eventos que receberam diferentes enfoques.

A partir da chegada do Arcebispo à Arquidiocese de Goiânia foi desencadeado um verdadeiro projeto de construção do primeiro de novembro, data da ordenação sacerdotal de Dom Fernando, como período marcante no calendário da instituição. A data, que visava incentivar as vocações sacerdotais, permitia que o Arcebispo fosse mostrado como modelo de pastor. O aniversário do Prelado, que em princípio era comemorado de maneira discreta, tornou-se momento propício para a defesa de sua imagem, agredida nos enfrentamentos com a imprensa.

2.2.1 O primeiro de novembro

Desde a sua chegada a Goiânia, Dom Fernando foi se mostrando aos olhos dos arquidiocesanos como pessoa que apresentava as características necessárias para liderar a Igreja da região naquele momento de tantas mudanças como foram os anos 1950. A linha pastoral apresentada pelo Arcebispo convenceu diversos segmentos católicos de que era possível retomar o crescimento da Igreja na região, impondo-se às visões de mundo adversárias. Impressionados com o conhecimento demonstrado e o posicionamento do Prelado manifestando interesse em estruturar a Igreja local, líderes intelectuais e religiosos da Arquidiocese expressaram sua admiração pelo Arcebispo, conforme ressalta Padre Jesus Flores (1995, p. 93), referindo-se àquele período: “Chegava entusiasmado e falava de grandes projetos para a igreja da região. Jovem, forte e vigoroso, clarividente, arrebatado, orador de idéias claras e convincentes. Emocionou-me”.

Essas manifestações partiram de membros do clero, inclusive padres que vieram com ele do Nordeste¹⁰⁴ e do laicato arregimentado, sobretudo, entre intelectuais e juristas

¹⁰⁴ Dom Fernando trouxe com ele o Padre João do Carmelo Xavier, que o ajudou em vários projetos de estruturação da Arquidiocese e também o Padre José Alves de Castro, que atuou como vigário da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, de Campinas, até o início da década de 1980.

respeitados no período. Algumas características se destacam nos depoimentos desses líderes, além da ideia central da presença providencial do Prelado em Goiás: a representação de Dom Fernando como modelo de virtudes e como pai, ou seja, aquele que deu início à Arquidiocese e criou as estruturas para que ela tivesse continuidade. Esse grupo, identificado com a linha pastoral de Dom Fernando, foi se expandindo na medida em que a ação pastoral do Prelado ampliava a presença da Igreja na sociedade.

As comemorações pelo aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando tornaram-se momento privilegiado para que esse grupo de intelectuais se manifestasse, exaltando as virtudes do Prelado e transformando-o em modelo de conduta na defesa do catolicismo. Os depoimentos ressaltavam particularmente as ações do Prelado, afirmando que devolviam à Igreja de Goiás o papel de colaboradora com o desenvolvimento da região. Destacavam ainda a coragem e a sabedoria do Arcebispo no enfrentamento aos grupos que ameaçavam as iniciativas da Arquidiocese. A estratégia do grupo visava o fortalecimento da posição política, social e religiosa encabeçada pelo Prelado e que eles defendiam também no interior da instituição.

As manifestações dessas lideranças ocorriam particularmente nos aniversários de ordenação sacerdotal, que se tornam a comemoração mais importante na vida de um religioso, marcando sua entrada para a família dos “escolhidos”. Assim, a ordenação sacerdotal de Dom Fernando se sobrepunha a seu aniversário natalício, que era comemorado com os amigos, auxiliares e lideranças locais mais próximas do Arcebispo, além de uma missa em ação de graças. Seu aniversário de ordenação sacerdotal, por sua vez, era celebrado com grande festa e júbilo com a participação em massa do povo católico.

O jubileu de prata sacerdotal de Dom Fernando, comemorado dia 1º de novembro de 1957, tornou essa data um marco na história da Arquidiocese. Para celebrar o acontecimento, visando também reforçar as hostes religiosas, foi criada a Semana das Vocações Sacerdotais, cujo encerramento se daria juntamente com o aniversário de ordenação do Arcebispo, eventos acompanhados com destaque pela *Revista*. O jubileu de prata de Dom Fernando marcaria o primeiro ano da Arquidiocese, fazendo coincidir os destinos da Igreja de Goiânia com a vida do Prelado. Durante os 25 anos seguintes, até seu jubileu de ouro, em 1982, o dia 1º de novembro se tornaria uma marca da Arquidiocese de Goiânia, um dia que deveria se perpetuar na memória dos fiéis como marco fundador de um tempo quase místico.

Quando Dom Fernando chegou a Goiânia, a Arquidiocese contava com apenas 45 padres, sendo que somente dezenove pertenciam ao clero diocesano, para uma população

estimada em 720.000 habitantes, em uma extensão territorial de 107 mil km². Diante dessa situação, que inviabilizava uma ação mais sistemática e extensiva a toda a Arquidiocese, o incentivo à formação de novos sacerdotes tornou-se uma das primeiras preocupações do Prelado, que desencadeou imediatamente um trabalho para que a Obra das Vocações Sacerdotais (OVS)¹⁰⁵ fosse estendida a todas as paróquias e colégios da Arquidiocese e para ajudá-lo nesse trabalho convidou o Padre João do Carmelo Xavier, que já exercia essa função no bispado de Dom Fernando em Aracaju. A OVS assumiu a coordenação da Semana das Vocações Sacerdotais, que seria promovida anualmente, como forma de mobilizar a sociedade para auxiliar na fundamental tarefa de angariar novos pastores para o extenso aprisco em que se constituía a Arquidiocese.

A campanha em favor da criação da OVS foi deflagrada com as visitas pastorais do Arcebispo às paróquias e oficializada pela Carta Pastoral, de dezembro de 1957, da Província Eclesiástica de Goiânia, determinando que se organizasse “em todas as Paróquias, Capelas e Colégios Católicos a Obra Diocesana das Vocações Sacerdotais” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1958a, p. 40), com o tríplice objetivo de: 1) realizar campanha de orações pela santificação e aumento do número de padres; 2) despertar nas famílias um ambiente favorável ao cultivo dessas vocações; e 3) levantar recursos materiais para manter os seminários e os seminaristas pobres.

A data escolhida para a realização anual da Semana das Vocações Sacerdotais, coincidindo com o aniversário de ordenação sacerdotal do Arcebispo, tornava Dom Fernando uma referência, ou seja, um modelo de virtudes que a Revista se encarregaria de projetar, conduzir e ajustar. O depoimento do organizador da Semana mostra como o evento estava efetivamente associado à exemplaridade de Dom Fernando:

Quando temos diante de nossos olhos uma festa, como esta, em que vemos um exemplo de Sacerdote que vem se oferecendo, num holocausto de amar a Deus, durante vinte e cinco anos, criamos alma nova para batalhar com mais ardor e entusiasmo pela Obra das Vocações Sacerdotais. Estes exemplos nos edificam e, ao mesmo tempo, criam em nossas almas uma verdadeira mística pelas Vocações Sacerdotais. (XAVIER, 1957a, p. 31)

¹⁰⁵ A Pontifícia Obra das Vocações Sacerdotais foi criada pelo Papa Pio XII, em 1941, com o objetivo de promover as vocações em toda a Igreja e incrementar nas Igrejas locais o instituto da OVS.

Nesse mesmo número Jerônimo Queiroz, um dos principais articulistas da *Revista* no período¹⁰⁶, enfatizava que o Bispo se inspira e reproduz o modelo de Cristo para exercer sua autoridade na Igreja: o conceito de autoridade “teve na pessoa do Nazareno o tipismo de um modelo e o exemplar de um cidadão: “fazei, ó Deus, a tua vontade”; “obedecei todos ao Bispo, como Jesus Cristo obedecia ao Pai” (QUEIROZ, 1957, p. 8). Ao final da mensagem, ressaltava a importância da união em torno da figura do Arcebispo, conclamando a todos para a “obediência a seu chefe, formando como um exército em ordem de batalha”.

Outro intelectual que se destacou nesse período foi Waldir Costa (1917-1982), jornalista e advogado que exerceu suas atividades como Procurador Geral da Fazenda Pública junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e como professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Católica do Goiás (UCG). Escreveu diversos livros e artigos em jornais regionais, tendo sido membro da Academia Goiana de Letras. Por indicação de Dom Fernando recebeu do Papa Paulo VI a Comenda da Ordem de São Gregório Magno, em 1967 (TELES, 2000). Waldir Costa escolheu Dom Fernando como tema de pelo menos seis de seus artigos na *Revista*, assinalando aspectos que marcariam as análises sobre o Prelado¹⁰⁷.

Ao tomar o Arcebispo como um “belo modelo de vida”, Waldir Costa elogiou o destaque de Dom Fernando no cenário nacional conquistado, segundo ele, por mérito próprio, ancorado em suas virtudes, destacando a firmeza do Arcebispo. Firmeza de espírito é uma das características da virtude da fortaleza assinaladas pelo filósofo Cícero (2001, p. 31) – “[...] a grandeza e firmeza de um espírito excelso e invencível” – e que segundo Waldir Costa (1957b, p. 21) marcaram as atitudes de Dom Fernando: “exato e rigoroso consigo mesmo, estende aos outros a noção austera que tem do dever”.

No Episcopado Nacional é uma das figuras estelares. No cenário da República, um homem de efetivo prestígio. Só com o esforço próprio, com a inteligência e a firmeza que o promovem de degrau em degrau, galgou a projeção e a nomeada de

¹⁰⁶ O jurista e escritor Jerônimo Queiroz (1917-2004) foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás, Reitor da Universidade Federal de Goiás e nos primeiros anos da *Revista da Arquidiocese* assinava a coluna *Lições de Sociologia* (BORGES, 2008).

¹⁰⁷ Um dos textos do escritor foi publicado no contexto da posse do Arcebispo e naquele período o intelectual já anunciava a indicação providencial do Prelado para a região: “Dom Fernando foi suscitado mais por Deus que pelos homens, para a efetivação de um grande destino, como o que se abre para a Arquidiocese de Goiás” (COSTA, 1957a, p. 17). Waldir Costa ressaltou o chamado do Arcebispo à união, tendo como referência a centralidade da Arquidiocese: “o toque de reunir desferido a todos os arquidiocesanos, o desejo expresso de a todos arrebanhar sob a mesma bandeira, preocupação de organizar, de consolidar e dinamizar todas as obras arquidiocesanas, repôs na sua devida destinação as Paróquias, o Clero, o Seminário e as Escolas [...]” (idem, ibidem). O jurista destacou a sabedoria de Dom Fernando, por elogiar a obra de seus antecessores, afirmando que dessa forma oferecia uma “lição de ética, de levada compreensão de seu santo mandato” (idem, p. 16).

que desfruta, sem que a relevância do bispo conseguisse obscurecer o brilho do cidadão que ele é. (COSTA, 1957b, p. 21)

A despeito da impossibilidade de aferir as leituras a que se dedicavam os organizadores dos eventos realizados na Arquidiocese e os articulistas da Revista, no arcebispado de Dom Fernando, nada obsta a constatação de uma construção sistemática de um modelo de virtudes concentrado na pessoa do Arcebispo. A figura de Dom Fernando foi sendo, em certo sentido, sacralizada, na busca de legitimar e posicionar a então nova Arquidiocese de Goiânia no centro das atenções regionais.

Numa conjuntura histórica de significativa urbanização e laicização da sociedade, tornava-se urgente a busca por modelos que mantivessem os pioneiros habitantes da capital, os recém-chegados de outros locais e mesmo os egressos do campo sob a égide religiosa. Os responsáveis pela Revista perceberam essa premência e vislumbraram na figura de seu Arcebispo a possibilidade dessa dupla conexão entre o sagrado e o profano e um exemplo para um chamamento vocacional mais incisivo, que ressoasse além dos limites da própria Arquidiocese, alcançando todos os católicos.

A primeira Semana das Vocações Sacerdotais foi organizada no ano de chegada do Arcebispo em Goiânia e o encerramento da festa, coincidindo com as comemorações pelos seus 25 anos de sacerdócio, revela como a vida da Arquidiocese passava a gravitar em torno da figura de Dom Fernando. A Semana contou com uma vasta programação na qual o Arcebispo presidiu missa nas paróquias de Goiânia – Imaculado Coração de Maria, Nossa Senhora de Fátima, São João Bosco, São Judas Tadeu e Nossa Senhora da Conceição de Campinas – e proferiu conferências para os jovens e para os casais. O Prelado recebeu homenagens do clero, dos seminaristas, dos estudantes católicos e as festividades foram encerradas em uma concentração das paróquias e colégios da capital e do interior.

Em seu discurso no encerramento da Semana, o Governador José Ludovico de Almeida reafirmou seu contentamento ao falar naquela ocasião, pois esse gesto, segundo ele, sedimentava ainda mais o mútuo entendimento entre Igreja e Estado. O governador elogiou a escolha do Papa, ressaltando que enviou a Goiás “um embaixador seu de excepcionais qualidades” para atuar em uma região com grandes perspectivas para o futuro e, depois de exaltar o trabalho de Dom Fernando como sacerdote e bispo, ressaltou suas qualidades: “a sua vida clerical é um exemplo de virtudes e de trabalho, razão por que vem obtendo uma ascensão tão vertiginosa na hierarquia eclesiástica” (ALMEIDA, 1957, p. 3). A Assembleia Legislativa também saudou o Arcebispo em seu jubileu, aprovando requerimento do

Deputado Felicíssimo Neto (1957, p. 1), no qual afirmava que Dom Fernando vinha “exercendo com invulgar capacidade, invejável sabedoria e exemplar amor evangélico, o seu árduo e nobilitante (sic) apostolado”.

A *Revista da Arquidiocese* dedicou seu quarto número a homenagear o jubileu de prata do Arcebispo que, mesmo tendo chegado a Goiânia há apenas seis meses, já era projetado à eternidade:

Os atos de um homem que age para a eternidade não dependem de condições quantitativas nem do movimento contínuo. Possuem em si aquele caráter que Sto. Tomás chama de “aevum”, gozam das características da perenidade. Participam da eviternidade do espírito. São assim as realizações de Dom Fernando, no curto período de sua permanência entre nós. Os seus 25 anos de sacerdócio transcendem a mesquinhez do tempo, não são mensuráveis por unidades quantitativas. Os 25 anos de padre de Dom Fernando Gomes dos Santos superam a sucessão das coisas e a plenitude dos dias. Não faz ainda um semestre que governa a nossa Arquidiocese e as suas realizações transbordam o receptáculo argênteo de suas bodas sacerdotais. O que já fez entre nós ultrapassa as unidades do tempo e do espaço. 25 anos não contam para um homem da têmpera de Dom Fernando²⁶⁸. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1957c, p. 2)

O texto anunciava que, ao celebrar o jubileu de um bispo da Igreja, não se comemorava a “imperfeição do tempo”, mas a “perfeição da durabilidade de seus atos” que, por serem sobrenaturais, seriam também imortais. Outro artigo, intitulado *Por Deus e pela Pátria*, apontava que, mesmo tendo feito muito em Goiânia em apenas um semestre, a obra de Dom Fernando nos seus vinte e cinco anos de sacerdócio era muito maior e não se restringia a Goiás, mas tinha um alcance mais amplo. Essa ação não se limitava ao âmbito espiritual, o que era mister ao sacerdócio; mas posicionado ao lado dos mais honoríficos homens da história da Igreja, o Arcebispo dedicou-se, também, a minorar as necessidades dos menos aquinhoados pelas políticas públicas, missão que a Igreja também arrogara para si:

Os problemas da educação, da saúde do povo, o interesse pelo homem do campo, pelo pequeno agricultor, assistindo-o com saudáveis conselhos para que não ceda à miragem dos grandes centros; a obra portentosa das vocações sacerdotais; as escolas e a assistência social; a boa imprensa e a preservação da família; as crianças, os que crêem e os que não crêem, tudo isto constitui a preocupação desses vinte e cinco anos de sacerdócio, com alguns de episcopado em Penedo, Aracaju e Goiânia, nos quais conjuga muito bem o serviço de Deus com o serviço da Pátria. (COSTA, 1957b, p. 20-21)

Cabia à Revista também consolidar junto aos arquidiocesanos o papel do bispo na hierarquia da Igreja e, ainda no número dedicado à comemoração do jubileu de prata sacerdotal de Dom Fernando, três matérias cumpriam essa função. Um dos textos (REVISTA

DA ARQUIDIOCESE, 1957d, p. 24-25) esclarece que a hierarquia revela a historicidade da Igreja, que se insere na comunidade humana, tornando-se responsável pela própria unidade da Igreja. Em sua coluna, depois de discorrer sobre o conceito de autoridade, Jerônimo Queiroz conclamava os católicos a obedecerem a seu chefe, Dom Fernando, “como um exército em ordem de batalha” (QUEIROZ, 1957, p. 9).

A outra matéria, escrita pelo diretor do periódico, reiterava que existe uma “teologia do bispo”, apontando que só Cristo governa a Igreja e que os fiéis não estão ligados diretamente a Ele, mas sim por meio da hierarquia: “a hierarquia é a coluna de luz que sobe da terra a Deus: ela penetra todo o Corpo Místico de Cristo. Ela é o Cristo místico e hierárquico. Neste vínculo visível com o Bispo reside a salvação dos homens” (SERRA, 1957, p. 25). Por isso, segundo o diretor, os católicos devem considerar o bispo como pai, comportando-se como filhos obedientes, sendo que a obediência ao bispo é “o reconhecimento da unidade hierárquica do corpo de Cristo” (idem, p. 25-26).

No entanto, foi o jornal *Brasil Central*, também veículo de comunicação da Arquidiocese, que publicou matéria destacando o envio providencial de Dom Fernando para a Arquidiocese de Goiânia. Em seu artigo, o Cônego João Olímpio Pitaluga, de Anápolis – ao falar que o nome de Dom Fernando não havia sido citado entre aqueles apontados pela imprensa para ocupar o cargo – narra que em visita a uma família em Belo Horizonte um de seus membros revelou que durante viagem ao Nordeste uma das coisas que mais lhe havia impressionado tinha sido a visita pastoral de Dom Fernando, então Arcebispo de Aracaju (SE), à cidade de Estância. A pessoa se mostrou encantada com as pregações e o zelo pela salvação das almas demonstrados pelo Arcebispo. Segundo o Cônego, tratava-se de uma profecia confirmada pela divina providência:

Palavras proféticas! Vinte meses depois era Dom Fernando Gomes eleito Arcebispo de Goiânia. [...] Bispo Apostólico e operoso, sente-se nestes poucos meses de fecundos trabalhos, o pulso do administrador de larga visão, o instrumento da Divina Providência, o homem de fé e de ação, escolhido pelo Espírito Santo para reger esse imenso rebanho e dirigir os altos destinos desta Arquidiocese. (PITALUGA, 1957, p. 4)

O coordenador das comemorações, Padre Carmelo Xavier, ao fazer um balanço das atividades, concluiu que a Semana foi acima de tudo um encontro dos católicos com Cristo, por meio de seu representante em Goiânia. O Padre (1957b, p. 4) ressaltou que se tratava de

um encontro amigo do pai com seus filhos, porque quando Dom Fernando falava, “as palavras do Pai calaram profundamente no bom terreno do coração dos seus filhos”.

O encerramento da Segunda Semana das Vocações Sacerdotais, em 1958, aconteceu na catedral, e não na Praça Dom Emanuel, conforme previsto, devido à chuva que caía sobre a cidade. Essa festa costumava ocorrer em lugar aberto, como forma de mobilizar a comunidade e incentivá-la a aderir à causa das vocações sacerdotais. O evento, transmitido pela Rádio Difusora de Goiânia, mereceu ampla cobertura da *Revista da Arquidiocese*, com a publicação de homenagem ao colégio vencedor da campanha de arrecadação financeira, dos balanços finais, da tabela de classificação dos colégios e da publicação dos quatro trabalhos vencedores no concurso de redação sobre *Vocação Sacerdotal*, nas categorias Curso Superior, Colegial, Ginásio e Primário.

Dom Fernando demonstrou, mais uma vez, que sabia dominar os recursos da comunicação. Segundo texto da *Revista* (1958b, p. 76), o Arcebispo criou um clima de suspense ao anunciar os nomes dos colégios vencedores começando pelo último classificado até o primeiro: “E a voz altissonante do Pastor continua a reboar nas arcadas do Templo: Penúltimo lugar, antepenúltimo, segundo e primeiro lugar”.

A comemoração realizada no ano seguinte, dia 1º de novembro de 1959, constituiu-se no que denominamos “ajuste” da memória de Dom Fernando, quando os católicos da Arquidiocese se uniram para defenderem a imagem do Prelado, alvo de uma manifestação de estudantes contrários à recente criação da Universidade de Goiás – depois Universidade Católica de Goiás (UCG) e, mais tarde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) – liderada pelo Prelado. A cerimônia transformou-se em verdadeira apoteose, por ter congregado milhares de católicos em um ato de desagravo ao Arcebispo. O evento, que permaneceria na memória do povo de Goiás como comemoração pela criação da UCG, constituiu-se em uma tentativa de suplantar a ação dos estudantes, levando ao seu esquecimento.

As iniciativas de Dom Fernando para a criação da universidade vinham despertando, desde o início do ano, a preocupação de segmentos sociais interessados na fundação de uma universidade federal no estado. Em abril, estudantes das faculdades goianas criaram a Frente Universitária Pró-Ensino Federal e, em, julho a maçonaria publicou na imprensa a “Mensagem aos Maçons do Brasil” (A IMPRENSA, 1959, p. 2)¹⁰⁸, em defesa da criação de

¹⁰⁸ O texto foi transcrito pela *Revista da Arquidiocese*, n. 11, p. 90-91, nov. 1959.

uma universidade federal em Goiás. O texto avaliava que uma universidade católica colocaria em risco a liberdade de pensamento e o ensino gratuito, além de argumentar que o Arcebispo estava “lutando em sentido contrário” à criação de uma universidade federal.

Em meio a essa polêmica, o Presidente Juscelino Kubitschek assinou o decreto de criação da universidade, em 17 de outubro de 1959. Logo após tomar conhecimento desse fato, estudantes das faculdades de Goiânia desencadearam uma greve para protestar contra o que acreditavam serem movimentos contrários à criação de uma universidade federal e, em manifestação na Praça do Bandeirante, liderados pelos alunos da Faculdade de Direito, encenaram o “enterro simbólico” de Dom Fernando. A manifestação, que teve início na Faculdade de Direito da Rua 20, onde se organizou o “velório” com um caixão improvisado, saiu pelas ruas do centro da cidade em direção à praça, conforme narrou um de seus participantes:

A manifestação contra as atitudes divulgadas do arcebispo foram um sucesso, com estudantes vestidos com as becas, as moças vestidas de preto, fazendo papel de carpideiras, os moços rezando um latim simulado e as moças chorando sobre o caixão, compunham um ritual em tudo semelhante a um velório, com acompanhamento de uma multidão, até mesmo de populares; fizeram da manifestação um pesado agravo à pessoa de dom Fernando. (NEDER, 2007, p. 9)

Para dimensionar o significado dessa manifestação, enquanto os estudantes promoviam a encenação, Dom Fernando (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977a, p. 449) fazia uma declaração, tomada como surpreendente: “Se o enterro for feito na praça da Catedral asseguro que não será simbólico”.

A partir da manifestação dos estudantes, lideranças católicas e a Arquidiocese desencadearam uma série de iniciativas em solidariedade ao Arcebispo, sendo a mais importante em 1º de novembro¹⁰⁹. A *Revista da Arquidiocese* dedicou 35 páginas à cobertura dos acontecimentos e, em seu editorial, anunciava que a comunidade católica de Goiás, com essas manifestações, dava à sociedade “uma lição e um exemplo” em defesa da autoridade do Arcebispo¹¹⁰. A cobertura da Revista visava preservar, sobretudo, a imagem do Prelado. No

¹⁰⁹ As demais iniciativas foram: 1) aprovação de requerimento dos deputados católicos, Sebastião Arantes e Nelson Castro, solicitando voto de louvor da Assembleia Legislativa a Dom Fernando pela criação da Universidade de Goiás, seguida de discursos dos deputados Sebastião Arantes, Luiz Fernando da Silva e Waldir de Castro Quinta, em apoio ao Arcebispo; 2) realização de uma Hora Santa na Catedral Metropolitana em Ação de Graças pelo esforço de Dom Fernando na criação da Universidade de Goiás.

¹¹⁰ A *Revista da Arquidiocese* enumerou também o recebimento de 225 mensagens de congratulações a Dom Fernando, publicando algumas, entre elas as do Presidente da República Juscelino Kubitschek e do Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado.

entanto, o evento ficou marcado na memória também como comemoração pela criação da Universidade de Goiás. O editorial da Revista reforçou que a homenagem foi para Dom Fernando, por seu empenho na criação daquela universidade:

O presente número da Revista da Arquidiocese é uma antologia dos pronunciamentos de ressonância na opinião pública, quando os setores de responsabilidade da vida social de Goiânia e da Arquidiocese pretenderam festejar em praça pública, o Senhor Arcebispo Dom Fernando Gomes, pela fecunda iniciativa da criação da Universidade de Goiás. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959d, p. 1)

A manifestação foi convocada para comemorar três acontecimentos: o aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando, a criação da Universidade de Goiás e o encerramento da Semana das Vocações Sacerdotais. O mesmo artigo que anunciava a programação deixava transparecer que o evento se desdobrava em um período em que a Igreja disputava espaço social com os considerados seus tradicionais desafetos. Na década de 1950, a Igreja continuava preocupada com o avanço do anticlericalismo da maçonaria, que tentava impedi-la de atuar no mundo temporal, e também do comunismo, cujo crescimento se acentuara na América Latina depois da revolução cubana. A Arquidiocese acreditava que essas duas forças motivaram as atitudes dos estudantes, como se percebe em alguns discursos, e a Igreja local apontava com mais ênfase a participação da maçonaria, que se manifestara à ocasião por meio da publicação da “Mensagem aos maçons do Brasil”. Quanto à penetração do Partido Comunista no movimento estudantil, só viria a se destacar na década de 1960 (CARDOSO, 2002).

A cobertura do evento pela Revista principiou por um artigo informando a presença de dez mil pessoas na praça da catedral o que, segundo o texto, demonstrava a “unidade”, a “força” e a “vitalidade” da Igreja em Goiás. Anunciava também a presença das principais autoridades do estado: o Governador José Feliciano, o Senador Pedro Ludovico Teixeira, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Waldir Castro Quinta, o Vice-Prefeito Licardino de Oliveira Ney, o reitor da nova universidade, padre Paulo Nacca, além de sacerdotes, religiosas, professores, estudantes e católicos da capital e do interior. O texto também agradecia a cobertura das rádios Difusora e Anhanguera, que transmitiram a programação para todo o estado.

A abertura da festa contou com um desfile das escolas católicas da capital e do interior pelas ruas de Goiânia que, ao chegarem à praça da catedral, se juntaram à multidão que

aguardava o início da celebração. Durante a cerimônia, discursaram o estudante Wagner Pimenta, representando os universitários goianos, o universitário Bianor Ferreira, representando a Faculdade Goiana de Direito, o Deputado Nelson Siqueira, representando a Assembleia Legislativa, o Deputado Waldir Castro Quinta, representando a Sociedade Goiana de Cultura (SGC), o Monsenhor Antônio Ribeiro de Oliveira, representando o clero da Arquidiocese, e o Arcebispo Metropolitano Dom Fernando Gomes dos Santos.

Os discursos visavam dar uma resposta aos “detratores” do Arcebispo e, por isso, se preocupavam em afirmar a autoridade do Prelado, além de ressaltar as virtudes que o tornavam preparado para enfrentar aquela situação; destaca-se também o chamado à união, especialmente por parte do Arcebispo. Dom Antônio afirmou que os goianos repudiavam os ultrajes lançados contra Dom Fernando e exortou os católicos reunidos naquela praça que, segundo ele, atendiam a um dever de justiça e “unidos ao seu bispo e pastor” vinham manifestar seu desagravo em relação à atitude dos estudantes. Depois de se referir a cada um dos motivos daquela manifestação, afirmou que o fêretro “foi um desrespeito às tradições cristãs da família goiana” e uma “afronta inconcebível à autoridade eclesiástica” (OLIVEIRA, 1959, p. 41), denominando Dom Fernando como “Arcebispo da Providência”.

Os deputados Waldir Castro Quinta e Nelson Siqueira exaltaram as virtudes de Dom Fernando. Castro Quinta (1959, p. 43) – além de afirmar que os católicos estavam naquela praça para reconhecer e agradecer o “trabalho admirável, de verdadeiro apóstolo” que o Arcebispo vinha realizando em Goiás - enfatizou a coragem do Prelado. Segundo o deputado, a coragem de Dom Fernando estava sendo colocada à prova naquele momento da história como provavelmente nenhum dos seus antecessores tinha experimentado. A coragem é uma das características da virtude da fortaleza, conforme ensina o Catecismo da Igreja Católica (2000, p. 487): “a virtude da fortaleza nos torna capazes de vencer o medo, inclusive da morte, de suportar a provação e as perseguições”. A coragem é destacada também como característica do homem providencial que, segundo Girardet (1987, p.80), “aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino”. A coragem e o compromisso com a justiça se tornariam as virtudes de Dom Fernando mais destacadas por ele e por seus auxiliares em sua trajetória como Arcebispo de Goiânia.

Nelson Siqueira (1959, p. 49), por sua vez, saudou especialmente a sabedoria do Arcebispo, exaltando-o como “o sábio e o artista da palavra, aquele que busca na sociologia o refrigerio para o espírito sedento das grandezas da ciência e o orador fecundo cuja palavra

deleita e comove”. Sabedoria é uma característica da prudência, a mãe de todas as virtudes, segundo o *Livro da Sabedoria*¹: “se a prudência é eficaz quem mais que a Sabedoria é artífice do universo?” (Sb 8, 6-7). Segundo o deputado, Dom Fernando acompanhava com interesse as transformações da sociedade, lançando mão não apenas da sociologia, mas também da psicologia e da literatura. Nesse sentido, estaria preparado para aqueles momentos conturbados porque “à semelhança do sábio, tudo tem conhecido – palmas e vaias; tudo tem aprofundado – homens e coisas; tudo tem provado – mel e absinto” (idem, p. 50). Nelson Siqueira lembrou, ainda, a capacidade do Arcebispo de promover a unidade, arrebanhando os católicos e amainando as dissidências coletivas.

O estudante Bianor Ferreira também defendeu a autoridade do Arcebispo, repudiando a violência com que alguns universitários se manifestaram contra Dom Fernando, segundo ele, violando as normas éticas. Wagner Pimenta, por sua vez, destacou que a missão de pastor era grande e árdua e muitas vezes não se impunha sem luta. No entanto, para o estudante (1959, p. 54), a marca dessa missão em Dom Fernando era unir pelo amor: “[...] a vossa missão é também a de pastor. Na mão, não o cajado, que defende as ovelhas e as reúne pela força, mas a cruz, defendendo e unindo pelo amor, a cuja sombra vivem e prosperam obras duradouras, que não poderão existir sem ele”.

O último a falar foi Dom Fernando, manifestando que estava experimentando emoções novas e que sentia o peso da responsabilidade do seu discurso naquela oportunidade por perceber, de um lado, sua “pequenez como pessoa” e, por outro, a “grandeza e a importância da missão como arcebispo” (SANTOS, 1959b, p. 66). Afirmou que aquela concentração era uma afirmação da fé católica, particularmente diante daqueles que ele denominava como “inimigos da Igreja”, esperando que considerassem sua insensatez e se convertessem. Ao fazer um chamado à força da coesão dos católicos, pediu que continuassem “firmes e unidos na fé, na defesa dos princípios cristãos e dos sagrados direitos da Pátria” (idem, p. 65). Confirmando seu compromisso com Goiás, afirmou que marcharia firme e decidido “para enriquecer cada vez mais esta terra dos benefícios com que Deus quer enriquecê-la” (idem, p. 66).

Esse episódio contribuiu para amainar a celeuma que se estabelecera, dada a grande repercussão que obteve, legitimando o Arcebispo como uma liderança do consenso¹¹¹. As

¹¹¹ Dom Fernando acabou sendo convidado por uma parte da turma que liderou as manifestações contra ele para celebrar a missa de ação de graças pela formatura, no final de 1960. O Arcebispo celebrou a missa e manifestou

fotos que acompanham a divulgação dos discursos pela *Revista da Arquidiocese* mostram Dom Fernando sempre ao lado das autoridades, representando o apoio das instituições sociais ao Prelado (Figuras 9, 10, 11 e 12).



Figura 9: Deputado Nelson Siqueira discursando tendo à sua direita o Cônego Trindade e à sua esquerda o Locutor Jorge Abrão. Sentados estão o Senador Pedro Ludovico, o Governador José Feliciano, o Arcebispo Dom Fernando, o Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa e o Vice-Prefeito Licardino de Oliveira Ney.



Figura 10: Discurso do Deputado Waldir Castro Quinta. Sentados estão o Governador José Feliciano, o Arcebispo Dom Fernando, o Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa e o Vice-Prefeito Licardino de Oliveira Ney.



Figura 11: Estudante Wagner Pimenta discursando.



Figura 12: Discurso do universitário Bianor Ferreira.



Figura 13: O Arcebispo se manifesta no encerramento do ato de desagravo.

A manifestação dos universitários contra Dom Fernando não foi divulgada pelos veículos de comunicação da capital, parecendo corresponder a um desejo da Igreja de Goiânia de ver esse fato esquecido. Questionado sobre o silêncio da imprensa, o Arcebispo respondeu que esses veículos agiram com ética e respeito aos bons princípios:

[Jornalista] Como V. Exa. interpreta o silêncio de nossa imprensa que não deu guarida à campanha difamatória contra a pessoa do Arcebispo de Goiânia? – [Dom Fernando] A imprensa falada e escrita de Goiânia deu uma das mais expressivas demonstrações de ética jornalística e de respeito aos bons princípios. Não houve silêncio aos fatos, na medida em que o bom senso permite sua divulgação. Houve, apenas, o cumprimento de elementar dever de exigir linguagem condizente com a educação de um povo civilizado. Goiânia escreveu mais uma página de civismo. Não há de ser com manifestações irreverentes que a opinião pública poderá ser orientada por um órgão de imprensa ou por uma estação de rádio. Cada dia mais o povo está tomando consciência de seu valor e adquirindo a capacidade de discernir entre a verdade e o erro. O desrespeito, a irreverência, os métodos de difamação devem ser afastados por quantos se prezam de sua elevação moral. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959e, p. 17)

O único jornal que abordou o assunto foi o *Cinco de Março* e o fez para justificar sua presença na cobertura da manifestação dos estudantes. Uma matéria do referido jornal explicava que os promotores do evento anunciaram anteriormente que o enterro simbólico seria “dos obstáculos” para a criação de uma universidade federal e não “do arcebispo” e que, com aquela atitude, a luta dos estudantes havia perdido sentido:

Na reunião da Associação Goiana de Imprensa, o Presidente do Centro Acadêmico “XI de Maio”, sr Roldão de Oliveira, disse, bem claro, que o “enterro” seria dos empecilhos e não do sr. Arcebispo. Acompanhamos tudo certos que seria mesmo dos empecilhos e, só quando na Praça Bandeirante, tomamos conhecimento de tudo: o “enterro” era do sr. Arcebispo que, por sinal, um montão de bobagens. Nossa reportagem acercou-se do acadêmico Roldão de Oliveira a fim duma satisfação, afirmou-nos este que não foi possível deter certos elementos. E, uma luta nobre e bela, perdeu o seu “porquê” naquele momento. (CINCO DE MARÇO, 1959, p. 8)

O jornal *O Popular* (1959a, p. 8; 1959b, p. 1; 1959c, p. 3-8; 1959d, p. 1-3) não mencionou o enterro simbólico em sua cobertura sobre a manifestação; a única referência a esse episódio foi uma carta do Cônego Trindade (1959, p. 4), em solidariedade ao Arcebispo, publicada pelo jornal. Uma nota desse jornal informava que uma multidão de católicos se concentrou diante da residência de Dom Fernando para lhe prestar homenagem como “prova

inconteste da estima que desfruta nessa capital” (O POPULAR, 1959e, p. 1), sem explicar o motivo da concentração¹¹².

A reação da Arquidiocese de Goiânia em torno do enterro simbólico de Dom Fernando revela a preocupação com a imagem e também com a memória do Prelado. Antes desse episódio verificamos que a *Revista da Arquidiocese*, enquanto documento-monumento, havia selecionado como dignos de permanecer na memória dos goianos os fatos de mais relevância na trajetória do Prelado. No entanto, o enterro simbólico revela outro tratamento na gestão dessa memória, pois, preocupados com o impacto desse fato, os auxiliares do Arcebispo promoveram uma grande comemoração para sobrepô-lo e apagá-lo da memória dos católicos de Goiás. Trata-se do que Ricoeur (2007, p.457) chama de “lembrança encobridora” via da qual, por meio da exaltação de um acontecimento, oculta-se outro que se quer ver esquecido.

Mais uma demonstração de que Dom Fernando também se preocupava com a gestão de sua memória é o fato de ter retomado esse assunto quase dois anos depois, a pretexto de outra campanha difamatória contra a Igreja¹¹³. Em sua Mensagem de Páscoa de 1961, o Arcebispo historiou o episódio de confrontos no período de criação da Universidade Católica de Goiás desde o início de seu pastoreio em Goiânia. Manifestou a surpresa que teve com a *Mensagem aos Maçons do Brasil*, em julho de 1959, que convocava os maçons a defenderem a liberdade de crença do povo brasileiro, alegando que o Arcebispo estava lutando em sentido contrário à criação da Universidade Federal. Essa carta levou Dom Fernando (1961c, p. 232) a denunciar a relação entre os maçons e os estudantes que fizeram a manifestação contra ele: “mais tarde, quando rebentou na cidade a onda dos que culminaram fazendo o “enterro do arcebispo”, verificamos que os slogans anti-clericais coincidiam exatamente com os pontos divulgados na mensagem maçônica”.

Dom Fernando afirmava que ao retomar esse assunto o fazia “sem intenção de polêmica, mas com o objetivo de esclarecer a opinião pública e de modo especial os católicos” (idem, p. 231) sobre o que, segundo ele, tratava-se de campanha contra o ensino particular, baseada em uma mentalidade anticlerical que combatia a influência da Igreja na sociedade. Além de defender o direito de a Igreja atuar no campo do ensino particular, Dom Fernando aproveitou para reafirmar que nada fizera para impedir a criação de uma universidade pública, mas que visava defender “a propriedade particular contra os que

¹¹² Sobre a cerimônia de desagravo a Dom Fernando ler Borges (2007).

¹¹³ O arcebispo enfrentava críticas sobre a *Campanha da fé e do bem-estar social*, que visava arrecadar fundos para a Igreja, como será visto neste capítulo.

pretendiam a “encampação”, pela União, das Faculdades Superiores de ensino sob responsabilidade da Arquidiocese” (idem, p. 232).

Na cerimônia de encerramento da Semana das Vocações Sacerdotais de 1960, o padre João do Carmelo Xavier estabeleceu um diálogo em que apontava Dom Fernando como o construtor da história da Arquidiocese naqueles três primeiros anos de existência e agora arrebanhava os demais membros da comunidade para ajudá-lo nessa empreitada. Padre Carmelo, que veio com Dom Fernando do Nordeste, teve papel importante nos primeiros anos da Arquidiocese, tanto na apresentação do Prelado aos goianos, como na implantação da infraestrutura da Igreja local¹¹⁴. Sobretudo, a mensagem do padre reforçava a figura do Arcebispo como pai em torno do qual a família permanece unida.

[Relator] A Arquidiocese é uma família
 O arcebispo é o pai comum
 Ela não se divide, não se quebra
 Ela é a Igreja
 Nela os filhos estão unidos ao Pai
 Não há senão um só Corpo
 Não há senão uma vida
 Em todos está o Cristo,
 E cada um estão todos.
 Aonde está o pai, aí estão os filhos
 Aonde está a Arquidiocese, aí está o pastor.
 [Todos] Nós somos os seus filhos!
 Com ele formamos a família de Deus. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1960b, p. 15-16)

A narrativa construída pelo Padre Carmelo alternava a voz do relator com a de representantes de distintos segmentos da Igreja, visando envolver a todos no trabalho de estruturação da Arquidiocese: “desde aquele dia 16 de junho de 1957, cada irmão recebeu um dom, uma missão, cada um recebeu uma parcela de responsabilidade” (idem, p. 17). Todos respondiam: “sentimo-nos chamados a colaborar com o nosso pastor” (idem, ibidem).

Aos seminaristas o texto exortava: “de cidade em cidade, de coração a coração, ele [Dom Fernando] vai proclamando: “a messe é grande, os operários são poucos””; e se ouvia a

¹¹⁴ Padre João do Carmelo Xavier (1927) também nasceu em Patos, PB, e conhecia Dom Fernando desde criança, tendo sido seu coroinha na cidade natal de ambos. No período em que Dom Fernando era Bispo de Penedo, ingressou no Seminário da Paraíba e, ao final de quatro anos de estudo, o Prelado o encaminhou para estudar em Roma (1949-1953). Quando regressou ao Brasil, foi servir Dom Fernando em Aracaju, como vigário da Paróquia São José e responsável pela Obra das Vocações Sacerdotais (OVS). Quando indicado para Goiânia, Dom Fernando convidou o padre Carmelo para acompanhá-lo e enviou o sacerdote um mês antes de sua posse para lhe informar sobre a situação da nova Arquidiocese. Segundo Fleury (2007), em Goiânia o Padre Carmelo auxiliou Dom Fernando em vários trabalhos, inclusive na administração da construção de obras arquitetônicas da Arquidiocese, como a construção da torre da catedral metropolitana e a adaptação do prédio às normas do Concílio Vaticano II.

resposta: “aqui estamos os seminaristas”. Segundo o texto, continuava a busca do Arcebispo por religiosos e eles respondiam: “o Espírito Santo nos mandou para Goiás”. Aos comunicadores: “o arcebispo é aquele que vai à frente é o que recebe o mandamento de pregar, de ensinar a todos a verdade: a palavra é comunicação da vida” (idem, p. 20). Os jornalistas respondiam: “em Vossas mãos coloco a minha pena, que ela escreva somente a mensagem de Deus” (idem, p. 21).

À mensagem sobre as meninas da Escola Doméstica estas respondiam: “agradecemos pela casa que nos destes, pelas novas mães que temos” (idem, p. 22). Os meninos do Aprendizado Agrícola responderam: “agradecemos pelo lar que temos, pelo amor da família que encontramos” (idem, ibidem). Os operários: “não estamos sozinhos, fomos introduzidos na família” (idem, p. 23); e os homens do campo: “vamos continuar no campo, na terra que nos viu nascer. Somos todos irmãos” (idem, p. 24).

O texto, que se estruturou a partir da ideia de que Dom Fernando veio “unir o que estava disperso”, foi concluído com uma oração: “[Jesus] faz que a Arquidiocese de Goiânia seja um só rebanho, tenha um só Pastor. Que sejamos um com o nosso Arcebispo, como és um com o Pai” (idem, p. 25). O diálogo é bastante persuasivo em um texto em que o padre Carmelo parece afinado ao projeto do Arcebispo em seu desejo de unidade e a estruturação em forma de diálogo parece conquistar a adesão de todos ao responderem solícitos ao chamado do Prelado.

De 1961 a 1979 a Semana das Vocações Sacerdotais continuou a ser comemorada juntamente como o aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando¹¹⁵ até que, em

¹¹⁵ Em 1961, a Semana das Vocações Sacerdotais contou com a cerimônia de sagração episcopal de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, dia 29 de outubro, ato que passaria a ser festejado juntamente com as comemorações pela ordenação de Dom Fernando. Assim, dia 1º de novembro daquele ano, além da tradicional comemoração e do encerramento da Semana, com a premiação das escolas vencedoras, foi também o encerramento das homenagens a Dom Antônio. Houve desfile das escolas católicas pelas ruas de Goiânia e concentração dos fiéis na *Praça Dom Emanuel* para as homenagens.

Durante a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) – na ausência do Arcebispo, que participou de todas as sessões do evento – o Bispo Auxiliar, Dom Antônio, presidiu o encerramento das Semanas e as homenagens a Dom Fernando, lembrando a importância de a comunidade atender aos apelos do Arcebispo em favor do apoio às vocações sacerdotais.

Em 1966, Dom Fernando retomou sua participação à frente das comemorações de encerramento da Semana, que desta vez foi realizada no Seminário Santa Cruz, para que os estudantes católicos tivessem um contato mais direto com aquele local e com os seminaristas. O clima era de descontração, os alunos foram recebidos no gramado do Seminário e entraram no prédio decorado com cartazes contendo frases significativas sobre vocações sacerdotais. Em seguida, o Cônego Alberto Mendes, reitor do Seminário, abriu a sessão e os seminaristas apresentaram um auto sobre o diaconato. Dom Fernando anunciou os vencedores da campanha e ao final, segundo o texto, mostrando-se “realmente feliz” (RA, n. 1, p. 81-82, jan. 1967), falou sobre o papel do sacerdote, agradeceu aos presentes e afirmou que o Seminário estaria sempre aberto às visitas.

No 35º aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando, em 1967, segundo a *Revista da Arquidiocese*, os fiéis lotaram a Praça Dom Emanuel para a missa de encerramento da Semana celebrada pelo Arcebispo, em que

1980, em sua 19ª Assembleia Geral, a CNBB escolheu agosto como o mês das vocações e a campanha vocacional passou a acontecer nesse período. Até essa data, constantemente se ressaltavam nas celebrações as homenagens ao Arcebispo e a mobilização dos católicos pelas vocações, encerradas geralmente com uma missa concelebrada por dezenas de sacerdotes e muita festa do povo na praça da catedral.

Ficaram memoráveis os torneios animadamente disputados entre paróquias e colégios, constando de Concursos feitos nas Escolas a nível superior, clássico, ginásial e primário, visando pedir a colaboração dos Estabelecimentos de Ensino para a Campanha de esclarecimento do ideal sacerdotal. Premiação dos melhores trabalhos sobre a Vocação Sacerdotal – festivais artísticos, Campanha financeira [...]. (SANTOS, 1982, p. 678)

O aniversário de ordenação de Dom Fernando continuou sendo lembrado pela Arquidiocese como uma ocasião especial e os eventos nessa data culminaram com as comemorações pelos seus 50 anos de vida sacerdotal, marcadas pelo reconhecimento dos católicos ao trabalho do Arcebispo em Goiás.

a música jovem foi o destaque, inclusive com a apresentação da cantora mirim Mayra Simone (RA, n. 11, p. 848, nov. 1967). Discursaram durante o evento, o Bispo Auxiliar Dom Antônio, o Deputado Estadual Ursulino Leão, além de estudantes secundaristas e universitários. Dom Fernando encerrou os discursos agradecendo a todos e lendo o resultado da campanha.

De março de 1968 a setembro de 1970 a *Revista* teve sua circulação suspensa devido à desativação de seu parque gráfico e por esse motivo não cobriu a Semana das Vocações Sacerdotais. Em novembro de 1970, Dom Antônio substituiu o Padre Carmelo Xavier no Departamento Regional de Educação Vocacional do Regional Centro-Oeste da CNBB (DREV) – órgão criado em maio de 1965 e que passou a ser responsável pela Semana.

Em 1972, o ponto alto da Semana das Vocações Sacerdotais foi a homenagem a Dom Fernando por seus 40 anos de sacerdócio. O editorial da *Revista da Arquidiocese* o denomina como “homem de coragem” por sua fé inabalável na Igreja, “homem de firmeza” diante das situações novas, um “profeta”: “sempre sensível à ousadia do novo e ao mesmo tempo firmemente apoiada na esperança de uma Igreja que acontece na história” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1972a, p. 730).

2.2.2 Jubileu de Ouro e política

Em 1982 foi comemorado o jubileu de ouro sacerdotal de Dom Fernando, ano que se tornou marco na história política brasileira devido ao retorno das eleições diretas em todos os níveis, exceto para Presidente da República, suspensas desde o golpe militar, eleições que ocorreram em um cenário de muitas mudanças, devido ao retorno do pluripartidarismo¹¹⁶. Segundo Mainwaring (2004), 1982 marcou, também, o período de ascensão da organização da Igreja popular, particularmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), iniciada no final da década de 1970, a partir da abertura “lenta e gradual” do regime em 1974 e que contribuiu para o revigoramento dos movimentos sociais em geral.

Esses dois fatores históricos tiveram influência nas comemorações do jubileu de ouro sacerdotal de Dom Fernando, porque a Igreja em Goiás, tendo à frente seu Arcebispo, vinha assumindo posição clara contra práticas políticas tradicionais e a favor dos movimentos sociais. Esse posicionamento fez com que a elite política se afastasse de Dom Fernando – para evitar as críticas públicas do Prelado – não participando das comemorações, fazendo com que a Arquidiocese marcasse a data com diversas atividades, tendo em vista mostrar o apoio da comunidade católica a Dom Fernando e à sua linha pastoral.

Desde o início do ano o Prelado vinha se manifestando sobre as eleições; por um lado colocando em dúvida a realização do pleito pelo governo e, por outro, esperando que os novos governantes promovessem mudanças na forma de governar¹¹⁷. Na *Revista da Arquidiocese*, de janeiro, o Arcebispo publicou artigo no qual colocava em dúvida a realização das eleições,

¹¹⁶ Em 1965 o regime militar havia abolido os partidos políticos existentes e criado dois novos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Em 1979 a reforma partidária, bandeira da oposição, foi aproveitada pelo governo como forma de “maximizar as divisões dentro da oposição” (MAINWARING, 2004, p. 171). Foram criados seis novos partidos, sendo o Partido Democrático Social (PDS), do governo e outros cinco partidos de oposição: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático trabalhista (PDT), e Partido dos Trabalhadores (PT).

¹¹⁷ Desde meados do ano anterior Dom Fernando e outros membros do clero vinham denunciando o que chamavam de “Campanha contra a Igreja” por parte de pessoas ligadas ao governo com o apoio da imprensa que criticavam o trabalho da CPT e das CEB’s junto ao trabalhador rural. As principais denúncias da Igreja eram contra o Senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) e o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió, que vinham se manifestando por meio de entrevistas, documentos e discursos sobre os conflitos em diversas regiões do país, entre elas, São Félix do Araguaia, MT, pertencente ao Regional Centro-Oeste da CNBB (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1981b, p. 567-568). Para Dom Fernando, essa perseguição à Igreja serviria de pretexto para o governo interromper o processo de abertura e a realização das eleições diretas em 1982 (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1981c, p. 568-570). O conflito mais recente havia resultado na prisão dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, no Pará, em 31 de agosto de 1981. Em 20 de outubro, Dom Fernando organizou uma visita aos padres, que haviam sido transferidos para Brasília, mobilização que ficou conhecida como “caravana da solidariedade” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1981d).

pois, segundo ele, o governo poderia suspender o pleito sob a alegação de que essa atitude visava “assegurar o regime democrático” (SANTOS, 1982f, p. 3). Para Dom Fernando, tanto a oposição como o governo concordavam que democracia é “mera luta pela conquista do poder” e, dessa forma, justificavam até mesmo a utilização de medidas ilícitas. Concluiu que o povo era a grande vítima dessa situação e convocou as instituições para “unir esforços no sentido de esclarecer os eleitores” sobre o voto consciente e livre.

O artigo de Dom Fernando foi distribuído antecipadamente à imprensa e teve grande repercussão. Os jornais locais destacaram particularmente o chamado do Arcebispo para o respeito ao eleitor (O POPULAR, 1982a; DIÁRIO DA MANHÃ, 1982a) e o jornal *O Estado de São Paulo* (1982) ressaltou o fato de o Prelado ter colocado em dúvida as eleições daquele ano. Quando a *Revista da Arquidiocese* circulou, trazendo o artigo, houve significativa repercussão e o jornal *O Globo* (1982) ressaltou que o Arcebispo conclamava por mais respeito aos eleitores. Esse episódio revela que a *Revista da Arquidiocese*, além de se preocupar com a memória da Arquidiocese e do Arcebispo, tornou-se também um instrumento de intervenção na esfera política.

Esse texto de Dom Fernando preparava espaço para uma intervenção mais efetiva da Igreja no processo eleitoral, pois, segundo ele, a instituição tinha o papel de atuar “em defesa das comunidades humanas, de dar consciência e restaurar a dignidade do povo” (SANTOS, 1982f, p. 4). Ao longo do ano, o Arcebispo voltaria a se pronunciar inúmeras vezes sobre as eleições e, em sua mensagem de páscoa, falou sobre a idolatria do poder por parte daqueles que, segundo ele, se esquecem que o poder vem de Deus; fez novamente um alerta aos partidos para que não se deixassem levar pela ambição do poder, enganando os eleitores, mas agissem como servidores do povo, reconhecendo as prerrogativas inalienáveis das pessoas e fez um apelo aos partidos: “Não se deixem conduzir pela ambição do poder pelo poder. Não se sujeitem a ser meros substitutos dos homens que nos governam. Não se submetam à condição de manipuladores dos interesses de grupos e organizações que comprometem a soberania da Pátria” (SANTOS, 1982g, p. 262).

Na celebração de *Corpus Christi*, o Arcebispo colocou as eleições como uma das intenções da missa, pedindo que todos tivessem bom senso e coragem de votar livre e conscientemente “naqueles que, pelo menos, dão esperança de não enganar o povo” (SANTOS, 1982h, p. 439). Em entrevista a um semanário local, o Arcebispo (1982i, p. 482) desabafou: “qualquer que seja o eleito, não venha a ser apenas um substituto daquele que sair. Mas, que venha com aspiração sincera e honesta de fazer algo de novo, porque ninguém

suporta mais continuar na situação de corrupção e de miséria moral em que estamos vivendo”. Na homilia que dirigiu aos romeiros na Festa de Trindade (SANTOS, 1982j, p. 487-492), guiou os presentes em uma oração, pedindo a Deus para que todos soubessem escolher com liberdade e dignidade os seus governantes e que, além do nome dos que governam, fosse mudada também a maneira de governar. Para Dom Fernando e Igreja, pós-conciliar tinha a missão de despertar a consciência do povo sobre as questões sociais.

A partir do mês de julho daquele ano, as iniciativas da Arquidiocese tornaram-se mais incisivas e sistemáticas e a equipe do Secretariado Pastoral Arquidiocesano (SPAR), encarregada de preparar material de reflexão sobre “política e eleições”, havia se reunido no final de abril e decidido elaborar não só uma cartilha, mas uma série de subsídios para serem distribuídos às paróquias e comunidades em etapas sucessivas. O objetivo era incentivá-las a refletirem sobre a realidade local que envolvia as eleições, sem perder de vista a formação cristã mais ampla. Esse material circulou encartado na *Revista da Arquidiocese* e também era vendido na livraria do SPAR, na praça da catedral.

A primeira cartilha circulou em julho e a última em outubro, de forma que a cada mês um novo material mobilizava os católicos da Arquidiocese, incomodando os políticos tradicionais, particularmente os membros do Partido Democrático Social (PDS), agremiação governista. As cartilhas tinham como título geral *Igreja e participação na sociedade* e cada fascículo tratava de um tema diferente: 1) A caminhada da Igreja na história, 2) Organizações populares, 3) Política e partidos políticos e 4) Como votar em novembro.

Como o nome sugere, o primeiro fascículo tratou das mudanças da Igreja na história, particularmente após o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín, Colômbia (1968), e de Puebla, México (1979) e sua “opção preferencial pelos pobres”. Esse primeiro número contou com um evento de lançamento e teve repercussão na imprensa, que destacou as palavras do Arcebispo ao esclarecer que é dever da Igreja a educação integral do homem e que o objetivo da publicação era “colaborar de maneira prática e acessível a todos para a formação cívica e política do nosso povo” (O POPULAR 1982b, p. 4). O segundo fascículo ressaltava a importância da organização das pessoas em grupos, desde as comunidades de moradores, passando pelas associações, até os sindicatos, como forma de enfrentar os problemas.

A terceira cartilha foi a que tratou mais diretamente o tema das eleições. A partir da distinção entre os conceitos de “política” e “politicagem” mostrava que enquanto uma se baseava em enganações como promessas e trocas de favores, a outra tinha as próprias ações

das comunidades organizadas como exemplo. Ao final, foram apresentadas para discussão algumas características dos quatro partidos em disputa: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). A cartilha apresentou, ainda, tópicos específicos para discussão como os casuísmos do pleito – chapa completa, voto vinculado e cédula nova –, orientações para o eleitor decidir em que tipo de candidato votar, além de esclarecimentos gerais sobre eleições, como a atribuição dos cargos do executivo e do legislativo, entre outras informações.

Em entrevista ao jornal *O Popular*, após o lançamento da terceira cartilha, Dom Fernando foi questionado sobre acusações de “setores governamentais” de que a Arquidiocese estava orientando o eleitor a votar contra o PDS e defendendo o PT, ao que respondeu:

Se os elementos do PDS, estudando as cartilhas da Arquidiocese, pois já fizemos três opúsculos e falta o quarto – uma coisa objetiva, sem tocar em nada, a não ser no programa de cada partido com toda honestidade – concluem que a Arquidiocese de Goiânia não aceita o PDS, entendo que eles estão colocando uma carapuça muito boa para eles. Não tem problema. O problema é deles. (O POPULAR, 1982c, p. 4)

O quarto fascículo também recebeu ampla cobertura da imprensa. Em matéria veiculada no jornal *O Popular* vários trechos do opúsculo foram transcritos em um texto informativo, sem emitir opinião, destacando os conselhos da cartilha para não votar em candidatos que comprem votos ou só aparecem na época de eleição, porque estes não têm compromisso com o povo. Ressaltou, ademais, os casuísmos da eleição e o abuso do poder econômico e, ao final, destacou o intertítulo “Em quem votar?” e comentou: “o último fascículo frisa que é preciso conhecer a vida e o compromisso, na prática, do candidato – e não apenas aquilo que ele conta que fez ou faz, ou o que ele promete que vai fazer” (O POPULAR, 1982d, p. 3). A repercussão das cartilhas mostra o alcance das ações pastorais da Arquidiocese diante da sociedade.

Nesse clima de disputa política ocorreram as comemorações dos 50 anos de vida sacerdotal de Dom Fernando, momento em que a Igreja de Goiás precisava mostrar que estava unida em torno de seu Arcebispo, defendendo seu projeto pastoral. A data de 1º de novembro havia se tornado uma referência para a Igreja em Goiás desde a chegada de Dom Fernando, marcando um período de intensa mobilização em torno da questão das vocações sacerdotais, tendo Dom Fernando como modelo de padre e bispo. Nesse sentido, as comemorações de 1982 tornaram-se o ponto alto dessa elaboração discursiva, dando sequência ao projeto de

sacralização da imagem do Arcebispo iniciado no período de sua chegada da Goiânia. Para que a manifestação da Igreja tivesse ressonância na sociedade os eventos precisavam mobilizar a comunidade arquidiocesana e a Igreja, ao denunciar a falta de apoio das elites às festividades, convocava os católicos para comparecerem às cerimônias.

Monsenhor José Pereira de Maria (1982, p. 619), preocupado com a pouca divulgação do jubileu por parte da imprensa¹¹⁸ que, segundo ele, “quase silenciou” sobre a efeméride, fez um apelo aos católicos da Arquidiocese para que se sentissem responsáveis pela festa e convidassem familiares, amigos, membros das paróquias e comunidades para “mostrar que a Igreja tem canais próprios para se comunicar e reunir”. O Monsenhor encerrou sua apresentação durante o lançamento do livro de Dom Fernando conclamando os católicos a testemunharem o quanto aprenderam com o Arcebispo: “Que realmente enchamos o ginásio, para louvar e testemunhar a união e a força desta Igreja Particular, que aprendeu a amar a Deus, e a testemunhar a sua grandeza e sua salvação com o próprio arcebispo, que faz seus 50 anos de padre”.

Textos da *Revista da Arquidiocese* (1982, p. 620) também reiteravam a pouca divulgação que a programação do jubileu obteve por parte da imprensa local e uma das explicações seria “a proximidade das eleições de 15 de novembro, o que vinha desviando todas as atenções para as disputas partidárias”. Ademais, outra observação relacionava a falta de cobertura jornalística do jubileu a questões políticas. O professor Servito, em seu pronunciamento na homenagem da Sociedade Goiana de Cultura a Dom Fernando, além de denunciar a ausência das autoridades civis e militares à missa solene do jubileu, dia 1º de novembro, no Ginásio Rio Vermelho, associou a postura política do Prelado ao afastamento da elite, devido ao apoio que Dom Fernando dava às manifestações da Igreja popular na Arquidiocese:

[...] esta sua opção preferencial pelos pobres é que tem afastado de suas cerimônias para não ouvir seus sermões reclamando justiça, aqueles farisaicos adeptos do beija-mão. [...] E, em virtude do engajamento que trouxe o pobre, fugiu a falsa autoridade, do rico ilegítimamente constituído, testemunhando assim a eficácia da presença da Igreja junto ao povo de Deus. (MENEZES FILHO, 1982, p. 652)

¹¹⁸ Antes de iniciar as comemorações do jubileu, o jornal *O Popular* divulgou a programação em uma pequena nota no caderno Cidade/Estado: D. Fernando homenageado. *O Popular*, Goiânia, p. 7, 22/10/1982. Durante os eventos, o jornal voltou a divulgar parte da programação em duas ocasiões. A primeira foi uma nota nas mesmas condições da anterior: Novo debate no Spar na Semana Dom Fernando. *O Popular*, 28/10/1982, p.7. A segunda foi também uma pequena nota na coluna Giro: Por Dom Fernando. *O Popular*, 30/10/1982, p.2.

Naquela data se comemorava, efetivamente, dois jubileus; além dos 50 anos de sacerdócio de Dom Fernando também se festejavam os 25 anos da Arquidiocese de Goiânia. Entretanto, se a Arquidiocese foi criada em março de 1956, seu jubileu de prata deveria ter ocorrido em 1981. Destarte, o que se comemorava era a posse de Dom Fernando e a instalação da Arquidiocese, que ocorreram em junho de 1957; a comemoração em novembro visava coincidir com o jubileu de ouro do Arcebispo, consolidando a vinculação do perfil do Arcebispo ao da instituição.

De acordo com a tradição bíblica, o jubileu é um período de alegria e de ação de graças e o duplo jubileu contou com uma vasta programação organizada pelo SPAR: uma semana de debates, um tríduo nas paróquias e comunidades, inauguração de uma galeria de fotografias, lançamento do livro de Dom Fernando, uma homenagem da Sociedade Goiana de Cultura (SGC) e uma missa solene de encerramento. A comemoração mereceu também a edição de um número da *Revista da Arquidiocese* com a cobertura de toda a programação, a publicação da benção papal ao arcebispo, das homilias e discursos proferidos durante as cerimônias, além de artigos sobre a vida de Dom Fernando nos seus 50 anos de sacerdócio.

De toda a programação chama atenção a cartilha *A Caminhada da Igreja de Goiânia*, elaborada pelo SPAR, que circulou como suplemento da Revista em agosto daquele ano e que usava uma linguagem próxima à hagiografia para marcar a figura de Dom Fernando na memória do povo goiano. Nesse sentido, Dom Fernando era representado como homem justo e corajoso na defesa das causas populares. Com o objetivo de estimular a participação da Arquidiocese nas comemorações, o SPAR encaminhou o roteiro de um tríduo para ser realizado nas paróquias e comunidades, orientando os fiéis a discutir sobre um tema específico em cada um dos três dias: a missão da Igreja, a missão dos leigos e a vocação. A reflexão era desencadeada a partir da leitura de um trecho do evangelho e de um trecho da referida cartilha.

O opúsculo, ao eleger Dom Fernando como modelo, não chega a se configurar como uma hagiografia propriamente dita, mas apresenta elementos dessa perspectiva. Ao refletir sobre a literatura cristã, que promove uma identificação moral com o representado, Jauss (1986) cita como exemplo desse tipo de texto, a hagiografia¹¹⁹. Para o autor, essa narrativa, como qualquer simbolização, corre o risco de levar o representado a ser percebido em sua manifestação concreta, sem entender sua relação memorialística.

¹¹⁹ “[...] textos que têm como temáticas centrais os santos e seu culto, como vidas, tratados de milagres, relatos de trasladações, viagens espirituais, martiriológicos, etc.” (SILVA, 2008, p. 7).

No entanto, o próprio conceito revela que a hagiografia trata do culto aos santos, sendo constituída a partir da ênfase nas virtudes desses personagens, tendo em vista preservá-los na memória dos cristãos como modelos de conduta. Segundo Silva (2008), desde seu surgimento essa literatura esteve ligada a projetos da Igreja Católica e, na atualidade, é estudada como uma questão cultural que extrapola os fenômenos religiosos ou teológicos.

De Certeau (2000, p. 266) faz uma reflexão sobre o discurso hagiográfico e conclui que, além de privilegiar os atores do sagrado, isto é, os santos, a hagiografia visa a edificação, ou seja, uma exemplaridade. Como parte da programação da Semana das Vocações Sacerdotais, o opúsculo buscava justamente em Dom Fernando o modelo de padre para incentivar as vocações na comunidade arquidiocesana, conforme relata em sua apresentação:

Este opúsculo [...] procura traçar um perfil do **sacerdote Fernando Gomes dos Santos** [sic] em seus 50 anos de serviço a Deus e ao povo, particularmente nesses últimos 25 anos, em Goiânia. A reflexão sobre trechos de homilias e escritos de Dom Fernando, bem como sobre alguns textos oficiais da Igreja, nos ajudará a compreender melhor o dom divino da vocação. (CAMINHADA..., 1982, p. 2)

O folheto foi elaborado em forma de quadrinhos, como se um grupo de jovens de uma comunidade paroquial estivesse reunido em discussão e cada membro fizesse uma colocação. Logo no início, um dos personagens propõe: “a gente podia tentar conhecer um pouco a história dessa vocação de Dom Fernando (padre e bispo) e estudar também a caminhada de nossa Igreja de Goiânia (Figura 14)” (idem, ibidem):



Figura 14: Introdução do Opúsculo.

A primeira parte do folheto tratava do despertar vocacional do menino Fernando, informando que ele foi criado segundo a tradição católica, o que teria sido um desígnio divino: “recebeu dos pais uma sólida formação cristã. Ia diariamente à Missa com seus pais, às seis horas da manhã. Foi por meio dessa participação diária na Eucaristia que Deus colocou em seu coração a vocação sacerdotal” (idem, *ibidem*). Em seguida, uma narrativa mostrava que muito cedo despertou nele a vocação para a qual se encaminhou sem dúvidas, apesar das dificuldades para quem morava no sertão nordestino:

Tinha apenas sete anos quando falou a sua mãe que desejava ser padre. Um ano depois, seu pai o mandou à Capital, Paraíba (hoje João Pessoa), para conhecer o seminário. Foram 40 léguas a cavalo, pelo sertão, até Campina Grande. Depois o trem até a Capital. Fernando foi e gostou. Voltou para sua cidade, completou os estudos primários, e, aos 10 anos, partiu de vez para estudar no seminário. (idem, *ibidem*)

Ao analisar a estrutura do discurso hagiográfico, De Certeau (2000) mostra como essa literatura destaca a figura do herói representado, no início da Igreja, pelos mártires e que mais tarde passaram a ser os confessores e depois os homens virtuosos. Vauchez (1994) reflete sobre como o modelo de santidade foi se transformando no cristianismo ocidental apontando que no início os evangelistas insistiam na universalização da santidade, que teria sido pregada pelo próprio Cristo, estendendo aos homens de Deus – eremitas, monges – o benefício de seus

atributos, antes monopólio das divindades. Santo era aquele que tinha “o poder de agir em benefício dos indivíduos e das comunidades humanas” (idem, p. 289), só existindo em função dos outros e sua força sobrenatural exigia muitas renúncias como jejum e recusa dos bens materiais.

Segundo Vauchez (1994), a partir do século VII a figura do eremita começou a se enfraquecer, favorecendo o surgimento do santo nobre: abades, bispos e soberanos. Todavia, a partir do século XI, a Igreja acentuou seu processo de centralização: Gregório VII atribuiu ao pontífice o poder de canonizar e Inocêncio III lançou documentos pontifícios em que os milagres foram perdendo importância no modelo de santidade. Em seu lugar passaram a ser valorizadas as virtudes, os costumes, a doutrina: “o essencial era que os servidores de Deus tivessem respondido às necessidades da Igreja – as quais eram percebidas pelo papado – e que, com a sua fidelidade e ortodoxia, tivessem representado para esta um auxílio [...]” (idem, p. 297). Passaram a ser valorizados, portanto, a obediência à Igreja e o zelo apostólico, características atribuídas a Dom Fernando.

Para De Certeau (2000, p. 273), a hagiografia privilegia a origem do personagem, apontando como este segue uma vocação desde cedo: “tudo é dado no início com uma “vocação”, com uma “eleição” ou como nas vidas da antiguidade, com um *ethos* inicial”. A cartilha mostra que Dom Fernando desde muito criança foi “eleito”, ou seja, escolhido para seguir o caminho do sacerdócio por seu contato diário com a eucaristia¹²⁰. Superando as distâncias, seguiu sua vocação, preparando-se primeiro no Seminário da Paraíba, em João Pessoa, e depois no Colégio Pio Latino-Americano e na Universidade Gregoriana, em Roma, onde foi ordenado sacerdote, em 1º de novembro de 1932 (Figura 15).

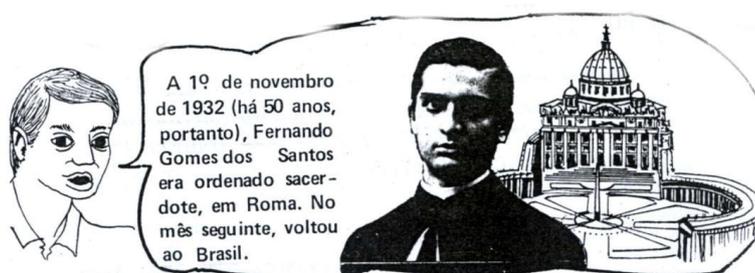


Figura 15: O folheto anuncia a ordenação do Padre Fernando e sua volta ao Brasil.

¹²⁰ Por ocasião de uma visita à capital federal em construção Dom Fernando assim agradecia a Deus: “nós vos damos graças por nos terdes feito nascer e viver nessa fase histórica em que, mais do que heróis, precisamos nos revestir da virtude dos santos, para vencer a onda de erro e corrupção que sacode os alicerces da sociedade” (SANTOS, 1959a, p. 59).

O opúsculo sintetizava a trajetória clerical de Dom Fernando, de volta ao Brasil, passando pelas cidades de Cajazeiras e Patos (PB) e, posteriormente, por Penedo (AL) e Aracaju (SE), até a chegada a Goiânia, em 1957. A Arquidiocese de Goiânia havia sido criada há um ano e, como informa o folheto, “o escolhido para dirigir essa Igreja foi Dom Fernando” (idem, p. 5).

O trabalho do Prelado na nova Arquidiocese foi mostrado em toda a sua dimensão e desafios e o texto ressaltava que “Goiânia sempre foi uma Arquidiocese de muitos problemas, que exigiu muito de Dom Fernando” (idem, ibidem). Um dos problemas apontados logo na chegada do Arcebispo foi a dimensão do território encontrado: “a Arquidiocese compreendia quase todo o Centro-Sul do Estado: eram 105 mil km² – uma área cinco vezes maior que a diocese de Aracaju, de onde vinha Dom Fernando, e que, naquele tempo, compreendia todo o Estado do Sergipe” (idem, ibidem).

Dom Fernando passaria, então, por muitas provações; contudo, por estar imbuído de uma vocação autêntica, conforme se propala desde o início de sua vida, perseveraria até cumpri-la integralmente. Faz parte do discurso hagiográfico, segundo De Certeau (2000, p. 273), mostrar como a história do personagem torna-se uma revelação constante de sua vocação, traçada no início de sua vida, passando por um “tempo de provações” até chegar a um “tempo de glorificações”.

A partir dessa apresentação, a história da cartilha dá um salto no tempo e passa a refletir sobre o pensamento de Dom Fernando, recorrendo aos seus textos, escritos a partir do final da década de 1970 e início de 1980, representando seus ensinamentos nos 25 anos à frente da Arquidiocese: “nesse tempo, nosso Arcebispo semeou entre nós muitos ensinamentos, em seus sermões, suas cartas pastorais, nos artigos e entrevistas para os jornais” (idem, p. 6).

Essa escolha revela o caráter seletivo da memória, apontando para uma determinada lembrança que se quer preservar: a memória de um período em que Dom Fernando teria manifestado seu potencial, ou “virtudes”, na luta por justiça, em defesa do povo oprimido. Ao elaborar um estudo sobre memória e identidade social, Pollak (1992), além de ressaltar o aspecto seletivo da memória, identifica pelo menos três fases no processo: a *elaboração da memória*, um valor disputado em conflitos sociais, se dá muitas vezes por meio da valorização e hierarquização de datas e acontecimentos; o *enquadramento da memória*, forma como a lembrança é registrada para ser consultada no futuro; e o *trabalho da memória*, que consiste na organização, manutenção e continuidade da memória.

As escolhas da cartilha desvelam que a memória sobre Dom Fernando passou por todos esses processos, por meio das práticas intencionais ou não de seus auxiliares. Em relação à *elaboração* dessa memória, seus auxiliares priorizaram o período pós-1968, quando o Arcebispo destacou-se na defesa dos perseguidos pelo regime militar e dos pobres marginalizados pelas políticas econômicas, assegurando a memória do Prelado como “defensor dos direitos do povo”, ou seja, defensor da justiça¹²¹. O *trabalho de memória* consistia na manutenção dessa representação em oportunidade como a que agora se apresentava e o seu *enquadramento* se dava na forma como todos esses eventos eram registrados nos veículos de comunicação da Arquidiocese, visando atingir as gerações futuras.

Outro ponto levantado por De Certeau, na estrutura do discurso hagiográfico, diz respeito ao destaque às *virtudes*, que são organizadas de acordo com escolhas a partir de fatos e gestos produzidos na vida do personagem ou de material proveniente de uma tradição. Segundo o autor, as virtudes se distinguem dos milagres, sendo as primeiras “normas sociais” e os segundos “exceções”. As quatro virtudes cardeais – prudência (sabedoria), fortaleza (firmeza), justiça (dar a todos o que lhes é devido) e temperança (equilíbrio) – estão presentes nas avaliações sobre as ações de Dom Fernando em distintos textos. A cartilha ressaltava a virtude da justiça, ao assinalar a preocupação do Prelado com as causas populares. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000, p. 487), a virtude da justiça para com os homens predispõe o justo a “respeitar os direitos de cada um e a estabelecer nas relações humanas a harmonia que promove a equidade em prol das pessoas e do bem comum”. A virtude da justiça foi elencada pela cartilha para tornar-se um ponto fundamental da memória de Dom Fernando.

Ao falar sobre a preocupação de Dom Fernando com as questões sociais, o folheto apresentava o pensamento do Prelado sobre a missão da Igreja, que envolve sua concepção de justiça: “a Igreja tem a missão de transmitir a Mensagem do Evangelho a todos os homens. Sintetiza sua maneira de agir em dois pontos: **anunciar** o que Jesus Cristo ensina aos que preferem segui-lo e **denunciar** tudo o que contraria o Plano de Deus, contido no Evangelho”, e acrescenta: “a missão da Igreja é ficar ao lado do pobre e do oprimido” (idem, p. 6-7).

¹²¹ As ações do Prelado anteriores à década de 1970, além de terem sido inspiradas em ações que o ecumenismo pós-conciliar queria superar, também podem não ter sido mencionadas porque a maioria delas foi encerrada após o acirramento do governo militar, que perseguiu movimentos que se politizaram, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Ação Católica – com seus desdobramentos em Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) – a experiência de reforma agrária na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, entre outros.

Essas ideias, selecionadas de textos publicados pela *Revista da Arquidiocese*, indicam o propósito de mostrar Dom Fernando em sua atuação em defesa do povo oprimido, o que reforçaria, de maneira ampliada porque atingiria toda a Arquidiocese, o sentimento da comunidade unida em torno do seu líder maior. Para De Certeau (2000), a vida de um santo está inserida na vida de um grupo ou comunidade em relação ao qual exerce dois tipos de movimento: uma distância em relação às origens, por meio de uma representação do passado e, ao mesmo tempo, um retorno às origens, o que possibilita a *unidade* do grupo, evitando sua dispersão. No caso em estudo, ocorrem ambos os movimentos, destacando-se a busca da unidade para manter a integração do grupo em defesa da ação pastoral do prelado.

O folheto seguia explicando que a Arquidiocese fez sua opção preferencial pelos pobres, decisão explicitada na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1979), em Puebla, México, consolidando essa opção como outro marco da memória de Dom Fernando. Nesse sentido, exemplificava, de maneira didática, a posição de Dom Fernando sobre o direito à moradia, tema candente no período. Goiânia vivia uma época de sucessivas invasões de terrenos urbanos e, de acordo com o folheto, o Arcebispo defendia que todas as pessoas tinham direito a um lugar para morar, criticando a omissão do governo e do setor privado e esclarecendo que a Igreja não incentivava as invasões: “o que a Igreja tem feito e continuará a fazer é amparar o faminto, o doente, o carente de tudo. Quando se tornam “invasores”, a Igreja procura, com redobrada solicitude, uma solução amparada nos dispositivos legais da Justiça Distributiva” (idem, p. 9).

Dando sequência à divulgação das decisões da Conferência de Puebla, a cartilha mencionava, de forma sintética, a opção pela família – “sujeito e objeto de evangelização” – e também a opção pelos jovens nos quais, segundo o texto, Dom Fernando mostrava depositar muita confiança. O folheto se detém um pouco mais no tema da educação, esclarecendo como o Arcebispo apoiou o Movimento de Valorização dos Professores, que liderou uma greve da categoria em 1980, afirmando que o Prelado defendia que a greve era pacífica e incentivava os professores a lutarem por seus direitos:

Coragem, prezados Professores! Da união de vocês, à luz da verdade e da justiça, depende não apenas o bem de vocês, como a formação das novas gerações. Confie em Deus e em vocês mesmos, e contem com a solidariedade fraterna e efetiva dos autênticos valores da grande Comunidade Goiana. Dia por dia, cresce o número dos pobres, dos marginalizados, dos carentes de tudo, enquanto cada dia mais aumenta também a consciência do valor da dignidade de cada um deles.

O texto fez referência à firmeza de Dom Fernando em denunciar as injustiças, convocando os leigos a pensarem na sua própria postura como membros de uma comunidade. O tema candente das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), que desde a década de 1970 encontrou ressonância nas páginas da Revista, tornou-se o assunto em pauta, já que as CEBs tornaram-se um novo modelo de Igreja, funcionando por meio de pequenos grupos reunidos para debater a realidade social à luz do evangelho. Como mostra a cartilha, para Dom Fernando esta “é a maneira mais eficaz de conscientizar nosso povo, para que possa tomar conhecimento de seus direitos e de seus deveres” (idem, p. 12).

Em relação à preocupação com o trabalhador, o folheto apontava duas frentes da Arquidiocese: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em funcionamento desde 1975, e a Comissão de Pastoral Operária (CPO), que começava a se estruturar. Finalmente, o texto voltava-se para seu tema principal – as vocações sacerdotais – centrado no jubileu de ouro de Dom Fernando que, segundo a cartilha, como “muitos outros bispos, sacerdotes e religiosos, responderam ao chamado (vocação) de Deus e entregaram toda uma vida a serviço do Reino de Deus” (idem, p. 14).

A cartilha ressaltava que o Arcebispo insistia na dimensão comunitária da vocação: “enquanto não nos apercebermos da dimensão comunitária, universal de nossa vocação cristã, conforme está bastante explícito nas páginas do Evangelho e na vida de Cristo que se entregou por nós, tateamos nas trevas e na sombra da morte” (idem, *ibidem*), e continuava: “ninguém é padre para si mesmo, mas para os outros” (idem, p. 15). A cartilha concluía com uma conclamação: “vamos todos trabalhar para construir a cada dia esta Igreja viva, com nosso Arcebispo, com os padres arquidiocesanos e os padres das congregações religiosas, com os demais religiosos (irmãos e freiras), e todos nós, leigos das comunidades de base” (idem, p. 16).

A cartilha elegeu, para serem resguardados na memória dos arquidiocesanos, os acontecimentos e discursos que mostravam como Dom Fernando exerceu o chamado à vocação defendendo, particularmente, a população carente, em um contexto em que a Igreja guinava ostensivamente para a opção preferencial pelos pobres. Ao enfatizar a coerência do Arcebispo com sua vocação sacerdotal, o texto realça suas virtudes como a fortaleza, mas especialmente a virtude da justiça. Os eventos organizados pela Igreja, ou dos quais ela participava, tornaram-se marcos dessa opção, de certa forma didática, de consolidar uma visão beatífica sobre o Prelado.

Outro evento que também fez parte das comemorações do jubileu foi uma Semana de Debates, de 25 a 30 de outubro, no auditório do SPAR, buscando refletir sobre a história da Arquidiocese, com uma troca de experiência entre os participantes. Os temas, debatidos sob a coordenação de padres e leigos, com expressivo respaldo no interior da instituição, mostram a opção da Igreja por uma inserção mais política na sociedade: “Histórico da Igreja em Goiânia”, padre José Pereira de Maria; “A Igreja em Goiânia hoje”, Frei Marcos Sassatelli; “Igreja e Educação”, Geraldo Faria; “Igreja e política”, Antônio Carlos Moura; e “Igreja e Direitos Humanos”, Pedro Wilson Guimarães.

Dois acontecimentos especiais marcaram o encerramento da Semana de Debates, na noite de 30 de outubro. O primeiro refere-se à inauguração, no prédio da Cúria Metropolitana, de uma galeria de fotografias dos papas que conduziram a Igreja a partir da criação da Arquidiocese de Goiânia – Pio XII, João XXIII, Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II – e dos bispos de Goiás e de Goiânia: Dom Francisco Pereira de Azevedo, Dom Domingos Quirino de Souza, Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, Dom Eduardo Duarte da Silva, Dom Prudêncio Gomes da Silva, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Dom Abel Ribeiro Camelo (auxiliar), Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (auxiliar) e Dom Fernando Gomes dos Santos. As fotos publicadas na *Revista da Arquidiocese* sobre o evento apresentam perspectivas diferentes sobre o Prelado. Uma delas, ao mostrar Dom Fernando com suas duas irmãs, revela seu caráter mais humano (Figura 16) e, ao apresentar a foto que fará parte da galeria, mostra a possibilidade de perenidade (Figura 17).



Figuras 16 Dom Fernando com suas irmãs Lourdes e Amália, na inauguração da Galeria.



Figura 17: Fotos de João Paulo II e de Dom Fernando

Nessa inauguração evidencia-se o desejo de criar um lugar de memória, em que Dom Fernando tivesse presença assegurada. O segundo evento da noite foi o lançamento do livro, *Sem violência e sem medo*, composto por uma seleção de textos escritos por Dom Fernando, na maioria publicados pela *Revista*¹²². Nas fotos, o Arcebispo é mostrado cercado por líderes da Arquidiocese, amigos e parentes (Figura 18) e, também, pela comunidade, que espera sua dedicatória (Figura 19). O título do livro, apesar de se referir aos distintos embates que Dom Fernando teve de enfrentar em defesa de suas convicções e da fé religiosa, reporta-se, ainda, ao seu enfrentamento com autoridades militares no período ditatorial.



Figura 18: Na mesa estão Emília Gomes, sobrinha do Arcebispo, Dom Celso Pereira, Lourdes Gomes, irmã do Arcebispo, Padre Pereira, Dom Fernando, Mons. Abdon Pereira, Mons. Rodolfo Tellmann e Frei Marcos Sassateli



Figura 19: Lançamento do Livro *Sem violência e sem medo*, em 1982.

O livro também merece atenção especial porque consolidou o *slogan* que marcaria a trajetória de Dom Fernando em Goiânia como seu segundo lema. Os artigos foram reunidos em capítulos, cada um com uma parte do slogan: I- *Unidos*, II- *a Jesus Cristo*, III- *e aos irmãos*, IV- *sem violência*, V- *e sem medo*. Dos 68 textos selecionados, 48 referem-se à atuação de Dom Fernando nas causas sociais, correspondentes aos três últimos capítulos, e, ao apresentar o livro, Antônio Carlos Moura (1982, p. 615), membro do SPAR, afirmou que a obra vinha atender à vontade dos arquidiocesanos, que solicitavam uma coleção das mensagens de Dom Fernando:

Essa coleção de artigos de D. Fernando, é talvez um retrato, não absolutamente completo, porque acho que nenhuma pessoa se revela totalmente e, D. Fernando na

¹²² Com exceção de oito artigos: dois de 1968, cinco de 1973 e um de 1974, períodos em que a *Revista da Arquidiocese* não circulou.

sua modéstia e no seu sofrimento, muitas vezes esconde muito do que ele sente porque a gente sabe que estando num posto como ele está, tem sofrido, tem sido pisado, traído; por isso tudo, talvez esse livro não mostre todo D. Fernando, mas mostra uma boa parte de D. Fernando como a gente o conhece. (MOURA, 1962, p. 615)

Moura – além de afirmar que o título se referia ao “slogan que D. Fernando gosta de repetir em suas pregações e nos seus escritos” – traduzia o desejo dos organizadores das comemorações de consolidarem uma determinada memória sobre o Prelado, ao ressaltar que o livro apresenta Dom Fernando “como a gente conhece”, ignorando as escolhas feitas para a publicação. O Arcebispo começou a adotar a expressão em seus discursos no final da década de 1970 e a consolidou no início dos anos 1980:

Sempre digo, como Arcebispo, aos que batem à minha porta, que em primeiro lugar estejam unidos, porque a força do pobre é a união; em 2º lugar que atuem com coragem, sem violência e sem medo. Isto digo também a todos os valores da sociedade. Vamos lutar unidos, sem medo e sem violência. (SANTOS, 1980f, p. 672)

Durante o lançamento do livro, Dom Fernando agradeceu às diversas equipes da Arquidiocese que o ajudaram a torná-la “o que ela é”: Seminário Santa Cruz, Cúria Metropolitana, Centro de Treinamento de Líderes, Sociedade Goiana de Cultura (SGC), Secretariado de Pastoral Arquidiocesano (SPAR) e os padres da Arquidiocese. Lembrou, ainda, iniciativas ligadas à CNBB presentes na Arquidiocese, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Sobre o evento, manifestou aceitar a festa porque se comemorava também o jubileu da Arquidiocese, depoimento que mostra mais uma vez como a vida de Dom Fernando se confundia com a da Arquidiocese:

Quando iniciava-se a preparação das comemorações dos jubileus, pedi ao Mons. Pereira, o Vigário Geral, e aos outros colaboradores mais próximos, que não me comprometessem, pois já ando muito comprometido. Só não fugi das comemorações porque seria uma omissão, de vez que, juntamente com o meu jubileu de Padre, está havendo o jubileu de Prata da Arquidiocese. Tinha a obrigação de colaborar para que esta data fosse festejada, não por mim, mas por vocês. Pedi para comemorar isso de maneira digna e simples. (SANTOS, 1982i, p. 613)

Para a divulgação do lançamento de seu livro, Dom Fernando concedeu diversas entrevistas, que obtiveram relativo espaço na imprensa local. O jornal *O Popular* publicou matéria sobre a entrevista coletiva, ressaltando o questionamento dos repórteres sobre

determinados posicionamentos da Igreja e de Dom Fernando¹²³. Já o jornal *Diário da Manhã* publicou matéria de página inteira, com uma entrevista exclusiva em cuja apresentação comentou o jubileu de ouro e alguns pontos marcantes da biografia do Prelado¹²⁴.

Durante a semana de comemorações, a Sociedade Goiana de Cultura (SGC) procedeu a uma homenagem a Dom Fernando, iniciada com a entronização de uma fotografia do Arcebispo na sala destinada à entidade, nas dependências da Universidade Católica de Goiás (UCG), seguida de discursos no auditório da Biblioteca Central daquela instituição. O professor Servito Menezes Filho falou em nome da SGC e ressaltou a coerência e a coragem do Arcebispo na luta pela justiça e pela paz. Coerência, segundo o professor (1982, p. 650), “não é repetir as mesmas coisas pela vida afora, mas, muitas vezes, representa justamente ter coragem de mudar o comportamento e até mesmo as palavras, para manter o espírito e a prática segundo os princípios que guiam nossas vidas”.

Nesse sentido, o professor destacou a capacidade do Prelado de mudar para acompanhar os novos tempos, particularmente após o Concílio Vaticano II, condenando as leis de exceção, defendendo os estudantes, professores e posseiros urbanos. Menezes Filho confirmava as ideias-chave sobre as quais deveria se assentar a memória de Dom Fernando, e uma narrativa em particular afirmava a opção preferencial do Prelado pelos pobres:

Ao chegar, para a cerimônia comemorativa dos jubileus de ouro como sacerdote e, de prata como Arcebispo de Goiânia, notei uma diferença extremamente significativa, em relação à solenidade da Igreja de Goiânia, há vinte ou mais anos atrás. Havia desaparecido a predominância das mulheres com perfumes leves, vestidos sóbrios, ao lado de homens elegantes, servindo de manequim para ternos confeccionados nos alfaiates da moda. Tampouco estavam presentes as autoridades civis e militares.

Ao Ginásio Rio Vermelho acorriam agora homens, mulheres e crianças, em suas bicicletas ou descendo dos ônibus cheios. Chegavam para a festa do pastor de forma descontraída, alegre, barulhenta, típica expressão de confiança, da certeza de que são bem-vindos [sic]. E, ao invés de roupas que marquem cada indivíduo, portavam cartazes ou faixas para identificar o local de origem do grupo. (idem, *ibidem*)

¹²³ O jornal destacou que, durante a entrevista, o Arcebispo foi questionado sobre as terras da Igreja, tendo respondido que se tratava de uma “acusação anticlerical ridícula”. O Arcebispo informou, ainda, que as terras da Igreja na antiga Campinas foram loteadas e vendidas a preços baixos, as da fazenda Nossa Senhora da Conceição, em Corumbá de Goiás, foram divididas em lotes e distribuídas a cerca de cinquenta famílias, além do trabalho comunitário desenvolvido no Aprendizado Agrícola de Silvânia, em terras doadas pela Igreja. Finalmente, os jornalistas questionaram o Prelado sobre o envolvimento da Igreja com as invasões de áreas urbanas em Goiânia, ao que o Arcebispo respondeu que os posseiros urbanos procuraram a Igreja porque não se sentiam apoiados pela justiça e por isso o Prelado teria iniciado a coordenação um trabalho em defesa desses posseiros (O POPULAR, 1982e, p. 5)

¹²⁴ Na entrevista, o Prelado abordou o papel da Igreja no mundo atual, a relação Igreja e Estado nos governos autoritários, além de apontar o problema fundiário como o mais grave que o país enfrentava (LIMA, 2010, p. 21).

As comemorações foram encerradas com uma missa solene, chamada *estacional*, na qual “o Bispo, na qualidade de sumo sacerdote do seu rebanho, celebra a Eucaristia, [...] rodeado do seu presbitério e ministros, com a plena e ativa participação de todo o povo santo de Deus” (CERIMONIAL, 2004, p. 47). A celebração foi realizada dia 1º de novembro, às 20h, no Ginásio Rio Vermelho, no centro de Goiânia, com a presença de cerca de cinco mil pessoas (O POPULAR, 1982f, p. 1), entre elas, familiares de Dom Fernando. A missa foi concelebrada, contando com a participação de 150 padres e 31 bispos, quinze dos quais vindos de diversas regiões do país¹²⁵ e dezesseis do Regional Centro-Oeste da CNBB¹²⁶.

A solenidade foi iniciada com o cântico de entrada e a procissão, precedida por um acólito com a cruz, vindo em seguida os diáconos, os padres e os bispos, antecedendo Dom Fernando, que entrou de mitra, levando o báculo pastoral na mão esquerda e abençoando o povo com a mão direita¹²⁷. Atrás de Dom Fernando os ministros do livro, da mitra e do báculo.

Os padres tomaram acento nas cadeiras colocadas no piso atrás do altar, ao lado dos convidados especiais e os bispos ocuparam seu espaço à frente e ao lado do altar, montado em um tablado alto no centro do ginásio. Dom Fernando, nos momentos em que não estava celebrando, sentava-se na cadeira central entre os bispos, e nessas ocasiões era o único a permanecer de Mitra. O povo se acomodava nas arquibancadas do ginásio. A cruz processional foi colocada junto ao altar e o livro dos evangelhos depositado sobre o altar e ao chegar ao local da celebração, Dom Fernando entregou o báculo, depôs a mitra e incensou o

¹²⁵ Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa (PB), Dom Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju (SE), e Vice-presidente do Celam, Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo de Cuiabá (MT), Dom Benedito Ulhoa Vieira, Arcebispo de Uberaba (MG), Dom Manuel Edmilson da Cruz, Bispo-auxiliar de Fortaleza (CE), representando, ainda, o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo-auxiliar de São Paulo e Secretário-geral da CNBB, representando a Presidência da Conferência, Dom José Brandão de Castro, Bispo de Propriá (SE), Dom José Rodrigues, Bispo de Juazeiro (BA), Dom Mathias Schmidt, Bispo de Rui Barbosa (BA), Dom Eliseu Gomes de Oliveira, Bispo de Itabuna (BA), Dom Alano Pena, Bispo de Marabá (PA), Dom Patrício José Hanrahan, Bispo de Conceição do Araguaia (PA), Dom Estevão Cardoso de Avelar, Bispo de Uberlândia (MG), Dom José Lima, Bispo de Sete Lagoas (MG).

¹²⁶ Dom José Newton de Almeida Batista, Arcebispo de Brasília, Dom Geraldo de Ávila, Bispo-auxiliar de Brasília, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Bispo de Ipameri, Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás, Dom Celso Pereira de Almeida, Bispo de Porto Nacional, Dom José Carlos de Oliveira, Bispo de Rubiataba-Mozarlândia e Secretário-geral do Regional Centro-Oeste da CNBB, Dom Victor Tielbeek, Bispo de Fomosa, Dom José Chaves, Bispo de Uruaçu, Dom Jaime Collins, Bispo de Miracema do Norte, Dom José Belvino do Nascimento, Bispo de Itumbiara, Dom Benedito Coscia, Bispo de Jataí, Dom Miguel Pedro Mundo, Bispo-auxiliar de Jataí, Dom Estanislau Van Mellis, Bispo de São Luis de Montes Belos, Dom Rubens Espínola, Bispo-auxiliar de São Luis de Montes Belos, Dom Manoel Pestana Filho, Bispo de Anápolis e Dom Pedro Casaldaliga, PPrelado de São Félix do Araguaia, MT.

¹²⁷ Conforme orienta o *Missal Romano*, para essa ocasião os paramentos dos participantes são brancos.

altar e a cruz, dando sequência à cerimônia. Os padres Marcelo Barros e Raimundo Teixeira, dirigiram e comentaram a liturgia.

Antes do evangelho foi lida a *Carta Compromisso da Igreja de Goiânia na celebração do jubileu de ouro de Dom Fernando e do jubileu de prata da Arquidiocese*, da qual a *Revista da Arquidiocese* (1982, p. 626) destaca o seguinte compromisso: “tornar nossa Igreja cada vez mais fiel à sua missão evangelizadora, a partir da comunhão com os oprimidos do campo e da cidade”. Esse compromisso é uma síntese da linha pastoral adotada por Dom Fernando, defendida pelo grupo que o acompanhava, e essa carta revela que os enfrentamentos em relação às eleições fortaleciam cada vez mais a união de seus membros em torno da figura de Dom Fernando. A homilia foi participada, contando com a palavra de um lavrador, um operário, um jovem, um padre e três arcebispos, e Dom Tomás Balduino leu uma mensagem, enviada por 23 bispos reunidos em Itaici, São Paulo, finalizando com a palavra do professor João Azevedo, sobrinho de Dom Fernando.

O então Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, e os bispos reunidos em Itaici, além de expressarem sua admiração pessoal pelo Arcebispo, afirmaram o importante papel que Dom Fernando desempenhou na criação e consolidação da CNBB. Dom Luciano (MENDES, 1982, p. 636) confirmou essa perspectiva: “Dom Fernando, para nós, Bispos chegados há pouco e para aqueles que formamos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é de todos o irmão”. Depois de narrar como conheceu o Prelado e confirmar o carisma do homenageado, Dom Paulo confidenciou suas visitas constantes a Goiás, atraído pelo Arcebispo e por seu trabalho:

O amor com que você fala de sua gente contagia de tal forma que de todas as regiões que a gente visita, a sua é a que a gente visita com mais insistência, sempre de novo atraído, não só por sua pessoa, mas porque você disse que o coração do Brasil está aqui. Aqui se desenvolve aquela grande obra, que D. Newton lembrou: a Igreja do centro do Brasil, o seu amor a este povo se transformou no nosso amor a este povo. (ARNS, 1982, p. 634-635)

Os representantes locais, por sua vez, ressaltaram as qualidades de Dom Fernando, que contribuíam para a união do episcopado da região. Dom José Newton (1982, p. 632), Arcebispo de Brasília, que se referiu a Dom Fernando como “irmão no episcopado, nas lutas de pai e pastor, de evangelizador, de anunciador do bem e da verdade”, afirmou que, na condição de representante dos bispos da Regional Centro-Oeste, transmitiria a mensagem que acreditava ser o pensamento de cada um, traduzida nas palavras de Jesus aos apóstolos: “que

todos sejam um” (idem, p. 633). O padre Moacir Bernardino da Silva (1982, p. 633), em nome do clero arquidiocesano, falou de Dom Fernando como exemplo “de anúncio da Boa Nova do Reino, e de denúncia de tudo aquilo que violenta a dignidade da Pessoa Humana”. Para o grupo mais próximo, a união em torno do Arcebispo significava a defesa do modelo de Igreja que, naquele momento, sofria as consequências de sua opção pelos pobres. Nas fotos publicadas pela *Revista da Arquidiocese*, Dom Paulo, Dom Luciano e Dom Newton são mostrados ao lado de Dom Fernando, representando o respaldo e a admiração do episcopado brasileiro ao arcebispo de Goiânia (Figuras 20, 21 e 22).



Figura 20: Dom Paulo Evaristo Arns.



Figura 21: Dom Luciano Mendes.



Figura 22: Dom José Newton.

Por sua vez, Dom Pedro Casaldáliga (1982, p. 638), em seu poema lido no encerramento da cerimônia, exclamou: “antes de seres gente, já querias ser padre” – referindo-se à vocação precoce do Prelado - e ao falar do lema do Arcebispo, *Praedica Verbum* (anuncia a palavra), exaltou sua língua como “ágil” e “penetrante” e sua pena como “o jeito artesão de uma rendeira sábia” – referindo-se às suas raízes paraibanas – que, “proíbe o medo”, “restaura a coragem dos pobres humilhados”, “arrebenta a injustiça a golpes do evangelho”, “proclama o martírio e exige a dignidade”. Ao final, chamou Dom Fernando de “patriarca imprescindível do nosso Centro-Oeste”, que tornou a Igreja de Goiânia e de Brasília o coração da região. As palavras de Dom Pedro na cerimônia representavam o grupo que apoiava Dom Fernando, exaltando sua capacidade de ação e os resultados de seu trabalho para a região.

Em seu sermão, proferido após a ação de graças, Dom Fernando revelou estar vivendo um dia de muita emoção, lembrando sua trajetória desde a ordenação sacerdotal, em Roma, sem a presença dos familiares, passando pela missão de Padre, Bispo e, posteriormente, Arcebispo de Goiânia, ressaltando também sua incumbência de “plantar os alicerces” da Igreja em Brasília. Sobre Goiânia, revelou que sua maior consolação eram seus padres: “crescemos juntos, meus queridos padres, crescemos juntos com o crescimento da cidade, com as comunidades eclesiais de base, com a assistência religiosa, nas periferias da cidade e

na zona rural; com todo esse trabalho que só Deus conhece e pode descrever” (SANTOS, 1982a, p. 644).

Dom Fernando agradeceu a presença de todos e, de maneira especial a de Dom Paulo Evaristo Arns, que naquele mesmo dia completava doze anos como Arcebispo de São Paulo e veio comemorar em Goiânia com seu colega. Ao final, confirmou sua mensagem de união: “[...] na medida em que nos unirmos, caminhemos sempre juntos” (idem, p. 646). Na foto que registra sua fala, Dom Fernando aparece ladeado por outros bispos e arcebispos, representando o apoio da hierarquia católica ao Prelado, imagem importante no momento em que as autoridades políticas locais se afastaram do Arcebispo (Figura 23).

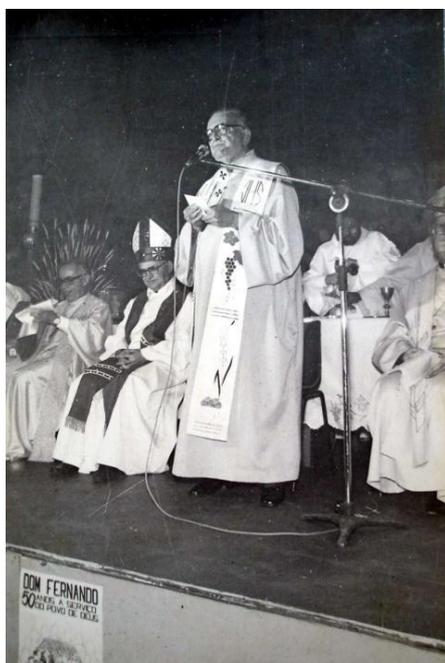


Figura 23. Homilia de Dom Fernando.

A *Revista* publicou, ainda nesse número, textos sobre a trajetória e o pensamento de Dom Fernando, mensagens de congratulações recebidas e a bênção papal ao Prelado, em cuja mensagem João Paulo II (1982, p. 606) afirmava reconhecer os esforços de Dom Fernando e sua fidelidade à Igreja, lembrando as palavras do apóstolo Paulo ao discípulo Timóteo: “Sê, para os fiéis, um modelo na palavra, na conduta, na caridade, na fé, na pureza [...] Não descuides do dom da graça que há em ti, que te foi conferido mediante profecia, seguido da imposição das mãos do Presbitério”. Em seu texto, o Cônego Fleury (1982, p. 658), após rememorar a história da Arquidiocese até a chegada de Dom Fernando e sua atuação, incluindo a incumbência de instalar a Igreja em Brasília, discorreu sobre como o Prelado fazia questão de manter um relacionamento próximo com todos os segmentos da Arquidiocese:

Um relacionamento fraternal com os seus Bispos sufragâneos e uma união sincera ao Episcopado nacional. Um respeito muito grande a seus mais diretos cooperadores, os Sacerdotes. Nunca fazendo distinção entre Padre Diocesano e Padre Religioso. Todos são o seu Presbitério. Uma atenção muito especial às abnegadas religiosas, a quem carinhosamente costuma chamar de “bem aventuradas”. Uma preocupação constante de estar sempre ligado a seus diocesanos.

O Monsenhor Primo Vieira (1982, p. 673) também citou várias características pessoais de Dom Fernando – homem de coragem, de cultura sólida, franco e leal – ressaltando sua solidariedade com seus arquidiocesanos, encorajando-os com as palavras: “vamos nos unir com coragem, sem violência e sem medo”. As palavras do Monsenhor ressaltaram a fidelidade de Dom Fernando à Igreja: “o seu amor à Igreja de Deus é o traço mais forte de sua fisionomia sacerdotal” (idem, ibidem), destacando o conceito de Igreja do Arcebispo, com o qual se identificava:

Para Dom Fernando, como para nós, a Igreja, antes de ser organização hierárquica, é organismo sobrenatural, Corpo Místico de Cristo, povo de Deus em marcha para o Pai, comunidade de filhos de Deus, cuja vitalidade não pode ser estancada à força de injunções humanas ou diabólicas. (idem, ibidem)

O Cônego Aldorando Mendes elaborou um texto abrangente sobre o pensamento de Dom Fernando a respeito das vocações sacerdotais e destacou como o Arcebispo tinha a preocupação de ajudar os seminaristas a entender que iriam atuar no mundo contemporâneo; um mundo materialista que precisava vislumbrar o sobrenatural. Segundo o Cônego, Dom Fernando, afinado com as ideias do Vaticano II, assinalava que o sacerdócio tinha elementos imutáveis – como a vocação e a missão – e elementos mutáveis, como estar aberto ao mundo para conhecer a realidade, os modos de pensar do homem de hoje, enfim “estar no mundo sem ser do mundo”. O Cônego (1982, p. 684) concluiu com o exemplo de Dom Fernando, como homem providencial: “Fidelidade ao essencial. Atitude sadia e tranqüila, decidida pela causa do Evangelho; coragem e discernimento – foram as apreciáveis virtudes naquele que a Providência de Deus colocou à frente desta querida Arquidiocese do Centro-Oeste do Brasil”.

Depois de encerradas as comemorações, a imprensa abriu mais espaço para a divulgação das festividades. O jornal *O Popular* mencionou a emoção de Dom Fernando com a presença dos bispos e de dezenas de familiares em seu jubileu, além de transcrever a *Carta Compromisso da Igreja de Goiânia*. A principal manchete do periódico destacou a numerosa presença dos bispos do Brasil, particularmente do Arcebispo de São Paulo e do Secretário

Geral da CNBB. A matéria destacava a homenagem de Dom Paulo Evaristo Arns, por ter vindo comemorar seus doze anos de episcopado ao lado do Arcebispo de Goiânia, e chamava a atenção também para as palavras de Dom Paulo ao afirmar que seu colega havia marcado época – “o que a pátria deve a Dom Fernando só o futuro vai dizer” – além de destacar as virtudes do Prelado:

Sabemos hoje que ele (dom Fernando) é além de muito ativo e muito vibrante, uma pessoa que já passou para a história e que nos ensinou a enfrentar as dificuldades com firmeza e ao mesmo tempo com muita serenidade. Com coragem e sempre ao lado do povo, com perseverança e sempre com mansidão embora muitas vezes tendo que dizer alto aquilo que outros não tinham coragem de dizer. (ARNS apud O POPULAR, 1982g, p. 6)

O Jornal *Diário da Manhã* também deu espaço às comemorações em sua primeira página, chamando a atenção para o grande número de bispos e padres na missa do jubileu e entrevistando Dom Pedro Casaldáliga (apud DIÁRIO DA MANHÃ, 1982b, p. 14)¹²⁸, para quem “o elevado número de bispos que participaram das comemorações revela o respeito do episcopado brasileiro por dom Fernando”. O Bispo de São Félix continuou seu depoimento, afirmando que a história da Igreja no Centro-Oeste se confundia com a história do Arcebispo de Goiânia e que Dom Fernando tornou-se uma referência da Igreja comprometida com a causa do povo, concluindo que “por isso é temido pelo poder, respeitado pelos bispos e abençoado pelo povo” (idem, ibidem). As palavras de Dom Pedro sintetizam dois pontos fundamentais para a Igreja no período: o apoio da comunidade católica, particularmente das autoridades eclesiais, ao Arcebispo, e também o importante papel que o modelo de Igreja adotado por Dom Fernando desempenhou na defesa das causas populares na região, questões que mantinham o grupo unido em torno do Arcebispo na defesa da linha pastoral que abraçaram.

Imediatamente após a festa do jubileu e de sua repercussão vieram as eleições, que deram a vitória a Iris Rezende, do PMDB, ao governo de Goiás. Desde sua Mensagem de Páscoa de 1983, Dom Fernando (SANTOS, 1983a, p. 192) manifestava preocupação com a condução do novo governo: “é cedo para qualquer pronunciamento que pretendesse antecipar o que será de Goiás, no futuro próximo. Há expectativas cheias de otimismo para uns e de dúvida para outros. Temos, porém, o direito de esperar melhores dias”. Na homilia de *Corpus Christi*, o Arcebispo (SANTOS, 1983b, p. 458) externava não apenas preocupação, mas

¹²⁸ Na mesma matéria o jornal publica, ainda, “Um poema de Dom Pedro”.

decepção com o governo, fazendo referência particularmente às questões da terra e à expulsão de posseiros em Montes Claros de Goiás no mês de maio: “aqui mesmo, nesses poucos dias, soube da atitude do Governador do Estado expulsando posseiros para dar ganho de causa a grileiros aumentando a angústia da situação social em que vivemos”.

Finalmente, em entrevista a um jornal local, o Arcebispo proferiu seu veredito: “a posse do novo governador era ainda uma esperança de pôr ordem na casa. Mas logo essa esperança se ofuscou, absorvida pela impetuosidade emocional de quem chega sem a bagagem suficiente para superar as crises” (SANTOS apud FORTINI, 1983, p. 463). Falou, ainda, sobre a demissão em massa de funcionários no início daquele governo e voltou a mencionar a expulsão dos posseiros de Montes Claros de Goiás. Ao ser questionado se a Igreja se propunha a colaborar com o governo na solução dos problemas locais, Dom Fernando respondeu que essa colaboração seria eficaz, com a animação do espírito cristão, mas que essa missão da instituição geralmente “não agrada aos que governam com outros objetivos e interesses” (idem, p. 463). As decepções com o governo, particularmente em relação aos conflitos de terras, continuaram¹²⁹.

Ao acompanhar as comemorações do jubileu de ouro sacerdotal de Dom Fernando, em 1982, menos de três anos antes de sua morte, os depoimentos destacam as mudanças ocorridas na vida do Prelado devido aos seus posicionamentos. A principal transformação apontada teria acontecido devido à abertura do Arcebispo a uma Igreja mais comunitária, o que teria afastado a elite do convívio com o Prelado; no lugar da pompa, a sobriedade, no lugar das autoridades, o povo. Outra característica que chama a atenção nesses testemunhos é o fato de Dom Fernando ser referenciado como modelo a ser seguido, destacando suas inúmeras virtudes, em um discurso que sacraliza a figura do Arcebispo. Sobretudo, torna-se uma constante a ênfase no desejo de unidade em torno da defesa da linha pastoral implantada na Arquidiocese, expresso tanto pelo Prelado como pelos seus auxiliares, particularmente em um momento em que esse projeto sofria retaliações.

Um dado que se ressalta nas comemorações do aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando é a própria construção do 1º de novembro como estratégia fundamental para apresentar o Arcebispo como modelo de pastor. A definição da Semana das Vocações

¹²⁹ No final de 1984, os bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, entre eles Dom Fernando, enviaram uma carta ao Governador Iris Rezende, com um levantamento da situação em doze municípios que enfrentavam confrontos pela posse da terra – incluindo nove mortes e diversas casas queimadas – solicitando que acabasse urgentemente com o que denominavam de arbitrariedades e violências (SANTOS, 1984c, p. 809-812). O governador respondeu afirmando que iria apurar os fatos para acabar com as irregularidades (MACHADO, 1984, p. 813).

Sacerdotais coincidindo com o aniversário de ordenação sacerdotal do Arcebispo tornou essa data uma festa que mobilizava toda a comunidade católica ao seu redor.

Duas dessas comemorações foram reveladoras dos respectivos momentos históricos pelos quais a Arquidiocese de Goiânia passava. O 1º de novembro de 1959, após a manifestação dos estudantes contra Dom Fernando, mobilizou os católicos de tal maneira que levou à unidade dessa comunidade em torno do Prelado, fortalecendo sua figura como líder capaz de conduzir a Igreja na luta contra seus tradicionais adversários, que se revelaram de maneira contundente. Os discursos do grupo que apoiava Dom Fernando exaltavam a coragem do Arcebispo, afirmando sua autoridade no comando da Arquidiocese. Dessa forma, o Prelado conseguiu respaldo para continuar seus projetos de recristianização da sociedade e de desenvolvimento social em colaboração com o Estado. O apagamento dos vestígios sobre o “enterro simbólico” do Arcebispo fez com que aquele 1º de novembro fosse lembrado principalmente como comemoração pela criação da UCG, porque tal episódio não poderia macular a memória do Prelado.

As comemorações do Jubileu de Ouro sacerdotal de Dom Fernando, dia 1º de novembro de 1982, apresentaram semelhanças e diferenças em relação às manifestações de 25 anos atrás. Dessa vez, Dom Fernando também se debatia contra seus adversários, que não eram mais grupos minoritários, mas os políticos dos partidos tradicionais, que antes o apoiavam. Era o resultado do modelo de Igreja assumido pelo Arcebispo e defendido por seus auxiliares que pressupunha a opção preferencial pelos pobres. Sua figura era comparada à dos santos que passam por muitas provações até chegarem à glorificação, exaltando, sobretudo, a virtude da justiça com a qual o Arcebispo defendia as causas populares. O esquecimento, dessa vez, se dava por meio do apagamento do passado mais remoto da trajetória do Arcebispo – considerado mais conservador – como se a vida sacerdotal de Dom Fernando tivesse início em meados dos anos 1970, quando apoiou a formação da CEBs, a organização dos movimentos populares e a defesa dos perseguidos políticos. A construção de Dom Fernando como modelo pode ser percebida também em outros eventos.

2.2.3 Aniversário: comemoração e polêmica com a imprensa

Ao refletir sobre o processo de seleção, elaborado pela *Revista da Arquidiocese*, para a construção de representações sobre Dom Fernando, torna-se perceptível que o aniversário

natalício do Prelado não foi escolhido como data privilegiada. O aniversário de um presbítero perde importância a partir de sua ordenação sacerdotal, quando deixa de ser um simples cidadão, tornando-se um membro da instituição religiosa. No caso do Bispo, essa transformação é ainda mais significativa porque o ungido passa a ter importância não tanto pela pessoa que é, mas pelo que representa na hierarquia da Igreja, pois, segundo a teologia, o Bispo é o representante de Cristo.

Sendo assim, não interessava à Revista destacar datas relativas à vida pessoal do Arcebispo, mas sim ocasiões em que ele atuava como representante da Igreja, revestido do poder de sua autoridade. No entanto, verifica-se que o aniversário natalício do Prelado conquistou espaço na Revista em dois tipos de situação: nos anos em que coincidia com os decênios da Arquidiocese – quando se comemorava também o aniversário da sua posse em Goiânia – e, principalmente, em ocasiões em que o Prelado enfrentava polêmica com a imprensa local. Dessa forma, a Revista abria espaço para a defesa da imagem do Arcebispo, mesmo que de forma sutil, sem referir-se aos fatos motivadores, para não reforçá-los. A Revista o fazia por meio de textos e fotos que buscavam representá-lo como um Arcebispo combativo e comprometido com seu rebanho.

Nos primeiros anos de seu governo arquidiocesano Dom Fernando enfrentou polêmicas nas quais dizia perceber a atuação de grupos ideológicos ou de outras religiões, vistas como inimigos da Igreja, como o comunismo, a maçonaria, o protestantismo e o espiritismo. Quando Bispo de Aracaju (SE), Dom Fernando se tornou conhecido por sua luta contra esses grupos e, por isso, antes de chegar a Goiânia, moradores da cidade receberam cartas apócrifas denegrindo sua figura, em uma demonstração de que o Arcebispo enfrentaria resistências para impor sua autoridade diante da sociedade.

Abordado por um comunista numa das ruas de Goiânia, foi me dizendo à queima roupa: - “Esse novo Arcebispo de vocês deve ser mesmo o maior, porque a carta de recomendação que o precedeu é realmente de quem deve ter feito muita coisa e muito bem por onde passou; e acrescentou: no Brasil só se atiram pedras e contumélia (sic) nos homens que deveras fazem alguma coisa pelo povo”. Viemos entender as palavras do nosso amigo comunista dois meses após a posse de Dom Fernando no arcebispado, quando ficamos conhecendo a carta ou cartas ignóbeis com que tentaram agredir a honorabilidade de um varão cujo lema tem sido até hoje o mesmo que os judeus criaram para o Divino Mestre: “pertransiens beneficiando”, por onde passou, foi fazendo o bem. Tentativa insensata do “grão de areia contra a cordilheira”. (BRASIL CENTRAL, 1957g, p. 1-2)

O aniversário natalício de Dom Fernando – data em que também se comemorava seu aniversário de sagração episcopal – foi mencionado pela primeira vez na *Revista da*

Arquidiocese, em 1961¹³⁰, período em que a Arquidiocese enfrentava críticas devido a protestos dos estudantes de engenharia da UFG contra a construção do prédio da cúria em local que, segundo eles, estava destinado a uma praça.

No dia 3 de março, os estudantes distribuíram nota à imprensa, assinada por Manoel de Sá Filho e Clorisval Gomes Pereira, respectivamente presidente e secretário do Diretório Acadêmico de Engenharia, denunciando que o ofício de protesto solicitando paralisação da obra, encaminhado por eles à Secretaria de Viação e Obras Públicas (SEVOP), não recebeu resposta. Diante desse descaso, responsabilizavam o titular do órgão, Engenheiro Mário Evaristo, caso a obra fosse concretizada o que, de acordo com eles, representava “ostensiva violação do planejamento desta jovem capital, já tão mutilado” (O POPULAR, 1961, p. 3). Os estudantes informavam ainda que, ao receber o documento, o chefe do departamento técnico daquele órgão, Engenheiro Farid Helou, foi receptivo à solicitação, julgando as denúncias procedentes e se mostrando favorável ao embargo da obra. Essas informações repercutiram na imprensa, que noticiava a movimentação dos estudantes. No entanto, a Cúria Metropolitana emitiu nota oficial em 8 de março, assinada pelo chanceler Américo César Maia, historiando o processo de aquisição daquela quadra pela Arquidiocese¹³¹, alegando tratar-se de “propriedade particular adquirida a título de indenização, para construção urbana” (FOLHA DE GOIAZ, 1961). A nota ainda registra a indignação da Arquidiocese com a repercussão do caso na imprensa, mostrando que a Igreja não admitia ser vista como um instituição como as demais: “causa tristeza ler certos comentários sobre a construção do prédio da Cúria Metropolitana. Palavras levianas e expressões desrespeitosas não são os melhores argumentos, quando o problema é urbanizar” (idem, *ibidem*).

Outra matéria, publicada pelo jornal da Arquidiocese, alegava que a construção de uma igreja protestante na Vila Nova interrompia a 7ª Avenida, impedindo a construção de uma praça e, no entanto, não havia protestos sobre essa intervenção. A matéria denunciava a parcialidade e o anticlericalismo nas atitudes contrárias à obra da Cúria e via, nessas manifestações, uma perseguição a Dom Fernando:

¹³⁰ Em 1960, o jornal *Brasil Central* publicou duas notas lembrando a passagem dos 50 anos de Dom Fernando (n. 53, 3/4/1960, p. 1 e n. 54, 5/4/1960, p. 1), além do pronunciamento do Deputado Anísio Rocha (1960, p. 6) na Câmara Federal.

¹³¹ Segundo a nota, em 1935 a Arquidiocese de Goiânia recebeu um alqueire de terras nas imediações do Palácio do Governo, doado pelo casal Andreilino Rodrigues de Moraes e Barbara de Souza Moraes. Em 1941, a Arquidiocese abriu mão de seus direitos sobre a referida área, recebendo como indenização sete lotes e quatro quadras em locais diferentes da cidade, para construção urbana.

Não sabemos a que atribuir no entanto certas indisposições de alguns grupos contra as grandes e oportunas iniciativas do arcebispo. De quando em quando cria-se uma celeuma por indivíduos que pelo seu grau de cultura deveriam pelo menos procurar se inteirar melhor antes de iniciar uma campanha que pelo modo como é empreendida visa unicamente o desprestígio de um homem de Deus que só pensa no bem e no progresso espiritual e material da comunidade que a Providência entregou aos cuidados de seu múnus pastoral. (BRASIL CENTRAL, 1961a, p. 1)

Nesse contexto de antagonismos, o aniversário de Dom Fernando foi lembrado pela Revista no editorial que, além do texto, trazia uma foto do Prelado, seu brasão e alguns dados biográficos. Na foto, o Arcebispo é mostrado de corpo inteiro, de pé, mãos expostas, como quem está preparado para enfrentar qualquer desafio e com semblante sério, olhos voltados para o horizonte – acima dos simples mortais que o contemplam na fotografia – parecendo mirar algo inatingível aos demais. Mais revelador, trajava todos os paramentos exclusivos de sua autoridade, como a mostrar a seus críticos que ali não estava só um homem, mas uma instituição inteira, com sua história de milênios, cobrando reconhecimento e respeito. O cenário se completa com uma cortina clássica atrás do Arcebispo, como a envolvê-lo em um ambiente quase sagrado (Figura 24).



Figura 24: Dom Fernando com as vestes prelatícias.

Para se ter uma ideia de como o traje tinha um forte simbolismo para Dom Fernando naquela época, encontramos o exemplo de sua reação, em 1973, quando soube da prisão dos donos da gráfica que imprimia a *Revista da Arquidiocese*, cuja edição trazia o texto *Marginalização de um povo - grito das Igrejas*:

Ao receber a notícia de que os donos da gráfica que imprimia o texto haviam sido presos pelas forças de segurança da ditadura, ele ligou ao comandante militar da região avisando que vestiria seus trajes episcopais e se postaria diante do portão da prisão até que as duas pessoas fossem libertadas. (POLETO, 2010, p. 5)

O editorial lembrava as obras do Prelado, afirmando que estas justificavam que ele tivesse galgado o mais alto grau da hierarquia católica e exaltava também a vibração espiritual dos arquidiocesanos naquela data, afirmando que o Arcebispo merecia a imortalidade, chamando a atenção para o que percebia como “maquinações” dos “inimigos ocultos” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1961c, p. 196). O Cônego Sérgio Maia (1961b, p. 246)¹³², em outra matéria, mencionou a “origem sobrenatural” do sacerdote, lembrando a sagração de Dom Fernando “em cerimônia revestida de elevado simbolismo e de grande solenidade” e o vasto plano de trabalho do Arcebispo, ressaltando o mérito de também congregar os valores da comunidade. O Cônego atentou, ainda, para os chamados “sectários” que, segundo ele, não atemorizavam Dom Fernando.

O próprio Arcebispo aproveitou sua Mensagem de Páscoa, naquele mês de abril, para esclarecer a opinião pública e os católicos sobre as críticas que a Arquidiocese vinha recebendo. Dom Fernando lembrou o enfrentamento com os maçons por ocasião da criação da UCG, até chegar aos fatos mais recentes em que dois projetos da cúria estavam sendo atacados: a *Campanha da fé e do bem-estar social*, que visava arrecadar fundos para as obras religiosas e a construção do prédio da Cúria, próximo à Catedral. Citando trecho da *Pastoral Coletiva da Hierarquia Italiana*, de setembro de 1960, o Arcebispo (SANTOS, 1961c, p. 231) alegava tratar-se de uma “mentalidade laicista” que visava abalar a influência da Igreja na sociedade:

Em nossos tempos, a Igreja está sendo chamada a uma luta menos definida doutrinarmente, contudo, muito mais profunda e de consequências mais imediatas na ordem prática. Trata-se de “uma mentalidade de oposição sistemática e alarmista

¹³² O Cônego Américo Sérgio Maia acumulou os cargos de Chanceler da Cúria e diretor da *Revista da Arquidiocese*, de maio de 1961 a setembro de 1962, período em que lançou a coluna *Pelo Brasil e Pelo Mundo*. A coluna circulou do início de 1961 a março de 1963 e trazia pequenas notas mostrando as consequências do avanço do comunismo pelo mundo, apresentadas pela Igreja com maléficas.

para com toda influência que a Religião em geral e a Hierarquia católica em particular possam exercer sobre os homens, sobre suas atividades e instituições. Quer dizer que nos achamos frente a uma concepção puramente naturalista da vida, segundo a qual os valores religiosos ou são explicitamente recusados ou são relegados ao recinto fechado das consciências e à mística penumbra dos templos, sem nenhum direito de penetrar e influenciar a vida pública do homem”.

O Arcebispo se referia a outros eventos para respaldar seu projeto de devolver à Igreja um papel preponderante na sociedade, por isso defendia o direito de a Igreja esclarecer a opinião pública visando, segundo ele, “desfazer os equívocos”. Sobre a campanha de arrecadação, explicou como os fundos seriam distribuídos¹³³; em relação à construção do prédio da Cúria, informou que não desrespeitava nenhuma lei e que estava sendo construído em terrenos da Arquidiocese para sediar o governo arquidiocesano.

O jornal *Brasil Central* também publicou diversas matérias sobre a passagem do aniversário de Dom Fernando naquele ano. Em uma delas, o Cônego Américo Sérgio Maia (1961a, p. 3) enumerou as realizações do Arcebispo, assinalando que nos últimos tempos havia multiplicado sua capacidade de ação e, referindo-se a ele como “ungido do Senhor”, ressaltou sua vinda providencial para Goiás:

Estamos convencidos de que a atuação do atual Arcebispo de Goiânia é, sem dúvida, uma das mais evidentes demonstrações de que a providência Divina vela pelos destinos deste Brasil Central. Desde o dia 16 de junho de 1957 que o sopro divino das inspirações sobrenaturais acaricia o “coração do Brasil” com a posse do primeiro Arcebispo de Goiânia.

Outra matéria, em que Dom Fernando é denominado como “protótipo do homem de Deus” (BRASIL CENTRAL, 1961b, p. 1), faz referência aos embates enfrentados pelo Arcebispo, chamando a atenção para o seu lugar no governo da instituição, a quem se devia obediência. Ressaltava sua “paciência cristã” afirmando, por outro lado, que ele lutava em defesa da Igreja e de seu crescimento porque, como todos os Prelados, tinha o dever de defendê-la mesmo à custa de sua vida e de preservá-la contra toda espécie de deturpação. A última matéria que parabenizava Dom Fernando reforçava como também providencial a indicação do Arcebispo para chefe espiritual em Goiás, afirmando que ele chegou em uma época de muitas transformações proporcionadas pelo desenvolvimento da região e, por isso, encontrou “uma sociedade a organizar”: “[...] há problemas de ordem espiritual que precisam

¹³³ 10% para as despesas da própria Campanha e para a Catedral de Brasília, 10% para a Catedral Metropolitana, 10% para a formação do Clero, 10% para a Santa Casa de Misericórdia e 60% para as obras sociais das doze paróquias da Arquidiocese.

de um chefe também dotado de qualidades excepcionais para resolvê-los” (BRASIL CENTRAL, 1961c, p. 6).

Em 1962, a *Revista da Arquidiocese* (1962b, p. 90) voltou a publicar matéria lembrando o aniversário de Dom Fernando, exaltando sua capacidade de ação e sua preocupação com os problemas espirituais e morais da época. Em 1963, o jornal *Brasil Central* (1963c, p. 3) publicou uma matéria bastante significativa, em que o articulista concluiu que as críticas dos “inimigos da Igreja” às iniciativas da Arquidiocese eram uma resposta às ações de Dom Fernando que, segundo o texto, estavam “revolvendo águas que até então dormiam tranqüilas”:

Atacando todos os setores do apostolado, pregando constantemente, levando a palavra de Deus a todos os recantos, com a ajuda dos zelosos vigários e dos abnegados missionários que cruzam e recruzam todos os quadrantes da Arquidiocese, é natural que os devotos de outra fé, que os irmãos separados e os inimigos da Igreja se sintam acossados, a ponto de acenarem com os arreganhos felinos de feras acuadas. (idem, ibidem)

Ademais, o texto lembrava o papel do Arcebispo como *pai* – “a vida de uma Arquidiocese tem as características espirituais da vida em família, com o arcebispo fazendo o papel de pai para todos [...]” (idem, ibidem) – e *herói* porque sua jornada estava “descrita à custa de todos os sacrifícios, de todas as renúncias, das incompreensões e de um reacionarismo leigo que só Deus pode testemunhar” (idem, ibidem).

O aniversário de Dom Fernando era geralmente comemorado com um almoço na Chácara Nossa Senhora da Guia, contando com a presença de sacerdotes, religiosas, auxiliares da Cúria e, muitas vezes, autoridades no campo político. O Arcebispo chegou a se referir a esses encontros como “miniatura perfeita da imensa Família de Deus, na Diocese de Goiânia” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1972b, p. 347). A *Revista da Arquidiocese* costumava informar sobre a comemoração em pequenas notas, na coluna *Crônica da Arquidiocese*, e as coberturas mais destacadas eram realizadas quando o aniversário coincidia com outras datas especiais para a Arquidiocese.

Foi o que ocorreu em 1967, quando se comemoravam os dez anos da Arquidiocese, lembrando também os dez anos da atuação de Dom Fernando em Goiás, além dos 250 anos de instalação da circunscrição eclesiástica de Goiás. O editorial da Revista de janeiro anunciava essas efemérides, lembrando conquistas importantes da Igreja em Goiás no período. Os textos

da Revista reiteravam que Dom Fernando passara a gozar do reconhecimento dos goianos, que além de admirarem o trabalho do Prelado destacavam sua abertura ao mundo moderno.

Na data do aniversário do Arcebispo, a *Revista* (1967d, p. 337) publicou matéria com uma retrospectiva sobre a vida do Prelado desde seu nascimento até sua chegada a Goiânia, afirmando que “ele não nasceu para a pompa, nem para a vida fácil e inexpressiva dos caçadores de honrarias. Lutar, é o seu lema. Trabalhar, é a sua divisa. Fazer o bem, é o seu credo”. A matéria foi ilustrada por uma foto em que Dom Fernando, embora vestido formalmente com os trajes episcopais, é mostrado um pouco mais à vontade, sentado, olhando para o lado, como se refletisse com um interlocutor sobre os anos passados em Goiânia (Figura 25).

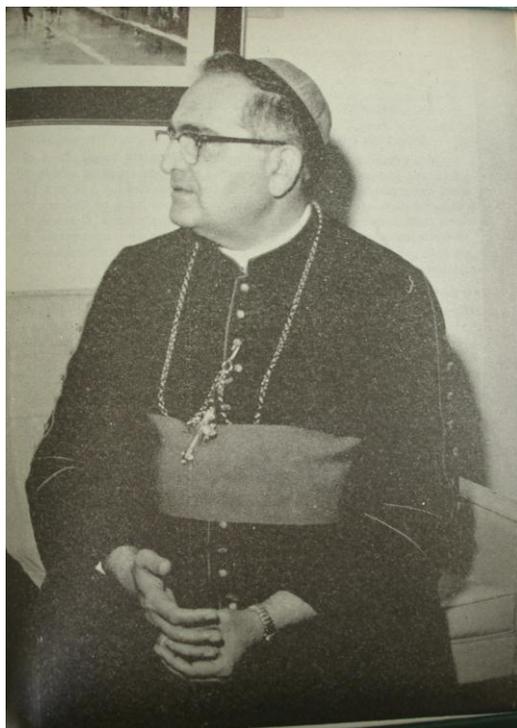


Figura 25: Dom Fernando em posição informal.

Em junho, data do aniversário da Arquidiocese, Dom Fernando recebeu novas homenagens pelos dez anos de governo arquidiocesano, publicadas na *Revista* (1967e, p. 533-537), que também transcreveu várias congratulações ao Arcebispo publicadas na imprensa local. O Deputado Sidney Ferreira, presidente da Assembleia Legislativa, mostrou sua admiração pela inteligência, prudência e firmeza do Arcebispo, destacando sua “lúcida compreensão dos problemas contemporâneos” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967f, p. 438) que, segundo o deputado, tornavam o Arcebispo capaz de estabelecer diálogo com a

sociedade e para o qual empregava os mais variados meios, desde reuniões até os modernos instrumentos de comunicação social. O deputado exaltou também o dinamismo do Arcebispo, afirmando que esse comportamento o tornava um exemplo entre os apóstolos da Igreja universal, honrando o Brasil e Goiás: “Deve-lhe Goiás, inegavelmente, um contingente enorme de esforços pessoais em favor do seu progresso, pois é permanente a sua presença em todos os setores da atividade humana” (idem, *ibidem*). O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Messias Tavares, cumprimentou Dom Fernando pelos dez anos de atividade apostólica em Goiás, agradecendo ao Papa a acertada indicação do Arcebispo para a região.

O prefeito Iris Rezende também manifestou seu respeito pelo Prelado que, segundo ele, mostrava grande compreensão de seus deveres pastorais, consolidando e ampliando as atividades da Arquidiocese. Segundo o prefeito, o Arcebispo merecia “os aplausos e o reconhecimento do povo goiano, mercê de seu trabalho dignificante e, acima de tudo, de admirável cunho humano, sempre voltado para a busca e a efetivação de soluções para os problemas e anseios humanos” (idem, p. 439).

O jornal *Cinco de Março* (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967g, p. 440) expressou de maneira evidente o significado daquela data, assinalando que a Arquidiocese comemorava seu décimo aniversário, coincidindo com o primeiro decênio da investidura de Dom Fernando, afirmando que “é este, inegavelmente, um acontecimento que deve ser saudado por todo o povo cristão de Goiás”. Reiterou que a data merecia ser lembrada devido à figura de Dom Fernando: “Goiás festeja o transcurso de um decênio da presença efetiva de Dom Fernando Gomes à frente do seu magistério eclesiástico. A data merece ser inscrita nos anais de nossa vida como povo tradicionalmente cristão” (idem, p. 442). A matéria chamava a atenção para a estima dos goianos pelo Arcebispo, proclamando-o como “um dos bispos de maior prestígio na comunidade católica”, não só no Brasil como no continente americano e na Europa: “admiram-no como homem de atitudes definidas, de apostolado convenientemente receptivo às necessidades hodiernas e de visão aberta a métodos pastorais aptos para favorecer a vida espiritual” (idem, p. 441).

A transcrição desses artigos na *Revista da Arquidiocese* mostra que os organizadores do periódico pretendiam ampliar o consenso dos católicos em torno de Dom Fernando, além de indicarem preocupação com a memória do Arcebispo, registrando esses depoimentos para serem consultados no futuro.

O aniversário de Dom Fernando e de sua sagração episcopal voltou a ocupar significativo espaço na *Revista* em 1971, coincidindo com a entrega à comunidade, pela

Arquidiocese, da Escola Agro-Industrial de Goiânia, que ocupava cinquenta hectares desmembrados da Chácara Nossa Senhora da Guia. Para comemorar os acontecimentos foi oferecido um churrasco na Chácara, com a presença do Secretário da Indústria e Comércio, Antônio Fábio, do Secretário do Governo para Assuntos Políticos, José Fleury, do Vice-Governador, Ursulino Leão, do Reitor da UCG, padre Cristóbal Álvares, de diretores de vários órgãos do Ministério da Agricultura, além de sacerdotes, religiosas, colaboradores da Arquidiocese e amigos do Arcebispo.

Em 1975, as matérias da *Revista*, além de destacarem as virtudes de Dom Fernando, ressaltavam a luta do Prelado pela implantação de uma nova concepção de Igreja. O Monsenhor Primo Vieira afirmou que sentiu necessidade de recordar a “imagem de pastor” do Arcebispo, em uma matéria em que enaltecia a coragem, a inteligência, a sólida cultura e o dom da oratória do Prelado, assinalando também as mudanças de Dom Fernando da “antiga escola de Pio XI” à “pedagogia nova do Vaticano II”. O Monsenhor destacava, sobretudo, a perspectiva de Dom Fernando como “Homem de Igreja”, esclarecendo que o Arcebispo agia com tranquilidade quando era atacado, mas quando se tratava de ofensas à Igreja “ele se atira à liça, como leão ferido, com a coragem intimerata dos velhos profetas bíblicos” (VIEIRA, 1975, p. 222). No período, a Igreja e alguns de seus membros, entre eles Dom Fernando, foram acusados por setores militares de envolvimento em atividades subversivas devido à defesa de pessoas perseguidas pelo regime¹³⁴.

Em sua Mensagem de Páscoa (1975c, p. 227), o Arcebispo revelou que a luta fazia parte da vida: “A vida do homem na terra é uma luta sem tréguas. Não temos o direito de desanimar, não obstante as contradições e obstáculos de toda natureza, que nos fazem sofrer”. As contradições a que se referiu pareciam claras no período: por um lado, a concepção de uma Igreja Povo de Deus tomava forma na Arquidiocese, por outro, aumentavam as críticas à instituição por parte de membros ligados ao governo militar, que não aceitavam o papel da Igreja na defesa de presos políticos e no apoio à organização dos movimentos populares. A matéria estampava uma foto do Arcebispo trajando *clergyman* com o olhar fixo em um ponto no horizonte, como se estivesse a refletir sobre os acontecimentos, tendo em vista tomar difíceis decisões (Figura 26). A expressão séria se completa com os óculos de armação grossa tornando mais pesada a fisionomia.

¹³⁴ Recentemente o Coronel Danilo da Cunha Mello, Secretário de Segurança Pública, havia acusado a Igreja de estar “infiltrada de comunistas” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1974, p. 56-67). Em resposta ao coronel, Dom Fernando enviou uma carta em que pedia capacidade de discernimento e afirmava perdoar as ofensas (SANTOS, 1974, p. 114-116).



Figura 26: Dom Fernando aos 65 anos.

A foto foi tirada no período em que Dom Fernando aprofundava as mudanças decorrentes do Vaticano II, voltadas para uma Igreja mais próxima do povo; no entanto, a imagem do Arcebispo estava mais próxima de um estadista com um semblante que expressava autoridade e também austeridade¹³⁵. Ao que parece, ela atendia à necessidade de o Arcebispo ser mostrado como uma presença forte diante dos acirrados conflitos políticos que enfrentava.

A característica mais marcante dessa fotografia é o foco no rosto de Dom Fernando, um rosto sério e compenetrado, parecendo tratar-se do auge de uma construção de sentido, que vinha desde os tempos de seminário. Segundo Deleuze e Guattari (1996), o rosto é produzido socialmente porque determinadas sociedades têm necessidade dele; para os autores, trata-se não mais de um rosto com múltiplos significados, mas com uma expressão única e exclusiva e, por tratar-se de “uma organização forte”, o rosto é capaz de constituir sentido para a sociedade. Destarte, os autores atribuem a um agenciamento de poder a imposição de significância e subjetivação ao rosto, o que denominam como “maquinaria abstrata da rosticidade”.

¹³⁵ Essa foto terá aplicação significativa após a morte do Prelado, conforme será verificado no Capítulo 3 desta tese.

O ano de 1977 teve um significado especial porque então se comemoravam os 20 anos de instalação da Arquidiocese e da posse de Dom Fernando e foi marcado por diversos embates da Igreja com a imprensa, tanto nacional como regionalmente, quando Dom Fernando enfrentou embate com o Jornal *Folha de Goiaz*, por denunciar, entre outros fatos, a ameaça de expulsão de Dom Pedro Casaldáliga do país. O ano anterior, segundo Mainwaring (2004, p. 178), fora “um dos períodos mais tensos nas relações entre Igreja e Estado”, com a ampliação do número de militantes religiosos perseguidos pelo regime, em que se destacaram três incidentes. Esses atentados contra membros da Igreja foram denunciados por meio do documento *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*, em que a Igreja revelava detalhes dos casos ocorridos em um curto espaço de tempo: o assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein, em um conflito pela demarcação de terras indígenas em Merure (PA); a morte do padre João Bosco Penido Burnier, em Ribeirão Bonito, no município de Barra do Garças (MT), e o sequestro e maus tratos sofridos por Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu (RJ). Segundo o documento, essas ações contribuíam para um clima de violência, cujas raízes estavam nos “pobres sem justiça”, na “impunidade de policiais criminosos”, na “má distribuição da terra”, na “situação dos índios”, na desigualdade de direitos entre “segurança nacional e segurança individual” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1976, p. 818-835), entre outros.

Diante desse quadro, no início de 1977, a Igreja do Brasil passou a se posicionar de forma consensual sobre a situação política do país. Durante a XV Assembleia Geral da CNBB, realizada em Itaici (SP) em fevereiro daquele ano, os bispos discutiram e aprovaram o documento *Exigências cristãs de uma ordem política*¹³⁶ que, segundo Konder (1978, p. 57), foi uma “enérgica tomada de posição da hierarquia da Igreja católica [...] denunciando a opressão e a exploração de que o nosso povo está sendo vítima”.

O documento teve significativa repercussão¹³⁷ e foi amplamente debatido por Dom Fernando, convidado a falar sobre o tema na Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais de Goiânia e Anápolis, na UFG e na UCG. Conforme explicou o Arcebispo, o objetivo do documento era a construção de uma nação mais justa, fraterna e cristã, por meio da ação

¹³⁶ O documento – *Exigências cristãs de uma ordem política* – abordava os seguintes tópicos: A salvação inaugurada por Cristo, a missão da Igreja, o homem ser social, a origem da sociedade política, os modelos, direitos e deveres do Estado, deveres das pessoas para com o Estado, o bem comum, a marginalização como negação do bem comum, a participação, liberdade e segurança, os regimes de exceção, o desafio do desenvolvimento, a comunidade internacional (CNBB, 1977)

¹³⁷ Em 45 dias o documento contava com quatro edições com um total de 35 mil exemplares (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977b, p. 372).

evangélica da Igreja na sociedade (SANTOS, 1977b, p. 299-310). Segundo o Arcebispo, a discussão do documento no encontro dos bispos começou sob muita expectativa, mas chegou-se ao consenso. No entanto, verificando que ainda havia arestas a aparar, conclamou: “é de se esperar que o povo brasileiro ouça a voz daqueles que, superando as limitações de uns e o radicalismo de outros, elevaram a sua voz em defesa da verdade da justiça, da liberdade responsável, visando o bem comum [...]” (CINCO DE MARÇO, 1977)¹³⁸.

Em março daquele ano a imprensa lembrou o aniversário de Dom Fernando, destacando aspectos de sua biografia e de suas realizações, chamando a atenção para seu testemunho de vida, sua palavra oportuna e sua ação concreta em favor dos menos favorecidos (O POPULAR, 1985a), informava ainda que as comemorações se restringiriam a uma missa na catedral, com a participação de todos os sacerdotes da Arquidiocese. Em junho, a imprensa destacou os vinte anos de Dom Fernando em Goiânia, referindo-se a ele como “um dos mais lúcidos e serenos bispos da Igreja em nosso país” (O POPULAR, 1977) em matéria que apontava a ascensão rápida do Prelado na carreira eclesiástica até sua vinda para a Arquidiocese de Goiânia: “o Papa havia designado o culto e eficiente bispo nordestino para gerir a Igreja em Goiás” (idem, ibidem).

A *Revista da Arquidiocese* também homenageou Dom Fernando durante as comemorações pelos 20 anos de instalação da Arquidiocese e posse do Arcebispo, ocorridas no mês de junho. A comemoração foi realizada no Seminário dos Padres Capuchinhos, em Hidrolândia, com a presença do clero, seminaristas e auxiliares da Cúria e o SPAR (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977d). Em seu editorial, o periódico ressaltou que a principal matéria daquela edição era sobre Dom Fernando e seus “vinte anos de lutas e sacrifícios” dedicados ao povo goiano, sinalizando que o Arcebispo, coerente com as decisões do Concílio Vaticano II, abriu a Igreja para a realidade vivida pelo ser humano, procurando, por meio de sua pastoral, “criar uma nova mentalidade e um novo espírito cristão”, e reforçando o compromisso do Arcebispo com as causas do povo goiano declarou:

A trajetória de Dom Fernando, que, embora nordestino, adotou o nosso estado como sua terra natal, se confunde com a própria história da cidade, porque nosso Arcebispo sempre participou e nunca se omitiu da luta do povo de Goiás,

¹³⁸ Certamente nessa passagem Dom Fernando se referia a Dom Geraldo Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, MG, que logo após o encontro dos bispos elaborou um documento que foi publicado pela imprensa nacional referindo-se a Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga como comunistas, pedindo a expulsão de Casaldáliga, ocasião em que Dom Fernando saiu em defesa dos acusados (SANTOS, 1977c, p. 265-266). As denúncias de Dom Sigaud tiveram grande repercussão na imprensa em todo o país e a *Revista da Arquidiocese* (1977c, p. 405-422) publicou uma documentação a respeito do assunto.

manifestando-lhe a sua solidariedade cristã nas horas de alegria e de tristeza. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977e, p. 445-446)

Outra matéria exibia trechos de uma entrevista com Dom Fernando em que este avaliava sua gestão nos últimos 20 anos¹³⁹ e o texto afirmava que o Arcebispo sempre acreditou na prosperidade de Goiás: “confessa que sempre acreditou em Goiânia, em termos humanos e materiais, porque antevia um grande futuro para o Estado de Goiás” (idem, p. 451). Após citar algumas respostas do Arcebispo em situações desafiantes, a matéria afirmava que suas palavras “atestam a dimensão humana” do arcebispo: “as minhas palavras devem ser interpretadas no sentido exato da missão que me foi confiada” (idem, p. 449). Esse texto parecia justificar o posicionamento de Dom Fernando diante dos problemas que a Igreja enfrentava em relação ao Estado e a setores conservadores da sociedade, ao mesmo tempo em que afirmava o compromisso do Prelado com Goiás, de cujo povo também esperava apoio.

A foto que ilustra a matéria foi extraída da entrevista publicada no jornal *O Popular* e mostra Dom Fernando trajando camisa branca, sentado, olhando para o repórter com os braços levantados, segurando uma caneta em uma das mãos. A caneta, os braços erguidos e a expressão de Dom Fernando denotam um homem que reflete e age de forma dinâmica (Figura 27). É reveladora também dessa fase a representação do Arcebispo em trajes civis, desvelando a perspectiva de aproximação mais sistemática ao povo de Deus, que legitimava sua missão apostólica.

¹³⁹ Durante a entrevista, Dom Fernando destacou a construção do Seminário Santa Cruz e a experiência de reforma agrária. Chamava a atenção também para a criação das CEBs, como “sinal mais eficiente da renovação autêntica, para a vida do mundo” e do SPAR como “centro de convergência e irradiação das atividades sócio-religiosas”, além da *Revista da Arquidiocese*, afirmando que seu “precioso acervo é dos mais importantes documentários da história sócio-religiosa de Goiás nessas duas décadas” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977a, p.449-455). A matéria foi publicada, em parte, pelo jornal *O Popular* (RODRIGUES, 1977).



Figura 27: Dom Fernando durante entrevista.

Na mesma edição da Revista, o professor Geraldo Faria Campos (1977, p. 458)¹⁴⁰, em reflexão sobre Dom Fernando, afirmou haver “uma poesia divino-humana na vida deste padre”, mencionando a apoteótica chegada do Arcebispo a Goiânia, período em que “deixou-se rodear por homens-simples e homens-posição”, reiterando que após a criação das CEBs e da luta pelos direitos humanos “só restavam os homens-simples” (idem, p. 456-457). Como se previsse um novo incidente, referiu-se aos embates enfrentados por Dom Fernando que, segundo ele, exigiram o diálogo e a paciência do Arcebispo: “sem nunca ter ido atrás de briga, ela veio até ele” (idem, p. 457). Ilustra essa matéria uma foto de Dom Fernando em visita a uma comunidade da Arquidiocese, reunido como um grupo de líderes locais, atestando o envolvimento do Arcebispo com uma Igreja Povo de Deus (Figura 28):

¹⁴⁰ O Professor Geraldo Faria Campos foi amigo de Dom Fernando e membro da Ação Católica. Graduado em Letras Neolatinas, é especialista em educação e atuou como professor na Universidade Federal de Goiás por mais de 30 anos.

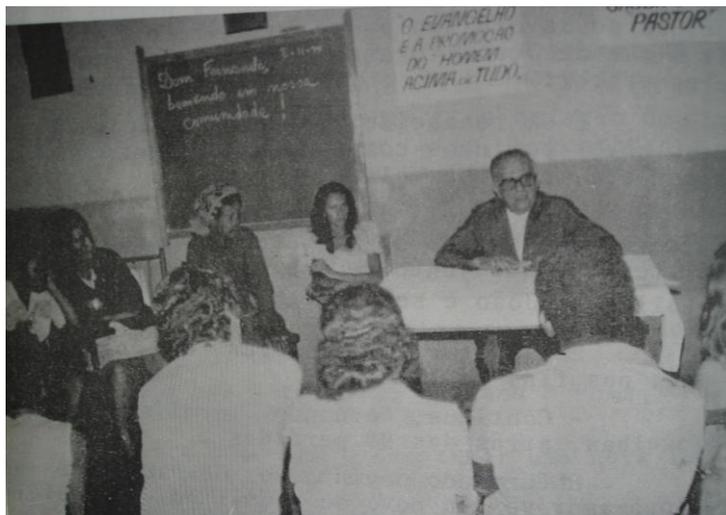


Figura 28: Dom Fernando reunido com líderes comunitários.

Em maio daquele ano o Prelado foi surpreendido por um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* que, ao denunciar o envolvimento de Dom Pedro Casaldáliga com atividades comunistas, lembrou a visita de três arcebispos, entre eles Dom Fernando, ao Presidente Castelo Branco logo após o golpe militar. Segundo o jornal (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1977, p. 3):

Em 1964, pouco depois do triunfo da Revolução e quando se tinha ainda a ilusão de que ela permaneceria fiel a seus ideais, três arcebispo, D. Eugênio Sales, D. Helder Câmara, D. Fernando Gomes, foram recebidos pelo então presidente Castelo Branco e admitiram que a Igreja se comprometera com o marxismo, divulgando programação esquerdista através da Rádio Olinda, na época de João Goulart.

Dom Fernando rebateu as acusações em um texto distribuído à imprensa, afirmando que o referido editorial revelava-se “desinformado e inverídico”, porque na época citada Dom Eugênio residia em Natal (RN), Dom Hélder no Rio de Janeiro (RJ), e Dom Fernando em Goiânia (GO). O Arcebispo de Recife era Dom Carlos Coelho que, segundo afirma, “jamais se deixou influenciar por ideologias extremistas” (SANTOS, 1977d, p. 3). O Arcebispo confirmou a visita ao presidente Castelo Branco, realizada poucos dias após a posse de Dom Helder como Arcebispo de Recife, ocasião em que os bispos teriam publicado um documento em defesa da ação pastoral nas dioceses e com “críticas a sistemas condenáveis, tais como o marxismo” (idem, *ibidem*). Dom Fernando admitiu também anuência da Igreja com os objetivos da chamada “Revolução de 64”:

Ambas as partes viam com esperança o futuro que se anunciava de paz e desenvolvimento, de vez que os objetivos iniciais da Revolução coincidiam com pontos defendidos pela Igreja. A Revolução teria sido feita contra o comunismo, a subversão e a corrupção, pelas reformas de base preconizadas no manifesto da Comissão Central da CNBB, publicado aos 30 de abril de 1963. (idem, ibidem)

No entanto, alegou que o editor do jornal tinha razão ao afirmar que naquela época “se tinha ainda a ilusão de que ela [a Revolução] permaneceria fiel a seus ideais”, concluindo que:

[...] a mudança não foi da Igreja que continua lutando por uma ordem política segundo as exigências cristãs [...]. Se hoje o Brasil sofre as conseqüências dos erros e equívocos que ameaçam a estabilidade social, não terá sido exatamente porque a Revolução desviou-se de suas metas fundamentais? (idem, ibidem)

Em 1º de agosto desse mesmo ano, Dom Fernando voltou a se pronunciar na imprensa, denunciando o que chamou de “atentados aos direitos e à dignidade de pessoas e instituições” (SANTOS, 1977e, p. 570), em que enumerava as ameaças de expulsão de Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Felix do Araguaia (MT) e do Padre Romano Zufferey, assistente eclesial da Ação Católica Operária do Nordeste, além da prisão de membros da *Misereor* – agência alemã de ajuda humanitária – quando desembarcaram no aeroporto de Goiânia e foram interrogados e vistoriados por agentes da Polícia Federal. O Arcebispo denunciava também a distribuição gratuita de anticoncepcionais pelo Ministério da Saúde, reafirmando a posição da CNBB de que “o problema da miséria não se resolve com a pílula e sim com justiça social” (idem, ibidem) e questionava “como explicar tantas e tamanhas aberrações” (idem, ibidem), afirmando que “estes fatos comprovam a desorientação e fraqueza do sistema que se caracteriza pela hostilidade, não só à Igreja, como aos valores que sustentam o edifício social” (idem, ibidem).

A nota de Dom Fernando teve repercussão imediata na imprensa e a manchete mais explosiva foi do jornal *Folha de Goiaz* (1977a, p. 1): “Arcebispo de Goiânia prega subversão aberta”. O jornal publicou a nota do Arcebispo e também a da CNBB, na qual a entidade lamentava o interrogatório de membros da *Misereor*¹⁴¹, destacando que a abordagem dos membros daquela instituição era medida considerada de rotina nos aeroportos do país; no entanto, afirma que a nota distribuída por Dom Fernando “prega a subversão, ao mesmo tempo em que acionou todo o esquema no país, ao sensibilizar a CNBB” (idem, ibidem). De acordo com o jornal, a CNBB divulgou o caso alardeando outras nações contra o Brasil,

¹⁴¹ Para mais ler “Arbitrariedades e calúnias” (PRANDINI et al., 1987).

afirmando que “setores da Igreja eram comandados pelo Arcebispo de Goiânia” (idem, ibidem). Quanto à denúncia de expulsão de Dom Pedro, a matéria avaliava que Dom Fernando queria transparecer uma “possível agressão do governo contra a Igreja” (idem, ibidem).

No mesmo dia, Dom Fernando emitiu outra nota referindo-se à manchete da *Folha de Goiaz* como “sensacionalista”, afirmando que o jornal usava uma linguagem militar ao dizer que ele comandava setores da Igreja, informando que não era comandante, mas pastor, “no sentido evangélico do termo” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1977f, p. 614). Questionou o fato de a *Folha* ter considerado “rotina” o comportamento dos agentes federais em relação aos membros da *Misereor* que, segundo o Arcebispo, ficaram presos por duas horas no aeroporto. Agradeceu a publicação de sua nota na íntegra pelo jornal, mas deixou registrada sua crítica: “Como os Agentes no aeroporto, *Folha de Goiaz* também cumpre ordens, no ofício que lhe compete, dos superiores maiores. Isto nos ajuda a compreender certas atitudes e perdoar estas ofensas” (idem, p. 613).

Nessa nota, Dom Fernando não se referiu à expulsão de Dom Pedro Casaldáliga e concluiu: “se o objetivo dos mentores da manchete e da nota de *Folha de Goiaz* foi amedrontar o arcebispo e a CNBB, asseguramos que, ao contrário, nos estimularam a continuar, sem temor, a sermos fiéis à missão que nos foi confiada” (idem, p. 615). Nesse mesmo dia, a imprensa divulgou nota do Ministro da Justiça, Armando Falcão, afirmando que não existia processo de expulsão contra Dom Pedro Casaldáliga (CORREIO BRASILIENSE, 1977).

No dia seguinte, a *Folha de Goiaz* voltou a publicar o novo texto de Dom Fernando na íntegra, com a seguinte manchete: “Arcebispo de Goiânia diz que não se amedronta e que vai continuar”. Na matéria que acompanhava a nota, o jornal alegou que não havia intenção de gerar polêmica com a Arquidiocese de Goiânia ou com a Igreja e que ao publicar a nota de Dom Fernando garantia o direito de defesa e, segundo o jornal, com sua resposta o Arcebispo “reafirma suas convicções políticas – quando deveriam ser religiosas”. Referindo-se a uma suposta ligação do Prelado com uma organização internacional, esclarecia que “a intenção da editoria deste jornal é a de despertar o povo contra as artimanhas urdidadas por liderança de outros continentes, numa flagrante intervenção à sagrada intimidade do lar brasileiro” (FOLHA DE GOIAZ, 1977b, p. 1).

As matérias da *Folha de Goiaz* expressavam a reação de militares que não aceitavam que membros da Igreja se manifestassem em defesa de pessoas perseguidas pelo regime. Dom

Fernando tornou-se alvo dessas denúncias não só por tentar evitar a expulsão de Dom Pedro, mas por assinar e divulgar os documentos do episcopado brasileiro denunciando e criticando as ações dos militares. A publicação dessas matérias pela *Revista da Arquidiocese* mostra que o grupo que auxiliava Dom Fernando continuava defendendo as posições do Arcebispo baseadas em sua visão de Igreja mais próxima do povo.

Esses embates foram se intensificando e, a partir do final da década de 1970, parcela da Igreja no Brasil, na qual se inseria a Arquidiocese de Goiânia, passou a sofrer as consequências de anos de críticas ao regime militar no que se referia à violação de direitos humanos e, também, por ter montado estrutura para assessorar as organizações populares como a CPT, o CIMI e a Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz. Nesse contexto, em 1981 o aniversário de Dom Fernando voltou a ser lembrado pela *Revista da Arquidiocese* com um texto do professor Geraldo Faria Campos, no qual fez uma defesa do Prelado diante da publicação pelo *Jornal Opção* (1981a, p. 3) de matéria divulgando um relatório apócrifo com o título “Relatório acusa a Igreja de ação subversiva em Goiás”, e o subtítulo “E o arcebispo Dom Fernando Gomes seria o chefe das “atividades leninistas-marxistas da Arquidiocese”. Em seu artigo, o professor Geraldo avaliou que desde que chegou a Goiânia o trabalho de Dom Fernando provocava reações hostis de determinados segmentos porque, para ele, o Arcebispo falava com coragem ao homem do século XX, fosse na favela ou no centro da cidade, “a favor do operário e do favelado”. Nesse sentido, mostrava plena confiança no Prelado, afirmando que tanto antes como naquele momento suas ovelhas confiavam na sabedoria do “pastor que tem respostas” (CAMPOS, 1981, p. 327).

Além de pastor, Campos se referiu ao Arcebispo como pai, amigo, companheiro; sobretudo se colocava como irmão do Prelado que, junto com outros irmãos, “amam-no, sofrem com ele, se põem em caminhada com ele” (idem, p. 328) e o ajudavam a responder às provocações recebidas. Embora afirmando que o Arcebispo não se abatia nesses momentos, lembrou os mais de vinte anos do Prelado dedicados ao povo goiano e salientou sua capacidade de diálogo. Mesmo falando também de esperança, mostrou acreditar que situações como essa poderiam voltar a acontecer: “a poesia dos homens continuará sendo escrita, embora – às vezes – a tinta se confunda com o sangue” (idem, *ibidem*).

A matéria do *Jornal Opção* (1981a, p. 3), publicada na semana do aniversário de Dom Fernando e assinada pelo correspondente em Brasília, jornalista Jorge Faria, informava que o referido relatório “estava circulando nos meios oficiais da capital federal, em forma de dossiê, sem origem determinada” e foram apresentados ao jornal por um parlamentar, que solicitou o

sigilo de seu nome. Segundo o jornal, o documento tinha cerca de cinquenta páginas sem numeração ou qualquer forma de identificação quanto à sua autoria.

O jornal apresentava reprodução *fac simile* de três páginas do relatório, em que se verifica a descrição da suposta estrutura organizacional da “Ação subversiva da Igreja em Goiás”, conforme título do documento, seu planejamento de trabalho e os meios de “formação de líderes” e “agitação e propaganda”. Em seguida, o jornal comentava o relatório, acentuando que o documento buscava relacionar as atividades da Igreja com o movimento comunista e classificava Dom Fernando como “chefe da subversão”.

A matéria revelava ainda que o alvo principal do dossiê eram as publicações elaboradas ou veiculadas pelo SPAR, por meio de sua livraria, com destaque para a *Revista da Arquidiocese* e textos de Dom Fernando. Acentuou também que “a propaganda ideológica realizada sob orientação do SPAR constitui séria ameaça à segurança nacional” (idem, *ibidem*), entre outros motivos, por ser bem elaborada e incitar a luta de classes. Segundo o jornal, a *Revista da Arquidiocese* é apresentada pelo relatório como “um libelo contra o sistema capitalista opressor, alegando abertamente a necessidade de luta armada para a derrubada do regime” (idem, *ibidem*), concluindo com um trecho em que afirmava o fato do relatório estar centrado na figura de Dom Fernando.

Dom Fernando, de qualquer forma, é o principal personagem do dossiê. Consta de suas páginas um extenso apanhado de frases retiradas de documentos assinados pelo arcebispo, classificadas como “**subversivas e destinadas a incitar a luta contra o regime**”. Afirma também que Dom Fernando “**emprega a técnica do anonimato e a fórmula “dizem” para ressaltar sua responsabilidade nas acusações que faz, dando aparente credibilidade às suas palavras sem fundamentação em documentos ou fatos comprobatórios**”. (idem, *ibidem*)

Quando o *Jornal Opção* publicou a matéria, Dom Fernando estava em viagem ao Nordeste e o Padre Jesus Flores, como Vigário Geral, divulgou nota sobre o assunto, afirmando que a matéria não merecia resposta por ser apócrifa e por apresentar erros grosseiros em relação à coleta de informações. Esclareceu ainda que não era a primeira vez que a Igreja do Brasil e de Goiás era alvo dos órgãos de segurança e que o trabalho pastoral da Arquidiocese seguia a linha de renovação da Igreja de “compromisso com o pobre e marginalizado” (FLORES, 1981, p. 310). Jesus Flores repudiou a matéria, lamentando o fato de um jornal que, segundo ele, “sempre teve livre trânsito” na Arquidiocese, divulgasse de forma “sensacionalista” um material com informações “tendenciosamente truncadas”.

Quando chegou de viagem, o Arcebispo não se pronunciou sobre o tema, provocando reação do *Jornal Opção* (1981b, p. 14), que denunciou a atitude do Prelado: “além de não receber os repórteres o arcebispo proibiu que seus auxiliares fizessem declarações sobre o assunto”. Na semana seguinte, o jornal voltou a publicar outra matéria, também assinada pelo correspondente Jorge Faria – “Novos trechos do relatório contra a igreja em Goiás” – que trazia cópia *fac símile* de nove páginas do referido relatório¹⁴² e o seguinte *lead*: “dossiê acusa a Arquidiocese de Goiânia de atividades subversivas e analisa, página por página, as publicações patrocinadas pela Igreja em Goiás, apontando na sua elaboração a aplicação das mais apuradas técnicas da propaganda leninista-marxista” (JORNAL OPÇÃO, 1981c, p. 12).

O texto comentava sobre a repercussão, em Brasília, da matéria anterior publicada pelo jornal, o que, segundo o periódico, justificava a divulgação de novos trechos do relatório. Comentava, ainda, sobre a nota da Arquidiocese que, segundo o jornal, considerou a atitude do periódico antiética e “uma grosseria contra a sagrada Igreja” (idem, ibidem), afirmando novamente que Dom Fernando, procurado pela reportagem, se recusou a dar qualquer declaração e que “em Brasília, o gesto arbitrário do arcebispo foi visto com reservas” (idem, ibidem).

Nessa mesma semana, o jornal *Diário da Manhã* publicou longa entrevista do jornalista Wilmar Alves com Dom Fernando, intitulada “Uma resposta aos detratores da Igreja”, em que o Arcebispo fala sobre o trabalho pastoral da Arquidiocese. As perguntas, assim como as respostas, tinham um tom didático, possibilitando a Dom Fernando explicar, por exemplo, que o SPAR tem o papel de coordenar a ação pastoral da Arquidiocese, proporcionando a troca de experiências entre as diversas comunidades a ela ligadas. Esclarecia também que a *Revista da Arquidiocese* é um “órgão oficioso” da Arquidiocese, porque, além dos atos oficiais, publicava reflexões e o movimento das paróquias e comunidades, afirmando que “nessa parte a Revista dá uma ampla liberdade a quem quiser

¹⁴² Nessas cópias pode-se identificar referências aos seguintes textos publicados pela *Revista da Arquidiocese*: SANTOS, Abdias José dos. Trabalho e justiça para todos, n. 2, fev. 1978, p. 101-121; CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Descansa em paz, Francisco, n. 2, fev. 1979, p.103-106; Fundo de garantia e estabilidade, n. 2, fev. 1979, p.121-133; COMISSÃO das Invasões do Bairro Capuava, Como se morre nas invasões, n. 2, fev. 1979, p. 119-120; SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. União Nacional dos Estudantes, n. 6, jun. 1979, p. 341-344; VANIN, José Martins. Dia do lavrador, n. 7, jul. 1979, p. 445-447; BOFF, Clodovis. Introdução à leitura das conclusões de Puebla, n. 7, jul. 1979, p. 413-433; TIERRA, Pedro. Sem derramamento de sangue não há libertação, n. 7, jul. 1979, p. 467-468; BETO, Frei. A semente e o fruto, n. 9, set. 1979, p. 563-580; VANIN, José Martins. A rica assembléia dos empobrecidos, n. 9, set. 1979, p. 596-601; HADDAD, Antônio. Entenda o documento dos Bispos: Subsídios para uma Política Social, n. 12, dez. 1979, p. 745-754.

escrever o que bem entender, mesmo que não seja uma coisa muito ortodoxa para nós” (SANTOS, 1981, p. 6).

A entrevista chamava atenção para a relação da matéria do *Jornal Opção* com as eleições do ano seguinte, destacando uma frase de Dom Fernando: “temo pelos que querem chegar ao governo, ao poder, utilizando-se das armas de querer desfigurar ou desmoralizar a Igreja, porque eles provavelmente vão cair numa decepção muito forte” (idem, ibidem). O Arcebispo avaliava que a opção preferencial da Igreja pelos pobres estava incomodando “interesses pessoais”, principalmente devido à atuação das CEBs que estavam na mira dos partidos políticos que segundo ele pretendiam manipulá-las e advertia:

[...] eu acho que, politicamente, eles incorreram num erro muito grave, que poderá ser fatal. Se continuarem a atacar a Igreja, nós continuaremos a nos silenciar. Mas há os meios – e eficacíssimos – para mostrar aos eleitores de 82, se houver eleição, quais são os verdadeiros amigos e os verdadeiros inimigos da Igreja Católica. (idem, p. 7)

O Arcebispo admitiu ter sido comunicado da existência de um dossiê sobre ele alguns anos antes, mas questionava como um jornal publicava um material “de origem desconhecida, sem uma identificação” (idem, ibidem). Perguntado se pretendia se defender das acusações, Dom Fernando respondeu que não valia a pena porque as acusações eram “ingênuas” e “vestidas de mentira, de hipocrisia” (idem, ibidem). Além disso, acreditava que haviam caído no ridículo, conforme telefonemas, telegramas e cartas de solidariedade que vinha recebendo. Perguntado se de fato proibiu representantes da Igreja de darem entrevistas, Dom Fernando respondeu: “tal afirmação é mais um atestado de ignorância e de grosseria. Primeiro, quem sou eu para proibir que quem quer que seja diga o que quiser? [...] E o SPAR também está de portas escancaradas: todo mundo entre e sai, inclusive o jornal que publicou tais matérias” (idem, ibidem).

Em seguida, o *Jornal Opção* publicou matéria intitulada “Dom Fernando e a liberdade de imprensa” – assinada por José Luiz Bittencourt Júnior, um dos donos do jornal – analisando que os documentos publicados pelo jornal “foram muito mal recebidos” pelo Arcebispo e pela Arquidiocese:

Espírito fechado e – atrevo-me a dizer – muito rancoroso, Dom Fernando reagiu com extrema dureza à publicação do material, atirando graves ofensas contra este jornal, inquinado pelo arcebispo de “grosseiro” e de “pouco inteligente” apenas porque deu divulgação ao dossiê. (JORNAL OPÇÃO, 1981d, p. 2)

Bittencourt considerou a atitude do Arcebispo como intolerância e desafiou: “seria mais compatível com o seu perfil de chefe da Igreja a aceitação de que a liberdade de imprensa pressupõe a veiculação livre e ampla de todos os fatos e de todas as suas consequências” (idem, *ibidem*). Segundo o jornalista, o periódico deu o tratamento jornalístico correto à matéria, tendo “o cuidado de levantar dúvidas sobre a sua autenticidade, a sua origem e a sua finalidade” (idem, *ibidem*), afirmando ainda que o jornal jamais acusou Dom Fernando de subversão. O jornalista mostrou-se indignado com o que chamou de ameaça de Dom Fernando, que teria dito possuir “meios eficacíssimos para acertar as contas com o jornal em 1982” (idem, *ibidem*). Além disso, ao dizer que o Arcebispo teria sugerido que o *Jornal Opção* havia se vendido por dinheiro e mudado de dono, afirmou: “os responsáveis por este jornal continuam sendo Herbert Morais e eu e mais ninguém” (idem, *ibidem*).

Bittencourt acusou Dom Fernando de estar mentindo quando declarou que “sua casa está e sempre esteve aberta a qualquer um, inclusive aos repórteres deste jornal” (idem, *ibidem*). Nesse sentido, informou que o repórter Luiz Amate, ao tentar falar com Dom Fernando logo após a publicação da primeira matéria sobre o relatório, “foi impedido e até ameaçado de não ter acesso, enquanto trabalhasse no *Jornal Opção*” (idem, *ibidem*).

Ao registrar o dossiê sobre o incidente com o *Jornal Opção*, a *Revista da Arquidiocese* reproduziu a nota do padre Jesus Flores (1981, p. 309-310), a entrevista de Dom Fernando ao *Diário da Manhã* (ALVES, 1981, p. 311-326) e apenas se referiu às matérias publicadas no *Jornal Opção*. A *Revista* (1981e, p. 309) informou ainda que o jornalista Jorge Faria, que assinava os textos do *Jornal Opção* sobre o relatório envolvendo Dom Fernando, procurou membros da Igreja em Brasília, alegando que “nada tinha a ver com as publicações”. Conforme a *Revista*, o jornalista denunciou ainda que o referido relatório apócrifo “havia sido preparado aqui mesmo, em Goiânia”.

Observa-se que tanto no embate de Dom Fernando com o *Jornal Opção*, quanto no anterior, com a *Folha de Goiaz*, a *Revista da Arquidiocese* não reproduziu os artigos dos respectivos jornais e, em relação a alguns, sequer os mencionou, como no caso da matéria que se referia a Dom Fernando e a liberdade de imprensa. Percebe-se nesse episódio um processo de seleção do que era considerado importante registrar na *Revista*. Por outro lado, a *Revista* destacava as matérias em defesa do Arcebispo, mostrando que o grupo de auxiliares de Dom Fernando se mantinha unido em torno do projeto pastoral do Arcebispo, acreditando na necessidade de sua continuação.

Na foto que acompanha a entrevista do Arcebispo, assinada por Eurípedes Júlio e reproduzida do jornal *Diário da Manhã*, Dom Fernando aparecia trajando *clergyman*, em meio corpo, com a mão direita para a frente em sinal de basta, demonstrando que o ocorrido parecia ultrapassar os limites de sua tolerância. Sinalizava ser inaceitável para o Arcebispo ser alvo de críticas públicas, primeiro por meio do dossiê e depois pela forma como o caso foi conduzido. Seu rosto sinaliza amargura e decepção e a escolha daquela foto com a mão espalmada para a frente – uma tomada fotográfica que captou o gestual próprio de quem está falando – revela a interpretação que a *Revista* quis transmitir e perenizar sobre essa “guerra de papel” (Figura 28).

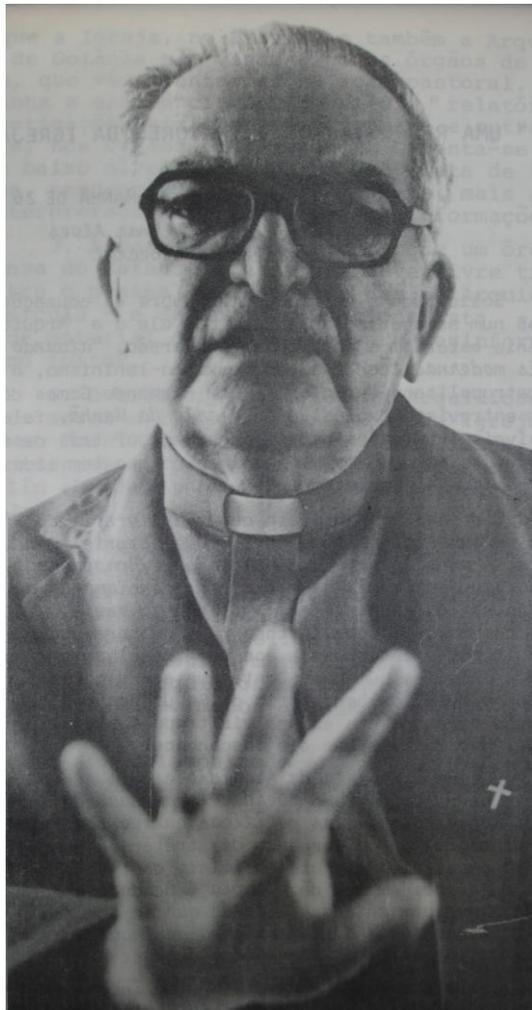


Figura 29: Dom Fernando em entrevista ao *Diário da Manhã*.

O ano de 1985, em que Dom Fernando completou 75 anos, começou com notícias sobre a sucessão do Arcebispo na imprensa e a visita do Núncio Apostólico do Brasil, Dom Carlo Furno, a Dom Fernando provocou especulação sobre a sucessão na Arquidiocese. Em

entrevista a *O Popular*, o Núncio (O POPULAR, 1985b) confirmou ter discutido a questão com o Arcebispo, mas informou que “o processo de substituição não é automático”. A *Revista da Arquidiocese* (1985a, p. 2), visando evitar “interpretações em desacordo com a Lei da Igreja”, informou que o Cânon 401, parágrafo 1º, do Código de Direito Canônico informa o seguinte: “O Bispo Diocesano, que tiver completado setenta e cinco anos de idade, é solicitado a apresentar a renúncia do ofício ao Sumo Pontífice, que, ponderando todas as circunstâncias, tomará providências” (idem, ibidem).

Durante as comemorações pelo aniversário do Prelado, dia 4 de abril, o tema da sucessão voltou ao centro das manifestações, documentadas pela *Revista da Arquidiocese*, que publicou também um texto escrito por Dom Fernando e divulgado pela *Revista Eclesiástica Brasileira* no mês anterior. O artigo – *A vida aos 75 anos* – é um importante documento em que o Arcebispo faz um balanço de sua vida religiosa (SANTOS, 1985a, p. 208-221) e a foto da capa estampa Dom Fernando apontando para um banner em que se lê uma frase da encíclica *Gaudium et Spes*: “é maldito tudo que viola a integridade da pessoa humana” (Figura 29). A frase refere-se às diversas violações dos direitos humanos contra as quais o Arcebispo se batia e, mais particularmente nos últimos tempos, acentuava-se sua preocupação com os conflitos no campo, que deixavam muitos desabrigados em Goiás, além dos conflitos pela posse de terrenos urbanos em Goiânia:

Buscando caminhos alternativos para a causa dos pobres, dos desempregados, dos sem terra, dos sem casa, dos injustiçados, dos que viviam sem as condições dignas dos filhos de Deus, em nome da Igreja, dos direitos humanos, da vida, ele indicou, o que ficou estampado num emblemático banner: “é maldito tudo o que viola a integridade da pessoa humana”. (AGUIAR, 2010, p. 10)

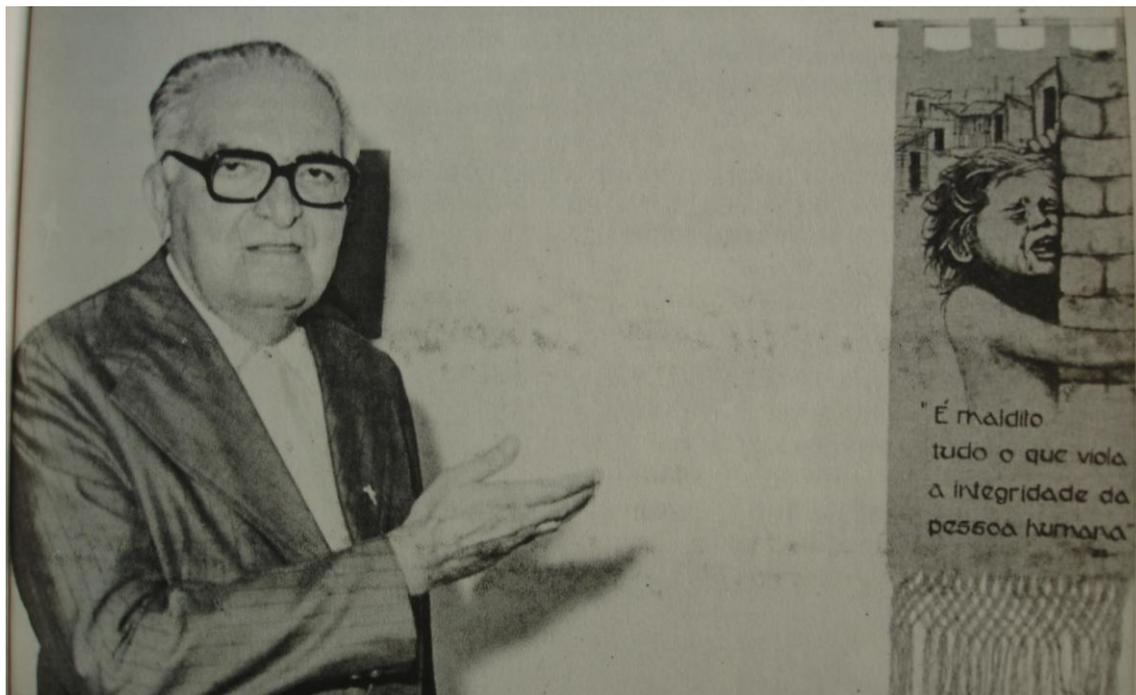


Figura 30: Foto de Dom Fernando na capa da *Revista da Arquidiocese*.

Como o pintor no quadro *As Meninas*, de Velasquez, estudado por Foucault (1999, p. 6) olhamos uma foto de onde Dom Fernando, por sua vez, nos contempla: “somos vistos ou vemos?”. Dessa vez Dom Fernando olha para seus observadores, um olhar desolado, mas ao mesmo tempo de ternura, como quem ensina uma lição de que viver é lutar e não se deixar vencer pelos revezes impostos a todo o momento.

O aniversário do Arcebispo coincidiu com a quinta-feira santa e foi comemorado durante a Missa dos Santos Óleos, na Catedral, concelebrada por mais de 70 padres, “praticamente todos os sacerdotes da Arquidiocese” (REVISTA DA ARQUIDIOCES, 1985b, p. 203). Além de recordar a instituição da eucaristia e a missão sacerdotal, durante a homilia Dom Fernando falou sobre as famílias de posseiros e trabalhadores rurais acampados em frente ao Palácio das Esmeraldas¹⁴³.

Antes do encerramento da missa, o Monsenhor José Pereira de Maria, Vigário Geral, entregou a Dom Fernando um documento elaborado e assinado pelos sacerdotes da

¹⁴³ À saída da Catedral, um comunicado entregue aos presentes esclarecia a situação. Parte dessas famílias saiu da Fazenda São João, em Montes Claros de Goiás, no final de 1984, com a promessa de recebimento de novas terras por meio do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO). Outra parte das famílias vinha do Amazonas, divisa com a Venezuela e a Colômbia, levadas para aquela região, também pelo IDAGO, em convênio com o Instituto de Terras do Amazonas. No entanto, “nenhuma promessa foi cumprida [...] Agora, cansadas de promessas, acamparam em frente ao Palácio do Governo para exigir indenização dos prejuízos, lugar de moradia e trabalho” (SASSATELLI, Frei Marcos (Vigário Geral). Cristo convida a lutar pela vida. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1985, p.222).

Arquidiocese, pedindo ao Arcebispo que permanecesse à frente da Arquidiocese até a resposta da nunciatura apostólica ao pedido de um Arcebispo coadjutor para Goiânia. O documento de apoio a Dom Fernando, com 75 assinaturas do presbitério da Arquidiocese, reiterava o apoio à linha pastoral da Arquidiocese e o compromisso de fidelidade à Igreja e ao Arcebispo:

No último encontro do Clero, realizado após a Reunião Pastoral (14/3/1985), analisando, de modo global, o momento pastoral da Arquidiocese, o Presbitério, representado pelo expressivo número de quarenta Padres e quatro Diáconos engajados, decidiu, diante do silêncio da Nunciatura quanto ao atendimento do pedido de V. Exa. em relação ao Arcebispo Coadjutor, em votação secreta e com aprovação unânime, solicitar que V. Exa. permaneça no pastoreio desta Igreja particular, até que a Santa Sé se pronuncie. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1985c, p. 205)

Ao receber a carta, Dom Fernando afirmou que esse gesto era significativo para ele, “sobretudo, de conforto espiritual, como quem diz: “fique tranquilo, nós o sustentamos com a nossa ajuda”” (SANTOS, 1985d, p. 206), informando que o Concílio Vaticano II definiu que ao completar 75 anos de vida o Bispo deveria entregar a diocese ao Papa. No entanto, afirmou: “chegou o dia; mas isso não significa que eu, automaticamente, tenha que sair da Arquidiocese, como alguns já têm perguntado. Significa apenas que eu me entrego nas mãos da providência” (idem, *ibidem*). Informou, ainda, que pediu um Arcebispo coadjutor, com direito à sucessão, que viesse com antecedência para conhecer e dar continuidade ao trabalho da Arquidiocese, acrescentando que o nuncio “fez muitas promessas” mas não havia dado uma resposta¹⁴⁴ e continuou: “vamos pedir a Deus, Nosso Senhor, neste dia de quinta-feira santa, que a própria Igreja se encarregue de dar a resposta que o Nuncio ainda não deu” (idem, p. 206-207). Após a missa, os fiéis cantaram os parabéns e cumprimentaram o Arcebispo e, em seguida, Dom Fernando, os sacerdotes, os diáconos e os seminaristas se dirigiram para ao Seminário Santa Cruz para um almoço de confraternização, conforme “costume de muitos anos, nas quintas-feiras santas” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1985b, p. 204).

A defesa da imagem de Dom Fernando nas páginas da *Revista da Arquidiocese* revela o alcance da adesão conquistada pelo Prelado em Goiânia, tornando-se o ápice da construção de uma representação que veiculava e buscava consolidar a imagem de Dom Fernando como o “Arcebispo da Providência”. Percebido como o homem certo para atuar em Goiás naquele período complexo, o Arcebispo foi simbolicamente posicionado em um pedestal, como

¹⁴⁴ Essa foi a segunda vez que Dom Fernando formalizou o pedido de um Bispo coadjutor, com direito à sucessão.

modelo de cristão, por sua fidelidade incontestada a Deus e à Igreja. Conforme Girardet (1987), as ações de um homem em “tempos de ruptura”, apresentando um sentido coerente para o que chama de “destino coletivo”, podem levar à sua heroificação. Dom Fernando, representado como “homem de luta e sacrifício” pelas causas da Igreja, teve suas ações exaltadas não apenas no campo religioso como também no campo da defesa das causas do povo goiano, levando a se dizer que ele merecia a imortalidade. O próprio Prelado admitia que lutar faz parte da vida, reforçando a perspectiva de um homem sábio e corajoso. Tamaña tornou-se a projeção da figura do Arcebispo que o jornal *Cinco de Março* registrou em suas páginas que a data natalícia do Prelado merecia ser inscrita nos anais da vida do povo goiano.

As datas comemorativas da vida de Dom Fernando possibilitaram a manifestação daqueles que defendiam o mesmo modelo de Igreja do Arcebispo, desejando que seu carisma conquistasse cada vez mais espaço dentro da Igreja e também na sociedade. A representação do Arcebispo como modelo de pastor capaz de conduzir sua Igreja, visava atrair e manter os católicos coesos em torno dele e também inibir a organização e o fortalecimento de grupos dentro da Arquidiocese, contrários ao modelo de Igreja vigente.

Uma doença fatal deixou um forte sentimento de perda e nostalgia por um tempo em que o Prelado capitaneava várias ações em distintos campos e, por isso, o cultivo da sua memória continuou seu percurso, tendo em vista respaldar a continuidade do projeto iniciado por ele na Arquidiocese.

CAPÍTULO 3

“TEMPO DA LEMBRANÇA” E DO ESQUECIMENTO

Com a morte de Dom Fernando, a construção da memória do Prelado continuou seu percurso na *Revista da Arquidiocese* e demais veículos de comunicação da Igreja em Goiás. O grupo que antes auxiliava Dom Fernando agora se apropriava de sua memória tendo em vista legitimar a continuidade do projeto pastoral iniciado pelo Arcebispo, evitando que outro modelo de Igreja fosse implantado na Arquidiocese. A gestão dessa memória perpassou os ritos funerários do Arcebispo, continuando durante todo o período de gestão de seu sucessor, particularmente no aniversário da morte de Dom Fernando¹⁴⁵. No entanto, tomou um rumo diferente depois que seu sucessor imediato se afastou da administração arquidiocesana, juntamente com seus ex-auxiliares, fazendo com que as celebrações do centenário de nascimento de Dom Fernando dessem margem a uma disputa de memória.

3.1 MORTE E MEMÓRIA: RITO FUNERÁRIO

Para investigar o trabalho de edificação da memória de Dom Fernando durante seus ritos funerários, serão enfocadas as representações sobre ele elaboradas e expressas nos depoimentos, homilias e matérias veiculadas durante a cobertura dos funerais pelos meios de comunicação. Será examinada, ainda, a forma como essas publicações mostraram a percepção do próprio Arcebispo sobre a morte, além de observar como os rituais de suas exéquias se inseriram nesse processo. A principal fonte de pesquisa é um número especial da *Revista da Arquidiocese*, referente aos meses de junho e julho de 1985, que reuniu vasto material de cobertura do funeral, além de inserir em sua edição distintos documentos que indicam uma construção de sentido para essa etapa pós-morte.

¹⁴⁵ Vale assinalar uma postura que denota a permanência da preocupação do grupo de ex-colaboradores de Dom Fernando em relação à gestão dessa memória: representantes desse mesmo grupo que traçava estratégias para manter viva a memória do arcebispo também não disponibilizaram os documentos pessoais do Arcebispo para pesquisa, mesmo passado mais de 25 anos de sua morte.

A Revista buscou construir um sentido para a perplexidade que se abateu sobre os fiéis com a morte do Arcebispo, apresentando o passo a passo da cirurgia até a morte, as cerimônias e o desabafo de quem o conheceu de perto. Essa narrativa possibilitaria que os membros da Arquidiocese compreendessem o acontecimento, aceitando a morte do Prelado. Ao longo da edição foram exibidas fotos do Arcebispo em vários momentos selecionados por seus auxiliares como dignos de serem lembrados. Para estampar a capa da Revista foi escolhida uma foto que mostra um Dom Fernando ativo, forte, pleno de sua autoridade (Figura 31).



Figura 31: Capa da *Revista da Arquidiocese* sobre a morte de Dom Fernando.

Essa foto foi tirada em 1975 e, após a morte do Prelado, tornou-se símbolo da continuidade de seu projeto no comando da Arquidiocese. Pela atuação destacada do Arcebispo, líderes religiosos e leigos que haviam trabalhado como seus colaboradores na Arquidiocese desejavam manter a ideia de que o Prelado permaneceria presente na vida da comunidade, mesmo de maneira diferente. O grupo, que antes encontrava seu ponto de unidade em torno da figura de Dom Fernando, precisava cultuar sua memória como forma de se manter unido, defendendo o modelo de Igreja que marcou a vida da Arquidiocese nos últimos anos.

A memória era o elemento mediador, que possibilitaria a esses colaboradores se reconhecerem como grupo, dando-lhe coesão e identidade, e os relatos ultrapassam a significação pessoal, se constituindo como memória do grupo que nele se reconhece. A figura de Dom Fernando conferia identidade interna e externa à Arquidiocese de Goiânia e lhe permitia o reconhecimento a partir da rememoração de sua trajetória de liderança engajada em prol não apenas de causas religiosas, mas particularmente no âmbito social. A relação de Dom Fernando com o grupo que se formou em torno da sua liderança constituiu um sólido vínculo identitário que se projeta até os dias de hoje. Quando o grupo se reúne, as memórias de seus membros se complementam e se fortalecem, mostrando que continuam a se identificar como grupo e a considerar o passado do ponto de vista comum:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 2004, p. 38-39)

Nessa perspectiva, o grupo deseja que essa memória se perpetue e a transmite aos novos membros, por meio de uma narrativa que tem a força do testemunho. As narrativas valorizam a trajetória de conquistas de Dom Fernando à frente da Arquidiocese, desde sua fundação – enfrentando diversos desafios – até sua consolidação – reconhecida por líderes locais e nacionais. Assim, essa memória é perpetuada, recuperando as efemérides que interessam ressaltar. Com a morte do Prelado, sua memória passou a ser evocada, especialmente para legitimar a continuidade de seu projeto.

Por meio dos depoimentos concedidos durante os funerais de Dom Fernando, torna-se perceptível que os colaboradores do Arcebispo preocupavam-se com a interrupção do trabalho iniciado por ele, tornando-se recorrente o pedido para que fosse indicado um novo Arcebispo que conhecesse a trajetória anterior da Arquidiocese e desse continuidade à sua forma de atuação: “Em nossas orações, pedimos a Deus que inspire, com a Sabedoria que vem do alto, dar a quem de direito a esta Igreja, o pastor que realmente continue a caminhada com o povo na Igreja de Jesus Cristo” (BOUSI, 1985, p. 486). Dom Fernando, que aglutinou em torno de si distintos segmentos religiosos e leigos, tendo em vista dar andamento ao seu projeto de tornar a Igreja mais presente na sociedade, segundo seus auxiliares, com sua “presença espiritual”, iria “convocar a Igreja, as forças vivas desta comunidade de Goiânia para

continuar a sua obra” (LICATTI, 1985, p. 380), completando o processo de sacralização de sua figura:

[...] Dom Fernando é e será, daqui para a frente, intercessor, junto ao Pai, para que a nossa Igreja de Goiânia possa continuar a sua caminhada, pedindo a Deus que ilumine a todos nós para que possamos continuar sem medo e com coragem. Pedindo a Deus para que ilumine os maiores responsáveis pela Igreja para que o próximo pastor da Igreja de Goiânia seja, **de verdade**, o continuador da grande obra do nosso caríssimo Dom Fernando. (SASSATELI, 1985, p. 427)

O Prelado morreu no dia 1º de junho de 1985, devido a um câncer, depois de se submeter a três cirurgias no período de pouco mais de um ano¹⁴⁶. A palavra “câncer” não é citada nos relatos sobre sua doença, preferindo-se a expressão “tumor”, o que denota a percepção dessa doença como portadora de forte carga de negatividade, sendo identificada, em muitos casos, como a própria morte que, segundo Ariès (2003, p. 35-36), “amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome”.

Para Sontag (2002), o fato de se ter uma concepção do câncer como uma doença intratável e um mal não compreendido gerou inúmeras especulações sobre essa doença. Muitas dessas interpretações estavam presentes nas avaliações sobre a morte de Dom Fernando, que foi associada à sua renúncia ao mundo e à sua total entrega ao trabalho da Igreja: “Dom Fernando foi padre que amou a Igreja; pela Igreja deu sua vida, sua saúde, deu a sua alegria, deu a sua inteligência, deu tudo, tudo o que Deus lhe tinha dado” (VIEIRA, 1985, p. 434).

Uma percepção psicologizante do câncer leva as pessoas a associá-lo ao sofrimento e à resignação, apontados como componente do comportamento de Dom Fernando nos seus últimos anos de vida. Durante seu trabalho à frente da Arquidiocese de Goiânia, o Prelado demonstrou vigor para lutar pelas causas da Igreja; entretanto, após alcançar inúmeras vitórias com a consolidação de várias iniciativas no campo religioso e social, a partir do final da década de 1960 viu-se frustrado no seu intento de construção de uma sociedade mais justa, por meio de projetos iniciados em parcerias entre a Arquidiocese de Goiânia e o Governo Federal¹⁴⁷. Para muitos, iniciava-se ali a morte simbólica do Arcebispo: “a partir do golpe de 64, começou a morrer aos poucos, porque não encontrou mais aquele campo que era propício para o seu trabalho e para a sua pregação” (FLORES, 1985, p. 416). A percepção dos

¹⁴⁶ Em abril de 1984 foi operado da próstata, em São Paulo, em janeiro de 1985 fez nova cirurgia, desta vez na uretra, em Campinas (SP), e em maio de 1985, submeteu-se, em Goiânia, à última cirurgia, no intestino grosso.

¹⁴⁷ Entre eles, o projeto de reforma agrária em terras da Arquidiocese de Goiânia e o Movimento de Educação de Base (MEB).

depoentes era de que o sentimento de frustração causado por esses acontecimentos teria gerado, no Arcebispo, o desejo de renunciar ao cargo. Cansado dos enfrentamentos com o governo militar, enviou pela segunda vez uma carta a Roma, na qual voltava a formalizar o pedido de renúncia e solicitava a indicação de um Bispo coadjutor, com direito à sucessão, que pudesse dar continuidade ao trabalho ao qual havia dedicado seus últimos anos, mas essa carta nunca foi respondida.

Dom Fernando prosseguiu seu trabalho, mas o silêncio de Roma não foi bem recebido por quem acompanhava o trabalho do Arcebispo: “lamento muito que Dom Fernando não conseguiu realizar o seu sonho de ter um coadjutor para sucedê-lo. Lamento muito a maneira como foi tratado durante esses últimos 5 anos, quando ele procurava um bispo que pudesse ser um pastor conforme o modelo que ele nos deu” (SCHMIDT, 1985, p. 481). As desavenças com o governo militar e sua resignação aos desígnios da hierarquia eclesial foram consideradas as principais causas de sua morte, por vários membros da Arquidiocese próximos ao Arcebispo:

[...] esta morte de Dom Fernando não foi morte tranqüila de quem vai se apagando aos poucos pela idade ou pela doença. É morte consequência do seu posicionamento profético. Morreu lutando, vigorosamente, como viveu. É consequência da reação que alcançou desde sua chegada a Goiânia, no lançamento de seu trabalho pastoral e que o atingiu de cheio mormente durante o período mais repressivo dos governos militares. Eu diria mais, é morte em consequência do muito que sofreu, com superior dignidade e com inabalável fidelidade no seio da própria Mãe Igreja, da parte de irmãos e da parte também do governo eclesiástico. (BALDUÍNO, 1985, p. 378)

A fidelidade de Dom Fernando à Igreja foi destacada por vários depoentes, que chegaram a afirmar ter sido essa sua maior preocupação e o que o Arcebispo acreditava ser a mais significativa exigência para um sacerdote. O próprio Prelado confirmava seu compromisso no testamento que escreveu: “não obstante as minhas deficiências, fraquezas e falhas, sempre me consagrei com tudo o que sou e com tudo o de que dispus, à Santa Igreja e ao sagrado ministério” (SANTOS, 1985e, p. 356). Para alguns depoentes, a fidelidade do Arcebispo, levada às últimas consequências, o teria transformado em mártir, entendido como “sinal do amor maior, é uma testemunha que se colocou no seguimento de Cristo, até a doação da vida, para atestar a verdade do evangelho. Reconhecido como tal pela voz do povo de Deus, é confirmado pela igreja como testemunha fiel de Cristo” (FISICHELLA, 1994, p. 576):

Dom Fernando foi um homem fiel à Igreja de Deus. Ele sempre pregou a verdade dentro da Igreja. Sempre foi obediente à Igreja. E, por causa disto, ele sofreu muito. Por causa disto, ele perdeu muitos dias de sua vida. Porque ele quis cumprir, com fidelidade, aquela opção que ele havia assumido na sua vida. [...] Meus irmãos, vamos aprender tudo isso com Dom Fernando. A fidelidade à palavra de Deus, a verdade. A verdade que liberta. Fidelidade que leva ao martírio. Fidelidade que leva ao martírio lento, oculto, secreto, doloroso, mas que faz trazer para nós a vida perfeita, que nasce na nossa vida, esperança do Reino, esperança da justiça, da fraternidade, a esperança do amor entre os homens. (LOBOa, 1985, p. 382-383)

Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da CNBB à época, proferiu a principal homilia durante a missa de 7º dia do Arcebispo, momento em que narrou um diálogo que teve com Dom Fernando e que parece legitimá-lo como mártir:

Nesta Catedral, me dizia um dia, segurando pelo braço: “Dom Luciano, esta Catedral é uma Catedral de mártires!” Ele se lembrava de como entrou aqui o corpo do Padre João Bosco Penido Burnier, depois de lhe ter sido brutalmente arrancada a vida. Ele dizia: “Esta Catedral acolheu o corpo de um mártir!”. [...] Quantos aqui, meus irmãos, não ficarão pensando que a palavra de Dom Fernando foi também uma profecia sobre sua própria vida. Dom Oscar Romero foi fulminado e o seu sangue marcou com o testemunho da vida toda a sua consagração ao povo. Dom Fernando não foi vitimado por uma bala que lhe tivesse roubado a existência; mas podemos dizer que foi realmente se apagando, naquela ânsia de sempre dar-se mais, e foi se enfraquecendo por falta de condições de agüentar a força do seu amor. Neste momento, meus irmãos, nesta Catedral, nós vemos realizada esta profecia! “Catedral de Mártires” – quer dizer, Catedral de homens que são testemunhas, pela sua vida, do seu amor incondicional a Jesus Cristo. (ALMEIDA, D. L. M., 1985, p. 458-459)

Esses depoimentos ressaltam algumas das principais características do martírio, sendo sua marca central a ideia de “testemunho”. Segundo Fisichella (1994), o mártir deixou de ser visto como simples “testemunha” de um fato para se transformar em “testemunho”, doando a própria vida pela verdade do evangelho. Essa característica confirma também o seguimento do exemplo de Cristo, que se entregou à morte pela salvação dos homens. Segundo padre Luiz Lobo (1985b, p. 427), Dom Fernando, com seu testemunho, tornou-se exemplo de padre: “O padre, a exemplo de Dom Fernando – que o testemunhou em toda a sua vida – deve ser aquele que entrega a sua vida aos que sofrem neste mundo”. Por fim, o conceito de martírio ressalta o amor que, por sua gratuidade, comprovaria a decisão pessoal do mártir e, para Dom Benedito Ulhoa, Dom Fernando se destacou por sua capacidade de amar: “este homem que parte para a eternidade deixou a imagem do homem bondoso que acolhia porque era o pastor indormido, o pastor vigilante, o pastor que amava o seu povo, o pastor que gostava de sua gente” (VIEIRA, 1985, p. 434).

Além de mártir, Dom Fernando foi lembrado nos depoimentos como pai, pois o sentimento da comunidade era de que a Arquidiocese formava uma família, conforme pontuado na missa de sétimo dia do Prelado: “[...] estamos reunidos em família – família cristã, família de Deus – na Igreja Catedral, igreja-mãe de todas as outras igrejas da Arquidiocese [...]” (MARIA, 1985a, p. 449). Nessa perspectiva, Dom Fernando representava o pai espiritual, aquele que ensina, apoia e aconselha seus filhos, sentimento compartilhado por todos os grupos religiosos. Uma agente pastoral, ao falar sobre o apoio de Dom Fernando à luta da população por moradia, desabafou que “este coração de pai se revelou, sobretudo, nas horas de angústia, desespero e sofrimento do povo” (MELINI, 1985, p. 478).

O mesmo sentimento foi revelado pelo presbitério: “Eu sempre pensava comigo, Dom Fernando para nós não é bispo. Ele é pai. O pai que corrige, o pai que chama a atenção, o pai que falava bravo, mas que a gente enxergava em seu olhar o amor, o carinho, a presença amiga, a presença do Pai” (LOBO, 1985a, p. 383). Dom Celso, Bispo de Porto Nacional, dirigindo-se a Dom Fernando como “patriarca do regional da CNBB”, disse que as palavras do Arcebispo não eram tomadas como a palavra de um chefe, mas “a palavra do pai que sabia escutar, entender, aconselhar e empurrar” (ALMEIDA, D. C. P., 1985, p. 431). Muitos bispos do Brasil, sobretudo os que testemunharam o trabalho de Dom Fernando na CNBB, manifestavam pelo Arcebispo não apenas o sentimento de irmão do episcopado, mas o respeito do pai. Para Dom Benedito Ulhôa Vieira (1985, p. 434), Vice-presidente da CNBB, “Dom Fernando foi um homem de bondade, foi pai e irmão, foi protetor e amigo”.

Durante a missa dos funerais, Monsenhor Janusz (1985, p. 436), Conselheiro da Nunciatura Apostólica, mostrou-se admirado com os depoimentos, destacando que todos falaram de Dom Fernando como pai, e como tal, segundo ele, o Arcebispo deixava um testemunho: “Dom Fernando foi um pai que amava seus filhos, foi um pai também muito firme e, às vezes, severo. Com essa atitude de amor e de firmeza, demonstrou como devem ser seus filhos: testemunhar Jesus Cristo e dar testemunho da verdade”. A idéia de que Arquidiocese formava uma família cujo pai continuava sendo Dom Fernando contribuía com a perspectiva de unidade em torno da memória do Prelado, vislumbrada pelo grupo formado por seus ex-auxiliares.

A *Revista da Arquidiocese* publicou, nesse número especial sobre a morte de Dom Fernando, um poema escrito pelo Arcebispo em 1972, inédito até então, denominando-o “poema-profecia”, sugerindo que ele se preparava para um novo momento em sua vida. Transcrevemos dois versos do “Poema da Morte”:

- Descrever não se pode.
 Não há frio, nem calor.
 Nada se sente,
 é diferente!
 A gente não ouve,
 não sofre, não geme,
 não tem fome, nem sede,
 não come, não bebe.
 Sem tato, sem dor,
 sem cheiro, sem gosto,
 sem grito, sem choro,
 sem nada que impeça
 a liberdade na glória
 dos filhos de Deus.
 [...]
 - No infinito não há
 aventura ou calúnia,
 conivência, omissão,
 injustiça, opressão.
 Morrer é tão bom!
 - Tudo isso foi sonho?
 Será profecia?
 Ficou na lembrança...
 - Um sonho, talvez,
 que me trouxe alegria,
 me alimenta a esperança!

O poema alimenta a perspectiva do martírio ao evocar que o Prelado, mesmo diante do “infinito” e da impossibilidade de descrever o apagamento dos sentidos, afirmava que morrer é bom porque no infinito não há injustiça e indagava se era sonho ou profecia, alimentando a esperança de que um dia se realizasse. Ilustrando o poema foi publicada uma foto do velório, que parecia expressar a comoção e o desejo de que representasse os diversos segmentos que se reuniam em torno do Arcebispo.

No primeiro plano, a foto mostra Dom Fernando no caixão, trajando suas vestes cerimoniais e, ao lado do caixão, três mulheres velam seu corpo. A primeira é uma senhora que se veste com roupa sóbria, bem talhada, de cor escura, e ao lado dela uma jovem com roupas típicas da idade, ambas apenas contemplando o Arcebispo. Entre as duas irrompe uma senhora, aparentando idade mais avançada, trajada de maneira mais simples e, comovida, estende a mão para tocar o corpo do Arcebispo, como a pedir sua benção. Essa foto parece representar a abertura de Dom Fernando a uma Igreja de base, após o Vaticano II, conforme seus auxiliares gostariam que ele fosse lembrado (Figura 32).



Figura 32: O corpo de Dom Fernando velado pela comunidade.

Publicou-se, no mesmo número da Revista, outro documento elaborado por Dom Fernando que parece confirmar o fato de que ele se preparava para enfrentar a morte: seu testamento, escrito em 1977, no qual também afirmava que sua vida foi de renúncia às coisas do mundo e que agora a oferecia em sacrifício pela continuidade da Igreja: “Dediquei a minha vida, de modo especial, a serviço da missão que me foi confiada, como servo de Javé, meu senhor e meu Deus. Peço agora a Ele que a receba como Ofertório e Holocausto pela vitalidade e renovação de Sua Igreja [...]” (SANTOS, 1985e, p. 355). Esse processo natural para pessoas precavidadas é revestido de quase sacralidade quando feito pelo Arcebispo. O testamento de Dom Fernando, embora se referindo também à sua vida terrena, foi recebido como um “legado espiritual”¹⁴⁸ e, nesse documento, o Prelado traça sua trajetória desde o nascimento até o episcopado, destacando e agradecendo as pessoas que o apoiaram; perdoa e pede perdão a todos, afirmando não possuir nenhum bem terreno, autorizando a distribuição de seus objetos pessoais à Arquidiocese, aos familiares, aos amigos e aos mendigos. Além de lembrar as pessoas amigas a quem suplicava orações, Dom Fernando reafirma sua fidelidade à

¹⁴⁸ Ressalta-se que até o início do século XVIII os testamentos civis tinham um cunho religioso, o que mudou posteriormente, tornando-se um documento totalmente civil: “Do século XIII ao século XVIII, o testamento foi o meio para cada indivíduo exprimir, freqüentemente de modo muito pessoal, seus pensamentos profundos, sua fé religiosa, seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, bem como as decisões que havia tomado para assegurar a salvação de sua alma e o repouso de seu corpo. O testamento era então, mais que um simples ato de direito privado para a transmissão de uma herança, um meio para cada um afirmar seus pensamentos profundos e suas convicções” (ARIÈS, 2003, p. 69).

Igreja, instituição à qual se consagrou, pede perdão a Deus pelos seus pecados e assistência para perseverar até o fim.

A memória de Dom Fernando extrapola o campo religioso ao focar o “martírio” no fim de seus dias, e essa convicção reforça o reconhecimento de seus coetâneos, que retroalimenta essa gestão da sua memória. A culminação de uma vida que se consumiu à vista dos fiéis, em uma dedicação considerada exemplar, oferece à posteridade também um personagem mitificado. As estratégias discursivas evidenciam como Dom Fernando também construiu uma imagem de si, para seu grupo e para a posteridade, por meio de diversos documentos, textos, homilias, discursos em cerimônias públicas, reproduzidos, particularmente, nas páginas da *Revista da Arquidiocese*, indicando as ações e eventos pelos quais deveria ser lembrado.

A publicação desses dois textos de Dom Fernando no número especial da *Revista da Arquidiocese*, dedicado à morte do Arcebispo, desvela o desejo de seus auxiliares em constituir uma narrativa na qual o Arcebispo parecia indicar sua morte: primeiro a teria pressentido, o que manifestaria por meio do poema, depois a teria preparado com algumas iniciativas, entre elas a elaboração do seu testamento. Destarte, o próprio Dom Fernando estaria confirmando a ideia de que sua dedicação à Igreja teria sido a causa de seu martírio.

As atitudes diante da morte têm sido objeto de pesquisa por parte dos estudiosos atentos à importância desse acontecimento no cotidiano das sociedades. No ocidente, as concepções sobre esse tema percorreram um longo caminho de transformações com posturas desde a resignação diante da morte, marcante na Idade Média, transitando até sua recusa pela sociedade moderna. As reflexões sobre a morte cristã são foco desses estudos. No item seis de seu testamento, Dom Fernando, dentro dos preceitos cristãos, demonstrava aceitar a morte com serenidade: “Espero merecer a graça infável de aceitar de bom grado a morte, animado pela divina Esperança de ir à Casa do Pai que está no Céu, a qualquer momento, no lugar e nas circunstâncias que só Deus conhece” (SANTOS, 1985e, p. 356). Essa atitude do Arcebispo lembra o que Ariès (2003) chamou de *morte domada*, ou seja, a morte vista como algo familiar e próximo, reconhecida e aceita de modo simples. Essa forma de encarar a morte vigorou na sociedade até aproximadamente o século XII, sofrendo modificações até chegar à morte típica das sociedades industriais, a qual o autor denomina como *morte interdita*¹⁴⁹, ou seja, a fuga ou recusa da morte por esta ser encarada como algo que envergonha e amedronta.

¹⁴⁹ Ariès (2003) identifica outras duas atitudes diante da morte: *morte de si mesmo*, a partir do século XII, e *morte do outro*, a partir do século XVIII.

Exemplo desse tipo de atitude diante da morte foram as palavras do médico de Dom Fernando: “Lamento o fato de que a imponderabilidade da minha profissão continue a pregar-nos peças e armadilhas. Senti um misto de frustração, decepção e muita tristeza!” (MOREIRA, 1985, p. 374). Para Rodrigues (2006), em uma sociedade que procura fugir da dor e da morte os hospitais são instituições preparadas para fazer desaparecer esses acontecimentos e esses sentimentos e o médico não é preparado para suportar a morte; seu papel é evitá-la e, quando isso não é possível, vem o sentimento de fracasso. Contudo, esses lamentos foram raros em relação à morte de Dom Fernando, imperando a ideia cristã de que não se celebrava a morte, mas a ressurreição do Arcebispo, que de alguma forma continua vivo para os depoentes:

Não estou aqui para dar testemunho de alguém que morreu, mas de alguém que está presente pela sua força, alguém que está presente pelo seu vigor, alguém que está presente como um dos grandes padres da Igreja no Brasil, como um dos grandes testemunhos da Igreja no Brasil. (FLORES, 1985, p. 416)

Para muitos, Dom Fernando estaria mais presente depois da sua morte e, dessa forma, poderia conquistar para sua Igreja o que sempre tentou em vida e não conseguiu, e isso seria possível porque a presença do Arcebispo teria se transformado de física em espiritual; sua morte teria sido um rito de passagem do profano ao sagrado:

Se hoje, até o meio-dia e pouco, Dom Fernando só podia estar naquele leito de hospital – porque estava limitado, condicionado a seu corpo pesado, um corpo doente, um corpo machucado, o espírito ferido, uma alma cativa – agora, só temos um Dom Fernando: livre, liberto, um Dom Fernando presente, um Dom Fernando purificado, que passou pela porta da morte e já entrou na ressurreição. (LICATTI, 1985, p. 380)

Essas palavras encontram respaldo no ritual de exéquias da Igreja Católica, que enfatiza: “para os que crêem, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito o nosso corpo mortal, nos é dado nos céus um corpo imperecível” (NOSSA PÁSCOA, 2003, p. 10). O ritual das exéquias ensina também que essa lógica cristã sobre a ressurreição dos mortos foi explicitada por São Paulo na *Carta aos Coríntios* (1Cor. 15, 42-44), segundo a qual o cristão que sempre acreditou e confiou na bondade do Salvador, é entregue à terra: “como corpo corruptível para ressuscitar incorruptível, como corpo desprezível para ressuscitar reluzente de glória, como corpo marcado pela fraqueza para ressuscitar cheio de força, como corpo psíquico para ressuscitar como corpo espiritual” (idem, p. 7).

O documento ressalta que “a fé na ressurreição dos mortos é o ponto central da vida cristã” (idem, p. 15)¹⁵⁰. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000, p. 189), a ressurreição de Cristo é a confirmação de tudo o que Ele fez e ensinou e essa verdade criada e vivida pela primeira comunidade cristã e transmitida pela tradição tornou-se evento “historicamente testado” e “misteriosamente transcendente”. Outros depoentes discorreram sobre esse ponto fulcral da vida cristã, que é a vitória sobre a morte conquistada pela ressurreição de Jesus, que transforma o corpo corruptível e mortal e um corpo incorruptível e imortal¹⁵¹:

Morte, para o cristão é um acidente de passagem, é um acidente de viagem, é um acontecimento que, por ser necessário, a gente quase nem conta mais com ele. Nós precisamos morrer para viver, precisamos passar por essa transformação para chegarmos àquilo para que fomos criados. Nós somos como a semente, lançada à terra: desaparece, germina para produzir fruto. (LICATTI, 1985, p. 381)

Dom Fernando foi operado no dia 29 de maio, em uma cirurgia para a retirada de um câncer no intestino grosso. Apesar do estado debilitado do Arcebispo, sua morte três dias depois surpreendeu a todos que acompanhavam sua recuperação, porque os boletins médicos pós-operatórios apontavam um quadro de estabilidade, informando que o paciente havia reagido bem à cirurgia e que seu estado geral era satisfatório¹⁵². No entanto, embora o boletim do dia 31 informasse que o estado geral do Arcebispo era estável, Monsenhor Fleury, ao visitá-lo naquela manhã, percebeu a gravidade do caso após Dom Fernando pedir-lhe a bênção sacerdotal e foi à Cúria perguntar ao chanceler se havia sido levado a ele o sacramento

¹⁵⁰ O ritual de exéquias da Igreja Católica foi modificado em 1971, a partir das prescrições do Concílio Vaticano II (cuja linguagem foi adaptada à cultura brasileira com a publicação do subsídio Nossa Páscoa, em 2003), recuperando o sentido pascal da morte: “No início, as exéquias cristãs caracterizavam-se por sua forte dimensão pascal. No entanto, com o passar do tempo, os cristãos foram se deixando influenciar por outras idéias e sentimentos. Perderam a certeza da salvação e passaram a ver a morte como acontecimento trágico e amedrontador. Esta situação perdurou até o século XX quando, de novo, a Igreja, por meio do Concílio Vaticano II, prescreveu que “o rito das exéquias deve exprimir mais claramente a índole pascal da morte cristã”. [...] Foram abandonadas orações que pediam para que as almas fossem libertadas das “penas infernais”, do “abismo impenetrável”, da “boca do demônio”, das “regiões tartáricas”. As preces agora afirmam que “na casa do Pai há muitas moradas”, “as sombras da morte se transformam em aurora de vida”, “no céu nos foi preparada uma festa que nunca se acaba”, e pedem para “celebrar a festa do novo céu e da nova terra”, “habitar para sempre nos átrios do Senhor”, alegrar-se na glória do céu”, “viver a eterna juventude na alegria do reino”, “consolar-nos com a certeza de que vive eternamente no céu”” (NOSSA PÁSCOA, 2003, p. 11-17).

¹⁵¹ Essa concepção cristã do corpo físico mortal e do espírito imortal foi transferida da esfera teológica para a do estado, por juristas da Idade Média, para justificar a teoria dos dois corpos do rei. Segundo essa teoria, o rei teria um corpo natural, perecível, e um corpo político, imperecível (KANTOROWICZ, 1998).

¹⁵² O 3º boletim anunciava que deixaria o Centro de Terapia Intensiva (CTI) após 24 horas de cirurgia e o 4º boletim 48 horas após a operação, informava que sua pressão, respiração e temperatura estavam normais. O 5º e último boletim médico, avaliando as 72 horas de pós-operatório, comunicava que além do paciente andar pelo quarto já se alimentava com líquidos por via oral. Esse boletim foi divulgado dia 1º de junho, às 9 horas.

dos enfermos: “na mesma hora, o Frei Beraldo passou na Catedral, pegou o Santo Óleo e a Eucaristia e foi para o Hospital, levando a Unção e o Viático [...]” (FLEURY, 2007, p. 63).

No dia 1º de junho, após as 11 horas, o estado de saúde do Arcebispo agravou-se, durante uma conversa com o Vigário Geral de Goiânia, Padre José Pereira de Maria, um sobrinho e sobrinha e foi encaminhado ao CTI (O POPULAR, 1985c, p. 8). Às 12h20, Dom Fernando sofreu uma parada cardíaca. O corpo permaneceu no hospital até as 14h20, quando foi levado para o embalsamamento, e chegou à catedral às 19h30, onde foi exposto à visitação pública. Naquela mesma noite, foi realizada a primeira missa de corpo presente e, no domingo, dia 2, “foram celebradas missas de hora em hora – cada uma a cargo de uma paróquia, representada pelo vigário e pelos fiéis” (MOURA, 1985, p. 367). “Na segunda-feira, dia 3, prosseguiram, uma após outra, as missas de corpo presente na Catedral” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1985d, p. 393). Nesse dia, foi celebrada a missa do funeral, ao final da qual foi realizado o enterro do Arcebispo¹⁵³.

O ritual funerário de Dom Fernando simbolizou o ritmo das mudanças nos últimos anos de vida do Arcebispo: mesmo sem ostentação, a cerimônia foi grandiosa pela presença de figuras relevantes dos diversos segmentos sociais, especialmente da Igreja no Brasil. Os ritos seguiram as normas indicadas pelo *Cerimonial dos Bispos* que, ao ser modificado após o Concílio Vaticano II, procurou conservar os costumes e tradições locais, com algumas adaptações.

O corpo do Prelado foi preparado conforme define o *Cerimonial* (2004, p.48), com a veste de cor roxa e as insígnias: “amito, alva, cingulo, cruz peitoral, estola, dalmática, casula (pálio no caso de metropolitano), solidéu, mitra, anel, báculo”. O báculo, que não é colocado junto ao corpo, esteve o tempo todo próximo ao caixão, como sinal de que Dom Fernando continuava sendo o pastor daquela Igreja. Desde sua chegada à Catedral até o início da missa final dos funerais o corpo do Arcebispo permaneceu em frente ao altar, com o rosto voltado para o povo.

A primeira missa de corpo presente foi celebrada no mesmo dia da morte do Arcebispo, às 20h, e concelebrada pelos bispos Dom Tomás Balduino, da Cidade de Goiás, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, de Ipameri, Dom Alano Pena, de Marabá, que estava de

¹⁵³ Após o enterro, foram celebradas outras missas lembrando a morte do Arcebispo, entre elas: a missa de sétimo dia – cujos concelebrantes principais foram Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário-geral da CNBB, Dom Celso Pereira, Bispo de Porto Nacional, representando o Regional Centro-Oeste da CNBB e Padre José Pereira de Maria, administrador arquidiocesano – e a missa de um mês, concelebrada por diversos sacerdotes sob a presidência do Padre Pereira.

passagem por Goiânia, os Vigários Gerais da Arquidiocese, Padre José Pereira de Maria e Frei Marcos Sassatelli, além de mais de vinte sacerdotes. Compareceram à cerimônia o então Governador Iris Rezende Machado e o Prefeito Nion Albernaz.

A homilia foi proferida por Dom Tomás, lembrando como Dom Fernando ressaltava a importância de Goiás no contexto nacional e, a partir de Goiânia, fez irradiar o trabalho da Igreja durante seus anos de pastoreio. Esse depoimento se somava a outros, que afirmavam a figura de Dom Fernando como providencial para Goiás por ter percebido o potencial da região como um homem de visão. Comparou o Prelado com Dom Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador, assassinado em 1980, por suas posições contrárias às ações da ditadura militar que se instalou naquele país. Discorreu também sobre o mistério cristão da morte e ressurreição, revelando a esperança de que Dom Fernando continuasse caminhando com a Arquidiocese.

Nas várias missas que se seguiram, ainda no dia da morte do Arcebispo, assim como nos seguintes, foram muitas as homilias lembrando a vida de Dom Fernando e afirmando a continuidade de sua presença espiritual junto à comunidade. O evento mais importante foi a missa dos funerais, realizada dia 3, por volta das 20h, “uma noite muito bonita, com lua cheia” (MOURA, 1985, p. 369). A missa foi presidida por Dom Benedito Ulhoa Vieira, Vice-Presidente da CNBB, representando o Presidente da entidade, Dom Ivo Lorscheider, e concelebrada por todos os bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB¹⁵⁴, três bispos de outras regionais¹⁵⁵, além do representante da Nunciatura Apostólica, Monsenhor Juliusz Janusz, e mais de cem sacerdotes. Dom Tomás Balduino dirigiu o cerimonial e entre as autoridades estavam presentes o governador Iris Rezende Machado e sua esposa Dona Iris Araújo, o Prefeito Nion Albernaz e sua esposa Dona Geralda Albernaz, secretários estaduais e municipais, representantes do legislativo e do judiciário. O jornal *O Popular* noticiou a presença de sete mil pessoas na cerimônia (O POPULAR, 1985d, p. 5)¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Dom José Freire Falcão e Dom José Newton de Almeida Batista (respectivamente Arcebispo e Arcebispo emérito de Brasília), Dom José Carlos de Oliveira, Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, Dom Jaime Schuck, Cristalândia, Dom Victor Tielbeek, Formosa, Dom Estanislau Van Melis, São Luís de Montes Belos, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Ipameri, Dom José Chaves, Uruaçu, Dom Jaime Collins, Miracema do Norte, Dom Tomás Balduino, Goiás, Dom Celso Pereira de Almeida, Porto Nacional, Dom Pedro Casaldáliga, São Félix do Araguaia-MT, Dom José Belvino do Nascimento, Itumbiara, Dom Manoel Pestana Filho, Anápolis, Dom Aloísio Hilário de Pinho, Tocantinópolis, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, auxiliar de Brasília, Dom Miguel Pedro Mundo, auxiliar de Jataí, Dom Rubens Espínola, auxiliar de São Luís de Montes Belos.

¹⁵⁵ Dom Alano Pena, Marabá, Dom Estevão Cardoso de Avelar, Uberlândia, MG, e Dom Augusto Alves da Rocha, Picos, PI.

¹⁵⁶ *A Revista da Arquidiocese* (1985e, p. 422) noticiou que oito mil pessoas estiveram presente à missa dos funerais.

A cerimônia foi iniciada com a procissão de traslado do corpo de Dom Fernando para o tablado preparado na parte externa da Catedral, obedecendo a uma hierarquia que tinha à frente um acólito com uma cruz, ladeado por dois outros com velas acesas, seguidos pelos seminaristas, os Irmãos do Santíssimo e os sacerdotes. Em seguida veio o caixão com o corpo de Dom Fernando, carregado por oito padres, membros do Conselho de Consultores da Arquidiocese¹⁵⁷, seguidos de um acólito carregando o báculo, que foi depositado no tablado preparado em frente à Igreja (Figuras 33 e 34). As fotos publicadas pela Revista mostram o itinerário em que o caixão do Arcebispo é conduzido pela cúpula da Igreja de Goiânia e colocado em um plano mais elevado que o público, tendo ao lado o báculo, simbolizando que ele continuava comandando a Arquidiocese.



Figuras 33 e 34: Caixão de Dom Fernando é trasladado pelo Conselho de Consultores para a Praça da Catedral.

Na sequência, vieram os concelebrantes principais, que permaneceram no altar durante a cerimônia: à frente, Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, e Dom José Carlos de Oliveira, Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, seguidos de Dom José Newton de Almeida Batista, Arcebispo Emérito de Brasília, do Padre José Pereira de Maria, Administrador Arquidiocesano e, por último, o Arcebispo Dom Benedito Ulhôa, Vice-Presidente da CNBB, que presidiu a celebração. Todos os bispos e arcebispos portavam suas insígnias, incluindo a mitra. Na sequência da cerimônia, Dom Benedito depôs a mitra e incensou o altar e o caixão com o corpo de Dom Fernando, iniciando a celebração da missa.

Os demais bispos permaneceram atrás do altar, seguidos dos sacerdotes. Na parte frontal da Igreja, destacava-se uma faixa com a frase que se tornou a marca de Dom

¹⁵⁷ Do lado esquerdo: Monsenhor Angelino, Monsenhor Nelson Rafael Fleury, Padre José Vicente Barbosa e Monsenhor Moacir. Do lado direito: Padre José Pereira de Maria, Monsenhor Rodolfo Tellmann, Monsenhor Aldorando Mendes dos Santos e Monsenhor João Daiber.

Fernando: “Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem violência e sem medo” e outras com os dizeres: “Dom Fernando, o senhor iniciou, nós vamos continuar”, assinada pelas CEBs, que também colocaram outras faixas ao lado do altar: uma pedindo “Dom Fernando continue conosco” e outra afirmando “Dom Fernando continua conosco”. “Mais de trinta coroas de flores foram expostas na escadaria” ao lado do corpo do arcebispo (O POPULAR, 1985d, p. 5), mas sobre o altar não havia flores, conforme orienta o *Cerimonial dos Bispos*.

Baseada nesse documento, a missa de exéquias segue o rito comum a todas as missas, acrescentando-se intercessões próprias nas orações eucarísticas. No caso das exéquias de Dom Fernando, durante a Liturgia da Palavra, após as leituras bíblicas, foram lidos trechos de pronunciamentos do Arcebispo aos oprimidos, às famílias, aos professores, aos operários, à universidade, aos posseiros, à juventude, às CEBs, sobre a terra e sobre justiça e paz. No momento da homilia falaram os representantes dos diversos setores da Arquidiocese¹⁵⁸ e, ao final da cerimônia, Dom Benedito, o Monsenhor Juliusz e o Padre Pereira usaram a palavra.

Dom Benedito falou de Dom Fernando como um homem de coragem, de amor e, sobretudo, exemplo de padre, afirmando que seria necessária uma distância no tempo para medir sua grandeza. Para Dom Benedito, todos deveriam se consolar na esperança e na fé de que a obra de Dom Fernando seria continuada. Monsenhor Juliusz testemunhou que, por sua fidelidade à Igreja, Dom Fernando foi querido pelo Papa. Quando o Monsenhor falava, “alguns trovões, ventania e nuvens escuras fizeram uma parte da multidão dispersar-se. Mas não choveu” (MOURA, 1985, p. 369). Padre Pereira, por sua vez, afirmou que, se por um lado a morte de Dom Fernando significava que a Arquidiocese perdia um “grande pastor”, um “grande líder”, uma “grande presença da sociedade”, por outro significava que ganhava um grande “advogado”, um “grande protetor”, um “padroeiro”. Como foi o último a se pronunciar durante a cerimônia, o Administrador Arquidiocesano agradeceu a presença de todos e orientou sobre a sequência do funeral.

Em seguida, o corpo de Dom Fernando foi transportado por seus familiares, da plataforma em que se encontrava, para a área em frente à porta da Igreja, sob a torre. As grades laterais foram abertas e o povo formou duas longas filas para se despedir do Arcebispo, pois, conforme explicou o Padre Pereira, não seria possível a entrada de todos na catedral para acompanhar o enterro. Segundo o Padre, Dom Fernando gostava de estar no

¹⁵⁸ Falaram: Frei Marcos Sassatelli, pela Arquidiocese de Goiânia, Padre Luiz Lobo, pelo Clero e Seminário Santa Cruz, Jason Jacob Correa, pelas CEBs, Pedro Wilson Guimarães, pela Universidade Católica de Goiás e Comissão Justiça e Paz, Dom Celso Pereira, pela Regional Centro-Oeste da CNBB, e Rui Dantas Gomes, sobrinho de Dom Fernando, pela família do Arcebispo.

meio do povo e, nesse sentido, pediu um pouco mais de paciência aos bispos, ao clero e às autoridades para essa última homenagem do povo ao arcebispo¹⁵⁹. Os que passavam pelo caixão recebiam um cartão-lembrança com a foto de Dom Fernando e alguns dados marcantes sobre sua vida (Figura 35)¹⁶⁰.

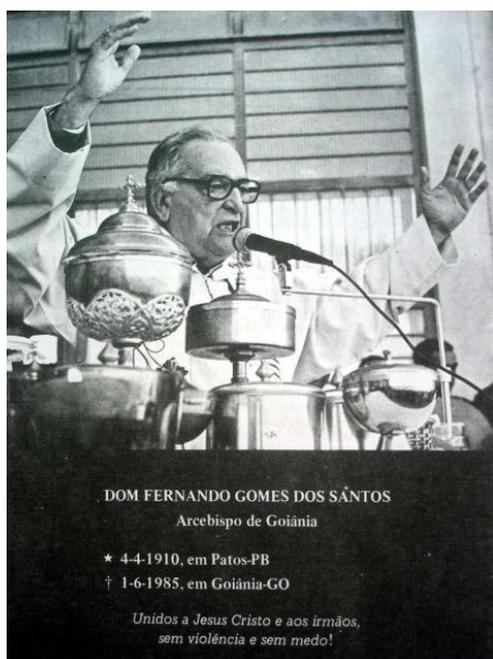


Figura 35: Cartão-Lembrança.

Enquanto o povo se despedia, os bispos, os sacerdotes, as autoridades, os familiares de Dom Fernando e os agentes pastorais mais próximos adentravam na Igreja para acompanhar os ritos de sepultamento. Terminada a homenagem popular, o corpo do Arcebispo foi trasladado por seus familiares¹⁶¹ para o interior da igreja (Figura 36), local em que, mesmo com um público restrito, se encontravam cerca de 500 pessoas. Uma foto mostra os membros da família do Arcebispo carregando seu caixão de volta à catedral, simbolizando que Dom

¹⁵⁹ O jornal *O Popular* (1985d, p. 5) estimou que mais de 50 mil pessoas visitaram o corpo de Dom Fernando nos três dias de funeral.

¹⁶⁰ Constam no Cartão-Lembrança: datas de nascimento, ordenação e jubileu de ouro sacerdotal; etapas de sua carreira desde o vicariato até o arcebispado; sua participação na criação da CNBB (1952), no Concílio Vaticano II (1962-1965), na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín (1968); seus empreendimentos mais memoráveis como a criação da *Revista da Arquidiocese*, o projeto de reforma agrária na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, em Corumbá de Goiás, a aquisição da Rádio Difusora de Goiânia e a Criação da Universidade Católica de Goiás.

¹⁶¹ Do lado esquerdo, os sobrinhos: Milton Gomes Vieira, Rui Gomes Dantas e Ronaldo Gomes Dantas. O primeiro, filho da irmã de Dom Fernando Apolônia Gomes Dantas e, os dois últimos, de Amália Gomes Dantas. Do lado direito, os sobrinhos: Paulo Antônio Gomes Dantas, Rinaldo Vieira Ramos (sobrinho-neto) e Normando Gomes Vieira. O primeiro, filho de Amália Gomes Dantas, o segundo e o terceiro, respectivamente, neto e filho de Apolônia Gomes Vieira.

Fernando voltava às suas origens e, lançado à terra, se despojava do poder precível para ser perenizado como “padroeiro” da Arquidiocese.



Figura 36: Familiares conduzem o caixão para o interior da Catedral.

O caixão foi depositado ao lado da sepultura e Dom Tomás deu sequência à cerimônia, passando em seguida a palavra para Dom Alano Pena, Bispo de Marabá (PA), que procedeu à última encomendação. Ao final desse rito o Bispo, auxiliado pelo ministro da água benta, aspergiu o túmulo e o caixão e, em seguida, o corpo foi baixado à cripta ao som do *Magnificat*; eram 21h50. Segundo o assessor de comunicação da Arquidiocese, esses ritos finais foram simples e, depois de seu encerramento, um grupo de cerca de cinquenta pessoas, compostas de agentes de pastoral e animadores de CEBs, continuaram no local, rezando e cantando, animados por Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, “que proferiram, a viva voz, compromissos de continuar a caminhada que Dom Fernando sempre incentivou” (MOURA, 1985, p. 369).

O costume de enterrar os corpos no interior das Igrejas ou nas suas proximidades teve origem na Idade Média¹⁶², vinculando-se à crença de que a sepultura próxima aos santos e mártires possibilitaria a salvação do morto e, nesse sentido, quanto mais próxima a sepultura estivesse do altar, mais proteção teria o defunto. No Brasil, esse costume vigorou até a metade do século XIX. Ao estudar o caso da Bahia, Reis (1991) verificou que a distribuição dos

¹⁶² O costume dos enterros dentro das Igrejas não tem um início preciso, mas Ariès (2003) indicou o provável primeiro caso ocorrido em Amiens, na França, no século VI, quando os carregadores do Bispo Saint Vaast, morto em 540, não conseguiram levantar seu corpo, levando à interpretação desse acontecimento como um sinal de que ele deveria ser enterrado naquele local, ou seja, na catedral.

corpos nas Igrejas obedecia à mesma organização social dos vivos e a mesma forma de sepultamento foi constatada por Pagoto (2004) em São Paulo.

Por ocasião da morte de Dom Fernando, o *Cerimonial dos Bispos* definia que o corpo do bispo diocesano seria sepultado na Igreja Catedral de sua diocese, a menos que tivesse se manifestado de outra maneira. Segundo o Monsenhor Fleury (2007), Dom Fernando havia expressado o desejo de ser enterrado na Catedral de Goiânia, ao lado da sepultura de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás, morto em 1955. Quando Dom Emanuel foi enterrado, a Igreja estava em construção e previa-se que sua cripta ficaria ao pé do altar-mor. Contudo, com as mudanças litúrgicas decorrentes do Concílio Vaticano II, o altar-mor foi deslocado para o centro da cruz formada pelo edifício, sob a cúpula central, e, com essa modificação, a sepultura de Dom Emanuel ficou no espaço destinado aos fiéis, atrás do altar-mor. Mesmo assim, Dom Fernando optou por ser enterrado naquele local e foi atendido¹⁶³.

Os ritos funerários de Dom Fernando alimentaram a representação que marcou a inexorabilidade da morte, que chega também para aqueles considerados imprescindíveis e promotores de mudanças relevantes e que muito tinham ainda a oferecer, como era a percepção sobre o Arcebispo no período, trazendo um misto de perplexidade e sentimento coletivo de orfandade, não apenas no âmbito religioso, como também no campo social. O Prelado também teve uma atuação relevante para que a justiça social fosse mais inclusiva em Goiás e no Brasil e, após sua morte, permaneceu na memória popular como mártir dessa luta, ensejando ações efetivas dos católicos na gestão dessa memória que ainda segue seu curso.

Nas manifestações expostas nesse estudo, sejam as homilias, os depoimentos ou os ritos funerários, foi expresso o desejo dos colaboradores do Arcebispo de manter viva a memória de Dom Fernando guiando os caminhos da Arquidiocese de Goiânia. As representações do Prelado como homem que não temia a morte, pastor fiel a Deus e à Igreja,

¹⁶³ O carneiro onde foi depositada a urna funerária do Arcebispo foi cavado no piso da Igreja e teve as paredes revestidas com cimento e pedras de brita espalhadas no solo, tendo sido lacrado com uma placa de concreto. Para marcar o local, foi colocada uma lápide medindo 1,68 x 0,84, de mármore branco, emoldurada com mármore rosado. Nas letras incrustadas na lápide tumular de Dom Fernando registra-se seu nome completo, função episcopal e as datas de nascimento e morte, com os respectivos locais – Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia; * Patos, Pb, em 4-4-1910; + Goiânia, Go, em 1-6-1985. Abrindo e fechando as inscrições, destaca-se primeiro o lema do Arcebispo, *Praedica Verbum* (Anuncia a Palavra) e, finalmente, a frase proferida por ele que ficou marcada como seu segundo lema: “Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem violência e sem medo”. Constata-se, dessa forma, uma ênfase nas palavras de Dom Fernando, como se convocasse a comunidade a permanecer unida e lutando sem temor pelas causas que o Arcebispo empreendeu em vida, confirmando a frase segundo a qual “Goiás não será apenas o seu túmulo, mas o berço do apostolado da solidariedade”.

pai e, sobretudo, mártir, tornaria possível que a comunidade continuasse invocando sua presença e a continuidade de seu projeto e o rito fúnebre, realizado de maneira simples, mas representativo de sua estatura na hierarquia da Igreja, reforçava essa perspectiva.

Após a morte de Dom Fernando, o grupo de seus ex-auxiliares precisava garantir a continuidade do projeto iniciado pelo Arcebispo, que segundo ressaltavam havia desenvolvido um trabalho sólido que projetou a Igreja de Goiás no cenário nacional e até internacional. A intenção era impedir que outro modelo de Igreja fosse implantado na Arquidiocese, garantindo a indicação de um bispo comprometido com uma Igreja mais próxima das causas populares à qual muitos desses auxiliares haviam se dedicado ao longo de vários anos¹⁶⁴. Essa continuidade implicava na manutenção do próprio grupo em suas devidas funções. Por isso, no início do novo arcebispado houve momentos de tensão, logo superados.

3.2 “MEMÓRIA-PRESENÇA”: MEMÓRIA COMO SUPORTE DE PODER

Abriu-se um vazio. Não o vazio da esperança. Deus está com ele. Ele está com Deus. O vazio imenso daquela liderança visível, daquele apoio forte, daquela capacidade imensa de uma visão clara dos problemas, e ao mesmo tempo de uma decisão segura que juntava ao seu redor todas pessoas de boa vontade, todos os homens de reta intenção. De repente a gente sentiu um vazio de liderança, na Igreja em Goiás. Mas, ao mesmo tempo, eu vinha pensando, agora tem sentido, agora a gente entende a vida de Dom Fernando, como a luz que se projeta sobre o seu passado, como aquele homem que soube ver Goiás na visão de Deus. (OLIVEIRA, 1985, p. 389-390)

Essas palavras, proferidas por Dom Antônio Ribeiro de Oliveira em uma das missas de corpo presente celebradas por ocasião dos funerais de Dom Fernando, revestem-se de um significado particular, pois Dom Antônio tornou-se posteriormente o novo Arcebispo de Goiânia¹⁶⁵. É marcante, em sua fala, a ideia de que Dom Fernando foi um líder que deu nova

¹⁶⁴ Dom Fernando também havia manifestado essa preocupação em vida, motivo pelo qual pedira por duas vezes a indicação de um bispo auxiliar com direito à sucessão, não tendo sido atendido. Segundo matéria do jornal *O Popular* (1985g, p. 9), Dom Fernando teria encaminhado à Nunciatura Apostólica no Brasil o nome de três bispos: Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário geral da CNBB à época, Dom Benedito Ulhôa, Bispo de Uberaba (MG), e Dom Aloísio Sinésio Bohn, Bispo de Novo Hamburgo (RS)

¹⁶⁵ Dom Antônio Ribeiro de Oliveira nasceu dia 10/6/1926, em Orizona (GO), e estudou nos Seminários de Silvânia (GO) e de Mariana (MG). Coursou Filosofia no Seminário Central da Imaculada Conceição, em São Paulo (SP) e fez o curso de Teologia no Seminário São José, em Mariana (MG). Ordenou-se sacerdote em 1949, em Mariana, e foi sagrado Bispo em 1961, em Goiânia. Foi Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Goiânia, Administrador Apostólico de Goiás (1966-1967), Administrador Apostólico de Itumbiara (GO) (1972-1973), Bispo de Ipameri (GO) (1976-1985) (MARIA, 1985b, p. 715-717).

dimensão à Igreja em Goiás, e, ao lamentar o vazio causado pela morte do primeiro Arcebispo de Goiânia, parece não vislumbrar qualquer possibilidade de preenchimento desse espaço, tamanha a aura conferida ao antigo Arcebispo, segundo ele um homem de visão clara e decisão segura. Dom Antônio ressaltou de maneira particular a liderança e a força aglutinadora de Dom Fernando, “capaz de juntar ao seu redor todas as pessoas de boa vontade, todos os homens de reta intenção”. O Prelado revelou com esse pronunciamento acreditar que a liderança de Dom Fernando fazia com que as pessoas se reconhecessem como grupo e que ele fora capaz de dar coesão e identidade a esse grupo em torno de um projeto pastoral.

Após a morte do Arcebispo, Dom Antônio pareceu evocar a memória de Dom Fernando, como forma de manter a unidade dos colaboradores da Arquidiocese, visando dar continuidade ao trabalho de seu antecessor. No entanto, essa posição de Dom Antônio só se tornaria perceptível em um segundo momento, tendo em vista que entre sua indicação e posse como Arcebispo de Goiânia houve um momento de incerteza sobre o posicionamento que assumiria na condução da Arquidiocese. Após a indicação de Dom Antônio, o grupo que trabalhou mais próximo de Dom Fernando manifestou preocupação com o fato de que o novo Arcebispo poderia não adotar o mesmo modelo de Igreja do Arcebispo anterior, dificultando a continuidade dos projetos pastorais com os quais estavam comprometidos.

Por fim foi anunciado o nome de Dom Antônio. A pergunta que ficou no ar foi a seguinte: Continuará ele a obra de Dom Fernando? Por um lado ele fora seu bispo auxiliar e, de certa maneira, participou da criação daquela Pastoral de Conjunto. Por outro lado era tido como moderado, entrosado com membros da Cúria Romana. (BALDUÍNO, 2008, p. 68).

A preocupação manifestada por Dom Tomás Balduino era de que a Nunciatura Apostólica efetivasse uma mudança nos projetos pastorais da Arquidiocese e Dom Antônio parecia corresponder a essa expectativa, implantando outro modelo de Igreja. Durante seu pontificado, João Paulo II (1978-2005) manteve um rígido controle sobre a liberdade teológica no interior da Igreja, intervindo em várias Igrejas locais, impondo uma linha mais conservadora¹⁶⁶ (DUFFY, 1998) e o novo Arcebispo indicava se enquadrar nesses pressupostos, o que preocupou a aclesia goiana, temerosa de que o legado progressista de

¹⁶⁶ No Brasil se tornaria mais conhecido o caso da divisão da Arquidiocese de São Paulo em 1989: “Arns ficou neutralizado quando sua gigantesca diocese paulista foi subdividida sem o seu consentimento a as cinco novas sés sufragâneas então criadas passaram para as mãos de bispos conservadores e hostis ao compromisso social do arcebispo” (DUFFY, 1998, p. 284).

Dom Fernando se perdesse e que o novo Arcebispo significasse uma ruptura radical nos rumos imprimidos à ação arquidiocesana. Todavia, esse temor não se efetivou e o novo Arcebispo deu continuidade à linha pastoral de seu antecessor.

As dúvidas sobre a posição de Dom Antônio foram dissipadas durante a realização do 6º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, realizado na cidade de Trindade, de 21 a 25 de junho de 1986, cinco meses após sua posse. Esse encontro vinha sendo preparado desde 1984, com a formação da Comissão Executiva do Intereclesial, durante a gestão de Dom Fernando, e, com sua morte, especulava-se sobre a realização do evento. Quando o Padre José Pereira de Maria foi indicado como Administrador Arquidiocesano, seu apoio à Comissão Executiva insuflou esperança aos organizadores do evento, mas com a indicação de Dom Antônio, que assumiu a Arquidiocese em janeiro de 1986, havia o “receio de que ele pudesse dificultar a realização do Intereclesial” (MOURA, 2008, p. 126). No entanto, ao longo do encontro, Dom Antônio apoiou o evento e, mais tarde, as CEBs ganhariam um papel destacado no *Plano Pastoral da Arquidiocese*.

Mesmo em meio a essa controvérsia, em seu discurso de posse Dom Antônio afirmou que respeitaria a memória de Dom Fernando e daria continuidade à sua obra, que, segundo ele, era de todos os arquidiocesanos, enfatizando: “seguirei com saudade, com reverência e amor o seu trabalho de Igreja” (OLIVEIRA, 1986a, p. 104). Esse sentimento de reverência à figura de Dom Fernando ficou ainda mais evidente quando, no mesmo discurso, Dom Antônio se afirmou “limitado, pobre e temeroso” ao mesmo tempo em que exaltava a grandeza do antigo Prelado, afirmando que iria simplesmente sucedê-lo, e não substituí-lo, pois ele era insubstituível:

Venho suceder o grande, inesquecível primeiro Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos. À medida que avança o tempo sobre sua morte, agiganta-se, na vida e história desta Igreja, sua figura de Pastor zeloso e intímato. Homem de coragem invulgar, de visão privilegiada, de grande amor à Igreja e à Pátria, vivia as premências do nosso tempo, fazendo seus anseios, as preocupações e sofrimentos do povo. (idem, p. 103)

A partir de então Dom Antônio se posicionou como testemunha da obra de seu antecessor, atestando que estava presente nos momentos mais importantes da vida do Prelado: “Com ele convivi 18 anos, de perto, aprendendo e sobretudo vivendo os momentos históricos, decisivos da Igreja e da Pátria naqueles quase 20 anos” (idem, *ibidem*). A função de

Arcebispo, da qual acabava de se revestir, autenticava a credibilidade de sua declaração, esperando que seu testemunho fosse aceito pelos presentes (RICOEUR, 2007).

O novo Arcebispo de Goiânia, integrado ao grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando, parecia desejar prolongar seu testemunho no tempo e, para isso, convocou a comunidade católica para reverenciarem juntos a memória de Dom Fernando nas celebrações de sua morte. Esse dever de memória abraçado por Dom Antônio aponta duas perspectivas. Por um lado, o Prelado pareceu desejar fazer justiça à memória de Dom Fernando, reconhecendo-se devedor daquele que o antecedeu e deixou-lhe um sólido legado (RICOEUR, 2007, p. 101). Por outro, aponta a necessidade de manter o grupo unido em torno dessa memória, de forma a dar prosseguimento aos trabalhos que haviam marcado a história da Arquidiocese.

Desse propósito decorre a importância de pensar a reatualização da memória no sentido político do termo. O recurso à memória de Dom Fernando não teria somente o caráter de lembrar o passado, mas também o de conceder outro sentido ao presente, como o de outorgar a identidade do grupo, legitimando-o como herdeiro do legado pastoral de Dom Fernando. Ademais, a lembrança do passado tem a força de impulsionar o grupo rumo ao futuro, referendando o caráter de mobilização.

Várias homenagens marcaram o primeiro aniversário da morte de Dom Fernando, em 1986, entre elas uma missa na Catedral Metropolitana e uma celebração à memória do Arcebispo no prédio da biblioteca da Universidade Católica de Goiás que, naquela ocasião, recebeu o nome de *Biblioteca Dom Fernando*. Houve também a inauguração da sala *Dom Fernando*, culminando com a manifestação de pessoas que conviveram com o Arcebispo e, por esse fato, foram revestidas pela legitimidade de “testemunhas oculares” dos marcantes eventos protagonizados desde os momentos inaugurais da diocese. A referida sala passaria a guardar objetos litúrgicos, de estudo e de trabalho usados pelo Prelado¹⁶⁷.

Em sua homilia durante a missa de 1º de junho, Dom Antônio construiu uma narrativa quase mítica, denominando Dom Fernando como “Arcebispo da Providência”, tendo em vista reiterar como o Arcebispo havia sido a pessoa certa, que chegara a Goiás no momento certo, “vindo de longe com uma visão nova para o Centro Oeste” (OLIVEIRA, 1986b, p. 408). A construção de Brasília estava sendo iniciada, abriam-se estradas para ligar Goiás e Brasília ao resto do país, “era a descoberta do Brasil pelos brasileiros [que] ao se descobrir abria os caminhos para o desenvolvimento” (idem, ibidem). A Igreja, segundo o Prelado, não poderia

¹⁶⁷ Esse material foi posteriormente transferido para uma sala na sede da SGC, local denominado como Museu Dom Fernando.

aceitar um desenvolvimento parcial, predominantemente econômico e desumano; nesse sentido, Dom Fernando teria sido enviado para marcar a presença da instituição na região.

[...] agora chegava o Arcebispo da Providência, para construir uma Igreja forte, presente nesta hora de transformação galopante. *Praedica Verbum*, “prega o evangelho”, era seu lema. E de seus lábios fluía a palavra fácil, com aquela clareza que convencia, com a unção sobrenatural que convertia, a autenticidade que impulsionava para a ação e o amor que construía a união. O campo e a cidade responderam ao chamado de fé, os padres começavam a se reunir, o povo se encheu de entusiasmo [...]. (idem, ibidem)

Segundo Dom Antônio, com sua capacidade de usar a palavra, Dom Fernando promoveu a união dos católicos na cidade e no campo e os impulsionou à ação em favor da Igreja, destacando como o primeiro Arcebispo de Goiânia foi construindo a estrutura necessária para atuar naquele momento especial. Enfatizou, ainda, a participação do Arcebispo no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), que o levaram a se converter a uma Igreja mais comunitária, ou seja, mais voltada para os anseios do povo e o sofrimento do pobre.

Dom Antônio ressaltou, ademais, que Dom Fernando foi um *profeta* “a denunciar a impunidade” (idem, ibidem), um *pontífice* “que não aceitava a desunião, a violência e o medo” (idem, ibidem) e um *pastor* que foi “conhecendo suas ovelhas e sendo por elas conhecido e amado” (idem, ibidem). Reiterou que, após a morte do Prelado, a Igreja de Goiânia continuava sustentada pela união dos irmãos, construída por ele, tornando-se como uma família espiritual, “família que não se dispersou, que não o esqueceu, que não o esquecerá jamais” (idem, p. 411). Dom Antônio encerrou sua mensagem apontando que seguiria os passos de seu antecessor, pregando sua mensagem de liberdade.

Nessa homilia, Dom Antônio fez questão de mostrar Dom Fernando como um homem capaz de acompanhar as mudanças de sua época, tornando-se um polo aglutinador que promoveu a união dos arquidiocesanos e os levou a agir conjuntamente em prol da consolidação da Igreja em Goiás. Tornou-se recorrente no discurso de Dom Antônio afirmar que Dom Fernando convocava a comunidade católica à união, respaldando-se nas palavras do antigo Prelado como forma de conquistar e manter essa unidade no presente.

Em seu discurso na inauguração da sala *Dom Fernando*, dirigindo-se aos líderes da Arquidiocese, particularmente aqueles ligados à UCG, Dom Antônio ressaltou as virtudes do antigo Prelado – “não lhe faltou a coragem, a sabedoria e a fortaleza” (OLIVEIRA, 1986c, p. 406) – mas sua mensagem estava, sobretudo, voltada para o presente. Dom Antônio desejava

que as ideias de Dom Fernando continuassem inspirando o trabalho da Arquidiocese. O próprio memorial tinha esse objetivo; significava, como pontuou, que “Dom Fernando está conosco”:

Este memorial quer também ser um incentivo para que não se apague a chama do ideal e para que se acendam no Centro-Oeste, na sua Goiânia querida, fochos novos que clareiam os albores do ano 2000. Não é possível deixar morrerem as idéias mestras, nem se sepultarem as esperanças deste grande Pastor dos goianos [...] Dom Fernando permanece conosco, descansando no vigor de sua obra, desfrutando das lutas de seus filhos espirituais, e nos ajuda a levar para a frente sua imorredoura mensagem de construção de um mundo novo, mais feliz e mais fraterno. (idem, p. 406-407)

Essa mesma perspectiva de atuação no presente marcou os demais testemunhos durante a cerimônia. Como se tratava de um evento envolvendo os membros da UCG, essa orientação é perceptível nos rumos da universidade, mas também na tentativa de imprimir essa perspectiva de continuidade no âmbito da sociedade ou, lembrando Dom Fernando, na construção de uma “nova sociedade”, como desvela o depoimento do reitor à época:

[...] estamos bem lembrados e comprometidos com a atuação firme e a orientação permanente e decidida de Dom Fernando, no sentido da construção cotidiana de uma Universidade fundada no Evangelho libertador do homem [...]. Dom Fernando, um bispo que, “sem violência e sem medo”, ensina-nos sempre os caminhos da justiça social na direção de uma nova sociedade. (GUIMARÃES, 1986, p. 389)

Um aspecto chama a atenção nessa reatualização do passado diocesano, quando praticamente todos os depoentes mostravam Dom Fernando como um modelo e afirmavam seu “exemplo que arrasta”. Foram lembradas palavras e ações do Arcebispo que marcaram cada uma das testemunhas e uma em particular desvelou a reatualização dessa vivência como precíua para a manutenção do grupo, ao narrar uma orientação que lhe foi dada pelo Arcebispo e que só agora ela dizia entender com clareza:

Viver, em profundidade, com os que sintonizam com nossas idéias, com aqueles que estão mais próximos, mas fazendo o empenho de dar esse testemunho num plano mais amplo, mais aberto, de uma comunicação generosa e humilde, que se completa e se alarga no contato, na atuação como os demais. (CUNHA, 1986, p. 391)

Segundo Halbwachs (2004, p. 33), só nos lembramos quando algo permanece em nosso espírito e, dessa forma, nos sentimos parte do grupo de testemunhas e continuamos a nos identificar com o grupo. A memória, mesmo voluntária, manteria essa capacidade e esse

testemunho mostra como o grupo, particularmente nesses encontros, cultivava a memória de Dom Fernando, que dava sentido à continuidade da união entre seus membros, como forma de dar continuidade a seu projeto pastoral.

Nas homenagens a Dom Fernando organizadas pela Arquidiocese de Goiânia, tornou-se perceptível várias características da memória destacadas por Pollak (1992): a data escolhida para as manifestações são os aniversários de sua morte, relacionando-a a seu martírio e sua luta por justiça social, sinalizando uma *elaboração*; há um trabalho de *enquadramento* dessa memória, filtrada pela seleção do que é lembrado e, finalmente, há um processo de *manutenção* dessa memória para que ela preserve a identidade do grupo que se formou em torno do Arcebispo, garantindo seu apoio à continuidade do trabalho por ele iniciado, sustentado em um modelo de Igreja Povo de Deus.

No segundo aniversário da morte de Dom Fernando, em 1987, o Arcebispo foi lembrado na celebração pascal da UCG, em mesa redonda na Rádio Difusora de Goiânia, além de missa celebrada por Dom Antônio. Na homilia durante a missa de 1º de junho, Dom Antônio voltou a enaltecer a figura de Dom Fernando, tomando-o como santo: “Celebramos, em geral, a festa dos santos no seu nascimento para o céu, no seu martírio, no seu perpetuar-se na vida de Cristo Ressuscitado. Assim hoje nos reunimos para a celebração da memória de nosso primeiro arcebispo” (OLIVEIRA, 1987, p. 297). Como os apóstolos, Dom Fernando teria sido escolhido e enviado por Deus: “Deus o escolheu para Arcebispo de Goiânia, naquela hora histórica de transformação, de desenvolvimento pelo qual passou e passaria mais profundamente o Centro-Oeste” (idem, p. 298).

Segundo o Prelado, as festas da Igreja não celebram o passado, mas o presente, “a Igreja é Cristo hoje” (idem, p. 297). Assim, a celebração da morte de Dom Fernando não visava lembrar o passado, mas era uma celebração “viva, atuante, seguindo o exemplo e a memória do pastor” (idem, ibidem). Afirmava, ainda, que Dom Fernando não havia morrido, mas continuava vivo nos seus ensinamentos; por isso se comemorava sua “memória-presença”.

Se havia dúvida sobre a opção de Dom Antônio em relação ao direcionamento da Arquidiocese, ele afirmava definitivamente fidelidade ao seu antecessor: “esta memória, meus irmãos, é vontade e compromisso de continuar a luta. Luta pelos ideais e realização da Igreja de Goiânia” (idem, p. 302). Destacava, ademais, o que admirava em Dom Fernando: seu trabalho na formação de um clero unido, um laicato corajoso, uma universidade confessional aberta, mas, sobretudo, sua solidariedade com os bispos, padres e fiéis perseguidos pelo

regime militar e seu apoio às CEBs e aos movimentos populares pelo direito à moradia e à greve: “um povo que já estava desfigurado pela miséria e pela fome, descobre, com a força vigilante do Pastor, a fortaleza vigilante do Pastor do Verbo de Deus: “Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem violência e sem medo”” (idem, p. 301).

No aniversário de cinco anos da morte de Dom Fernando, em 1990, a mensagem durante a missa em sua homenagem coube ao professor da UCG e leigo atuante, Wolmir Amado¹⁶⁸. A publicação do referido texto pela *Revista da Arquidiocese* revelava que a homenagem tinha o sentido de celebrar a memória do Prelado e renovar o compromisso de fidelidade aos seus ensinamentos, concluindo: “A lembrança de Dom Fernando, para nós, quer ser a inspiração para dar continuidade à vida pastoral desta Igreja particular” (AMADO, 1990, p. 182).

Esse evento também foi utilizado para uma moção de desagravo ao novo Arcebispo, que emitira opinião sobre uma medida econômica do governo federal que afetou toda a nação. Dom Antônio se recuperava da polêmica criada em torno da mensagem de páscoa que enviou para ser lida em todas as paróquias e comunidades da Arquidiocese no dia 15 de abril. A mensagem foi também publicada pelo jornal *O Popular*, que recebeu dezenas de cartas de leitores durante os dias seguintes, manifestando repúdio ou apoio ao Arcebispo. A mensagem de Dom Antônio, publicada um mês após a posse do Presidente Fernando Collor de Melo, criticava medidas como a propaganda massificante do governo, o confisco da poupança, a preponderância do econômico sobre o social e o político, entre outras. Por duas vezes, citou a frase de Dom Fernando – “Sem violência e sem medo” – sem referir-se textualmente ao antigo Arcebispo, como forma subliminar de lembrá-lo.

Em seu texto, Wolmir Amado referiu-se à agressão sofrida pela Arquidiocese devido à Mensagem de Páscoa de Dom Antônio naquele ano e lembrou que Dom Fernando também costumava fazer declarações contundentes durante o governo militar. Tomou como exemplo a Mensagem de Páscoa de 1964, em que o Prelado denunciava a situação de marginalidade social, política e econômica na qual vivia a maioria da população e alertou para a confusão reinante naqueles primeiros momentos do golpe e concluía que a hora exigia equilíbrio e bom senso. Reportar-se à atitude similar do primeiro Arcebispo referendava Dom Antônio e buscava ampliar o espectro dos apoios à mensagem que dividiu os fiéis e a população que

¹⁶⁸ Wolmir Amado foi professor da UCG desde 1986 e tornou-se, posteriormente, secretário executivo da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da Universidade (1992-1996), Vice-presidente da entidade (1997), Vice-Reitor de Assuntos Acadêmicos da UCG (1998-2000) e Reitor por dois mandatos 2002-2006 e 2006-2010.

dela tomou conhecimento. A imagem de Dom Fernando, construída em vida, era reforçada para garantir a legitimidade das ações arquidiocesanas no presente.

O professor destacou a atualidade desafiante do discurso de Dom Fernando, lembrando a frase que marcou a vida do Arcebispo, pedindo que os católicos permanecessem “unidos a cristo e aos irmãos, sem violência e sem medo”. Amado (idem, p. 185) colocou-se como membro do grupo de herdeiros e continuadores do trabalho e do testemunho do Arcebispo, afirmando que a história que Dom Fernando protagonizou tinha muito a ensinar nos dias atuais: “É em fidelidade a esta história e à realidade atual que precisamos assumir uma postura permanentemente crítica, inserida no mundo e profundamente libertadora”.

Foi intensa a programação em homenagem a Dom Fernando em seu 10º aniversário de falecimento. Com o lema *Dom Fernando vive entre nós*, o dia 1º de junho de 1995 foi aberto no Centro Pastoral Dom Fernando, às 8h, com uma entrevista coletiva de Dom Antônio à imprensa, que teve enorme repercussão nos jornais locais. Em seguida, uma palestra de Dom Antônio sobre o papel de Dom Fernando na Igreja de Goiânia e na sociedade de Goiás contou com a presença de mais de 500 pessoas, simbolizando a tradicional Reunião Mensal de Pastoral, inaugurada por Dom Fernando logo que chegou a Goiânia.

Às 19h aconteceu a celebração eucarística presidida por Dom Antônio e, em seguida, as pessoas se dirigiram ao Setor Universitário, onde ocorreu um evento com as principais homenagens que visavam marcar o nome de Dom Fernando na memória da Arquidiocese de Goiânia. Entre esses eventos estavam a inauguração da nova sede da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), mantenedora da UCG, e do busto de Dom Fernando nos jardins do prédio. Nessa mesma ocasião aconteceu o lançamento do Prêmio Dom Fernando de Direitos Humanos e também do Instituto Dom Fernando. O dia também foi marcado pela assinatura de um decreto da Arquidiocese denominando a Escola Agroindustrial de Goiânia como Escola Dom Fernando. Para marcar a data foi reproduzida uma foto de Dom Fernando no prédio da Faculdade de Direito da UCG, que fica em um ponto estratégico da Praça Universitária, formando um grande painel. A foto foi a mesma que marcou o aniversário de Dom Fernando em 1975 e, desta vez, ela pareceu mais representativa, revelando um homem forte, simbolizando o poder que o grupo desejava para a Igreja em Goiás. Essa mesma foto ilustrava o texto de abertura da *Revista da Arquidiocese* que fez a cobertura dos eventos (Figura 37).

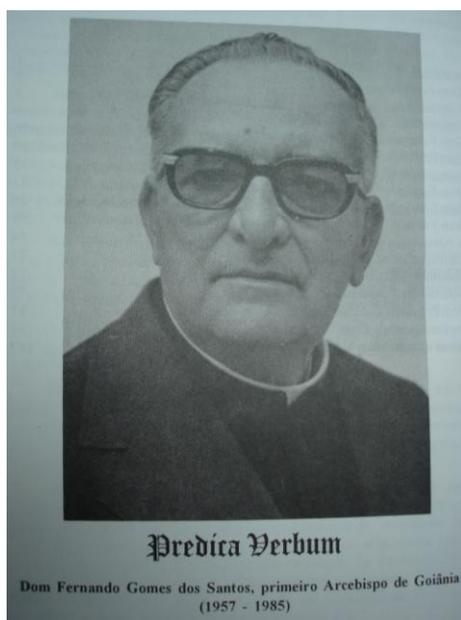


Figura 37: Foto de Dom Fernando que abre a edição da *Revista da Arquidiocese* na celebração do 10º aniversário de sua morte.

Após a morte do arcebispo essa foto foi utilizada quase como uma segunda foto oficial - emoldurada e colocada em diversos órgãos da Arquidiocese - tendo sido estampada em várias ocasiões, como na capa da *Revista da Arquidiocese*, que fez a cobertura dos funerais do arcebispo. Ela tornou-se um verdadeiro ícone de uma época, parecendo corresponder a certas necessidades e expectativas, o que nos leva a buscar compreender seu significado e importância para os trabalhos de comunicação da Arquidiocese. Nesse período, mais que o rosto, adquiria significado a cabeça do arcebispo representando a cabeça da Igreja, por isso investida de autoridade e poder, a quem se deve respeito.

À ocasião, foi publicada uma edição especial da *Revista da Arquidiocese*, com 140 páginas, cobrindo todos os eventos, e a cobertura da palestra proferida por Dom Antônio naquela manhã ocupou 19 páginas da *Revista*. A abertura do evento contou com a apresentação do Grupo de Folia da UCG e, ao final, a apresentação de um vídeo sobre Dom Fernando, produzido pela SGC, com direção e edição dos jornalistas Washington Novaes e Paulo Faria. Dom Antônio iniciou explicando que muitos leigos haviam ingressado na Arquidiocese após a morte de Dom Fernando e outros ainda eram criança naquele período, por isso era importante reforçar essa memória, que mostrava a presença viva do Prelado em Goiás. Enfatizou a situação da Arquidiocese encontrada por Dom Fernando – grande extensão territorial e escassez de clero – e como o Arcebispo lutou e preparou a Igreja de Goiás para enfrentar essa realidade, até consolidar sua estrutura, insistindo na ideia de que a meta de

Dom Fernando era criar comunidade convocando presbíteros, religiosas e leigos a se unirem em torno do trabalho pastoral. Finalizou afirmando que o Arcebispo tornou-se o pai de todos os arquidiocesanos: “como igreja, somos filhos espirituais deste grande pai” (OLIVEIRA, 1995b, p. 24).

A missa celebrada naquela noite contou com duas homilias e foi concelebrada por outros cinco bispos¹⁶⁹ e quatro presbíteros da Arquidiocese¹⁷⁰, sob a presidência de Dom Antônio, e, ao final, foi novamente apresentado o vídeo sobre Dom Fernando. Em sua homilia, Dom Antônio disse que se comemoravam “dez anos de vitória sobre a morte” e que Dom Fernando foi como a semente que caiu na terra, morreu e frutificou em vida. Ao final, confirmou sua mensagem anterior ao conclamar a todos: “sejamos filhos desse grande pai da Igreja Arquidiocesana, sejamos ovelhas desse grande pastor, vamos ser fiéis à herança espiritual que ele nos deixou” (idem, p. 34).

Dom Antônio pediu, anteriormente, que um dos demais bispos se manifestasse durante a celebração e o escolhido foi Dom Tomás Balduino, bispo da Cidade de Goiás. Dom Tomás (BALDUÍNO, 1995, p. 30) exaltou a figura de Dom Fernando, ressaltando que ele era um dom e que Deus deu um presente para o Centro-Oeste, pois escolheu um homem “talhado para essa missão”. Afirmou ainda que Dom Fernando dignificava Goiás e o Brasil e comparou seu trabalho no Centro-Oeste ao trabalho de Dom Hélder Câmara no Nordeste, assumindo e transformando a realidade local. Dom Tomás concluiu afirmando que Dom Fernando continuava vivo: “o que eu acho impressionante nesse dom do Senhor é que ele continua. Podia morrer com Dom Fernando, mas está aí, está no meio de nós. É um pai que continua vivo na sua missão” (idem, *ibidem*). As palavras de Dom Tomás transmitiam a crença de que a memória de Dom Fernando continuava presente na vida da Arquidiocese de maneira espontânea, não havendo um trabalho intenso e contínuo para sua manutenção.

Na cerimônia de inauguração da nova sede da SGC Dom Antônio proferiu o discurso de abertura e, ao final, houve o descerramento do busto de Dom Fernando, a bênção da nova sede e a apresentação do Coral Vozes e Cores e do Grupo de Teatro Guará, ambos da UCG. Os participantes puderam também visitar uma exposição com fotografias de Dom Fernando no corredor central do novo prédio. Em seu discurso, Dom Antônio lembrou que essa

¹⁶⁹ Dom Orlando Dotti, Bispo de Vacaria (RS) e Presidente da CPT, Dom Washington Cruz, Bispo de São Luiz de Montes Belos e Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, Dom Benedito Coscia, Bispo de Jataí, Dom Tomás Balduino, Bispo da Cidade de Goiás, e Dom Tarcísio Lopes, Bispo de Ipameri.

¹⁷⁰ Padre José Pereira de Maria, Vice-presidente da SGC e Chanceler da UCG, Padre Alaor Aguiar, coordenador da pastoral da UCG, Padre Luiz Lobo, Vigário da catedral e Padre Jesus Flores, diretor da Rádio Difusora de Goiânia.

homenagem era uma maneira de celebrar Dom Fernando, fazendo sua memória se perpetuar, e chamou a atenção para a palavra de ordem das comemorações: “Dom Fernando está vivo entre nós”. Segundo o Prelado, mais que lembrança, tratava-se de uma memória de vida que todos os goianos deveriam guardar, afirmando, ainda, o compromisso de construir um Goiás e um Brasil melhor, seguindo os passos de Dom Fernando.

Dom Antônio anunciou que a Arquidiocese se unia à SGC para prestar homenagens a Dom Fernando, criador daquela instituição, por meio do oferecimento de novos serviços à sociedade. A primeira dessas iniciativas era a entrega da nova sede da SGC, estendendo a atuação da instituição para além da UCG. A segunda homenagem era o busto de Dom Fernando – obra em bronze do escultor Ângelo Ktenas – erguido no jardim da entidade, que, segundo Dom Antônio, ficaria como um sinal para as gerações futuras: “este presente, permanece como o bronze, para lembrar ao futuro que Dom Fernando continua vivo entre nós” (OLIVEIRA, 1995c, p. 37).

A terceira promoção tratava-se da instituição do *Prêmio Dom Fernando de Direitos Humanos*, conferido anualmente a uma pessoa ou entidade que tivesse atuação destacada na defesa dos direitos humanos: “assim, a herança cristã dessa presença de Dom Fernando pela dignidade da pessoa humana e pelos direitos humanos se perpetua aqui em Goiânia como um grande sinal do Evangelho de Cristo a serviço da humanidade” (idem, ibidem). A quarta iniciativa foi o anúncio da criação de uma nova estrutura para a SGC que, a partir de então, poderia tornar-se mantenedora de outras obras. A primeira obra anunciada foi a criação do *Instituto Dom Fernando*, voltado para a educação não formal das classes populares e para a promoção da cultura e dos direitos humanos.

Com esses eventos foram encerradas as atividades daquele dia, porém, a edição especial da *Revista* trouxe outros textos, continuando as homenagens a Dom Fernando, além de uma documentação constando o convite para as atividades, o testamento de Dom Fernando e a correspondência da CNBB saudando o Arcebispo. A *Revista* publicou também o decreto número 5, de 1/06/1995, da Cúria Metropolitana de Goiânia, que denominava Escola Dom Fernando à Escola Agroindustrial de Goiânia. A escola, de propriedade da Arquidiocese, no Jardim Riviera, em Aparecida de Goiânia, foi fundada em 1972 pelo arcebispo¹⁷¹.

¹⁷¹ Em 2007, a *Escola Dom Fernando* foi declarada de utilidade pública pelo governo de Goiás (Lei n. 16.127, de 11/09/2007, Diário Oficial do Estado de Goiás de 14/09/2007). Além dessas homenagens no aniversário de 10 anos da morte de Dom Fernando, a Igreja de Goiânia já havia prestigiado o Arcebispo dando seu nome a dois novos bairros – *Jardim Dom Fernando I* e *Jardim Dom Fernando II* – criados a partir da doação pela

O editorial, assinado por Dom Antônio, traz o título *O Arcebispo da Providência*, e afirma que esta homenagem tem o caráter de memória: “dez anos são passados da sua partida, mas permanecem entre nós seus luminosos testemunhos e continua viva sua memória, animando e iluminando a quem Deus confiou o prosseguimento da caminhada” (OLIVEIRA, 1995a, p. 2). Ao mencionar as obras de Dom Fernando, o Prelado o exaltava como homem de visão, de decisão, incansável idealista e batalhador destemido. Ao lembrar seu enfrentamento com o governo militar o chamou de profeta e pastor, por denunciar a iniquidade e anunciar a justiça.

No primeiro texto desse dossiê, intitulado *Dom Fernando Vive Entre Nós*, o Padre José Pereira de Maria afirmou que Dom Antônio vinha atualizando e aperfeiçoando o trabalho de seu antecessor, ressaltando que a iniciativa das homenagens foi de Dom Antônio: “sob a orientação de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, a Arquidiocese de Goiânia, a Sociedade Goiana de Cultura e a Universidade Católica de Goiás celebram, nesta quinta-feira, 01/06/1995, o 10º aniversário do falecimento de Dom Fernando” (MARIA, 1995a, p. 5).

Padre Pereira afirmou, ainda, que a necessidade de recordar visava valorizar o passado e revitalizar o presente, retomando aquilo que continuava atual na mensagem do Arcebispo. Segundo o Padre, ao chegar ao Centro-Oeste Dom Fernando teria enfrentado os desafios dos pioneiros e desenvolvido um trabalho de iluminado com sua visão ampla: “Inteligência privilegiada, percebia, com rapidez e clareza, o que se passava em torno dele. Jamais via as coisas isoladas, rasgadas. Sua visão do mundo, do homem e dos acontecimentos era unificada, orgânica, de conjunto” (idem, p. 6). O último texto da publicação também está assinado pelo padre Pereira, que apresentou alguns poemas, quadras e sonetos escritos por Dom Fernando ao longo de sua vida e explicou que os distribuiu em ordem cronológica para que o leitor pudesse associá-los “a acontecimentos históricos e a situações pessoais do autor” (MARIA, 1995b, p. 107).

Em toda essa comemoração, chama a atenção a falta de divulgação de uma publicação produzida pela Editora da UCG, editada por sua coordenadora, Professora Maria Teresinha Martins do Nascimento, lançada dia 1º de junho, em homenagem ao Arcebispo. A brochura, contendo 40 páginas com fotografias e textos sobre Dom Fernando, foi citada apenas no boletim *Momento UCG* de 1º de junho de 1995, transcrito pela *Revista da Arquidiocese* (1995, p. 81-84). A não divulgação da referida publicação durante as homenagens organizadas

Arquidiocese de terrenos de sua propriedade que haviam sido invadidos e puderam, assim, ser regularizados (Lei n. 6.863, de 10/05/1990, Diário Oficial do Município de Goiânia, n. 932, de 31/05/1990, p. 11).

pela Arquidiocese de Goiânia, SGC e UCG, nos leva a refletir sobre o caráter seletivo da memória, tendo em vista que o veículo parece não se enquadrar nos objetivos dos eventos que reforçavam determinados períodos e acontecimentos da vida do então Arcebispo. A publicação, ao contrário, faz uma apresentação linear da trajetória do Prelado por meio de fotografias e pequenos textos correlatos, desde sua formação em Roma até seu jubileu de ouro sacerdotal¹⁷², não destacando aspectos particulares nem hierarquizando datas ou acontecimentos. Talvez por isso permaneceu à margem das manifestações durante os eventos que marcavam os dez anos da morte de Dom Fernando. Na apresentação do opúsculo, o Padre José Pereira de Maria, então presidente da SGC, admite que a publicação faz “uma primeira idéia geral da figura e da vida” (MARIA, 1995c) de Dom Fernando e que, ao provocar uma reflexão, pode transmitir uma determinada mensagem.

É possível encontrar aí um Dom Fernando vivo, que nos compromete com o homem e a vida, com os direitos humanos e com a justiça, com uma convivência social em que a exclusão de pessoas e de camadas inteiras da sociedade ceda lugar à participação, à fraternidade, à comunhão, ao bem-estar de todos e à paz. (idem, *ibidem*)

A imprensa concedeu ampla cobertura aos eventos, detalhando informações sobre as iniciativas da Arquidiocese e da SGC deflagradas naquele dia. Algumas dessas matérias registram a surpresa com o empenho para que a memória de Dom Fernando fosse mantida e não caísse no esquecimento: “Em cada canto da Arquidiocese de Goiânia nada denuncia que já se passaram 10 anos. E, se passaram, a presença forte de dom Fernando Gomes dos Santos em livros, fotografias e na lembrança dos que com ele conviveram, esconde a saudade” (O POPULAR, 1985h, p. 8).

Outro jornalista questionou quais fatores, na opinião de Dom Antônio, contribuíram para que Dom Fernando conseguisse “superar o esquecimento” mesmo depois de dez anos de sua morte (RIBEIRO, 1995). O Prelado respondeu que Dom Fernando teria ultrapassado sua vida mortal e permanecia na vida da Arquidiocese por duas razões: a primeira, porque sua obra pastoral, assim como sua vida espiritual, ficou profundamente gravada no coração da

¹⁷² Intitulada *Dom Fernando: “Sem violência e sem medo”*, a publicação traz na capa uma foto do Arcebispo e, na primeira página, outra foto do Prelado com o Papa João Paulo II, seguida de uma lista com marcos da vida do Prelado. Segue-se uma cronologia apresentando os pais do Arcebispo, Dom Fernando em Roma, no tempo de seminarista, como Padre em Patos, Paraíba, como Bispo em Penedo, Alagoas, durante a criação da CNBB, sua posse em Goiânia, durante a primeira visita a Brasília, no Vaticano II, em meio ao povo após o Concílio, em reuniões das CEB’s após Medellín, no jubileu de ouro sacerdotal e fotos de seu funeral, com um trecho do *Poema da Morte* e uma foto do Prelado. Apresenta, ainda, fotos da fazenda Nossa Senhora da Conceição, da fundação da UCG e do Seminário Santa Cruz.

Igreja. A segunda razão foi que a dimensão de sua visão de futuro influenciou a comunidade de Goiânia e de Goiás em seu tempo, a ponto de reverberar até aquele período nas suas grandes linhas.

Ao ser perguntado sobre “porque celebrar a memória de Dom Fernando” (idem, *ibidem*), Dom Antônio revelou acreditar que Dom Fernando cumpriu sua função de inaugurar a Arquidiocese, imprimido sua marca de forma tão profunda que esta permanecia viva. Segundo o Prelado, celebrava-se a memória de Dom Fernando porque, como primeiro Arcebispo de Goiânia, tornou-se o pai dessa Igreja, imprimido a marca de sua obra ao criar a estrutura administrativa e as linhas dominantes de ação pastoral, mas, principalmente, porque influenciou a todos que ainda atuavam na pastoral da Arquidiocese.

[...] nós continuamos a obra de nosso antecessor porque ele permanece entre nós como um pai permanece na herança espiritual de sua família. Dom Fernando é o pai e o pastor desta Igreja, foi o primeiro e continua entre nós, no sentido de que sua obra espiritual, pastoral e até administrativa continua rigorosa na Arquidiocese de Goiânia. (idem, *ibidem*)

Logo após a posse de Dom Antônio tornou-se mais evidente o motivo pelo qual o grupo que se formou em torno de Dom Fernando se empenhou em construir representações sobre o Prelado, mostrando que ele era imprescindível em vida e cultuando sua memória após sua morte. Tratava-se da defesa do projeto pastoral amadurecido e implantado ao longo de anos que, segundo o grupo, não poderia ser desmontado. Para o grupo, a “memória-presença” do Arcebispo impediria o fortalecimento de outros modelos de Igreja no interior da Arquidiocese, além de possibilitar que a instituição continuasse conquistando espaço social. Nesse sentido, após a morte do Arcebispo foi desencadeado um amplo trabalho de culto à sua memória por meio da promoção de eventos e da criação de monumentos. As cerimônias de dez anos de morte do Prelado foram um momento de destaque na manutenção dessa memória para que o tempo não impedisse que as novas gerações conhecessem a vida e a obra de Dom Fernando, ao que chamaram de “dez anos de vitória sobre a morte”. A frase que marcou essa data, “Dom Fernando vive entre nós”, é emblemática dessa perspectiva.

O trabalho de preservação da memória de Dom Fernando durante a administração de Dom Antônio estava tão inserido na vida da Arquidiocese que parecia um processo natural. O próprio Dom Antônio afirmava que essa “memória-presença” se devia à força do trabalho de Dom Fernando, que ultrapassava as barreiras do tempo. No entanto, quando Dom Antônio foi

substituído no comando da Arquidiocese, em julho de 2002, esse processo que parecia natural começou a ser desconstruído.

3.3 CENTENÁRIO DE NASCIMENTO: UMA DISPUTA DE MEMÓRIA

O centenário de nascimento de Dom Fernando, em 2010, foi comemorado em um contexto bastante diferente dos eventos abordados até o momento, porque o grupo que trabalhou com o Prelado e deu continuidade aos seus projetos após sua morte, não estava mais à frente da Arquidiocese. Com a chegada de um novo Arcebispo, em 2002, ocorreu o que o grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando temia: a ruptura com o modelo de Igreja implantado pelo antigo Prelado, comprometido com as causas sociais, e a introdução de outro projeto pastoral mais voltado para dentro da Igreja. Essa nova realidade deu margem a uma disputa de memória durante o centenário, tendo, de um lado, o grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando, e, de outro, o novo grupo no comando da Arquidiocese.

A Arquidiocese passou a nova direção desde que Dom Antônio – que havia sucedido Dom Fernando como Arcebispo de Goiânia e deu continuidade à sua administração – pediu renúncia do cargo à Santa Sé em junho de 2001, após completar 75 anos de idade, conforme estabelece o Código de Direito Canônico. O novo Arcebispo, que assumiu em julho de 2002, Dom Washington Cruz¹⁷³, se orienta por uma visão de Igreja distinta de seus antecessores, não tendo nenhum compromisso com o modelo de engajamento anterior e foi escolhido pelo Papa João Paulo II (1978-2005), que desde os anos 1980 vinha promovendo mudanças na orientação da Igreja na América Latina, em que se destacava sua oposição à participação de padres e bispos na política (DUFFY, 1998).

Como membro da Congregação Passionista¹⁷⁴ – organização precipuamente contemplativa, que une oração e ação junto aos pobres e marginalizados – o novo Arcebispo

¹⁷³ Dom Washington Cruz nasceu em Itabuna (BA), em 1946, e cursou licenciatura em Teologia na Universidade Lateranense, em Roma, tornando-se Padre da Congregação Passionista, em 1971, na sua cidade natal, onde lecionou nos Seminários Maiores Passionistas. Tornou-se pároco em Salvador, onde foi eleito Bispo em 1987, indicado para assumir a diocese de São Luiz dos Montes Belos (GO), onde permaneceu por 15 anos até ser indicado para Goiânia (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 2002, p. 4).

¹⁷⁴ O nome oficial é “Congregação da Paixão de Jesus Cristo” e tem como propósito “promover a memória da paixão de Jesus Cristo (memória passionista) com a palavra e com a própria vida”. Os passionistas atuam por meio da evangelização e da presença junto aos que denominam como “crucificados da atualidade”, dedicando

apontou novos rumos para a Arquidiocese. Em seu discurso de saudação, Dom Washington apresentou os pilares sobre os quais assentava seu projeto pastoral, sinalizando como prioridade a *santidade* sustentada pela oração: “as nossas comunidades precisam tornar-se autênticas escolas de oração” (CRUZ, 2002, p. 12). O Arcebispo reforçou a ideia de que, ao cultivar o amor e a “espiritualidade de comunhão”, tudo o mais será conquistado: “à medida que os cristãos descobrirem que é somente pelo caminho do amor que se chega a Deus, a sociedade justa, solidária a fraterna que todos buscamos, deixará de ser uma amarga e frustradora ilusão para se transformar em realidade” (idem, p. 13).

Com o propósito de implantar seu projeto de governo, alguns meses após assumir a Arquidiocese Dom Washington promoveu uma ruptura com o projeto anterior, iniciando as mudanças no final de novembro de 2002, com a destituição dos membros da direção da UCG e da SGC, entidades estratégicas para a Arquidiocese. O principal atingido pelas mudanças foi o Padre José Pereira de Maria, que se tornara o membro mais representativo da administração anterior, tendo sido “homem forte” no governo arquidiocesano de Dom Fernando e de Dom Antônio, concentrando várias funções na administração da Igreja de Goiânia, particularmente na SGC e na UCG¹⁷⁵.

Dom Washington destituiu o Padre Pereira do cargo de Vice-Presidente da SGC – que exercia desde 1986 – e de Chanceler da UCG, função que representa a Arquidiocese no interior da universidade, e poucos dias depois também o afastou da função de Vigário Geral da Arquidiocese. O arcebispo empossou um novo grupo para administrar as duas entidades¹⁷⁶ e assumiu ele próprio a chancelaria da UCG, prometendo devolver a autonomia à universidade, diminuída desde 2000, quando o chanceler assumiu o controle administrativo e financeiro da instituição.

Após as primeiras medidas tomadas pelo Arcebispo, foi iniciada uma auditoria na universidade e aberto um processo administrativo contra o Padre Pereira, contra o ex-reitor Marisvaldo Cortez Amado e outros dois servidores da universidade. A forma como se deram

grande espaço de tempo à oração, unindo contemplação e atividade pastoral (Congregação dos Missionários Passionistas. Disponível no site <http://www.elesia.pt/passionistas>, acesso em 2/1/2011).

¹⁷⁵ Durante a gestão de Dom Fernando, Padre Pereira foi Vigário Geral da Arquidiocese (1974-1985) e Reitor da UCG por duas vezes seguidas (1979-1984). Na gestão de Dom Antônio, o padre foi também Vigário Geral da Arquidiocese de Goiânia (1986-2002), além de Vice-Presidente da SGC (1986-2002) e Chanceler da UCG (1992-2002).

¹⁷⁶ Para substituir o Padre Pereira nas funções de Vigário Geral e Vice-Presidente da SGC, Dom Washington convidou o Padre Rubens Sodré Miranda, superior provincial dos Padres Estigmatinos e ex-diretor do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, e, para substituir o professor Marisvaldo na Reitoria da UCG, convidou o professor Wolmir Therezio Amado, que havia exercido as funções de Vice-Reitor de Assuntos Acadêmicos da instituição, além de Vice-Presidente e Secretário Executivo da SGC.

as mudanças na UCG e na SGC causaram perplexidade em segmentos da Igreja de Goiânia, que promoveram manifestações contrárias às medidas do Arcebispo. Poucos dias após as decisões do Arcebispo, o padre Pereira deu entrevista à imprensa questionando a forma como Dom Washington havia procedido (MARCOS, 2002, p. 5).

No mês seguinte, o Conselho de Consultores da Arquidiocese entregou a Dom Washington um manifesto contendo críticas contundentes em relação a essas medidas radicais. O documento denuncia o que chama de “falta de sensibilidade” do Arcebispo, que teria tomado as decisões sem ouvir seus colaboradores mais diretos, alegando também que o Padre Pereira teria sido afastado de suas funções de uma maneira humilhante e desrespeitosa. Ademais, o texto questiona o grupo escolhido para assumir a UCG que, segundo afirma, se constituía por desafetos de Dom Antônio e do Padre Pereira (BRAVO, 2002)¹⁷⁷.

Após um período de silêncio, Dom Washington emitiu uma *Carta à Arquidiocese e à Sociedade*, ainda no mês de dezembro, na qual lamentava a divulgação pela imprensa do documento elaborado pelo Conselho Consultivo, além de reafirmar as decisões anteriores, mesmo percebendo que “involuntariamente as medidas tomadas possam ter causado sofrimento” (CRUZ apud SILVA, 2002). O Arcebispo afirmava ainda que as decisões “foram assumidas após amplo e duradouro diálogo, na escuta orante, no discernimento, com plena consciência e liberdade, em consonância às leis da Igreja e do Estado” (idem, ibidem).

Após o recesso de final de ano, em abril de 2003, Dom Antônio enviou uma carta a Dom Washington, denunciando como injusto o processo administrativo contra o Padre Pereira e demais ex-servidores da UCG, manifestando sua insatisfação com o procedimento: “dito processo, que se afirma sigiloso vem sendo amplamente divulgado dentro e fora da UCG, tentando desmoralizar-nos e intimidar os que dele discordam” (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

Dom Antônio considerou injusta a acusação de má administração que vinha sofrendo por parte de pessoas da direção da SGC e da UCG e, segundo explicou, não houve má administração, ao contrário, ele teria enfrentado crises durante sua gestão, crise financeira, e, também, encontros com grupos que resistiam à concretização da implantação definitiva da chancelaria como autoridade arquidiocesana no interior da universidade. Para Dom Antônio, os problemas foram superados justamente pela coordenação do Padre Pereira, com aprovação e conhecimento dele como Arcebispo e citou, ademais, a entrega de relatório sobre

¹⁷⁷ Assinam o documento os Monsenhores Nelson Rafael Fleury, Aldorando Mendes, João Daiber e Moacir Bernardino e os padres José Vicente Barbosa, Luís Lobo, Leônidas Rodrigues, Raimundo Lopes Salgado e José Pereira de Maria.

a UCG e a SGC, em 2001, ao Núncio Apostólico, à presidência da CNBB, enfatizando que também teria chegado às mãos de Dom Washington – pelo qual recebeu carta de agradecimento e louvor pela gestão.

As palavras de Dom Antônio sinalizam a existência de um segmento que resistia à presença da chancelaria na UCG. Tudo indica que a concentração de poder na chancelaria teria aumentado o número de desafetos do Padre Pereira que, ocupando a função desde 1992, viu seus poderes aumentarem em 2000 com a aprovação dos novos estatutos da SGC. Pelas novas normas, os setores administrativo e financeiro da universidade passaram para o comando do chanceler, ficando sob responsabilidade da reitoria apenas a parte acadêmica. Essa medida teria provocado a renúncia da reitora à época, junto com toda a sua equipe, e indisposto o Padre Pereira com a comunidade universitária.

Posteriormente à manifestação de Dom Antônio, foi a vez de o Padre Pereira enviar carta a seus ex-companheiros na SGC e na UCG, em maio de 2003, afirmando que as decisões de Dom Washington foram “intempestivas” e que “o arcebispo podia assumir tudo aquilo de forma natural e pacífica” (MARIA, 2003, p. 1). O que mais parecia incomodar o Padre era o fato de ter sido impedido de apresentar um relatório sobre sua gestão, afirmando que essa medida deu margem a informações inverídicas e especulações sem fundamento.

Padre Pereira aproveitou a carta para divulgar parte do referido relatório, informando que a crise “administrativo-financeira” na UCG, iniciada em 1987, reflexo da crise econômica que o país então atravessava, foi gerada pelo aumento da defasagem entre receita e despesa, provocada pela diminuição do número de alunos matriculados. Em consonância com Dom Antônio, também alegou a presença de um grupo que procurava tornar a universidade instrumento de sua propriedade. Para contornar a crise explicou que, em 1992, Dom Antônio o delegou para a função de chanceler da UCG, reforçando a presença da Arquidiocese na administração da universidade e que durante sua gestão houve ampla recuperação financeira da instituição, que teria aumentado seu patrimônio. Segundo o Padre, esse mesmo grupo, que voltou a fazer parte da administração da UCG, promoveu o apagamento de elementos importantes para a memória da universidade:

Zeraram a história da UCG, como se ela tivesse começado com a chegada deles [...] Seu iconoclastismo está passando a raso o ontem da instituição demolindo os acervos dela. Exemplo: desmontaram o Museu Dom Fernando, na sede da SGC, que ele criou; tiraram o nome de Dom Antônio de uma sala do IPEHBC e fizeram silêncio total sobre o mesmo nome, dado ao Campus II [...] Dizem pessoas mais por dentro do que está se passando ali que o propósito imediato do grupo é eliminar os

nomes de Dom Fernando, Dom Antônio e Padre Pereira, o mais rápido que puderem. (idem, p. 10-11)

As palavras do padre mostram que as mudanças realizadas no início da nova administração foram recebidas com apreensão pela equipe vinculada aos arcebispos anteriores, no entanto muito do que se denunciava não se confirmou. O nome da Sala Dom Antônio continua no IPEHBC e o material que fazia parte do Museu Dom Fernando, na sede da SGC, passou a compor o acervo do Memorial Dom Fernando, inaugurado na gestão 2002/2006, no hall de entrada da Biblioteca Central da UCG, que leva o nome do primeiro Arcebispo de Goiânia.

Outra modificação da nova administração da universidade foi em relação ao busto de Dom Fernando no jardim de entrada da SGC – inaugurado em 1995 durante a celebração dos dez anos da morte do arcebispo – que foi transferido para o painel em alto relevo instalado na parede de entrada da instituição. Percebe-se, nessas medidas, que houve não um apagamento, mas uma releitura da memória de Dom Fernando. Enquanto, para a equipe afastada do poder, os monumentos erguidos para preservar a memória de Dom Fernando tinham um valor de culto, para a administração que assumia o poder esses monumentos tornavam-se “lugares de memória”, no sentido atribuído por Nora (1993), congelados no tempo. Ao final da carta, Padre Pereira constatou que estava em franco processo de implantação outro modelo de Igreja que vinha substituir o anterior:

Estão aí, claros e preocupantes, na Arquidiocese, agora, dois modelos de Igreja. Um está minguando, em agonia. Parecendo caminho abandonado, sem uma palavra a respeito. Antes, por quase 40 anos de fecundo pastoreio foi eleito e vivido como Igreja Povo de Deus a caminho; Comunidade de Base em profunda e alegre comunhão/participação no seu Plano Pastoral com a una, santa, católica e apostólica Igreja de Jesus Cristo. O outro, chegante. Mal se apresentando, mas já perceptível em suas linhas gerais. Para ele estão indo o adubo, a irrigação, atenções especiais. Igreja dos Movimentos... (idem, p. 17)

Muitos desses documentos foram amplamente divulgados pela imprensa local, que percebeu nesse embate uma “crise institucional” e até mesmo uma “disputa de poder”. Todas essas avaliações concluíam que o problema girava em torno da destituição do Padre Pereira, porque ele representava a continuidade de uma administração implantada por Dom Fernando e continuada por Dom Antônio. Por um lado, a imprensa afirmava que se tratava de um grupo que desejava continuar no poder: “é uma reação dos antigos auxiliares do falecido dom Fernando, capitaneados por padre Pereira, que tentam se manter no comando, após a chegada

de Dom Washington” (DIÁRIO DA MANHÃ, 2002, p. 8). Por outro, dava espaço para os que se sentiram atingidos denunciarem que todas as medidas visavam a ruptura com o projeto anterior: “todo um legado será extirpado. Uma nova ordem conservadora está se formando e alguém está querendo ser líder sem a sombra de ninguém” (AMADO apud RIVERA, 2003, p. A-34).

Configurou-se, dessa forma, uma disputa por espaço político no âmbito da Arquidiocese, em que um grupo pretendia dar continuidade a determinado projeto, ao qual havia dedicado muitos anos, e outro vislumbrava a possibilidade de exercer o poder, acreditando que isso só seria possível mediante o afastamento do grupo anterior, afastamento que precisava ser feito pela raiz, devido à força acumulada durante anos. Conforme se conclui desse processo, o Padre Pereira tornou-se símbolo da ruptura entre os dois projetos de Igreja porque havia conquistado posição de destaque na gestão de Dom Fernando e continuado o projeto desse Arcebispo, impondo sua autoridade durante a gestão de Dom Antônio, tendo sido, por esse motivo, afastado do poder por Dom Washington. O embate entre os dois projetos de gestão arquidiocesana durou alguns meses, sendo que a partir de então a nova administração consolidou-se à frente da Arquidiocese, controlando todas as suas instâncias e o Padre Pereira continuou no uso de seu ministério sacerdotal¹⁷⁸.

Com o tempo os ânimos se acalmaram e um clima de cordialidade se estabeleceu na Arquidiocese, particularmente devido aos graves problemas de saúde enfrentados pelo Padre Pereira desde 2009. Foi nesse cenário de redefinição do sentido da memória de Dom Fernando que ocorreram as comemorações do centenário de seu nascimento, no qual a presença do Padre Pereira tornou-se simbólica, sendo que outro padre vinculado aos arcebispos anteriores tomaria frente nas comemorações, representando o grupo. Em todo esse processo de embate e ruptura os dois grupos se apropriaram da memória do Prelado e apresentaram projetos distintos para as comemorações, buscando definir o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido.

Segundo Hervieu-Leger (2005), até mesmo a Igreja, como sociedade tradicional, reflete os problemas das sociedades diferenciadas, em que não existe mais “memória total”. Não há mais a exclusividade da memória, sendo que muitas podem ser colocadas em jogo, ou seja, a memória de Dom Fernando não se tornou uma exclusividade da Arquidiocese. A disputa se configurou quando, por um lado, o grupo que estava à frente da Arquidiocese

¹⁷⁸ Padre Pereira, como sacerdote diocesano, continuou à disposição de Arquidiocese, porém sem uma função definida, o que leva o nome de “uso de ordem”.

incluiu o centenário no calendário da instituição e, por outro, o grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando, não satisfeito com a programação apresentada, também planejou atividades paralelas. Dessa forma, foram apresentados dois projetos de memória: um oficial, encaminhado pela Arquidiocese, e outro encabeçado pelo padre Alaor Rodrigues de Aguiar¹⁷⁹, fiel discípulo de Dom Fernando e amigo do Padre Pereira.

Ao observar a postura dos dois grupos durante as comemorações, evidencia-se que ambos tinham interesses políticos em jogo. Segundo Seixas (2001b, p. 42), toda memória é “reconstrução engajada do passado”, impulsionada por interesses políticos, percebendo essa função política em uma dimensão ampliada. Para a autora, memória não é só controle do passado, mas envolve outros aspectos, como a afetividade, destacando-se em ambas o caráter interessado. Ou seja, a memória não apenas aflora o real, mas busca construí-lo sob determinada perspectiva. Nesse sentido, a disputa pelo enquadramento da memória de Dom Fernando tinha o componente político, mas também o emocional.

Essa disputa revela, também, que a memória de Dom Fernando não estava cristalizada, mas se atualizava no tempo por meio de lugares de memória como o centenário. Segundo Seixas (2001b), ao introduzir o passado no presente por meio dos lugares a memória se atualiza e esse cenário revela que os dois grupos buscavam um novo enquadramento para a memória de Dom Fernando, tendo em vista legitimar seus projetos no presente e no futuro, deixando transparecer que essa memória continuava sendo importante para a Arquidiocese. Mas qual a importância atribuída a ela por cada um desses grupos? Como desejavam que o Prelado fosse lembrado a partir desses eventos? Enfim, quais os interesses em jogo durante o centenário e qual o novo enquadramento que cada grupo procurava dar a essa memória?

O novo grupo dirigente tentava mostrar que o passado de Dom Fernando era importante, porém datado, fazendo um ajuste dessa memória, tendo em vista adequar sua capacidade de influenciar o presente. Esse grupo pode ter tomado o centenário como uma data que não poderia ficar sem comemoração, porque se tratava do primeiro Arcebispo de Goiânia, que deixara um legado importante do qual agora usufruía. Isso nos leva a pensar que pode tratar-se de um “dever de memória” que, conforme afirma Ricoeur (2007, p. 101), “é o dever de fazer justiça pela lembrança, a um outro que não o si”, ou seja, é uma tarefa que se deve cumprir, é o dever se impondo ao desejo, porque há uma dívida para com o outro.

¹⁷⁹ No período de Dom Fernando, Padre Alaor foi sub-secretário da CNBB Regional Centro-Oeste (1979-1986) e, na gestão de Dom Antônio, membro de vários conselhos, entre eles o Conselho de Presbíteros.

Os ex-auxiliares de Dom Fernando sabiam que não tinham chance de retomar o poder, o que defendiam é que a memória do Prelado fosse perpetuada intacta, como uma “memória viva”. Além de defenderem que essa memória se mantivesse atual, sua continuidade definia a própria existência do grupo, tornando-se um elemento constituinte de sua identidade, mantenedor de uma herança valiosa e que não poderia ser minimizada e mesmo esquecida. O “desejo de memória” levava o grupo a se mobilizar não só para recordar o tempo passado, mas para manter essa memória viva, influenciando o tempo presente.

A disputa de memória ficou simbolizada particularmente nas fotos selecionadas para compor os cartazes, que se tornaram peça central das campanhas dos dois segmentos. A foto estampada no cartaz do centenário oficial foi tirada durante a celebração de uma missa de encerramento da Festa de Trindade, que ainda costuma ter o Arcebispo como seu celebrante principal¹⁸⁰ (Figura 38). Dom Fernando aparece trajando as vestes litúrgicas e é mostrado no altar, tendo à frente os elementos da liturgia, com destaque para as âmbulas que portam as hóstias consagradas. Dessa vez, não só o rosto é destacado, mas também as mãos, que, erguidas ao alto, mostram um Dom Fernando investido na sacralidade do sacerdócio e ungido para officiar os rituais sagrados e dogmáticos da liturgia católica, quadro emoldurado pelo céu azul. O altar está colocado no alto, levando o pastor, numa posição hierarquizada, a olhar para seu rebanho postado abaixo. Essa foto se ancora em uma imagem espiritualizada do Arcebispo, como um homem mais voltado a Igreja do que para o mundo em que atua, concepção endossada pelo atual magistério da Arquidiocese¹⁸¹.

¹⁸⁰ Tornou-se possível identificar o local em que a foto foi tirada ao compará-la com fotos da Basílica de Trindade naquele período, mostrando que as janelas correspondem às que se encontram na foto original de Dom Fernando celebrando a missa. Outro fato que assegura essa informação foi a constatação de que a âmbula maior que aparece em primeiro plano na foto pertence à Basílica de Trindade.

¹⁸¹ Trata-se da mesma foto publicada no Cartão Lembrança distribuído durante o velório de Dom Fernando.

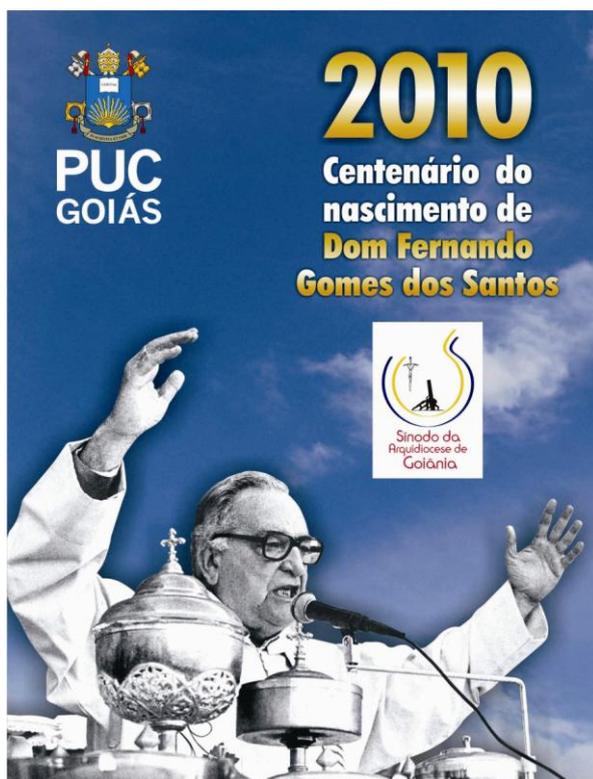


Figura 38: Cartaz oficial do Centenário

A foto escolhida para o cartaz do grupo de ex-auxiliares do Prelado mostra Dom Fernando durante entrevista a um semanário local¹⁸², na qual está posicionado em uma mesa de trabalho, vestindo camisa branca e paletó, tendo atrás de si uma cortina (Figura 39). A foto mostra Dom Fernando em meio corpo, como a anterior, e também privilegia, além da cabeça, seus braços, em que se destaca o relógio, sugerindo a imagem de um homem ligado às questões do seu tempo. O ambiente fechado e o semblante sério do Arcebispo mostram um pastor preocupado em se posicionar sobre a realidade concreta atinente ao seu rebanho. Essa imagem se ancora em um homem mais voltado para o mundo que para o interior da Igreja. É importante perceber também que essa foto já não evoca poder – como esse grupo representava Dom Fernando desde sua morte – mas reflexão e sofrimento.

¹⁸² A foto, assinada por Narley Neiva, foi publicada originalmente ilustrando uma entrevista de Dom Fernando a um jornal local e, depois, reproduzida pela *Revista da Arquidiocese: A Igreja não está disposta a ter medo* (1982i, p. 479-485).

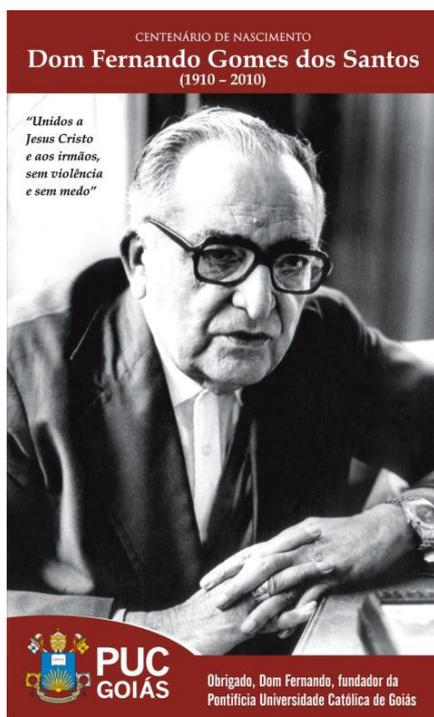


Figura 39: Cartaz não oficial do Centenário

Enquanto uma imagem procura mostrar um Dom Fernando mais espiritualizado, um homem de fé e de oração, como deve se postar a hierarquia eclesial, a outra o representa como um Arcebispo mais humanizado e preocupado com as questões do seu tempo. Nenhuma delas consegue abarcar o Dom Fernando completo, homem de fé e de ações concretas, entre tantas outras características possíveis. Como se tratam de representações da realidade, construídas para atender distintos interesses, não conseguem abarcar a complexidade da figura humana do Arcebispo pioneiro, mas conseguem transmitir a mensagem subliminar dos segmentos que as escolheram, dentre tantas outras possíveis, como representativas para a efeméride celebrada.

Para os novos dirigentes da Arquidiocese, após a ruptura que ocorreu no início da atual gestão, a memória do Prelado não se apresentava mais como uma ameaça, mas precisava ser ajustada, definindo o lugar que ocuparia a partir de então. Esse grupo tem consciência da impossibilidade de banir a memória do Prelado, seja pela herança deixada, seja pela diversidade que compõe a Igreja, em que não há unanimidade, existindo grupos que ainda exigem reverência a essa memória.

Já o grupo de seguidores de Dom Fernando também tem convicção de que não é mais possível dar seguimento aos projetos do primeiro Arcebispo de Goiânia, pois os tempos são outros e exigem novas abordagens. Contudo, ao não concordarem com as diretrizes da atual gestão arquidiocesana, reforçaram a memória do Prelado como uma forma velada de protesto

e de mostrar que se posicionaram por outros encaminhamentos na gestão dessa figura singular.

Após a demarcação dessa diferença simbólica, presente nesse embate de memória, torna-se importante abordar a comemoração de cada grupo em particular, que será examinada a partir de documentos e, principalmente, por meio da cobertura realizada pelos veículos de comunicação religiosos. Os veículos de comunicação da Arquidiocese e da PUC/GO divulgaram o centenário oficial, enquanto o jornal da paróquia São Francisco de Assis, cujo pároco era o Padre Alaor, abriu espaço para o segundo grupo se manifestar.

Dom Washington Cruz constituiu uma comissão para elaborar a programação oficial do centenário, da qual apenas os dois primeiros eventos constaram no calendário da Arquidiocese. O primeiro tratou-se da tradicional Reunião Mensal de Pastoral, que teve Dom Fernando como tema em uma palestra conjunta, dia 11 de março, no Centro Pastoral Dom Fernando. No mesmo ato, foi também exibido um vídeo e inaugurou-se uma exposição fotográfica sobre o Prelado. O segundo evento foi a missa de abertura do centenário, dia 1º de junho, na Catedral Metropolitana.

Enquanto a abertura do centenário esteve a cargo da Arquidiocese, o encerramento ficou sob responsabilidade da PUC/GO, que incluiu o aniversário da instituição nas comemorações. A primeira parte do encerramento contou com a cerimônia de lançamento de uma edição especial da *Revista da Arquidiocese*, dia 15 de outubro, no auditório da PUC/GO, ocasião em que foi novamente apresentado o vídeo sobre Dom Fernando. A segunda parte constou de celebração de missa solene no Santuário de Trindade, dia 17 do mesmo mês. Após esses eventos, aconteceu também a entrega do “Prêmio Dom Fernando Gomes dos Santos de Solidariedade”, dia 4 de dezembro, durante a Feira da Solidariedade, promovida pela Arquidiocese.

A Reunião Mensal de Pastoral, dia 11 de março, marcou a forma como o centenário seria comemorado pelo grupo oficial, estando a PUC/GO perfilada com a Arquidiocese como seu principal organismo. O evento contou com uma palestra conjunta proferida pelo reitor da universidade, Professor Wolmir Amado, e pelo Vigário Geral da Arquidiocese, Monsenhor João Daiber, que discutiram sobre a história de Dom Fernando e sua importância para a Arquidiocese de Goiânia. Após a palestra, foi apresentado o vídeo *Centenário de Nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos*, de iniciativa da Arquidiocese de Goiânia, da SGC e da PUC/GO, com pré-roteiro de Wolmir Amado e roteiro final de Carlos Cesar Pereira Sousa e Sérgio Bernardoni. O vídeo, com duração de 15 minutos, foi elaborado tomando como texto

base o testamento de Dom Fernando, mesclado com depoimentos do Arcebispo e finalizado com o *Poema da Morte*, ou seja, partindo da morte para falar da vida.

Em seguida, foi aberta a Exposição Fotográfica *Uma vida dedicada a Deus e ao Povo*, organizada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), órgão da PUC/GO, composta de dezesseis painéis retratando marcos da vida do Arcebispo, desde sua formação sacerdotal, ascensão ao episcopado, seu trabalho em Goiânia e Brasília, atuação no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín, além do seu trabalho pastoral. Após a reunião, a exposição foi instalada no saguão de entrada da Biblioteca Central da PUC/GO, percorrendo as demais áreas da universidade nas semanas seguintes.

A cobertura do evento pelos veículos de comunicação da Arquidiocese não apresentou o conteúdo das palestras ou de qualquer outra intervenção, publicando apenas duas fotos na primeira página do jornal *Folha PUC* (2010, p. 1)¹⁸³, acompanhadas de pequeno parágrafo informativo e uma referência na coluna *Memória*, do jornal *Brasil Central* (2010, p. 3i)¹⁸⁴. Um texto publicado no jornal editado pelo padre Alaor – ex-auxiliar de Dom Fernando - faz comentários sobre a reunião de pastoral, deixando transparecer a percepção de certas limitações, mesmo admitindo que as falas lançaram luz sobre a vida de Dom Fernando: “parabéns pela dedicação e coerência dentro dos limites propostos para este evento” (idem, *ibidem*).

Um texto do reitor da PUC/GO no jornal *Brasil Central* dá indícios de sua fala na Reunião Mensal de Pastoral, no qual afirma que o centenário foi organizado para fazer memória de Dom Fernando que, segundo ele, “é referência imprescindível de nossa memória eclesial” (AMADO, 2010, p. 4i). Wolmir Amado ressalta que é importante lembrar o Arcebispo, “o vigor de seu pastoreio, a imponência de sua personalidade, a incidência de seu profetismo, e sensibilidade poética” (idem, *ibidem*). Em seu curto artigo, o reitor dá mostras de como o centenário tornou-se o momento propício para a adequação da memória de Dom Fernando, colocando-a em um patamar adequado à percepção da atual gestão. Nesse sentido, suas palavras são emblemáticas ao destacar que Dom Fernando “soube ser resposta em seu tempo”, admitindo que “com a devida hermenêutica” algumas de suas intuições e práticas ainda permaneciam válidas. Isso nos leva a refletir que, para esse grupo, era importante

¹⁸³ Nessa mesma página foi publicado o cartaz do centenário e o “Poema da Morte”, escrito por Dom Fernando, ilustrado com uma foto do Arcebispo quando seminarista.

¹⁸⁴ O evento havia sido anunciado em duas ocasiões, uma no site da Arquidiocese - Centenário de Dom Fernando é tema da reunião mensal, Goiânia, 8/3/2010, disponível em <http://www.Arquidiocesedegoiania.org.br/site/component/content/article/64-noticias> e outra no jornal virtual da PUC/GO: Reitor e vigário geral vão falar sobre Dom Fernando, no dia 11. *PUC Notícias*, Goiânia, 8/3/2010.

lembrar Dom Fernando, mas como alguém que veio, fez a sua parte, cumprindo a missão que lhe havia sido confiada de maneira exemplar; no entanto se foi, dando lugar aos demais para continuar a caminhada da Igreja em Goiás.

Depois desse primeiro evento, voltado para as pessoas envolvidas nos trabalhos pastorais da Arquidiocese, foi celebrada a missa de abertura do centenário para a comunidade arquidiocesana. A missa foi celebrada dia 1º de junho, quando na verdade se completavam 25 anos da morte de Dom Fernando – seu aniversário de nascimento é dia 4 de abril – e o convite para a celebração referia-se às duas efemérides. Essa escolha revela como a morte se torna uma data mais significativa para a Igreja do que o nascimento, porque remete à morte e ressurreição de Jesus Cristo e dos cristãos que seguem seus ensinamentos.

A missa teve início às 19 horas, com a procissão de entrada, que apresentava uma novidade; logo após os acólitos – que traziam o turíbulo, a naveta, e a cruz ladeada por dois castiçais com velas acesas – três crianças traziam um quadro com a cópia da foto de Dom Fernando escolhida para referenciar oficialmente o centenário. O quadro foi colocado à frente do altar, onde permaneceu durante toda a celebração, representando a presença do Prelado no evento.

Em seguida entraram os sacerdotes – cerca de oitenta – os monsenhores¹⁸⁵ e os bispos, Dom Celso Pereira de Almeida, Bispo emérito de Itumbiara, Dom José Silva Chaves, Bispo emérito de Uruaçu, Dom Waldemar Passini Dalbello, Bispo auxiliar de Goiânia e Dom Washington Cruz, Arcebispo de Goiânia. Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo emérito de Goiânia, aguardava no altar, devido aos problemas de saúde. Durante o ofertório, além da água, do vinho e do pão, trazidos por um adulto e outras três crianças, uma delas carregava um arranjo de flores e, ao passarem pelo altar, ganharam a companhia de Dom Washington, seguindo juntos para o túmulo de Dom Fernando, atrás do altar, onde o Arcebispo depositou as flores.

Durante as preces comunitárias, lidas por líderes leigos, Dom Fernando foi lembrado como exemplo a ser seguido, assim como ele próprio teria seguido a Jesus Cristo, com pedidos para que o Senhor concedesse à Igreja “muitos pastores dóceis à voz do Espírito Santo, como Dom Fernando”, “que a exemplo de Dom Fernando vivamos sem medo e sem violência, sendo fiéis à Palavra e aos Sacramentos, que alimentam a fé da Igreja” e “que

¹⁸⁵ Aldorando Mendes dos Santos, Ademário Benevides de Souza, João Daiber, Jean Auguste Louis Biraud, Joseph Yves Marie Bernard, Luiz Gonzaga Lôbo e Nelson Rafael Fleury.

continuemos a missão de Dom Fernando e sigamos a Cristo, Bom Pastor e escutemos a sua voz” (MISSA..., 2010).

Em sua homilia, Dom Washington recorreu à trajetória de Dom Fernando antes de vir para Goiânia, reiterando o compromisso daquele Prelado com o mundo da cultura e da educação, desde a fundação de colégios no Nordeste até a criação de vários organismos em Goiânia, entre eles a UCG, hoje PUC/GO¹⁸⁶. Ao vincular a memória de Dom Fernando aos projetos no campo da educação, esse discurso dava mostras de que Dom Fernando seria lembrado pela Arquidiocese, especialmente como o criador da PUC/GO, e não como o Arcebispo que defendia as causas populares. Ao falar sobre a vida do antigo Prelado, Dom Washington o denominou como “aguerrido” e “visionário”, afirmando que semeou sementes de esperança e irmanou-se com os mais pobres, estimulando sua organização; segundo o Arcebispo, Dom Fernando teria sido fiel à palavra de Deus, mencionando também a prática libertadora de Dom Fernando e seus confrontos com o regime militar.

Ao final da celebração, os presentes foram convidados para se dirigirem ao túmulo de Dom Fernando, momento em que Dom Washington fez homenagem ao primeiro Arcebispo de Goiânia e, seguindo o Sacramentário (2005), leu a parte do ritual das exéquias que fala sobre ressurreição. Após esse ato, Dom Washington, que no início da missa manifestou surpresa com a presença do Padre Pereira – devido ao seu grave estado de saúde – e depois lhe levou a comunhão, o abraçou de maneira especial, cumprimentando em seguida os demais presentes¹⁸⁷.

Além da catedral metropolitana não ter sido totalmente ocupada pelos fiéis católicos durante a celebração, a participação de autoridades na cerimônia também foi pequena, contando com a presença do ex-prefeito Iris Rezende Machado, do vereador Bruno Peixoto, do desembargador Carlos Escher, do Tribunal de Justiça, do empresário Hélio Naves, diretor da Fieg, da professora Olga Izilda Ronchi, vice-reitora da PUC/GO, representando o reitor, além de outros membros da direção da universidade¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Além da PUC, citou a criação da SGC, do Regional Centro-Oeste da CNBB, do Centro Pastoral, do Spar, da Rádio Difusora e da *Revista da Arquidiocese*. Citou também a criação das dioceses de Itumbiara, Anápolis, Ipameri, São Luiz de Montes Belos, Rubiataba e a Arquidiocese de Brasília.

¹⁸⁷ Após a missa, foi realizado, no próprio recinto da catedral, o lançamento do livro *Uma Trajetória Emblemática: centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos* (2010), de minha autoria, que também foi lançado por ocasião das celebrações em Patos (PB), também com a minha presença.

¹⁸⁸ Prof. Giuseppe Bertazzo, Chefe de Gabinete da Reitoria, Prof. Daniel Rodrigues Barbosa, Pró-Reitor de Administração, Prof. Eduardo Rodrigues da Silva, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Profa. Sandra de Faria, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Profa. Sônia Margarida Gomes Sousa, Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil, Prof. Gil Barreto, Coordenador Geral da Editora, Profa. Custodia Annunziata Spencièri de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Arte e Cultura, Brasilino José Ferreira Neto, Diretor do

A cobertura da missa do centenário pelos veículos de comunicação da Arquidiocese e seus organismos também chamou a atenção pela pequena repercussão, contando apenas com a postagem de fotos da cerimônia no jornal virtual *PUC Notícias*¹⁸⁹. Quanto à repercussão na imprensa local também foi nula, com a quase total ausência de divulgação da missa, seja antes ou depois do evento, tornando-se um ato de âmbito interno da Igreja de Goiânia¹⁹⁰.

Ao fazermos uma avaliação sobre a missa do centenário percebemos que foi o evento mais carregado de simbolismo de toda a programação – seja pelo seu sentido intrínseco, pela presença do clero ou pelas homenagens ao Arcebispo – no entanto, o pequeno número de fiéis presentes e a ausência de repercussão não lembrou em nada os eventos *pos mortem* organizados pelos ex-auxiliares do Prelado. A diferença é que, para o grupo que deu continuidade ao projeto do Arcebispo, os eventos que lembravam Dom Fernando serviam para atualizar a memória do Prelado no sentido de que continuasse respaldando o trabalho da Arquidiocese. No entanto, para o grupo que se encontrava no poder no período do centenário, essa memória visava respaldar um passado importante, mas, sobretudo, reiterando a centralidade do presente e ações que visam reforçar a instituição em sua marcha para o futuro. Outros eventos pretenderam ampliar a dimensão do centenário, no entanto, tornaram-se apenas oportunidades para os membros da Arquidiocese continuarem a reconfigurar a memória de Dom Fernando.

A programação do dia 15 de outubro mostra o desejo de ligar definitivamente a imagem de Dom Fernando à PUC/GO, seja pela grandeza de seu nome, dando respaldo à universidade, seja por enquadrar a memória do Arcebispo em um campo mais restrito. A cerimônia – que esteve a cargo daquela instituição, tendo sido realizada no Teatro Católica – foi um evento conjunto em que se comemorava o Centenário de Nascimento de Dom Fernando, os 51 anos de fundação da Universidade Católica de Goiás e um ano de PUC/GO, conforme convite para o evento¹⁹¹. O reitor proferiu um pequeno discurso de abertura, no qual

Departamento de Ciências Contábeis, Carmem Regina Paro, Diretora do Departamento de Serviço Social, Prof. Jeferson de Castro Vieira, Coordenador da Feira da Solidariedade.

¹⁸⁹ As fotos permanecem disponíveis no site do informativo. A divulgação do evento, além dos convites individuais, contou com uma matéria na página da Arquidiocese na internet: Celebração do centenário de dom Fernando Gomes, 27/04/2010, disponível no site <http://www.Arquidiocesedegoiania.org.br/site/vocariatos/vocariato-territorial/64-noticias>, acesso em: 9/1/2011.

¹⁹⁰ O jornal *O Hoje* divulgou uma matéria no dia do evento: Missa comemora centenário de Dom Fernando (2010, p. 3).

¹⁹¹ Durante o evento houve uma sessão dedicada aos professores e funcionários com mais de 35 anos de PUC, coincidindo com o dia do professor. Segundo explicou o prof. Wolmir Amado, esse tipo de cerimônia costumava acontecer por ocasião do aniversário da PUC/GO, dia 17 de outubro, mas foi antecipado para juntar-se ao Centenário de Nascimento de Dom Fernando.

argumentou que todas as homenagens cabiam em uma moldura maior, que era o Centenário de Dom Fernando, lembrando que esta era uma forma de externar o agradecimento ao Arcebispo por seu trabalho em prol da universidade. Desse modo, a importância atribuída ao evento conjunto corrobora a interpretação de que a direção da Arquidiocese pretendia enquadrar a memória de Dom Fernando, sobretudo como criador da universidade.

Além da exibição do vídeo sobre o Arcebispo, o ponto alto do evento foi o lançamento de um número especial da *Revista da Arquidiocese*, que embora contivesse discursos de Dom Fernando – publicados em outros números do periódico – era dedicada especialmente à publicação de poemas escritos pelo Prelado¹⁹². Alguns desses poemas foram lidos durante a celebração que destacou o texto “A Pedra”, escrito por Dom Fernando em setembro de 1972 – mesma data em que escreveu o já conhecido “Poema da Morte” – revelando, mais uma vez, como a Igreja valoriza o desafio do sofrimento e do martírio de seus membros.

No caminho houve uma pedra.
Era a pedra do meu caminho.

Pensei em retirar a pedra do caminho,
Mas o caminho ficaria sem pedra...
- Como é vazio o caminho sem pedra!

Preferi ficar com a pedra
E perdi o caminho,

Minha vida parou
Petrificou-se
Vida sem caminho,
Vida de pedra.

Resolvi deixar a pedra
E atirei-a lá fora.

Ficou, então, apenas o deserto...
Sem pedra e sem caminho!

Em desespero, busquei no deserto
O caminho que perdera,
A pedra que deixara...

Depois, muito depois,
Encontrei a pedra, a outra,
Sentada no deserto
Esperando por mim.

E a pedra me disse
-Eu sou o caminho,

¹⁹² Três poemas são inéditos – Desencontro, O homem, Trovas Ligeiras – os demais haviam sido publicados anteriormente (MARIA, 1995b, p. 107-140).

Eu sou a pedra.

Desde então esta pedra
Não foi mais pedra no meu caminho.
Ficou sendo

Minha pedra
Meu caminho
Minha vida.

Em seu pronunciamento, Dom Washington mencionou Dom Fernando como destacado defensor dos direitos humanos, da liberdade e da justiça, além de precursor de uma Igreja renovada, por vislumbrar uma sociedade mais justa e solidária. No entanto, além de exaltar seu antecessor como “pai preocupado, providente e carinhoso” (CRUZ, 2010), Dom Washington enfatizou que o maior legado de Dom Fernando foi seu amor a Cristo e aos irmãos. Amor que, segundo Dom Washington, materializou-se em obras voltadas para atender às necessidades do seu povo, amor que “o cativou e mobilizou toda a sua energia” (idem, *ibidem*), amor profético, solidário, terno, convencido, ativo e perseverante. Segundo o Arcebispo, Dom Fernando seguiu o exemplo de Jesus Cristo e por isso muitas vezes teria sido incompreendido e criticado:

[...] hoje vemos seu amor germinar em mais vida e em melhor vida para seus filhos tão amados. Confirmaram-se na vida do querido dom Fernando, como na vida do Senhor Crucificado, as palavras do Evangelho segundo São João: “Se o grão de trigo não cai na terra e não morre, fica sozinho, mas se morre, dá muito fruto”. (idem, *ibidem*)

Dom Washington admitiu a importância de recordar os traços nobres herdados de Dom Fernando, afirmando que constituem um “acervo espiritual” para a Arquidiocese e que viver esses valores “é condição para um desenvolvimento fecundo e sem complexos” (idem, *ibidem*). Ou seja, recordar a memória de Dom Fernando torna-se motivo de orgulho e contribui para o crescimento da Arquidiocese: “quando a sociedade, como um todo, e as pessoas individualmente, desconhecendo sua história, rompem com sua melhor tradição e esquecem sua identidade, ficam condenadas à frustração e ao fracasso” (idem, *ibidem*).

Como a memória encerra uma prática que precisa ser direcionada, Dom Washington deu ênfase a Dom Fernando como homem de fé e de amor que, sobretudo, seguiu o exemplo de Jesus Cristo, fazendo o bem e tornando-se, também, exemplo a ser seguido, não destacando sua trajetória como homem comprometido com as causas populares. Se a memória de Dom Fernando não representava mais uma ameaça e tornava-se um patrimônio a ser

preservado como referência da Igreja local, era necessário, no entanto, colocá-la em um novo patamar, o de um pai amoroso com seus filhos.

Além do reitor, vice-reitora e pró-reitores da PUC/GO, as demais autoridades presentes à cerimônia foram a primeira-dama Raquel Rodrigues, representando o então governador Alcides Rodrigues e o vereador Francisco Júnior, Presidente da Câmara Municipal. A cobertura dessa cerimônia mereceu mais destaque que as anteriores nos veículos da Arquidiocese e da universidade, reforçando o desejo de tornar o antigo Arcebispo lembrado prioritariamente como o criador da universidade, vinculando o nome de Dom Fernando ao da PUC/GO¹⁹³. Merece comentário o fato de o jornal *Folha PUC* (2010a, p. 5) ter feito a cobertura desse evento acompanhada de uma matéria sobre a trajetória de Dom Fernando, referindo-se a ele como *empreendedor*, devido aos inúmeros projetos de sua iniciativa, matéria transcrita no espaço da reitoria, na página da PUC/GO na internet¹⁹⁴.

A última cerimônia da programação do centenário sob encargo da Arquidiocese e da PUC/GO – quando também se comemorava os 51 anos de fundação da universidade – constou da missa solene, realizada na Basílica do Divino Pai Eterno em Trindade (GO), dia 17 de outubro. A basílica santuário foi preparada com a exposição fotográfica sobre Dom Fernando, organizada pelo IPEHBC e distribuída ao longo da nave, além de uma mesa à frente do altar, contendo uma pequena exposição de peças pertencentes ao *Memorial Dom Fernando*, como a mitra, a estola e a bíblia usadas pelo Arcebispo, além de seus óculos e sua câmara fotográfica. Em um cavalete ao lado da mesa foi colocada uma foto emoldurada de Dom Fernando¹⁹⁵.

Em sua homilia, Dom Washington lembrou os vários acontecimentos comemorados, entre eles o centenário de nascimento de Dom Fernando, anunciando-o aos presentes como

¹⁹³ O evento foi anunciado pelo *Brasil Central* (Homenagem a Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 515, p. 4i, out. 2010), obtendo posteriormente do jornal apenas uma foto legendada como repercussão (Presença dos pastores. *Brasil Central*, Goiânia, n. 516, p. 3i, nov. 2010). O jornal virtual *PUC Notícias* também anunciou (Comemorações de centenário continuam neste dia 15. *PUC Notícias*, Goiânia, 14/10/2010) e fez a cobertura posterior ao evento (PUC homenageia centenário de Dom Fernando Gomes. *PUC Notícias*, Goiânia, 18/10/2010). O espaço da reitoria da PUC/GO na página da universidade também anunciou (PUC Goiás comemora seus 51 anos e o centenário do nascimento de Dom Fernando. *Católica-Reitoria*, Goiânia, 15/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2897. Acesso em: 9/1/2011) e repercutiu o evento (CRUZ, Dom Washington. Dom Washington destaca trabalho social de dom Fernando ao lembrar o centenário de seu nascimento. *Católica-Reitoria*, Goiânia, 19/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2901. Acesso em: 19/10/2010).

¹⁹⁴ PUC Goiás comemora seus 51 anos e o centenário do nascimento de Dom Fernando. *Católica-Reitoria*, Goiânia, 15/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2897. Acesso em: 9/1/2011.

¹⁹⁵ Abaixo da foto está inscrito: Dom Fernando Gomes dos Santos, Primeiro Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Presidente da Sociedade Goiana de Cultura, lema do arcebispo, *Praedica Verbum*. Trata-se da foto originalmente publicada na Revista da Arquidiocese, em 1975, por ocasião do aniversário de Dom Fernando.

primeiro Arcebispo de Goiânia e fundador da PUC/GO. O Arcebispo voltou a se referir a Dom Fernando como aguerrido e visionário, ressaltando sua relação com o mundo da cultura e da educação, esquecendo o Dom Fernando preocupado com os problemas sociais enfrentados pelo povo. Em um discurso voltado para a relação de Dom Fernando com a PUC/GO, Dom Washington fez questão de agradecer ao antigo Prelado pela criação da universidade como espaço de educação qualificada, afirmando tratar-se de uma iniciativa avançada para a época.

A cerimônia contou com a presença restrita de lideranças da Arquidiocese e da PUC/GO e como representantes da universidade compareceram o Reitor, prof. Wolmir Amado – que leu o documento *Mensagem às famílias sobre educação católica*, elaborado por Dom Washington – a vice-reitora e os pró-reitores da instituição. O Deputado Federal Pedro Wilson Guimarães também esteve presente, lembrado na cerimônia como ex-reitor da PUC/GO. Além do Arcebispo, os membros do clero presentes foram Dom Waldemar Passini Dalbello, Bispo auxiliar de Goiânia e Vice-presidente da SGC, Padre Luiz Gonzaga Lobo, Secretário-geral da SGC, Padre Jesus Flores, adido da Basílica de Trindade, Frei Marcos Sassateli, Vigário episcopal para o Vicariato Oeste da Arquidiocese de Goiânia, entre outros sacerdotes.

A missa, que fora divulgada juntamente com a cerimônia anterior (BRASIL CENTRAL, 2010b, p. 4i) – realizada no Teatro Católica – obteve como repercussão apenas uma foto legendada no jornal *Brasil Central* (2010c, p. 3i), encerrando o período de comemoração do centenário de nascimento de Dom Fernando. A cobertura do centenário pelos veículos de comunicação da Arquidiocese e seus organismos não se restringiu à divulgação dos eventos oficiais. O jornal *Brasil Central*, em sua coluna intitulada *Memórias*, lembrou passagens da vida de Dom Fernando (2010c; 2010d; 2010e) e também divulgou depoimentos de religiosos que conviveram com o Prelado. Monsenhor João Daiber, Vigário Geral da Arquidiocese, lembrou as qualidades humanas e espirituais do Arcebispo e seu diálogo simples com todos os segmentos sociais, reiterando que o Arcebispo “era o homem que a Igreja de Goiânia precisava para aquela época” (DAIBER, 2010, p. 3i).

O depoimento do pároco da catedral, Monsenhor Luiz Lobo (2010a, p. 14) – publicado em parte no *Brasil Central* e na íntegra no jornal coordenado pelo padre Alaor – refere-se a Dom Fernando como “verdadeiro profeta”, lembrando seu pastoreio durante a ditadura militar, defendendo os pobres e os perseguidos políticos, afirmando que “o vigor e a coragem [do arcebispo] vinham de sua vida de fé” (LOBO, 2010b, p. 3i). Monsenhor Nelson Rafael

Fleury (2010a, p. 4i), vigário paroquial da Catedral Metropolitana, lembrou a preocupação de Dom Fernando em congregar os religiosos por meio de retiros e reuniões periódicas.

O jornal *Folha PUC* (2010b, p. 20) publicou matéria apresentando parte da biografia de Dom Fernando, ressaltando sua preocupação com a educação, culminando com a criação da PUC/GO, e cita também a experiência de reforma agrária possibilitada pelo Arcebispo na Fazenda Conceição, de propriedade da Arquidiocese. Em artigo publicado no jornal *Diário da Manhã*, transcrito pelo jornal virtual *PUC Notícias*, o Professor Daniel Barbosa (2010a; 2010b), pró-reitor de administração da PUC/GO, conta sua experiência como aluno do Seminário Santa Cruz, destacando que uma das principais lições que recebeu do Prelado foi a de não ter medo de errar: "aprendi [...] que não é possível estar de bem com todos, porque a vida exige que tomemos posição e, em algum momento, temos que contrariar alguém [...] portanto, por medo de errar não podemos deixar de empreender ou transformar". Além disso, a *UCG TV* veiculou o vídeo sobre Dom Fernando diversas vezes durante o ano do centenário.

Algumas paróquias repercutiram as comemorações em suas páginas na internet, sendo que a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, da Catedral Metropolitana, publicou várias matérias em seu jornal. Em três edições do jornal *Vem e Segue-me* o Monsenhor Rafael Fleury (2010b; 2010c; 2010d) publicou uma sequência de textos historiando a trajetória de Dom Fernando na Arquidiocese, comentando sobre a biografia do Prelado, sua chegada a Goiânia e suas realizações. O jornal trouxe, ainda, uma matéria escrita por Dom Antônio e outra pelo Monsenhor Luiz Gonzaga Lobo, ambas publicadas também no jornal *Comunidade São Francisco de Assis*, coordenado pelo padre Alaor. Sobre a ínfima divulgação do centenário, o Padre Alaor (AGUIAR, 2010, p. 16) assim se manifestou:

Algumas chamadas no jornal Brasil Central, artigos no jornal da Paróquia da Catedral e mais uma ou duas paróquias, Rádio Difusora de Goiânia fez rápidas reflexões com Pe. Jesus Flores, a Folha PUC Goiás trouxe o poema da morte e pequenas chamadas, houve pouquíssimas alusões ao Grande Evento nos jornais da capital e, menos ainda, nos televisivos. A memória está muito curta e parece que alguns querem que ela fique mais oculta ainda!

A entrega, pelo segundo ano consecutivo, do Prêmio Dom Fernando de Solidariedade, dia 4 de dezembro, durante a Feira da Solidariedade, por iniciativa da Arquidiocese, foi o último evento que marcou as comemorações do centenário de nascimento de Dom Fernando pela Arquidiocese de Goiânia. Segundo os organizadores, o prêmio é o reconhecimento do trabalho desenvolvido por pessoas e instituições que se destacam por seus exemplos de ações

solidárias¹⁹⁶. A Feira da Solidariedade estava em sua sétima edição e tem-se constituído em uma das iniciativas mais importantes da gestão de Dom Washington, que explicou, no início da cerimônia, que a ideia de criar o prêmio e dar a ele o nome de Dom Fernando surgiu no ano anterior, quando se definia a programação do centenário, afirmando que a decisão teve como objetivo ligar definitivamente o nome do primeiro Arcebispo de Goiânia à Feira da Solidariedade. O Arcebispo enfatizou, ainda, tratar-se de uma homenagem a Dom Fernando, em agradecimento ao testemunho de vida solidária que o anterior Arcebispo deixou como legado. Dom Washington revelou também desejar que a feira crescesse e transformasse Goiânia na capital da solidariedade, revelando uma nova ancoragem da memória de Dom Fernando, desta vez em ações solidárias, mostrando a importância de trazer o nome daquele Prelado para respaldar os encaminhamentos da administração arquidiocesana no presente e no futuro.

Ao refletirmos sobre o sentido atribuído à memória de Dom Fernando pelo grupo à frente da Arquidiocese, sobressai um trabalho de reelaboração dessa memória. Ou seja, enquanto o grupo ligado a Dom Fernando registrava como digno da memória do Arcebispo o período em que ele defendeu os perseguidos políticos e os marginalizados pelas políticas econômicas, o novo grupo pretende que a memória do Prelado seja vinculada mais efetivamente à criação da PUC/GO e às obras de solidariedade no âmbito da Arquidiocese. O que estava em jogo eram dois modelos de Igreja, sendo que o novo grupo no comando da Arquidiocese precisava imprimir sua marca não se colocando à sombra de Dom Fernando, mas se apropriando da memória do Arcebispo em favor do projeto pastoral em vigor na Arquidiocese.

Enquanto a Arquidiocese manteve a estrutura necessária para a promoção de eventos e os meios internos de comunicação para divulgá-los, os ex-auxiliares de Dom Fernando ancoravam-se basicamente nas lembranças. Para marcar o centenário de nascimento do Prelado esse grupo contou praticamente com a divulgação de três encartes no jornal

¹⁹⁶ Na ocasião, o prêmio foi entregue a seis pessoas e a seis instituições que desenvolvem trabalhos sociais e assistenciais. Pessoas: Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Frei Marcos Sassateli, Ir. Margarida (Ethigênia Margarida da Silva), Ir. Amélia (Rina Vittorina Biolchi), Elisete Tavares, Maria do Rosário de Jesus. Entidades: Associação Beija-Flor, Centro Social Pai Eterno (Cespe), Casa Bom Samaritano, Escola Centro de Orientação e Valorização do Adolescente e da Mulher (Ecovam), Pastoral da Moradia de Silvânia e Núcleo Educação Mãe Amorosa. Além das menções honrosas a Ana Maria Melini e a Azelito Souza do Nascimento.

Comunidade São Francisco de Assis, da Pastoral da Comunicação da paróquia de mesmo nome, no Bairro São Francisco, cujo pároco é o Padre Alaor Rodrigues de Aguiar. O jornal publicou cerca de quarenta depoimentos em seus números que circularam em janeiro, março e junho, o primeiro deles inaugurando as comemorações do centenário na Arquidiocese. No último número da série, o jornal estampou em sua primeira página uma foto de Dom Washington abraçando o Padre Pereira, durante a missa de abertura do centenário, parecendo desejar transmitir a mensagem de que a Arquidiocese finalmente buscou se reconciliar com o passado e com o Padre.

Padre Alaor tornou-se o maestro dessa comemoração paralela porque foi dele a iniciativa de produzir os encartes do jornal e fazer contatos com as pessoas que tiveram proximidade com Dom Fernando, solicitando seus depoimentos¹⁹⁷. O Padre foi também responsável por parte da repercussão das comemorações fora do âmbito da Arquidiocese de Goiânia, enviando pelo menos três matérias sobre o centenário para serem publicadas na página da CNBB na internet. Além disso, Padre Alaor foi a Patos (PB) participar das comemorações do centenário na terra natal de Dom Fernando – que mobilizou a cidade com uma intensa programação durante dois meses¹⁹⁸ – fazendo a ligação entre as duas comemorações.

¹⁹⁷ Padre Alaor publicou ainda dois folhetos com textos que escreveu sobre Dom Fernando: “Dom Fernando Gomes dos Santos: homem certo no tempo e no lugar certos” e “Dom Fernando semeou esperanças nas lutas pela justiça, verdade, liberdade e testemunho de Jesus Cristo”.

¹⁹⁸ Para organizar o centenário em Patos (PB) foi formada uma comissão composta por representantes da diocese, da prefeitura – Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura – do Instituto Histórico e Geográfico de Patos e da Fundação Ernani Sátiro, que coordenou todo o trabalho. A abertura, dia 4 de abril, contou com uma *missa solene* celebrada pelo padre Espedito Caetano da Silva, vigário da Catedral de Nossa Senhora da Guia. Na ocasião foi lançado um *livreto*, com 16 páginas, contendo uma cronologia dos principais eventos da vida de Dom Fernando, um registro fotográfico sobre o Prelado e o “Poema da Morte” escrito por ele. Uma *exposição* sobre Dom Fernando ocupou todas as salas da Fundação Ernani Sátiro, em que foram exibidas fotografias, livros escritos sobre ele, Revistas e jornais com textos referentes ao Prelado. A exposição, que também apresentou painéis com poemas do arcebispo, permaneceu aberta durante toda a programação do centenário.

A programação contou também com uma *Gincana Cultural*, na qual os participantes respondiam questões sobre Dom Fernando baseadas no folheto distribuído na abertura do centenário, como forma de estimular os patoenses a conhecer o Arcebispo. A gincana fez parte da programação da Rádio Panati, de Patos – com o título *Dom Fernando Gomes: conheça sua vida e sua história* – durante os domingos de abril e maio. O envolvimento das escolas locais no centenário foi intenso, devido à participação da Secretaria Municipal de Educação, que promoveu nas escolas palestras, exposição fotográfica e apresentação de vídeo sobre Dom Fernando. Além disso, foi realizado um *Concurso de Redação* – com o título *O papel de Dom Fernando Gomes na Igreja e na sociedade* – voltado para alunos de rede pública e particular de patos.

Outro evento importante foi a inauguração da *Sala Dom Fernando*, na Biblioteca Municipal de Patos, local em que foi colocado todo o material arrolado sobre o Prelado para consulta da população. Na ocasião o Padre Alaor entregou aos organizadores uma coleção completa da *Revista da Arquidiocese* doada por Dom Antônio, além de um álbum com fotografias de Dom Fernando (Dom Antônio enviou ainda uma carta à comissão organizadora do centenário e o terço usado por Dom Fernando, que será colocado no Museu Diocesano de Patos). Durante a inauguração, Rui Dantas (2010, p. 5), sobrinho de Dom Fernando, proferiu palestra em que discorreu sobre como Dom Fernando seguiu o exemplo de Jesus Cristo durante sua vida. Como parte do encerramento das atividades

Padre Alaor, movido pela emoção, não escondia seu inconformismo com o que considerava apagamento que a memória de Dom Fernando sofreu na última década e desdobrou-se para manter viva a esperança de que essa memória perdure, afirmando sua atualidade:

Com a distância de 25 anos, tenho observado que muitas das impressões fortes da época já se desfizeram ou perderam sua força e até a espiritualidade das lutas e da vibração daqueles momentos de viva esperança. Mesmo assim, tentei animar e comunicar durante o Centenário de Dom Fernando aquilo que conservo de mais vivo na memória e no coração. Ainda tenho rezado para que a memória de Dom Fernando não passe pelo ralo dos acontecimentos. Esta memória foi e é um apelo à conversão dentro e fora das paredes da Igreja. O eco de sua orientação rumo às atitudes evangélicas, ainda nos dias de hoje, pode ser ouvido: “não tenha medo de errar!” (AGUIAR, 2010c, p. 1)658.

O Padre (2010b, p. 3) desejava não só criar um lugar de memória para Dom Fernando, mas trazer de volta o exemplo vivo do Prelado, chegando a se referir não à memória, mas à própria vida de Dom Fernando:

Não podemos nos permitir o esvaziamento da vida de Dom Fernando, quando é celebrado o centenário de seu nascimento. Cada um dos amigos e amigas, que nos brindaram com seus textos, neste 2º. *Encarte Especial de Dom Fernando*, encontraram com a beleza, a verdade, o vigor e a fé inquebrantável deste guerreiro dos pobres e injustiçados. Vejam passos neste processo revelador. Também isto faz parte da vida de um homem de fé, do testemunho do bispo-pastor-profeta-irmão que deve obrigatoriamente permanecer sempre mais vivo no meio de nós, no Centro-Oeste, no Brasil e na América Latina.

Para referendar a autenticidade e a representatividade dos depoimentos, Padre Alaor (2010b, p. 1) revela que estes foram buscados “na vida de pessoas que beberam na mesma fonte que o Primeiro Arcebispo de Goiânia” e “que acenderam sua tocha no mesmo Espírito Santo de Deus” (idem, ibidem). Segundo o Padre, essas testemunhas eram “verdadeiros

do centenário foi realizada *Sessão Solene* no Fórum Miguel Sátilo, durante a qual foram entregues prêmios aos vencedores da Gincana Cultura, do Concurso de Redação e também a pessoas que contribuíram para a realização do centenário. Na ocasião foi proferida uma palestra pelo escritor Flávio Sátilo (2010, p. 6-7) Fernandes, em que narrou episódios interessantes vividos por Dom Fernando em Patos lançado o livro *Uma Trajetória Emblemática: centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos*, de minha autoria. Durante todo o centenário houve também programas especiais nas rádios locais, além de palestras em entidades culturais. A comunidade política também foi mobilizada, com a realização de Sessão Especial na Câmara de Vereadores de Patos, com a presença de cerca de 500 pessoas. No domingo, dia 30 de maio, foi celebrada a *missa solene* de encerramento do centenário em Patos, concelebrada pelo bispo diocesano Dom Manoel dos Reis Farias, pelo pároco da catedral, Padre Espedito Caetano da Silva e pelo padre Alaor Barbosa, que fez a homilia. Depois do encerramento do centenário em Patos foi realizada ainda *Sessão Especial* em homenagem a Dom Fernando na Assembléia Legislativa da Paraíba, em João Pessoa, dia 14 de junho, com a entrega da comenda Dom Fernando Gomes a autoridades paraibanas.

acervos ambulantes” (idem, p. 3) e a publicação dos textos visava contribuir com as celebrações que, segundo ele, atualizam a pessoa, a personalidade e a memória viva de Dom Fernando. O padre propôs aos depoentes a reflexão sobre três questões: Qual deve ser o eixo das celebrações? O que significa afirmar que “Dom Fernando continua vivo no meio de nós”? Qual seria a grande mensagem de Dom Fernando para a Igreja e a sociedade nos dias atuais?

Antes de tudo, é preciso refletir sobre o que significava para esse grupo lembrar Dom Fernando em seu centenário de nascimento e o que motivava essas pessoas a recordarem o Arcebispo. Os depoentes acreditavam que lembrar Dom Fernando poderia ter alguma influência no tempo presente? Ao observar esses depoimentos percebe-se que foram unânimes em proclamar que Dom Fernando não poderia ser esquecido, revelando um “dever de memória”. Dom Celso (ALMEIDA, 2010, p. 4) chega a afirmar que celebrar o centenário de nascimento do Arcebispo “é cumprir um dever de justiça pelo que ele realizou na Igreja do Centro-Oeste”. No entanto, muitos vão além e revelam a esperança de que o centenário pudesse ajudar a Igreja a repensar seus rumos, atualizando essa memória. Ivo Poletto, ex-assessor da CPT, após lembrar Dom Fernando como um homem ativo, participativo e provocador de mudanças, confirma essa perspectiva:

[...] esta celebração tem sentido como nova oportunidade para os que estão reduzindo a mensagem de Jesus às suas escolhas e comodismos reverem suas opções, retomando o caminho da fidelidade ao projeto libertador de Jesus, sempre na perspectiva do Reino, sua grande paixão e utopia. (POLETO, 2010, p. 5)

O mesmo pensamento movia outro sacerdote, que revela sua esperança de que a coragem, a firmeza, a autenticidade e a liderança de Dom Fernando servissem de exemplo a todos que têm “perdido o entusiasmo e o gosto por uma Igreja de opções claras e corajosas em favor dos pobres, dos coisificados deste mundo” (ANTONY, 2010, p. 12). Frei Marcos Sassatelli (2010a, p. 7)¹⁹⁹ completa: “hoje [Dom Fernando] diria para a Igreja de Goiânia que ela deveria ser mais simples, mais pobre e comprometida com as lutas dos pobres e mais comprometida com os direitos humanos. Que a Igreja de Goiânia seja testemunha da luta pelo Reino de Deus na História”. Outros depoentes reforçavam essa perspectiva, almejando que as comemorações pudessem revigorar a Igreja, por meio do exemplo de vida deixado por Dom Fernando. Padre Antônio Rocha via no tempo presente um vazio de vozes proféticas com a coragem de Dom Fernando para denunciar as injustiças:

¹⁹⁹ Frei Marcos reforça essa perspectiva em outra publicação. Ver Sassatelli (2010b).

Estou convicto que a sua memória trará um novo vigor para a continuidade da caminhada do povo de Deus rumo à terra prometida. [...] Manter viva a memória de Dom Fernando é se convencer de que o seu testemunho evangélico em favor dos pobres ainda continua válido e atual. Assumir a sua luta e o seu testemunho no contexto em que vivemos, diante de uma crise de profetismo e esperança é mais do que necessário; é urgente! A sua coragem e o seu destemor, próprio daqueles que foram ungidos e possuem o Espírito de Deus, devem nos contagiar e nos inspirar para um enfrentamento constante contra as forças que atentam contra a dignidade humana. (ROCHA, 2010, p. 11)

Esse depoimento revela os pilares em que se alicerçava a maioria dos depoimentos sobre Dom Fernando, vendo nele um *defensor dos pobres e perseguidos*²⁰⁰ e, sobretudo, um *profeta* que denunciava as injustiças e anunciava o evangelho, além de destacar a sua coragem profética. A afirmação dessa memória era um importante contraponto para o grupo demarcar a diferença entre o modelo de Igreja implantado por Dom Fernando e o modelo em vigor na Arquidiocese, alegando que o anterior tem muito a ensinar ao atual.

As lembranças voltam-se prioritariamente ao período posterior a dois marcantes acontecimentos históricos: o Concílio Vaticano II (1962-1965) e o acirramento do regime militar em 1968. Ao elegerem a participação de Dom Fernando nas mudanças da Igreja e no enfrentamento com o regime como principais marcos dessa memória, os depoentes afirmavam que a presença do Prelado em Goiás naquele período era fruto da providência divina, endossando que era o homem certo no lugar certo. Segundo palavra do Padre Jesus Flores (2010, p. 7): “Ele foi o homem certo para aquele momento certo. No tempo do Concílio, no tempo da ditadura militar, foi um homem providencial para aquela hora”²⁰¹.

Segundo Ivo Poleto (2010, p. 5), Dom Fernando tornou-se “uma luz levantada na encruzilhada geográfica e cultural” em que havia se transformado o Centro-Oeste do Brasil. Para Dom Pedro Casaldáliga (2010, p. 4), o Arcebispo foi o “homem da Igreja”, capaz de tomar decisões e assumir responsabilidades em um momento decisivo para a instituição, para o Brasil e particularmente para o Centro-Oeste, fronteira que desafiava a Igreja exigindo criatividade e profecia: “olhando a distância todo esse itinerário eclesial e civil do Centro-Oeste, a gente não consegue imaginar outra figura que não o Dom Fernando”.

Conforme sintetiza o professor Antônio Cappi (2010, p. 9), ao falar de Dom Fernando, “são as épocas de luta que revelam os grandes homens”. Foi a inserção do Arcebispo na

²⁰⁰ Frei Leonardo Boff havia denominado Dom Fernando como *defensor et procurator populi*, máxima publicada na capa e no editorial da REB (BOFF, 1985).

²⁰¹ O Padre Jesus Flores lembrou o Centenário de Nascimento de Dom Fernando também em seu programa “Rádio Livre”, na Rádio Difusora de Goiânia.

história, influenciando os acontecimentos e sendo influenciado por eles, que levou a maioria dos depoentes a denominar o Arcebispo, além de homem providencial, um profeta. Para eles, Dom Fernando foi profeta por *denunciar* as injustiças contra os pobres e perseguidos e por *anunciar* o evangelho em uma Igreja renovada.

Por suas decisivas atitudes na condução da Igreja, o professor Gil (RIBEIRO, 2010, p. 9) defende que “Dom Fernando foi o homem que viveu além de seu tempo. Vivendo ainda na época de uma Igreja atrelada ao dogmatismo, ao culto verticalista, pouco voltada à realidade do mundo, da humanidade, D. Fernando foi uma voz profética anunciando o Evangelho libertador”. Para o professor Joel, o arcebispo foi profeta nos “tempos de chumbo” da ditadura militar, agindo como um esteio de resistência ao regime em Goiás:

Em momento algum, esqueceu-se do “anúncio” do evangelho sendo o pastor e animador desta grande Arquidiocese. Ao mesmo tempo, com coragem “denunciou” ininterruptamente as injustiças em todos os níveis, o desrespeito estrutural aos direitos humanos, as prisões e torturas de cidadãos sendo cristãos ou não. Gritava, como faziam os profetas bíblicos, na defesa dos que não tinham voz e espaço. (FERREIRA, 2010, p. 9)

Para a professora Marlene Moura (2010, p. 13), “o anúncio e a denúncia fazem de Dom Fernando um homem da comunicação e do diálogo”, lembrando os artigos, homilias e cartas pastorais escritos pelo Arcebispo, que remetem a seu lema *Praedica Verbum*. A professora destaca, ainda, o seguimento de Jesus na prática pastoral de Dom Fernando, lembrando a luta do pelado em defesa dos índios, dos lavradores sem-terra e dos religiosos perseguidos pelo regime militar.

O compromisso de Dom Fernando com a causa dos pobres e da justiça social foi ressaltado por vários depoentes. Para o padre Antônio Rocha (2010, p. 11), “poucos como Dom Fernando ousaram em nome da fé e do direito interceder em defesa dos pobres e daqueles que lutavam em favor dos direitos humanos e da igualdade de condições ao acesso dos bens de sustentação e manutenção da vida”. Segundo Frei Marcos Sassatelli (2010, p. 7), a prática de Dom Fernando “era uma forma de concretizar as lutas da Igreja viva no meio do povo de Deus”, apoiando os mais pobres, as lutas dos trabalhadores, os direitos humanos, as CEBs, o protagonismo dos leigos, entre outras iniciativas.

Para muitos depoentes, as ações de Dom Fernando estavam alicerçadas em sua crença em uma Igreja comprometida com o reino de Deus e, por isso, o Arcebispo seguia o exemplo de Jesus Cristo, com todas as consequências que essa atitude implicava, inclusive sacrificando

a própria vida. Padre Luiz Lobo (2010, p. 14), ao referir-se a Dom Fernando como homem de coragem invencível e fé inabalável, confirma essa perspectiva: “verdadeiro profeta, pregou com seus atos e palavra, com insistência e firmeza a palavra de Deus, mostrando a eficácia profética da palavra que liberta e dá vida”. Para o Padre, a força e o vigor de Dom Fernando vinham de sua vida de fé, oração, vivência da palavra e da eucaristia.

Para Ivo Poletto (2010, p. 5), o “grito profético” de Dom Fernando “foi sempre no sentido de “não ter medo” e de construir verdadeira comunidade eclesial a serviço da causa de Jesus”. A coragem de Dom Fernando foi uma das virtudes mais destacadas, principalmente a coragem de falar a verdade que, segundo alguns, teria proporcionado ao Arcebispo muitas amizades, mas também muitas incompreensões e afastamentos. “Não ter medo de errar”, foi uma frase muito citada como um dos principais ensinamentos para quem conviveu com o Prelado.

Há também os que se orgulham de ser testemunha da vida do Prelado, como Dom Antônio, que alega ser “talvez, o mais privilegiado do ministério de Dom Fernando aqui na nossa Arquidiocese. Privilegiado, por ter vivido muito próximo a ele desde o começo de seu pastoreio” (OLIVEIRA, 2010, p. 6), de quem teria aprendido muito com a participação nos projetos e decisões do Prelado. Por sua vez, Monsenhor Fleury revela ter recebido em sua vida sacerdotal a graça especial de viver a maior parte de sua ação pastoral perto dos bispos Dom Emanuel, Dom Abel, Dom Antônio, destacando “principalmente” Dom Fernando, de quem dizia admirar a sinceridade e a “integral dedicação à causa do reino” (FLEURY, 2010e, p. 6).

Dom Pedro Casaldáliga (2010, p. 4) afirma se sentir abençoado por ter desfrutado do “apadrinhamento” de Dom Fernando em relação a quem dizia ter “uma longa dívida de gratidão e de carinho”. Esse mesmo sentimento de apadrinhamento foi revelado pelo professor Cappi (2010, p. 9), ao afirmar ter se sentido protegido por Dom Fernando ao dar suas aulas no período da ditadura: “Dom Fernando era o escudo de defesa para todos os que lutavam em defesa da liberdade e dos direitos humanos”. O professor Pedro Wilson destacou sentir-se honrado por ter representado o laicato goianiense na época de Dom Fernando em diversas comissões e inclusive ter assumido funções administrativas no período²⁰² (GUIMARÃES, 2010, p. 18).

²⁰² Esse texto foi publicado também no *Diário da Manhã* de 21/2/2010, p. 5, com o título “D. Fernando Gomes dos Santos – 1910/1985/2010b – compromisso e história”.

Durante as comemorações do centenário de nascimento de Dom Fernando, a Organização Jaime Câmara veiculou o programa *Em cada canto uma história*²⁰³, sobre o Terminal Rodoviário de Goiânia, que recebeu o nome de *Dom Fernando Gomes dos Santos* em 1987, um ano após sua inauguração e dois após a morte do Arcebispo. O projeto para denominar o terminal foi iniciativa do Deputado Estadual Antônio Carlos Moura²⁰⁴, que foi Assessor de Comunicação da Arquidiocese no período de Dom Fernando e de Dom Antônio. Em sua justificativa, o deputado afirma que poucas pessoas fizeram tanto por Goiás quanto o Arcebispo e que, por isso, tratava-se de uma homenagem justa a um homem, segundo ele, “destemido e inquebrantável defensor dos direitos humanos [...] um dos maiores luminares do episcopado brasileiro”²⁰⁵. Dom Pedro (CASALDÁLIGA, 2010, p. 4) revela: “Quando vejo na rodoviária de Goiânia aquele imenso nome de *Dom Fernando Gomes dos Santos* tenho a sensação de um abraço de tamanho gigante para tantos que chegam, em viagens de diferentes motivos e muito concretamente para encontros pastorais e sociais”.

Ao compararmos as duas comemorações – da Arquidiocese e dos ex-auxiliares de Dom Fernando – evidencia-se que alguns religiosos que trabalham na Arquidiocese e na Catedral depõem nos veículos de comunicação de ambos os grupos que disputam essa memória, com depoimentos bastante semelhantes. A diferença está no espaço conferido a eles para se manifestar: enquanto no encarte do jornal *Comunidade São Francisco de Assis* o espaço era amplo e exclusivo para os depoimentos sobre Dom Fernando, nos veículos de

²⁰³ Os programas do projeto *Em Cada Canto uma História*, são divulgados pela *TV Anhanguera*, pelo jornal *O Popular* e pelo sistema de rádio da organização.

²⁰⁴ Moura (1950-2000), como era conhecido, foi deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, de 1987 a 1990, mas seu trabalho principal foi a militância católica. Formado em Jornalismo pela USP, mudou-se para Goiânia em 1977, assumindo nesse mesmo ano a Assessoria de Comunicação da CPT Nacional. Em 1980, assumiu o setor de comunicação da Arquidiocese a convite de Dom Fernando e, no arcebispado de Dom Antônio, além de assessor de comunicação assumiu também a assessoria da equipe de formação política da Arquidiocese. Ademais, foi Assessor de Imprensa da UCG (1984-1986), editor do jornal *Diário da Manhã* (1980-1981) e correspondente dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Movimento* (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 2000, p. 16-22).

²⁰⁵ Lei n. 10.231, de 16/07/1987, Diário Oficial do Estado de Goiás, 15.277, de 23/07/1987, p. 1. Dom Fernando recebeu diversas outras homenagens por parte dos poderes públicos após sua morte, merecendo destaque a denominação *Dom Fernando* a quatro escolas, sendo três estaduais e uma municipal: *Escola Estadual Dom Fernando Gomes dos Santos*, no Jardim Califórnia (Lei n. 10.392, de 30/12/1987, Diário Oficial do Estado de Goiás, n. 15.385, de 30/12/1987, p. 2-3), *Escola Estadual Dom Fernando I*, no Jardim Dom Fernando I (Lei n. 12.271, de 20/01/1994, Diário Oficial do Estado de Goiás n. 16.874, de 28/01/1994, p. 2), *Escola Estadual Dom Fernando II*, no Jardim Dom Fernando II (Lei n. 12.088, de 10/09/1993, Diário Oficial do Estado de Goiás, n. 16.783, de 16/09/1993, p. 1) e *Escola Municipal Dom Fernando Gomes dos Santos* (Lei n. 7.966, de 10/04/2000, Diário Oficial do Município de Goiânia n. 2.507, 17/04/2000, p. 1). Além disso, um trecho da Rodovia GO-413, entre Piracanjuba e Caldas Novas, recebeu o nome de *Rodovia Dom Fernando Gomes dos Santos*. Na justificativa do projeto, o Deputado João Natal argumentou que Dom Fernando era “um paladino na luta pelos direitos humanos, pelas liberdades do indivíduo e pela restauração da democracia no nosso país” (Lei n. 9.982 de 27/01/1986, Diário Oficial do Estado de Goiás n. 14.913, de 31/01/1986, p. 1).

comunicação da Arquidiocese os depoimentos eram restritos e se perdiam em meio a outras notícias, revelando o limite do espaço para essa manifestação.

As representações de ambos os grupos são falhas, marcadas pelo esquecimento daquilo que não interessa lembrar, daquilo que não se mostra como significativo para os mesmos. Toda lembrança é marcada pelo esquecimento como sua outra face, e enquanto uma se ilumina a outra permanece na escuridão. Os ex-auxiliares de Dom Fernando reforçam a imagem do antigo Arcebispo como homem de coragem profética que lutou ao lado dos pobres e perseguidos políticos, coerente com o modelo de Igreja adotado pelo Prelado após o Concílio Vaticano II, como se a vida sacerdotal de Dom Fernando tivesse início nesse período. O outro grupo também se reporta a essa prática, mas procura restringi-la no tempo, destacando outros feitos do Arcebispo, desejando redefini-lo como um empreendedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade de se abarcar a realidade como um todo, as representações são ativadas para conferir sentido ao mundo. Esse processo não foi diferente para Dom Fernando e seus auxiliares, que, diante de desafios complexos para a Igreja, procuraram formas de enfrentá-los, construindo uma narrativa sobre a atuação do Prelado que desejavam ver guardada na memória dos goianos. O estudo das representações construídas sobre o Arcebispo, por meio dos veículos de comunicação da Arquidiocese, desvela um processo de escolhas e de esquecimentos, tendo em vista mostrá-lo como o homem certo para atuar em Goiás naquele período. Erigido como modelo de cristão por seu altruísmo e sua fidelidade a Deus e à Igreja, teria morrido como mártir para “ressuscitar” como legitimador do trabalho de seus sucessores.

Dom Fernando chegou a Goiás em um período de acelerada laicização da sociedade, mostrando acreditar na construção de um mundo melhor, em que a Igreja teria papel reconhecido, apresentando-se como revestido das virtudes necessárias para tal empreitada. Carentes de uma liderança local e representativa, segmentos religiosos e leigos aglutinaram-se em torno do Prelado, projetando-o como líder capaz de dar à Arquidiocese de Goiânia o destaque necessário diante dos demais poderes constituídos da sociedade. Ao converter-se a um modelo de Igreja mais próxima do povo, o Prelado implantou uma nova linha pastoral na Arquidiocese, priorizando a defesa de causas populares, o que ampliou a adesão do grupo em torno do Arcebispo. Esse grupo se identificava com o projeto pastoral do Prelado e projetava sua figura por meio dos veículos de comunicação da Arquidiocese, visando a consolidação desse modelo comprometido com a luta por uma sociedade mais justa, impossibilitando o fortalecimento de outros no interior da Arquidiocese.

Desde sua chegada à jovem capital em desenvolvimento o Arcebispo foi percebido como alguém que compreendeu a extensão do desafio com o qual teria que se defrontar como pastor dedicado no cumprimento de sua missão sacerdotal. Seu apoio aos movimentos sociais, à causa dos pobres, aos posseiros urbanos e rurais foram projetados pelo grupo, ampliando o consenso em torno do Arcebispo. Seus embates com os governos militares, quando o regime recrudesceu sua posição política, cerceando a liberdade e fazendo tábula rasa dos direitos humanos, foram destacados pelo grupo como dignos de marcarem a memória do Prelado.

A entronização da memória do Arcebispo em um nicho de quase sacralidade foi justificada pelo grupo como decorrente de sua postura quase ascética, apontando uma vocação precoce, reconfirmada a cada dificuldade interposta em seu caminho, superadas com sua reafirmação de fé em Deus e na sua escolha pela vida religiosa. Sua morte, como sua vida, também foi idealizada, tanto pelo grupo que gravitava em torno dele quanto pelos fiéis que enxergaram em sua doença o sinal de martírio que caracteriza a vida daqueles que se esquecem de si e vivem de forma a louvar a Deus e ao próximo, aproximando o culto de sua memória ao culto dos santos.

A reatualização da memória de suas ações em distintos campos e distintos momentos foi levada a cabo nas celebrações das suas exéquias e tiveram continuidade na gestão do seu sucessor imediato. Entretanto, esse processo foi refreado com a chegada do atual Arcebispo a Goiânia, que implantou um novo modelo de Igreja, afastando os membros mais representativos do período de Dom Fernando. Esse processo gerou tensões e dissensos, mas o grupo atual logrou sucesso nessa empreitada, contando com o distanciamento propiciado por mais de 25 anos decorridos após a morte do Arcebispo.

O ápice desse antagonismo foi a comemoração do Centenário de Nascimento de Dom Fernando, em 2010, evidenciando um processo de re-enquadramento da sua memória, da forma como vinha sendo cultivada pelos seus coetâneos. As duas comemorações paralelas, sem se ignorarem mutuamente, desvelaram a complexidade de se lidar com a herança de um personagem da envergadura de Dom Fernando, imortalizado em denominações de instituições, eventos, logradouros públicos, escolas e na memória de seus seguidores. A disputa de memória protagonizada pelo grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando e pelos membros atualmente à frente da Arquidiocese revelou a defesa de dois projetos de Igreja que se debatiam no interior da instituição, mas que também têm visões diferentes sobre a relação da instituição com o mundo.

Se, no percurso histórico, algumas memórias tendem a ser ofuscadas, no caso de Dom Fernando a sua biografia e o cultivo dessa memória parecem indicar que pode não ser esse o resultado de seu arcebispado. Seus seguidores mostraram o esforço para não permitir esse inexorável desenlace. Em uma sociedade cada vez mais laicizada e iconoclasta, defendem que o exemplo de dedicação de Dom Fernando à causa católica e social continua a apontá-lo como modelo para revigorar a presença da Igreja na sociedade.

GLOSSÁRIO

ALVA: “veste litúrgica de linho, em forma de túnica, com mangas estreitas, descendentes até o chão, [...] significa a pureza de coração com que o sacerdote deve celebrar os ofícios divinos” (RÓWER, 1928, p. 10-11).

ÂMBULA: “cálice maior ou menor, conforme as necessidades, com tampa para a conservação e distribuição das sagradas hóstias aos fiéis na santa comunhão” (RÓWER, 1928, p. 11).

AMITO: “peça de linho branco, com dois cadarços e cruz bordada no centro, que o sacerdote põe sobre a cabeça e depois deixa cair sobre os ombros; significa a defesa do sacerdote contra as insígnias do demônio, por isso é chamado „elmo de salvação“” (MAIA, 1966, p. 16).

ANEL: “(pontifício e episcopal) – o que é usado como ornamento e indicativo de autoridade” (MAIA, 1966, p. 17-18).

BÁCULO PASTORAL: “bastão encimado por uma curvatura, que o Bispo diocesano usa na mão esquerda nas funções litúrgicas solenes, menos nas Missas de *Requiem* e da Sexta-feira da Paixão, com a curvatura virada para o povo. Sendo símbolo de seu ofício de pastor (por isso o báculo e chamado também cajado), o Bispo sem licença especial não o pode usar em outra diocese” (RÓWER, 1928, p. 21).

BARRETE: “cobertura quadrangular para a cabeça dos clérigos; possui 3 ângulos salientes com gomos e 2 reentrantes; quando se destina a Bispos ou a outros dignitários tem cor roxo-escarlate, de Cardeal é púrpura” (MAIA, 1966, p. 29).

BATINA: “era o vestuário talar dos abades; tornou-se posteriormente de uso dos padres; atualmente está sendo substituída pelo *clergy-man*” (MAIA, 1966, p. 30).

CASULA: “último paramento litúrgico que o sacerdote usa na celebração da Missa; pode ser em estilo romano ou gótico; significa o suave jugo do Senhor e simboliza a cruz que Cristo levou ao Calvário” (MAIA, 1966, p. 45).

CÍNGULO: “cordão, geralmente de linho, que aperta e sustenta a alva na cintura do sacerdote; significa a virtude da continência e da castidade, simbolizando as cordas com as quais amarraram Cristo” (MAIA, 1966, p. 48).

CLERGYMAN: “Traje clerical consistindo num terno comum (preto ou cinza) com uma espécie de “plaston” ou colete com colarinho fechado na frente (colarinho eclesiástico)” (MAIA, 1966, p. 49-50).

DALMÁTICA: “túnica larga, com ou sem manga, aberta dos lados, geralmente bordada a ouro, originando-se seu nome da Dalmácia, em Roma” (MAIA, 1966, p.64). “Segundo exprime a fórmula proferida pelo Bispo na ordenação do diácono, a dalmática significa a salvação, a alegria, a justiça” (RÓWER, 1928, p. 60).

ESTOLA: “paramento litúrgico em forma de tira comprida, de uns 8 a 10 cm de largura, geralmente mais larga nas extremidades, com cruz bordada ou pintada no meio ou também nas pontas; [...] simboliza a autoridade sacerdotal e nos paramentos da Missa lembra a cruz que Cristo levou até o Calvário” (MAIA, 1966, p. 81-82).

MITRA: “cobertura para a cabeça dos Cardeais, Bispos, Abades e outros Prelados que tenham permissão especial da Santa Sé (Monsenhores)” (MAIA, 1966, p.134).

MOZETA: “Murça eclesiástica ou prelatícia” (FERREIRA, P. 950).

MURÇA: “pequena capa redonda, abotoada na frente, que cobre somente os ombros, espáduas e peito, tendo, atrás um pequeno capuz; como insígnia de jurisdição compete ao Papa, Cardeais e Bispos. [...] Varia de cor conforme a dignidade ou Ordens: [...] Bispo, violeta” (MAIA, 1966, p. 136).

NAVETA: “Pequeno vaso de metal, geralmente em forma de navio, onde se coloca o incenso em grãos para ser retirado com uma colherinha e se deitar sobre as brasas, no turíbulo, para as incensações” (MAIA, 1966, p. 138)

PÁLIO: “Sobrecéu portátil, sustentado por longas varas, que se usa nas procissões para cobrir o Ssmo Sacramento, as relíquias do Santo Lenho e os instrumentos da Paixão; o papa, bem como o Bispo em visita pastoral são também recebidos sob pálio; diz-se ainda pálio, de uma peça litúrgica reservada ao Papa, Arcebispo e, às vezes, por privilégio, aos Bispos; consiste numa espécie de estola de 6 cms de largura, de lã branca, tendo 6 cruces de seda preta sobrecoladas (aplicadas) e se coloca sobre os ombros com as duas pontas pendentes na frente e nas costas” (MAIA, 1966, p. 151). “Significa o pálio a plenitude do ofício pastoral que deriva de S. Pedro diretamente para o Papa e por intermédio deste para os Metropolitanos em sua província” (RÓWER, 1928, p. 134).

SOBREPÉLIS: “veste litúrgica, de algodão ou linho, branca, para ser usada sobre a batina ou hábito religioso, substituindo a alva na administração dos sacramentos, procissões e outras funções” (MAIA, 1966, p.195).

TURÍBULO: “Vaso de metal ou prata, preso a correntes, para as incensações litúrgicas” (MAIA, 1966, p. 208).

VÉU UMERAL: “é o pano que mede mais ou menos 60x2,50 cm, e tem um fecho sobre o peito; é usado nas Missas Solenes, na Bênção do Ssmo. Sacramento, Procissão do Santo Lenho, etc” (MAIA, 1966, p. 214).

REFERÊNCIAS

A IMPRENSA. Mensagem aos maçons do Brasil. *A Imprensa*, Anápolis, ano 7, p. 2, n. 1027, 16 jul. 1959.

ACIOLI, Armando. Um apóstolo da questão social. *O Popular*, p. 6, 9 jul. 1985.

AGUIAR, Pe. Alaor Rodrigues de. Centenário do Nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos na Arquidiocese de Goiânia. *Comunidade São Francisco de Assis*. Goiânia, n. 7, p. 16, jun. 2010b.

_____. E um homem-padre-bispo-pastor-profeta-irmão fez-se mártir no meio de nós. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 7, p. 10-11, jun. 2010a.

_____. Martírio e herança espiritual de Dom Fernando. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 7, p. 1, jun. 2010c, p. 1.

ALMEIDA, Dom Celso Pereira. Celebrar o centenário é cumprir o dever de justiça para com o primeiro arcebispo de Goiânia. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 6, p. 4, mar. 2010.

_____. Pai e patriarca do regional. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 431-432, jun./jul. 1985.

ALMEIDA, José Ludovico. Ecos da Semana das Vocações: discurso do Sr. Governador encerrando as festividades em homenagem ao Jubileu sacerdotal do Sr. Arcebispo. *Brasil Central*, n. 14, p. 3, 10/11/1957.

ALMEIDA Dom José Newton de. Homilia durante “A grande concelebração eucarística”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 632-633, nov. 1982.

ALMEIDA, Dom Luciano Mendes de. Dom Fernando, aquele que faz a ponte. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 453-459, jun./jul. 1985.

ALVES, Wilmar. Uma resposta aos detratores da Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 311-326, mai. 1981.

AMADO, Wolmir Therezio. A eclesiologia em Dom Fernando pós Medellín. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 54-70, 1995.

_____. *A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil (1950-1968)*. Goiânia: UCG, 1996.

_____. Centenário de Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 508, p. 4i, março de 2010.

_____. Há cinco anos Dom Fernando partiu. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.4/5/6, p. 182-185, abr./mai./jun. 1990.

ANDRADE, Amália Soares de. O pastor da Pobreza. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 11, p. 670-671, nov. 1982.

ANDRADE, Lucas de. *Acçoens Episcopales, tiradas do Pontifical Romano e Ceremonial dos Bispos, com hum breve compendio dos poderes e privilegios dos Bispos*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1671.

ANTONY, Thomas Joseph. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 12, jan. 2010.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Homilia durante “A grande concelebração eucarística”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 634-635, nov. 1982.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998/1.

ATA da 4ª Assembléia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Goiânia, 8 a 11 de julho de 1958, p. 5.

ATA da 5ª Assembléia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 2 de abril de 1962, p. 4.

ATA da 6ª Assembléia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Roma, setembro-outubro, 1964, p. 7.

ATA da Reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 11 de novembro de 1964, p. 2.

ATA da Reunião Extraordinária de Instalação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Rio de Janeiro, Palácio São Joaquim, 14 a 17 de outubro de 1952, p. 2.

AZEVEDO, João. Do espinhara ao planalto. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 662-669, nov. 1982.

AZZI, Riolando. *Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

BACZO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996. p. 296-331.

BALDUÍNO, Dom Tomás. A sucessão de Dom Antônio e o papel dos pobres em sua conversão. In: AGUIAR, Pe Alaor Rodrigues de (Org.). *O profeta de Bengala*. Goiânia: Gráfica América, 2008. p. 66-72.

_____. Morreu lutando como viveu. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 377-378, jun./jul. 1985.

_____. Dom Fernando, pai que continua vivo na sua missão. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, n. 2, p. 29-30, 1995.

BARBOSA, Daniel. Centenário de Dom Fernando. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 18, 5/11/2010b.

_____. Centenário de Dom Fernando. *PUC Notícias*, 10/11/2010a. Disponível em: [http://www2.ucg.br/flash/artigos/101105Dom Fernando.html](http://www2.ucg.br/flash/artigos/101105Dom%20Fernando.html). Acesso em: 09/01/2011.

BARBOSA, Padre José Vicente. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 5, jan. 2010.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Dois Seminários Diocesanos brasileiros e seus modelos escolares de formação sacerdotal (1894-1933). *Actas do VII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 20 a 23 jun. 2008. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:Wu10rvERNwgJ:scholar.google.com/+Raylane...> Acesso em: 15/6/2010.

_____. História comparada da educação sacerdotal nos seminários da Paraíba e Sergipe (1894-1933). Trabalho apresentado no *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 5 a 8 nov. 2002. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhey/individuais-coautorais/eixo05/Raylane%20Navarro%-20texto.pdf.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005a.

_____. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. v. 3. São Paulo: Difel, 1984. p. 271-341.

_____. O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. In: LORSCHIEDER, Dom Aloísio Leo Arlindo et al. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005b. p. 9-37.

BOFF, Leonardo. Editorial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 45, fasc. 177, mar. 1985.

_____. *Igreja: Carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BORGES, Lindsay. *A Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-1967): representações da diferença e construção da unidade religiosa*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

_____. *Uma trajetória emblemática: centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos*. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010.

BOUSI, Irmã Ercília Aparecida. Serenidade e Esperança. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 486, jun./jul. 1985.

BRASIL CENTRAL. A personalidade de um homem. *Brasil Central*, Goiânia, p. 2, 23/6/1957f.

- _____. Acolhida ao arcebispo. *Brasil Central*, Goiânia, n. 511, p. 3i, jun. 2010d.
- _____. Aniversariou Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 292, p. 1, 9/4/1961b.
- _____. Bendito o que vem em nome do Senhor. *Brasil Central*, Goiânia, p. 4, 16/06/1957b.
- _____. Bimbalhos Festivos. *Brasil Central*, Goiânia, n. 42, p. 1-2, 27/10/1957g.
- _____. Centenário. *Brasil Central*, Goiânia, n. 509, p. 3i, abr. 2010a.
- _____. Dom Fernando: segunda sessão do Concílio trouxe rendimentos bem maiores que a do ano passado. *Brasil Central*, Goiânia, n. 356, p. 4, 15/12/1963b.
- _____. Duas histórias e duas praças. *Brasil Central*, Goiânia, n. 288, p. 1, 5/3/1961a.
- _____. Em Brasília. *Brasil Central*, Goiânia, n. 507, p. 3i, fev. 2010c.
- _____. Goiânia prepara-se para receber o seu 1º Arcebispo. *Brasil Central*, Goiânia, p.4, 26/5/1957e.
- _____. Homenagens a Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 515, p. 4i, out. 2010a.
- _____. Nota da Cúria Arquidiocesana de Goiânia. *Brasil Central*, Goiânia, p. 2, 26/5/1957c.
- _____. Nota Oficial da Cúria Arquidiocesana. *Brasil Central*, Goiânia, p. 3, 13/6/1957d.
- _____. Notável pronunciamento de Dom Fernando no Concílio Ecumênico. *Brasil Central*, Goiânia, n. 438, p. 1, 22/11/1963a.
- _____. Nuntio Vobis Gaudium Magnum: Habemus Pontificem! *Brasil Central*, Goiânia, p. 1, 24/03/1957a.
- _____. O bispo no seminário. *Brasil Central*, Goiânia, n. 514, p. 3i, set. 2010e.
- _____. Parabéns Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 293, p. 6, 10/4/1961c.
- _____. Presença dos pastores. *Brasil Central*, Goiânia, n. 516, p. 3i, 2010c.
- _____. Proposta do arcebispo de Goiânia foi calorosamente aplaudida no Concílio. *Brasil Central*. Goiânia, n. 485, p. 6, 18/10/1964.
- _____. Uma data auspiciosa. *Brasil Central*, Goiânia, n. 405, p. 3, 7/4/1963c.

BRAVO, Ana Paula. Documento. In: Transição racha a Igreja (Documento). *Diário da Manhã*, p. 7, 22/12/2002.

BRUNEAU, Thomás C. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMACHO, Idelfonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

CÂMARA, Dom Helder. A CNBB nasceu assim. In. INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 9-11.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de Camargo. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1971.

CAMINHADA DA IGREJA DE GOIÂNIA: Jubileu de Prata da Arquidiocese de Goiânia, Jubileu de Ouro Sacerdotal de Dom Fernando Gomes. Goiânia: SPAR, 1982. (Cartilha, com numeração própria, encartada na Revista da Arquidiocese, Goiânia, n. 8, ago. 1982)

CAMPOS, Geraldo Faria. Na janela do tempo: Fernando, bispo-Padre. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 456-458, jul. 1977.

_____. No aniversário do pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 326-328, mai. 1981.

CAPPI, Antônio. Dom Fernando: reconhecimento e depoimento. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 6, p. 9, mar. 2010.

CARDOSO, Maria Divina Costa. *Movimento Estudantil em Goiânia: 1960 a 1964*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

CASA Pontifícia. Disponível em: http://pt.encydia.com/es/casa_pontificia. Acesso em: 5/1/2011.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. A Dom Fernando, patriarca do Centro-Oeste, em estado de jubileu. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 636-638, nov. 1982.

_____. Dom Fernando: pai da pátria e patriarca da Igreja. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 6, p. 4, mar. 2010.

CATÃO, Francisco. Aos trinta anos de Medellín. In: PADIN et al. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998. p. 253-284.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CERIMONIAL DOS BISPOS: Cerimonial da Igreja. São Paulo: Paulus, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CÍCERO. *Los Ofícios*. Madrid, Espanha: Editorial Espasa Calpe, 2001.

CINCO DE MARÇO. Greve universitária e a imprensa. *Cinco de Março*, Goiânia, p. 8, out. 1959.

_____. Dom Fernando nega que os bispos estejam divididos. *Cinco de Março*, Goiânia, p. 1, 6/3/1977.

COMUNICADO Mensal da CNBB, n. 76, p. 27, jan. 1959.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Exigências cristãs de uma ordem política*. Documentos da CNBB, n. 10. São Paulo: Paulinas, 1977.

_____. Movimento de Educação de Base – Regulamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 579-583, ago. 1961.

CONGREGAÇÃO dos Missionários Passionistas. Disponível em: <http://www.elesia.pt/passionistas>. Acesso em: 2/1/2011.

CORREIO BRASILIENSE. Nota de Falcão desmente expulsão de Casaldáliga. *Correio Brasiliense*, Brasília, 2/10/1977.

COSTA, Waldir Luis. *Assistente ao Solio Pontifício*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 24-25, mai. 1960.

_____. Por Deus e pela Pátria. *Revista da Arquidiocese*, Coluna Uma Crônica por mês, Goiânia, n. 4, p. 20-21, out. 1957b.

_____. Uma lição confortadora. *Revista da Arquidiocese*, Coluna Uma crônica por mês, Goiânia, p. 16-17, 2 ago/1957a.

CRUZ, Dom Washington. *Dom Washington destaca trabalho social de Dom Fernando ao lembrar o centenário de seu nascimento*. Católica-Reitoria, Goiânia, 19/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2901. Acesso em: 19/10/2010.

_____. Homilia de ingresso de Dom Washington na Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 9-14, ago./set. 2002.

CUNHA, Alda Maria Borges. Com Dom Fernando uma aprendizagem de vida. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 391-392, jun. 1986.

DAIBER, Mons. João. Depoimentos sobre Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 511, p. 3i, jun. 2010.

DALE, Frei Romeu (Org.). *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.

DANTAS, Rui Gomes. Dom Fernando: palavra e testemunho. *Comunidade São Francisco de Assis*, n. 7, p. 5, jun. 2010.

De CERTEAU, Michel. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 266-278.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ano Zero – Rosticidade. In: _____. *Mil Platôs: e capitalismo esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p. 31-61.

DIÁRIO DA MANHÃ. As origens da crise na Igreja. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 8, 24/12/2002.

_____. Dom Fernando defende o voto consciente. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 5, 6/1/1982a.

_____. Mais de 30 bispos ontem na festa de Dom Fernando Gomes. *Diário da Manhã*, p. 14, 3/11/1982b.

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

DUARTE, Teresinha. *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores: história dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

EDWARDS, Lisa Marie. *In science and virtue: the education of Latin American clergy, 1858-1967*. Tese (Doutorado), Universidade Tulane, 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTATUTOS do Seminário Archiepiscopal de N. S. da Conceição da Parahiba do Norte. Bahia: Typ. de S. Francisco, 1927.

EXIGÊNCIAS cristãs de uma ordem política. Documentos da CNBB, n. 10. São Paulo: Paulinas, 1977.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Dom Fernando Gomes dos Santos: *Pastor et magister*. Encarte do jornal *Comunidade São Francisco*, Goiânia, n. 7, p. 6-7, junho de 2010.

_____. *Na Rota do Tempo: datas, fatos e curiosidades da história de Patos*. João Pessoa, PB: Imprell Editora, 2003.

_____. *Subsídios para a História do Ginásio Diocesano de Patos*. João Pessoa, PB: Sal da Terra Editora, 2008.

FERNANDES, M. Esther. Dom Fernando Gomes e a Ação Católica na Paróquia de Patos. *Homenagem da Paróquia de Patos ao seu ex-vigário*, Patos, PB, p. 20, 1943.

FERNANDES, Padre Luiz G. (org). *O Seminário Arquidiocesano da Paraíba e o jubileu de diamante de sua fundação*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1954.

FERREIRA, Joel Antônio. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 9, jan. 2010.

FIERRO, Alfredo. *O Evangelho Beligerante*. São Paulo: Paulinas, 1982.

FISICHELLA, Rino. Martírio. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Orgs.). *Dicionário de teologia Fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes; Aparecida, SP: Santuário, 1994. p. 568-577.

FLEURY, Cônego Nelson Rafael. Arquidiocese de Goiânia – 25 anos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 658, nov. 1982. p. 655-661.

FLEURY, Mons. Nelson Rafael. Atividades marcantes do arcebispo. *Vem e Segue-me*, Goiânia, n. 2, p. 5, Especial, 2010c.

_____. Centenário do nascimento de Dom Fernando. *Vem e Segue-me*, Goiânia, n. 1, p. 5, abr./mai. 2010b.

_____. Chegada de Dom Fernando a Goiânia. *Brasil Central*, Goiânia, n. 511, p. 4i, jun. 2010a.

_____. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 6, jan. 2010c.

_____. *Notas Históricas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

_____. O pastoreio, a catedral, o seminário e o Spar. *Vem e Segue-me*. Goiânia, n. 3, p. 5, jul. 2010d.

_____. Três arcebispos, uma só Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 7-11, 2002.

_____. Depoimento cedido ao projeto de Pesquisa *A Revista da Arquidiocese de Goiânia*, 6/12/2006.

FLEURY, Padre Nelson Rafael. Circular n. 15/16. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, p. 435-436, nov./dez. 1962.

FLORES, Padre Jesus. Ao povo da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 309-310, mai. 1981.

_____. As muitas obras de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 413-416, jun./jul. 1985.

_____. Dom Fernando Gomes dos Santos. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*. Goiânia, n. 2, p. 93-94, 1995.

_____. Entrevista. *Comunidade São Francisco da Assis*, Goiânia, n. 5, p. 7, jan. 2010.

FOLHA DE GOIAZ. A Igreja na Inauguração do 2º Estágio – Fala de Dom Fernando. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 4, 17.03.1968.

_____. Arcebispo de Goiânia diz que não se amedronta e que vai continuar. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 1, 3/08/1977b.

_____. Arcebispo de Goiânia prega subversão aberta. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 1, 2/08/1977a.

_____. Nota da Cúria Metropolitana. *Folha de Goiaz*, 10/3/1961.

FOLHA PUC. Centenário de nascimento de Dom Fernando, fundador da SGC e da UCG. *Folha PUC*, Goiânia, n. 481, p. 1, abril de 2010a.

_____. Dom Fernando Gomes dos Santos: vocação e coragem para semear. *Folha PUC*, Goiânia, n. 485, p. 20, ago. 2010b.

FOLHETO Catedral Metropolitana Nossa Senhora Auxiliadora, Goiânia, 1/06/2010.

FORTINI, Luciano. A esperança se ofuscou: entrevista de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 461-465, jul. 1983.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão: entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs). *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. v. II. São Paulo: Hucitec: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. p. 969-975.

GUIMARÃES, Pedro Wilson. Celebração de confraternização em memória do Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 6, p. 389-390, jun. 1986.

_____. Dom Fernando Gomes dos Santos. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 18, jan. 2010a.

_____. D. Fernando Gomes dos Santos – compromisso e história. *Diário da Manhã*, p. 5, 21/2/2010.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: PADIN, Dom Cândido et al. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998. p. 237-252.

HACKMENN, Geraldo Luiz Borges. *A amada Igreja de Jesus Cristo: manual de eclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Catolicismo - a configuração da memória. *Revista de Estudos da Religião (REVER)*, PUC/SP, n. 2, Ano 5, p. 87-107, 2005.

JANUSZ, Juliusz Monsenhor. Foi querido pelo Santo Padre. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 436, jun. jul. 1985.

JAUSS, Hans Robert. *Experiencia Estética y Hermeneutica Literaria: ensayos en el campo de la experiencia estética*. Madrid: Taurus Ediciones, 1986.

JOÃO PAULO II, Papa. Ao Venerável irmão Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 605-607, nov. 1982.

JORNAL OPÇÃO. D. Fernando ignora as acusações à Igreja. *Jornal Opção*, Goiânia, p. 14, 13 a 19/04/1981b.

_____. Dom Fernando e a liberdade de imprensa. *Jornal Opção*, Goiânia, p. 2, 27/4 a 3/5/1981d.

_____. Novos trechos do relatório contra a Igreja em Goiás. *Jornal Opção*, Goiânia, p. 12, 20 a 26/4/1981c.

_____. Relatório acusa a Igreja de ação subversiva em Goiás. *Jornal Opção*, Goiânia, p. 3, 3 a 13/4/1981a.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KONDER, Leandro. Marxismo e Cristianismo. *Encontro com a Civilização Brasileira*, n. 6, p. 57-66, dez. 1978.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

LEACH, Edmund. Ritual. In: SILLS, David (Co-Autor). *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguilar, 1977. p. 383-388.

LEAL, Francisco. *Frei Marcos: um profeta dominicano para os pobres no chão do cerrado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LICATTI, Padre Ângelo. O vazio deixado pelas árvores que tombam. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 379-381, jun./jul. 1985.

LIMA, Côn. Francisco. Aspectos históricos e humanos do Seminário da Paraíba. In: FERNANDES, Pe. Luis G. (Org.). *O Seminário Arquidiocesano da Paraíba e o jubileu de diamante de sua fundação*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1954. p. 40-61.

LIMA, Edimilson Souza. Dom Fernando: 50 anos de sacerdócio. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 21, 31/10/2010.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LOBO, Mons. Luiz. Depoimentos sobre Dom Fernando. *Brasil Central*, Goiânia, n. 511, p. 3i, jun. 2010.

LOBO, Pe Luiz Gonzaga. Dom Fernando: 100 anos de nascimento. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 6, p. 14, mar. 2010.

_____. Fiel a Deus, à Igreja, ao homem. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 382-383, jun./jul. 1985a.

_____. O padre não pode ser neutro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 427, n. 6-7, p. 427, jun./jul. 1985b.

LOMBARDI, Armando. Decreto da Nunciatura executando as ordens do Papa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 9-12, jul. 1957.

MACHADO, Iris Rezende. Governador responde aos bispos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, p. 813, dez. 1984.

MAIA, Antonio. *Pequeno Dicionário Católico: dogma, liturgia, moral e bíblia*. Rio de Janeiro: Coleção Estrela do Mar, 1966.

MAIA, Cônego Américo Sergio. Grandes realizações. *Brasil Central*, p. 3, 2/4/1961a.

_____. O eleito do senhor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 246-249, abril, 1961b.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCOS, Almiro. Medida certa da forma errada. Entrevista exclusiva com Padre José Pereira de Maria. *O Popular*, Goiânia, p. 5, 1/12/2002.

MARIA, Monsenhor José Pereira de. Apresentação no Lançamento do livro: Sem Violência e sem Medo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 618-619, nov. 1982.

MARIA, Pe. José Pereira de. Apresentação. In: *Dom Fernando: "Sem violência e sem medo"*. Goiânia: Ed. da UCG, 1995c. p. 5.

_____. Conversa com os meus amigos (homens e mulheres) da SGC/UCG, de Goiânia e de Goiás. Goiânia, p. 1, 12/05/2003. (mimeo)

_____. Dom Antônio, nosso arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 715-717, nov. 1985b.

MARIA, Pe. José Pereira de. Dom Fernando: pai, profeta, mestre. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 449-450, jun./jul. 1985a.

_____. Dom Fernando vive entre nós. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, n. 2, p. 5-7, 1995a.

_____. Poesia e profetismo em Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 107-140, 1995b.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempo de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo I Período Colonial. São Paulo: Paulinas, 2001.

MEGIANI, Ana Paula Torres. A escrita da festa: os panfletos das Jornadas Filipinas a Lisboa de 1581 a 1619. In: JANCOSO, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v. 2. São Paulo: Edusp/Fapesp/Hucitec, 2001. p. 639-653.

MELINI, Anna Maria. Dom Fernando na periferia de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 477-479, jun./jul. 1985.

MENDES, Dom Luciano. Homilia durante "A grande concelebração eucarística". *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 635-636, nov. 1982.

MENEZES FILHO, Servito. Saudação a Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 650-652, nov. 1982.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MISSA pelo Centenário de Nascimento e 25 anos da páscoa de Dom Fernando Gomes dos Santos. *Folheto Catedral Metropolitana Nossa Senhora Auxiliadora*, Goiânia, 1/06/2010.

MISSAL Romano. São Paulo: Paulinas; Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

MORAIS JÚNIOR, Dom Antônio de Almeida. Dom Fernando lembrado na reunião de Recife. *Brasil Central*, Goiânia, p. 1, 13/12/1959.

MOREIRA, Hélio. Testemunho do cirurgião. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 373-375, jun./jul. 1985.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Ed. da UnB, 2002a. p. 29-35

_____. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Ed. da UnB, 2002b. p. 37-47.

MOURA, Antônio Carlos. Apresentação no lançamento do Livro: Sem Violência e sem Medo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 615, nov. 1982.

_____. Últimos dias de uma caminhada que prossegue. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 366-369, jun./jul. 1985.

MOURA, Marlene Castro Ossami. Dom Fernando vive no meio de nós. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 13, jan. 2010.

NEDER, João. Histórias da Rua 20, parte 14. *Diário da Manhã*, p. 9, 23/12/2007.

NETO, Felicíssimo. A Assembléia Legislativa saúda o Sr. Arcebispo ao ensejo de seu jubileu sacerdotal. *Brasil Central*, n. 14, p. 1, 10/11/1957.

NÓBREGA, Napoleão. A nova matriz de Patos. *Homenagem da Paróquia de Patos ao seu ex-vigário*, Patos, PB, p. 17-19, 1943.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista de estudos Pós-Graduados em História do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 10, p. 07-28, 1993.

NOSSA Páscoa: subsídios para a celebração da esperança. São Paulo: Paulus, 2003.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Arcebispo de Goiás põe em dúvida as eleições deste ano. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07/01/1982.

_____. Um bispo da multinacional socialista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 15/5/1977.

O GLOBO. Arcebispo de Goiânia pede respeito pelos eleitores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5/2/1982.

_____. Prelado brasileiro pede a prorrogação do Concílio. *O Globo*, p. 1, 15/10/1960.

O POPULAR. A fala do Arcebispo. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 20/6/1957d.

- _____. A greve dos estudantes da Faculdade de Direito. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 21 out. 1959b.
- _____. Arcebispo diz que verdade nem sempre agrada. *O Popular*, p. 5, 31/10/1982e.
- _____. Arquidiocese diz estar com a lei, estudantes responsabilizam Sevop. *O Popular*, p. 3, 4/3/1961.
- _____. Câmara Municipal: vereadores defendem a Universidade Federal. *O Popular*, Goiânia, p. 3-8, 21 out. 1959c.
- _____. Comemorado o jubileu de Dom Fernando. *O Popular*, p. 1, 2/11/1982f.
- _____. Cúria Arquidiocesana: programa de recepção a Dom Fernando. *O Popular*, Goiânia, p. 12, 2/6/1957a.
- _____. D. Fernando acha que eleitor deve ser esclarecido. *O Popular*, Goiânia, p. 3, 6/1/1982a.
- _____. Dom Fernando aniversaria. *O Popular*, Goiânia, p. 5, 4/4/1985a.
- _____. Dom Fernando completa 20 anos nesta capital. *O Popular*, Goiânia, p. 7, 16/06/1977.
- _____. Extensa programação religiosa e cultural lembra os dez anos de falecimento do arcebispo. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 1º jun. 1985h.
- _____. Faculdade de Direito em greve. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 17 out. 1959a.
- _____. Goiânia recebeu com grandes festas o seu 1º. arcebispo. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 18/6/1957b.
- _____. Homenagem a Dom Fernando Gomes. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 23 out. 1959e.
- _____. Igreja distribui cartilha sobre educação política. *O Popular*, p. 4, 9/6/1982b.
- _____. Igreja distribui quarto fascículo sobre como votar. *O Popular*, Goiânia, p. 3, Caderno Política, 10/10/1982d.
- _____. Igreja é apartidária garante dom Fernando. *O Popular*, Goiânia, p. 4, Caderno Política, 6/10/1982c.
- _____. Igreja faz a festa de Dom Fernando. *O Popular*, Goiânia, p. 6, 2/11/1982.
- _____. Ninguém tentou sabotar o projeto da universidade. *O Popular*, Goiânia, p. 1-3, 28 out. 1959d.
- _____. Núncio discute a sucessão na Arquidiocese. *O Popular*, Goiânia, 5/1/1985b.
- _____. O coração do arcebispo parou às 12h20. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 2/6/1985c.

_____. Pereira deve ser o substituto interino. *O Popular*, Goiânia, p. 9, 2/6/1985g.

_____. Reafirmadas as virtudes cristãs do povo goiano. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 19/6/1957c.

_____. Sete mil vão ao sepultamento de Dom Fernando. *O Popular*, Goiânia, p. 5, Cidade/Estado, 4/6/1985d.

O HOJE. Missa comemora centenário de Dom Fernando. *O Hoje*, Goiânia, p. 3, 1/06/2010.

OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. A Igreja de Goiânia segue os ensinamentos de seu primeiro pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5/6, p. 297-303, mai./jun. 1987.

_____. *Carta ao Arcebispo Metropolitano de Goiânia*. Inhumas, p. 5, 15/04/2003. (mimeo)

_____. Dom Fernando chegou e partiu na festa da Santíssima Trindade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 386-390, jun./jul. 1985.

_____. Dom Fernando, pai e pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, n. 2, p. 10-28, 1995b.

_____. Dom Fernando pai da Igreja. *Comunidade São Francisco de Assis*, n. 5, p. 6, jan. 2010.

_____. Inauguração da nova sede da SGC. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, n. 2, p. 37, 1995c.

_____. O Arcebispo da Providência. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 408-411, jun. 1986b.

_____. O Arcebispo da Providência. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, n. 2, p. 1-2, 1995a.

_____. Saudação à Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 102-111, fev. 1986a.

_____. Um memorial para que não se apague a chama. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.6, p. 406-407, jun. 1986c.

OLIVEIRA, Manuel de Souza. O Círculo Operário na Paróquia de Patos. *Homenagem da Paróquia de Patos ao seu ex-vigário*, Patos, PB, p. 22, 1943.

OLIVEIRA, Mons. Antônio Ribeiro de. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 37-42, nov. 1959.

PADIN, Dom Cândido et al. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSO, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Edusp/Fapesp/Hucitec, 2001. p. 75-94.

_____. O cerimonial da entrada dos bispos na suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757). *Revista de História das Idéias*, v. 15, p. 117-146, 1993.

PIAZZA, Card. J.; CONSTANTINI, Card. Celsus. Bula de Criação da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 4-6, jul. 1957.

PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História da Civilização Brasileira*. v. 4. São Paulo: Difel, 1984. p. 343-380.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

PIMENTA, Wagner. A universidade nova frente de batalha. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 53-57, nov. 1959.

PIMENTEL, Fernando Rodrigues. Excelentíssimo Senhor Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 472-475, jun. 1967.

PITALUGA, João Olímpio. Bodas de Prata Sacerdotais do Sr. Arcebispo Metropolitano. *Brasil Central*, p. 4, 3/11/1957.

PLANO de Emergência. *Cadernos da CNBB*, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bosco, 1963.

POLETO, Ivo. Dom Fernando e a CPT. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6-7, p. 397, jun./jul. 1985.

_____. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 6, p. 5, mar. 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POPULORUM Progressio. São Paulo: Paulinas, 1990.

PRANDINI, Fernando et al. Arbitrariedade e calúnias. In: *As relações Igreja-Estado no Brasil*. v. 5. São Paulo: Loyola, 1987. p. 104-105.

PUC NOTÍCIAS. Missa de centenário de nascimento de Dom Fernando. *PUC Notícias*, p. 2, 2/06/2010.

QUEIROGA, Pe. Gervásio Fernandes. *CNBB: comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977.

QUEIROZ, Jerônimo. Sociologia e Sacerdócio. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 4, p. 8-9, out. 1957.

QUINTA, Waldir Castro. Apascenta os Meus Cordeiros. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 43-47, nov. 1959.

RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. I Plano Regional Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 226-248, mar. 1967a.

_____. I Simpósio sobre Meios de Comunicações Sociais. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 40-47, jan. 1968.

_____. XXV anos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 1-26, out. 1957e.

_____. A 13 de maio: apoteótica recepção de Brasília a Nossa Senhora de Fátima. *Revista da Arquidiocese*, n. 4/5, p. 41-47, abr./mai. 1959a.

_____. A Arquidiocese de Goiânia. *Conheça sua Arquidiocese: Edição Especial da Revista da Arquidiocese*, Goiânia, p. 16-108, 1971.

_____. A grande concelebração eucarística. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 620-647, nov. 1982.

_____. A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 99-106, fev. 1959c.

_____. A palavra do pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 13-18, nov. 1959e.

_____. Aniversário do Senhor Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 346-347, mai. 1972b.

_____. Antônio Carlos Moura, vida a serviço da vida. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 16-22, mar./abr. 2000.

_____. Apoio do Presbitério. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 205, abr. 1985c.

_____. Aos 75 anos, Dom Fernando é homenageado, *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 203-204, abr. 1985b.

_____. Aquele que vem em nome do Senhor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 4-5, ago./set. 2002.

_____. Arcebispo fala ao Jornal do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 641-642, ago. 1967c.

_____. Arcebispo homenageia gráficos – dez anos da Revista da Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 557-559, jul. 1967b.

_____. Arcebispo prega subversão aberta. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 613-615, set. 1977f.

_____. Arquidiocese de Goiânia completou dez anos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 437-442, jun, 1967f.

_____. Ata da Ereção da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 12-13, jul. 1957a.

_____. Ata de Posse do Exmo e Revmo Snr. D. Fernando Gomes dos Santos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 13, jul. 1957b.

_____. Breves. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 514-516, jul. 1977d.

_____. Campanha contra a Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 567-568, set. 1981b.

_____. Carta Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 1-49, jan. 1958a.

_____. Carta Pastoral aos habitantes de Penedo. Diocese de Penedo, AL, Livro do Tombo, 9/5/1943.

_____. Cinco de Março. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 440-441, jul. 1967g.

_____. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, p. 818-835, dez. 1976.

_____. Décimo aniversário da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.7, p. 533-537, jul. 1967e.

_____. Diálogo na casa do Pai. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, p. 15-25, dez. 1960b.

_____. Dom Fernando, Cidadão, profeta, pastor e bispo. *Revista da Arquidiocese, Edição Especial*, Goiânia, p. 81-84, n. 2, 1995.

_____. D. Fernando Gomes dos Santos: aniversário de nascimento e de sagração episcopal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, p. 90, mar./abr. 1962b.

_____. Dom Fernando: vinte anos de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 448-455, jul. 1977a.

- _____. Editorial: Dom Fernando: 40 anos de sacerdócio. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 730, nov. 1972a.
- _____. Editorial. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 445-446, jul. 1977e.
- _____. Em funcionamento as Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 623-625, set. 1961b.
- _____. Entrevista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.1/2, p. 44-49, jan. fev. 1962a.
- _____. Entrevista de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 568-570, set. 1981c.
- _____. Esquivel, o Nobel da Paz, visita nossa Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 151-167, mar. 1981a.
- _____. Jornal ataca arcebispo e Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 309, mai. 1981e.
- _____. Lição e Exemplo. *Revista da Arquidiocese*, n. 11, p. 1-3, nov. 1959d.
- _____. MEB: Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 51-54, jan. 1963.
- _____. MEB: Regulamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 579-583, ago. 1961a.
- _____. Missa dos Funerais. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 422-440, jun./jul. 1985f.
- _____. Na alvorada histórica de Brasília: o Brasil desperta de um sonho secular. Instalação da Nova Capital da República. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 5-7, abr. 1960.
- _____. Nossa solidariedade a Dom Pedro e a Dom Tomás (documentação). *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 405-422, jun. 1977c.
- _____. Núncio Apostólico visita Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 2, jan. 1985a.
- _____. O aniversário do Sr. Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 336-337, abr. 1967d.
- _____. O bispo, sacramento do Cristo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 24-26, out. 1957.
- _____. O Pioneiro de Deus no Planalto Central. *Revista da Arquidiocese*, n. 4, p. 3-4, abr. 1960a.
- _____. Pai, pontífice e pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 195-197, abril 1961c.

- _____. Pregação da Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 56-57, out. 1974.
- _____. Primeira reunião do Conselho de Planejamento do Plano Piloto de reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 117, ago. 1959b.
- _____. Provocações não intimidam e Caravana da Solidariedade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 724-730, nov. 1981d.
- _____. Repercussão do documento “Exigências Cristãs de uma ordem política” (Notícias gerais). *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 372, mai. 1977b.
- _____. Um pastor-profeta dos nossos tempos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 393, jun./jul. 1985e.
- _____. Suspense na Catedral de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 75-77, nov. 1958b.
- RIBEIRO, Gil Barreto. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 9, jan. 2010.
- RIBEIRO, José Orlando. Uma obra pastoral que ficou gravada. *O Popular*, p. 8, 4/6/1995.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIVERA, Guilherme. Duelo de Titãs. *Jornal Opção*, Goiânia, p. A-34, 4 a 10/5/2003.
- ROCHA, Anísio. Dom Fernando saudado na Câmara Federal. *Brasil Central*, n. 66, p. 6, 1/5/1960.
- ROCHA, Pe. Antônio. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 11, jan. 2010.
- ROCHA, Pe. Mateus. O seguimento de Jesus Cristo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, p. 327-342, jun. 1982.
- RODRIGUES, Damião. Um homem ajuda a fazer a história de Goiânia há 20 anos. *O Popular*, Goiânia, p. 5, 19/6/1077.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- RÖWER, Basilio. *Diccionario Liturgico*. Petrópolis: Vozes, 1928.
- RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Teoria da História III. Brasília: Editora UnB, 2007.
- SÁ, Tibúrcio Rabelo de. A influência de Dom Fernando junto ao Educandário Cristo-Rei. *Homenagem da Paróquia de Patos ao seu ex-vigário*, Patos, PB, p. 16, 1943.
- SABEDORIA. In: A BÍBLIA. Petrópolis, RJ: Vozes, Aparecida, SP: Santuário, 1922. p. 810-829.

SACRAMENTÁRIO. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, Cônego Aldorando Mendes dos. Dom Fernando e as vocações. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 676-684, nov. 1982.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. A homilia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 787-789, nov. 1975b.

_____. 10º Congresso Eucarístico Nacional. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 428-429, jul. 1980e.

_____. A eucaristia, fonte e fim da Ação Católica. *Revista Vozes*, p. 584-594, set./out. 1947.

_____. A Igreja não está disposta a ter medo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 479-485, ago. 1982i.

_____. A ordem social nos documentos pontifícios. *REB*, v.7, fac. 1, p. 31-44, mar. 1947.

_____. A palavra do Arcebispo na Brasília-Anápolis. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 34-38, jan. 1961a.

_____. A vida aos 75 anos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 208-221, abr. 1985a.

_____. A vida e as lutas de um bispo que chegou aos 75 anos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 45, fasc. 177, p. 5-15, mar. 1985b.

_____. Ação de Graças dos concluintes dos curso jurídicos da Faculdade de Direito de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 67-70, fev. 1961b.

_____. Ação, Justiça e Paz. *Caderno de Notícias*, Goiânia, n. 1, s/p, 30/10/1968b.

_____. Aos posseiros urbanos de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 629-630, set. 1984b.

_____. Apresentação no lançamento do Livro: Sem Violência e sem Medo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 612-615, nov. 1982.

_____. Arcebispo comenta documento da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 299-310, mai. 1977b.

_____. As denúncias de Dom Sigaud. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 265-266, abr. 1977c.

_____. Carta ao Secretariado de Apostolado dos Leigos da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.1, p. 31-33, jan. 1965.

_____. Carta Pastoral ao Clero, aos fiéis e a todos os habitantes de Penedo. *Livro do Tombo da Diocese de Penedo*, Alagoas, s/p, 9/5/1943.

- _____. Circular n. 1. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 14-17, jul. 1957b.
- _____. Circular ao clero regular sobre o Concílio Vaticano II. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 24-29, 1966.
- _____. Como explicar? *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 569-571, ago. 1977.
- _____. Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime. In: *Sem violência e sem medo*: escritos, homilias e entrevistas. Goiânia: UCG, 1982b. p.231.
- _____. *Concílio Ecumênico Vaticano II*: carta pastoral aos diocesanos. Goiânia: Gráfica Brasil Central, 1962. p. 6.
- _____. Constituição dogmática sobre a Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 88-96, fev. 1966c.
- _____. Carta do Sr. Arcebispo ao coronel Danilo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 114-116, nov. 1974.
- _____. Custo de Vida. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 491-494, ago. 1978.
- _____. Desfazendo equívocos. *Cinco de Março*, Goiânia, p. 3, 6 a 12 de jun. 1977d.
- _____. Diálogo militares-Igreja (Alocução de Dom Fernando). In: *Sem violência e sem medo*: escritos, homilias e entrevistas. Goiânia: UCG, 1982c. p. 240-242.
- _____. Diálogo militares-Igreja (Primeiro encontro no Rio). In: *Sem violência e sem medo*: escritos, homilias e entrevistas. Goiânia: UCG, 1982d. p. 243-247.
- _____. Diálogo militares-Igreja (Segundo encontro no Rio). In: *Sem violência e sem medo*: escritos, homilias e entrevistas. Goiânia: UCG, 1982e. p. 248-250.
- _____. Discurso de D. Fernando Gomes. *Brasil Central*, n. 8, p. 1, 9/2/1960.
- _____. Discurso na Assembléia Legislativa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8/9, p. 455-458, ago./set. 1963a.
- _____. Discurso proferido por D. Fernando Gomes em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 25-27, jul. 1958a.
- _____. Dom Fernando e Tancredo Neves. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 271-273, mai. 1985c.
- _____. Dom Fernando saúda N. Sra. de Fátima em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 53-59, abr./mai. 1959a.
- _____. Fala o Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 476-477, jun. 1967.
- _____. Homilia de Dom Fernando em Trindade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 487-492, ago. 1982k.

- _____. Homilia de Dom Fernando na celebração de Corpus Christi. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 7, p. 432-440, jul. 1982h.
- _____. Invasões e violência. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 5, p. 294-296, mai. 1980d.
- _____. Lição da História. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 12, p. 818-820, dez/1975a.
- _____. Mataram o padre Burnier. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 11, p. 743-744, nov. 1976.
- _____. Memorial sobre os pontos básicos do Planejamento da Ação da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 7, p. 397-402, jul. 1963b.
- _____. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n.4/5, p. 5-15, abr./mai. 1958c.
- _____. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 4, p. 230-237, abr. 1961c.
- _____. Mensagem de Páscoa 1973. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 4, p. 198-201, abr. 1973.
- _____. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 4, p. 226-227, abr. 1975c.
- _____. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 5, p. 260-263, mai. 1982g.
- _____. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n.4, p. 191-193, abr. 1983a.
- _____. Mensagem aos operários da construção civil. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 9, p. 561-562, set. 1979a.
- _____. Mensagem aos professores. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 6, p. 337-340, jun. 1979c.
- _____. Missa pelas vítimas do terrorismo. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 10, p. 665-672, out. 1980f.
- _____. Movimento Por um Mundo Melhor. *Brasil Central, Goiânia*, n. 76, p. 3, 13/5/1960.
- _____. O Concílio Ecumênico Vaticano II. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 1, p. 51-57, jan. 1966b.
- _____. O dever gratíssimo de agradecer. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 11, p. 63-66, nov. 1959b.
- _____. O testamento de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 6/7, p. 353-359, jun./jul, 1985e.

- _____. Palavras de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 641-646, nov. 1982a.
- _____. Pastoral de Saudação. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, p. 28-31, jun. 1957a.
- _____. *Pastoral de Saudação a seus diocesanos*. Aracaju, SE, 15/5/1949 (brochura).
- _____. Política em 1982. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 3-4, jan. 1982f.
- _____. Professores e Segurança Nacional. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 167-169, mar. 1980b.
- _____. Segunda mensagem aos professores. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 165-167, mar. 1980a.
- _____. Sem violência e sem medo: a mensagem do arcebispo na festa de Corpus Christi. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 456-460, jul. 1983b.
- _____. Solidariedade aos estudantes presos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 618-620, set. 1977a.
- _____. Testemunho de antigos alunos sobre a casa que os educou. In: FERNANDES, Pe Luis G. (Org). *O Seminário Arquidiocesano da Paraíba e o jubileu de diamante de sua fundação*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1954. p. 40-61.
- _____. Uma resposta aos detratores da Igreja. Entrevistado por Wilmar Alves. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 6-7, 26/4/1981.
- _____. União Nacional dos Estudantes. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 6, p. 341-344, jun. 1979b.
- _____. Violência policial. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 674-676, out. 1980c.
- _____. Vocação, esperança de uma nova sociedade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 627-628, set. 1984a.
- _____. Vocês são o báculo do bispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 206-207, abr. 1985d.
- _____ et al. Ação, justiça e paz. *Caderno de Notícias*, Goiânia, n. 1, s/p, 30/10/1968.
- _____ et al. Carta dos bispos ao governador. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, p. 809-812, dez. 1984c.
- _____ et al. Carta Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 1-49, jan. 1958b.
- SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. *OPSIA*, v. 7, n. 9, p. 81-97, jul-dez. 2007.

SASSATELLI, Frei Marcos. Entrevista. *Comunidade São Francisco de Assis*, Goiânia, n. 5, p. 7, jan. 2010a.

_____. Dom Fernando: pastor-profeta. *Diário da Manhã*, Goiânia, p. 17, 23/12/2010b.

_____. Fiel à palavra de Deus, fiel aos apelos da realidade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 426-427, jun./jul. 1985.

SCHMIDT, Dom Mathias. Sonho não realizado. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 481, jun./jul., 1985.

SERBIN, Kennet P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERRA, Adolfo. A necessidade do jornal católico é indiscutível. *Brasil Central*. n. 9, p. 1-4, 10/2/1960.

_____. Bilhete Sacerdotal IV. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 23-26, out. 1957.

SEIXAS, Jacy Alves. Halbwachs e a memória reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, São Paulo, Ed. Unesp, v. 20, p. 93-108, 2001a.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001b.

SILVA, Ernesto. Saudação oficial de Brasília a N. Senhora. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 49-50, abr./mai. 1959.

SILVA, Padre Moacir Bernardino da. Homilia durante “A grande concelebração eucarística”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 633, nov. 1982.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Introdução. In: _____ (Org.). *Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2008. p.7-14.

SILVA, Dom Eduardo Duarte. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva Bispo de Goiás*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2007.

SILVA, Maria José. Arcebispo confirma mudanças. *O Popular*, Goiânia, p. 5, 27/12/2002.

SIQUEIRA, Nelson. Um só rebanho e um só pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 49-51, nov. 1959.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotografia: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto, 2002. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-fotografia.pdf>. Acesso em: 10/11/2010.

SOUSA, Pe João de. Arcebispo Apostólico. *Brasil Central*, Goiânia, p. 3, 21/7/1957.

SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

TELES, José Mendonça. *Dicionário do Escritor Goiano*. Goiânia: Kelps, 2000.

TRINDADE, Cônego. Essas incompreensões atingem a memória do grande arcebispo. *O Popular*, Goiânia, p. 4, 28 out. 1959.

VAUCHEZ, André. Santidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994. p.287-300.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à Nova Cristandade (1891-1955)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós Graduação em História: UFG, 1997.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

VIEIRA, Dom Benedito Ulhoa Vieira. Homem de coragem e do amor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 433-436, jun./jul. 1985.

VIEIRA, Monsenhor Primo. Dom Fernando, homem da Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 673-675, nov. 1982.

_____. Parabéns a Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 222-225, abr. 1975.

VILAS BOAS, Ático. Um melancólico que semeava esperança. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 396-398, jun.1986.

XAVIER, Pe. João do Carmelo. O que foi a semana da Vocação. *Brasil Central*, n. 14, p. 4, 10/11/1957b.

_____. Obra das Vocações Sacerdotais. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 31-34, out. 1957a.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.